

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CDPA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas
com a agricultura**

Período de Análise: 01 a 31 de Maio de 2007

Área Temática: Território e Sustentabilidade

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da Abag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT

Assistente de Pesquisa: Karina Kato

Maio de 2007.

Índice

EUA e China querem mudar texto do IPCC – Folha de São Paulo – Ciência – 01/05/2007	7
Trans-Iriri, mais uma estrada ilegal desmatando a Amazônia - Tom Phillips, THE GUARDIAN, LONDRES - Estado de São Paulo – Vida & – 02/05/2007	7
UE abre consulta sobre etanol - Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 02/05/2007	9
Mais R\$ 600 mil para criação de 110 RPPNs - Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 02/05/2007	9
Ex-dirigente diz que "novo" Ibama não foi discutido – Simone Iglesias – Folha de São Paulo – Brasil – 02/05/2007	10
PAC pode afetar reservas, indica estudo de ONG – Folha de São Paulo – Ciência – 02/05/2007	10
Biogás a partir de dejetos suínos já move motores - Marli Lima – Valor Econômico – Agronegócios - 02/05/2007	10
Solução para o clima acirra conflito entre ricos e pobres – Cláudio Ângelo – Folha de São Paulo – Ciência - 03/05/2007	11
Desmate evitado entra na conta do IPCC – Cláudio Ângelo – Folha de São Paulo – Ciência - 03/05/2007	13
Debate climático na ONU avança, mas UE e China discutem - David Fogarty- O Globo (cita Reuters Brasil) – Mundo – 03/05/2007	15
Instituto Chico Mendes fortalece o setor ambiental, diz Marina - Rafael Imolene e Aida Feitosa – MMA – 03/05/2007	16
Ombra mai fu – Eliana Cardoso – Valor Econômico – Brasil - 03/05/2007	18
Será sustentável o crescimento do agronegócio brasileiro? (I) – José Roberto Mendonça de Barros – Valor Econômico – Opinião - 03/05/2007	19
O etanol e a morte por extenuação – Maria Inês Nassif – Valor Econômico – Política - 03/05/2007	21
Contradição enfraquece relatório sobre clima - Andrei Netto - Estado de São Paulo – Vida & – 04/05/2007	23
WWF cita Brasil como exemplo de uso de energias renováveis – Andrei Netto - Estado de São Paulo – Vida & – 04/05/2007	25
Lula e o Ibama – Folha de São Paulo – Opinião - 04/05/2007	26
Salvar planeta custa 2% do PIB mundial – Claudio Ângelo – Folha de São Paulo – Ciência – 04/05/2007	27
Verba para florestas – Valor Econômico – Agronegócio – Curtas - 04/05/2007	29
Clima esquenta na divisão da conta do aquecimento global - Daniela Chiaretti – Valor Econômico – Internacional - 07/05/2007	30
Crise é de gestão, conclui estudo de técnicos do Ibama - João Domingos – Estado de São Paulo – Nacional – 05/05/2007	32
Em meio a polêmica, Marina aumenta a taxa ambiental – Marta Salomon – Folha de São Paulo – Brasil – 05/05/2007	34
Consciência abre novos mercados - Arnold Schwarzenegger* – Estado de São Paulo – Vida & – 06/05/2007	36
Investir no planeta - Folha de São Paulo – Opinião - 07/05/2007	38
Zonas ambientais têm 587 garimpos – Eduardo Geraque - Folha de São Paulo – Ciência - 07/05/2007	39

Bife aguado - Xico Graziano – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 08/05/2007	41
Falta de licença ambiental trava obras do PAC na área de energia - Leonencio Nossa – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 08/05/2007.....	43
Dilma diz que não consegue gastar no PAC - Folha de São Paulo – Dinheiro - 08/05/2007	45
Citi promete US\$ 50 bi para setor ambiental - Folha de São Paulo – Dinheiro - 08/05/2007	47
Antagonismo anacrônico – Carlos Minc – O Globo – Opinião – 08/05/2007	47
Territórios rurais da Paraíba planejam ações para 2007/08 – INCRA - 08/05/07.....	49
MDA destina R\$ 5 milhões para desenvolvimento de territórios no Paraná – MDA – 08/05/2007	50
Seca no verão afeta café em Minas - Fernanda Yoneya – Estado de São Paulo – Suplemento Agrícola – 09/05/2007	51
Pesquisa estuda soluções – Estado de São Paulo – Suplemento Agrícola – 09/05/2007	52
As mudanças climáticas e o 'homo faber' – Carlos Costa Ribeiro – O Globo – Opinião – 09/05/2007	55
Debate estimula uso sustentável de florestas na agricultura familiar – INCRA - 09/05/07	56
MMA orienta empresários sobre produção sustentável - Rubens Júnior - 09/05/2007.....	58
País pode crescer e reduzir CO2, mostra estudo - Francisco Góes – Valor Econômico – Brasil - 09/05/2007	60
Bonn debate futuro das florestas - Daniela Chiaretti – Valor Econômico – Internacional - 09/05/2007	61
Efeito aquecimento - Adriana Mattos – Valor Econômico – Suplemento - 09/05/2007.....	63
Legislação precisa ser mais específica - Nora Gonzalez – Valor econômico – Suplemento - 09/05/2007	65
Capobianco vê despreparo no Ibama - Ana Paula Scinocca – Estado de São Paulo – Nacional – 10/05/2007	67
Dois anos para salvar o planeta – Miguel Angelo - Folha de São Paulo – Opinião - 09/05/2007	68
Biocombustíveis podem agravar fome, afirma ONU- Folha de São Paulo – Ciência – 10/05/2007	69
Contribuição para a sustentabilidade – Antonio Matias – O Globo – Opinião – 10/05/2007	70
MDA avalia demandas da agricultura familiar no Território do Jalapão (TO) – INCRA – 10/05/2007	71
MDA discute desenvolvimento de ações de apoio à infra-estrutura do Território Sul de Roraima – INCRA – 10/05/2007	72
Marina defende que Brasil crie marca de sustentabilidade - Daniela Chiaretti – Valor Econômico – Brasil - 10/05/2007	73
Um programa de crescimento ambientalmente responsável? -Por Silvia Pinheiro e Paolo Kury – Valor Econômico – Opinião - 10/05/2007	75
Fiscalização ameaça 'soja responsável' - Bettina Barros – Valor econômico – Agronegócios - 10/05/2007	77
Bush pede a Lula apoio na discussão climática – Chico de Góis e Luiza Damé – O Globo – Economia – 11/05/2007	78
Floresta dá mais lucro preservada – Ana Lucia Azevedo – O Globo – Ciência – 11/05/2007	79

SDT/MDA destaca presença da economia solidária nos territórios rurais – MDA – 11/05/2007	80
MDA discute ações de apoio à infra-estrutura do Território Sul de Roraima – MDA – 08/05/2007	81
Estado vai criar certificação de reservas privadas – Rio – Economia – 12/05/2007	82
A utilidade das florestas - Folha de São Paulo – Opinião – 13/05/2007	83
EUA tentam minar acordo do G8 sobre aquecimento - Folha de São Paulo – Ciência – 13/05/2007	83
Fraudes ajudam carvoarias a devastar floresta – Fellipe Awi – O Globo – O País – 13/05/2007	85
Distrito florestal para diminuir desmatamento – O Globo – O País – 13/05/2007	86
Indenizações por crime ambiental na berlinda - Daniel Engelbrecht – O Globo – Rio – 13/05/2007	87
Angra vai fazer plantio de 2 milhões de mudas - Paulo Roberto Araújo – O Globo – Rio – 13/05/2007	89
Aquecimento global 'in Rio' Al Gore confirma Live Earth na cidade e elogia Copacabana como palco do show - Carlos Albuquerque – O Globo – Ciência – 13/05/2007	89
Al Gore cobra liderança do Brasil em tema ambiental - Andrea Vialli – Estado de São Paulo – Vida & – 14/05/2007	91
Bicudo ameaça algodão colorido orgânico - Bettina Barros – Valor Econômico – Agronegócios - 14/05/2007	91
Al Gore cobra liderança do Brasil em tema ambiental - Andrea Vialli – Estado de São Paulo – Vida & – 14/05/2007	92
Lula erra ao cobrar crédito de carbono - Clarissa Oliveira e Cristina Amorim – Estado de São Paulo – Vida & - 15/05/01.....	93
Marina Silva debate questões ambientais com agricultores familiares - Rafael Imolene – MMA - 15/05/2007.....	94

Segunda Quinzena

Caos e retrocesso - Fernando César Mesquita – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 16/05/2007	98
Jucá negocia com ministérios limites às ZPEs –Folha de São Paulo – Dinheiro – 16/05/2007	100
Rio também receberá recursos do ICMS-Verde – O Globo – O Rio – 16/05/2007.....	100
Colegiados Territoriais de Santa Catarina se reúnem nesta sexta-feira em Campos Novos – Sítio Eletrônico do MDA – 16/05/2007	101
Audiência pública no Senado debate regularização de territórios quilombolas – Sítio Eletrônico do MDA – 16/05/2007	101
Câmara debate desenvolvimento sustentável da Bacia do Alto Tocantins – Sítio Eletrônico do MMA - 16/05/2007	102
Marina Silva apresenta a parlamentares a nova estrutura do MMA - Rafael Imolene – Sítio Eletrônico do MMA - 16/05/2007	103
Amazonas lança pacote de medidas ambientais e cria o "bolsa-floresta" - Bettina Barros – Valor Econômico – Primeiro Caderno - 16/05/2007	104

PF prende 17 por desmatamento no Parque do Xingu - Nelson Francisco – Estado de São Paulo – Nacional – 17/05/2007	105
Brasil debaterá caos climático no G8, em junho - Roberta Jansen – O Globo – Ciência – 17/05/2007	107
Território do Centro Sul(PR) assina convênio para formação de jovens agricultores – Sítio Eletrônico do MDA – 17/05/2007	108
Arpa e Agência Alemã de Cooperação capacitam gestores em quatro estados - Adriano Ceolin – Sítio Eletrônico do MMA - 17/05/2007.....	108
Comissão muda projeto de licenciamento ambiental - Daniel Rittner e Thiago Vitale Jayme – Valor Econômico – Primeiro Caderno - 17/05/2007	109
Brasil muda postura e avalia meta para desmatamento - Assis Moreira – Valor Econômico – Internacional - 17/05/2007	111
Governos divergem sobre como combater as mudanças climáticas - Daniela Chiaretti – Valor Econômico – Internacional - 17/05/2007	112
Onde está de fato a nossa riqueza - Washington Novaes – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 18/05/2007.....	113
Câmara Técnica do Conama aprova resolução da Mata Atlântica - Adriano Ceolin / Rafael Imolene – Sítio Eletrônico do MMA - 18/05/2007.....	115
Acionando o freio de emergência - Gilberto Dupas – estado de São Paulo – espaço Aberto – 19/05/2007	115
Rota definida – O Globo – O País – 21/05/2007	117
Investimento em poluição - Ramona Ordoñez e Luciana Rodrigues – Valor Econômico – Economia – 21/05/2007.....	118
Ministro recebe de parlamentares de Rondônia pedido de apoio a reflorestamento – Sítio Eletrônico do MDA – 21/05/2007	120
Escritório de Cooperação consolida reforma agrária na agenda internacional – Sítio Eletrônico do MDA – 21/05/2007	121
Seminário discute em Brasília comunicação e cultura nos territórios rurais – Sítio Eletrônico do MDA – 21/05/2007.....	122
Mesa-redonda sobre Cerrado marca comemorações do Dia da Biodiversidade - Marluza Mattos – Sítio Eletrônico do MMA - 21/05/2007.....	123
Livros produzidos no Brasil passarão a ter 'selo verde' - Andrea Vialli – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 23/05/2007.....	124
Fracassa projeto de fundo antidesmate – Cláudio Ângelo – Folha de São Paulo – Ciência – 23/05/2007.....	125
Plano não deve ferir economia, diz Lula a Blair – Folha de São Paulo – Ciência – 23/05/2007	127
PDA aprova 14 pequenos projetos para Mata Atlântica - Adriano Ceolin – MMA - 23/05/2007.....	127
Legislação para plantio de florestas provoca crise no governo do RS - Sérgio Bueno – Valor Econômico – Especial - 23/05/2007.....	128
Proposta de zoneamento divide Estado em 45 áreas – Sergio Bueno – Valor Econômico – Especial - 23/05/2007	130
SOS Mata Atlântica financia reservas em áreas privadas – Afra- Balazina – Folha de São Paulo – Dinheiro – 24/05/2007.....	131
O Instituto Chico Mendes – Paulo Nogueira Neto – O Globo – Opinião – 24/05/2007	132

Fortalecimento dos territórios a partir da cultura e da comunicação é tema de seminário – INCRA – 24/05/2007.....	134
Mais alguns passos na área do clima - Washington Novaes – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 25/05/2007	135
ABN intensifica negociação de carbono - Bettina Barros – Valor Econômico – Finanças - 25/05/2007	137
Pés no chão – O Globo – Opinião – 26/05/2007	138
Um espectro ronda o planeta - LISZT VIEIRA – O Globo – Opinião – 26/05/2007	139
Discurso ecológico domina retórica dos americanos – Denyse Godoy – Folha de São Paulo – Mundo – 27/05/2007	140
Jornalista ataca ambientalismo irracional – Denyse Godoy - Folha de São Paulo – Mundo – 27/05/2007	142
Ilusão de um paraíso biotecnológico – Marcelo Leite – Folha de São Paulo – Ciência – 27/05/2007	143
Grande empresa, grande poluidora - Liana Melo – O Globo –Economia – 26/05/2007	147
Apenas 16% dos projetos das ONGs são voltados para Floresta Amazônica - Liana Melo –O Globo – Economia – 26/05/2007	149
Procurador desconfia de ações do setor privado - Liana Melo – O Globo – Economia – 27/05/2007	150
Bancos estão mais conscientes – O Globo – Economia – 27/05/2007.....	150
'As pessoas só conseguem ver o aqui e o agora' – Eliane Oliveira e Ilmar Franco - O Globo – Economia – 27/05/2007.....	151
O novo menino do quarteirão – Mario Garnero – Folha de São Paulo – Opinião – 28/05/2007	153
Territórios rurais do Mato Grosso investem em projetos de desenvolvimento sustentável – INCRA – 29/05/2007.....	155
Conama aprova resoluções sobre vegetação da Mata Atlântica - Adriano Ceolin – MMA- 29/05/2007.....	156
O Instituto Chico Mendes e a biodiversidade - Paulo Nogueira-Neto – Estado de São Paulo – Espaço Aberto - 30/05/2007.....	156
Questão ambiental é um dos grandes obstáculos – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 30/05/2007	158
Bovespa inaugura pregão voltado a projetos ambientais – Folha de São Paulo – Dinheiro – 30/05/2007.....	159
Alimentos com selo para carbono no Reino Unido - The Economist (tradução de Sabino Ahumada) – Valor Econômico – Agronegócios - 29/05/2007	159
Gaúchos querem ser referência em florestas - Sérgio Bueno – Valor Econômico – Suplementos Micro e Pequenas Empresas - 29/05/2007.....	161
Conama padronizará normas de licenciamento para aquicultura – Rubens Júnior - MMA - 31/05/2007.....	162
Onde ficará o Vale do Silício da energia limpa? - The Economist – Valor econômico – Internacional - 31/05/2007.....	164

EUA e China querem mudar texto do IPCC – Folha de São Paulo – Ciência – 01/05/2007

A pressão para que o novo relatório do IPCC (Painel Intergovernamental de Mudança do Clima) seja alterado já começou. Os EUA e a China disseram ontem que o documento, que será lançado sexta-feira na Tailândia, apresenta uma conta de redução nas emissões de carbono muito baixa. O texto diz que com apenas 3% do PIB mundial será possível controlar a temperatura média do planeta em apenas 2 acima da atual.

Trans-Iriri, mais uma estrada ilegal desmatando a Amazônia - Tom Phillips, THE GUARDIAN, LONDRES - Estado de São Paulo – Vida & – 02/05/2007

Ela faz parte de estimados 168 mil km de rotas abertas na mata por madeireiras clandestinas

Oficialmente, a loja de motosserras de Geroan não existe. Nem o posto de gasolina ao lado, a oficina de motocicletas ou o supermercado União, um barracão onde as prateleiras cobertas de pó pendem ao peso de dezenas de garrafas de cachaça. Os estabelecimentos ficam ao longo da Trans-Iriri, uma estrada clandestina que penetra centenas de quilômetros numa área da Amazônia chamada Terra do Meio.

Essa rodovia não consta de nenhum mapa rodoviário. Oficialmente, a Trans-Iriri não existe. As estradas ilegais - freqüentemente construídas por madeireiros ilegais - são um dos maiores desafios para o governo brasileiro no combate ao desmatamento. Estima-se que existam mais de 168 mil quilômetros dessas estradas na região amazônica, atravessando áreas protegidas e abrindo caminho para a destruição da maior floresta tropical do mundo.

Com 200 quilômetros, a Trans-Iriri, que segue na direção oeste, através da Terra do Meio e a partir de São Felix do Xingu (PA), é a principal delas.

Autoridades do governo recentemente alardearam um certo sucesso no combate ao desmatamento: entre agosto de 2005 e de 2006, em torno de 13.100 quilômetros quadrados de floresta foram abatidos, 30% menos do que no período anterior, 2004-2005. Porém, apoiados por essa rede de estradas escondidas, os madeireiros continuam a destruir a floresta. No Pará, onde está a Trans-Iriri, imagens de satélite produzidas pelo governo mostram que o corte aumentou 50% desde 2004. São Félix do Xingu é, pelo quinto ano consecutivo, o município campeão de desmatamento, com cerca de 770 quilômetros quadrados de floresta derrubados entre 2005 e 2006.

Cercada pelos Rios Xingu e Iriri, a Terra do Meio - uma área do tamanho da Escócia - está no centro da destruição. Desde a década de 90, as madeireiras foram abrindo impetuosamente a Trans-Iriri, fazendo vias secundárias, as “picadas”, na floresta adentro e gradativamente substituindo a mata por imensas fazendas de gado.

A partir de 2005, as autoridades criaram duas enormes unidades de conservação. Áreas de proteção também foram criadas ao longo da rodovia Trans-Iriri e o Exército foi enviado para patrulhar a região.

“A presença do Exército em 2005 surtiu algum efeito”, diz Marcelo Marquesini, da ONG Greenpeace. “No entanto, dois anos depois, as operações continuaram esporadicamente. Quando os soldados vão embora, as pessoas retornam.”

O ambientalista Tarcísio Feitosa da Silva, que no ano passado recebeu o prêmio Goldman pelo trabalho de proteção da Amazônia, afirma que o mistério que envolve estradas como a Trans-Iriri ajudou a ocultar essa onda persistente de destruição. “Oficialmente, essa estrada não existe. Nunca recebeu permissão do governo”, diz.

Na ausência do Estado, os fazendeiros empregam uma polícia ilegal formada por pistoleiros para “manter essa estrutura de invisibilidade. É por isso que ninguém fala da estrada”, afirma Tarcísio, que já recebeu ameaças de morte por causa do seu trabalho. “E tudo continua como está porque é aqui que estão os maiores fazendeiros.”

A Terra do Meio é uma espécie de zona autônoma, um buraco negro sobre o qual as autoridades exercem pouco controle. Catia Canedo, secretária do Turismo e do Meio Ambiente de São Félix do Xingu, diz, por exemplo, que nunca visitou a estrada, apesar de o início estar a poucos quilômetros de seu gabinete. Sem uma força policial para fazer valer as leis (a agência em São Félix do Xingu foi fechada recentemente) o desmatamento ilegal continua.

Maria Nizan de Souza, que trabalha para um grupo católico que combate o uso de trabalhadores escravos, muitos deles usados na derrubada de árvores, disse ser comum ver as toras saindo da floresta. “Hoje três caminhões repletos de madeira passaram por aqui. Ninguém faz nada - todo mundo está assustado.”

TERRA SEM LEI

Embora os ambientalistas chamem a área de Terra do Meio, os brasileiros pobres que vivem nos pequenos assentamentos existentes ao longo da rodovia, chamam-na diferentemente. “É uma terra sem lei”, diz um morador de Vila Caboclo, que não quis dizer seu nome. O lojista Wantui Selvatico, de 42 anos, afirma que os pistoleiros “são comuns por aqui”. “Não existe nada escondido”, acrescenta, mudando de assunto rapidamente. “Acho que vou parar por aqui.”

Enquanto isso, a rede de estradas ilegais continua sua expansão. De acordo com estudo da ONG Imazon, cerca de 1.900 quilômetros de novas estradas são abertos a cada ano.

UE abre consulta sobre etanol - Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 02/05/2007

Até junho, Bruxelas recebe avaliações sobre o setor

A União Européia (UE) abriu consulta pública para determinar sua estratégia para o desenvolvimento de etanol e a importação do combustível. Bruxelas deu prazo até junho para que organizações não-governamentais, produtores, empresas e mesmo outros governos mandem avaliações sobre o que deve ser a política européia para o etanol nos próximos 15 anos. O objetivo é garantir não apenas o fornecimento do combustível, mas elaborar um plano ambientalmente sustentável.

Os europeus estabeleceram que, até 2020, 10% de sua frota de carros deve ser alimentada por etanol. No total, 20% da energia da região deverá ser renovável em 15 anos. Para alguns integrantes da Comissão Européia, a região não tem terras suficientes para produzir o combustível na quantidade necessária. A solução seria importar etanol, por exemplo, do Brasil. Mas ONGs alertam que não seria razoável lutar contra as emissões de gás carbônico na UE importando de locais onde a produção de cana seria responsável pelo desmatamento.

Uma das soluções seria a criação de um selo ambiental para as importações. 'Os biocombustíveis têm papel central na segurança do fornecimento de energia e na redução de emissões de gás no transporte. O combustível ainda oferece novas fontes de renda para aqueles que dependem da agricultura, tanto na Europa quanto em países em desenvolvimento', afirmou o comissário europeu de Energia, Andris Piebalgs.

Segundo ele, porém, essas vantagens não podem ser 'compensadas por danos ambientais causados pelo uso inapropriado da terra ou processos ultrapassados'.

A UE está recebendo avaliações sobre como um sistema sustentável de produção deve ser desenhado; como os efeitos para a terra devem ser monitorados; como uma segunda geração de etanol deva ser encorajada; e o que deve ser feito para obter a meta de 10%.

Mais R\$ 600 mil para criação de 110 RPPNs - Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 02/05/2007

O quinto edital do Programa de Incentivo às Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs), divulgado na semana passada, contempla a criação de mais 110 RPPNs na Mata Atlântica. De acordo com o edital, foram atribuídos R\$ 600 mil para 46 projetos de reservas nos corredores da Serra do Mar, Central da Mata Atlântica, do Nordeste e a Ecorregião Floresta com Araucária.

Ex-dirigente diz que "novo" Ibama não foi discutido – Simone Iglesias – Folha de São Paulo – Brasil – 02/05/2007

Cláudio Langone, ex-secretário-executivo do Ministério do Meio Ambiente, disse ontem que as mudanças no Ibama anunciadas na semana passada nunca foram discutidas na pasta durante o período em que ocupou o cargo.

A ministra Marina Silva disse que elas faziam parte de "uma estratégia amadurecida ao longo de quatro anos". Segundo Langone, "esse tema da divisão do Ibama nunca foi tratado dentro do ministério".

Número dois do ministério desde janeiro de 2003, ele foi substituído na semana passada em meio às mudanças no Ibama (dividido em dois órgãos). Para Langone, a divisão gerou uma "instabilidade desnecessária" no momento em que o governo precisa resolver o problema "dos licenciamentos das obras do PAC."

PAC pode afetar reservas, indica estudo de ONG – Folha de São Paulo – Ciência – 02/05/2007

DA REDAÇÃO

Se as obras de infra-estrutura do PAC (Plano de Aceleração do Crescimento) e de outros programas saírem do papel, as reservas ambientais da Amazônia podem ser bastante afetadas. A conclusão é de um estudo publicado hoje pela ONG Conservação Internacional. O trabalho analisou 13 projetos em desenvolvimento ou já concluídos e identificou 322 áreas ricas em biodiversidade que poderão sofrer pressão pela ocupação humana. Uma delas é o rio Madeira, onde está prevista a construção de hidrelétricas. Para Paulo Prado, diretor de política ambiental da ONG, falta analisar as obras de maneira conjunta e com a participação dos povos afetados.

Biogás a partir de dejetos suínos já move motores - Marli Lima – Valor Econômico – Agronegócios - 02/05/2007

Dejetos de suínos podem deixar de ser só um problema para o meio ambiente e virar solução para o fornecimento de energia nas propriedades onde são criados esses animais. Perdigão e Sadia desenvolvem projetos de utilização do biogás, obtido com o tratamento de dejetos de suínos, para a geração de eletricidade. Elas estão de olho em créditos de carbono e testam no Sul do país motores de pequeno porte desenvolvidos pela empresa paranaense Branco.

O Instituto Perdigão de Sustentabilidade deve concluir em maio projeto de viabilidade econômica para a construção de biodigestores em propriedades do Paraná,

Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A primeira etapa vai abranger 91 produtores integrados, número que será ampliado no futuro. Esses biodigestores geram o biogás, que é rico em metano e provoca o efeito estufa, por isso precisa ser queimado. A Sadia informou que também testa motores movidos a biogás.

Marco Antonio Santos, engenheiro de sustentabilidade da Perdigão, diz que o biogás já é aproveitado por grandes criadores de suínos de Goiás, que têm mais de mil matrizes, em projetos desenvolvidos pela associação de produtores. Agora o trabalho está sendo expandido para propriedades menores no Sul, com cerca de 300 matrizes. Segundo ele, os créditos de carbono - em fase de negociação - devem pagar os biodigestores, que serão construídos pela empresa. Os motores serão pagos pela economia na geração de energia.

Os motores movidos a biogás da Branco estão sendo lançados na Agrishow. Oscar Branco, neto do fundador da empresa criada há 70 anos e atual presidente, contou que o avô tinha uma pequena hidrelétrica para geração de energia própria em Santa Catarina. Hoje a sede fica em São José dos Pinhais (PR) e, depois de passar por reestruturações, deixou de produzir máquinas agrícolas concentrou-se em motores dois tempos, quatro tempos e diesel para geradores, motobombas, roçadeiras e outros.

De 1995 a 1997 a Branco passou por concordata e reduziu de 320 para 50 o número de empregados. A produção caiu de 1,2 mil por mês para 50 unidades. A empresa se desverticalizou, terceirizou parte da produção e buscou fornecedores da Itália e China. Hoje faz 30 mil motores por ano e espera faturar R\$ 50 milhões em 2007.

Solução para o clima acirra conflito entre ricos e pobres – Cláudio Ângelo – Folha de São Paulo – Ciência - 03/05/2007

IPCC define amanhã o quanto de gases do efeito estufa precisa ser cortado

Reduzir CO2 sai mais barato para países pobres, mas cota de culpa dos ricos é maior; diferença é solução, e não problema, diz pesquisador

A medida que o mundo se aproxima de um acordo eficaz para combater a mudança climática, o conflito político entre países ricos e pobres tende a se acentuar. O IPCC, o agora célebre painel do clima das Nações Unidas, faz agora os ajustes finais na terceira e última parte de seu Quarto Relatório de avaliação, o AR4. Nesta etapa, em que é debatida a mitigação do aquecimento global por meio da redução das emissões dos gases do efeito estufa, o confronto ficou mais evidente.

O sumário executivo do texto, que será apresentado na manhã de sexta (noite de hoje no Brasil) em Bancoc, é aguardado com ansiedade pelos governos. Isso porque é ele que fixará os termos do combate às emissões de gases-estufa que precisa ser feito pelo acordo internacional que substituirá o Protocolo de Kyoto -que expira em 2012. A contribuição do Grupo de Trabalho 3 do IPCC dirá quanto é preciso retirar de CO2 e

outros gases do ar para evitar que o mundo mergulhe muito nos cenários trágicos - derretimento de geleiras, falta d'água, e eventos climáticos extremos-, em parte, inevitáveis.

Problema e solução

O fato de os países pobres deterem o maior potencial de redução de emissões é uma fonte de conflito, mas pode também ser parte da solução. Mesmo sem adotar metas obrigatórias, eles poderiam colaborar oferecendo aos ricos seus baixos custos de implantação de novas tecnologias, mais limpas.

"Pode-se pensar num regime internacional no qual as reduções se façam mais em países em desenvolvimento. Assim teríamos países ricos fazendo reduções na China em vez de a China reduzir emissões", diz Roberto Schaeffer, da Coppe (Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia) da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Ele é um dos três brasileiros co-autores do Grupo 3 do IPCC.

Outra opção seria adotar metas de redução para classes média e alta de países como o Brasil, mas sem prejudicar a população pobre que não consome energia por falta de dinheiro.

O debate sobre como estabelecer responsabilidades e metas é intenso. Segundo Suzana Kahn Ribeiro, também professora da Coppe e uma das autoras principais do documento, até agora o IPCC já recebeu mais de mil comentários e observações dos diplomatas que acompanham a reunião em Bancoc, na Tailândia.

Eles vão desde exigências da China para que o texto expresse sempre as emissões per capita (os chineses são o segundo maior poluidor mundial, mas como o país é pobre, cada um de seus habitantes emite muitíssimo menos que um americano médio, por exemplo) até propostas para que se inclua vacinas especiais que diminuam o metano emitido pelo arrotado das vacas como medida de combate ao efeito estufa.

Entre as principais ações capazes de mitigar as emissões de carbono mencionadas pelo IPCC estão as medidas de eficiência energética. São estratégias -muitas vezes simples- para otimizar transportes (carros que bebem menos) e edificações (lâmpadas e eletrodomésticos econômicos). Muita coisa sai de graça, pois economizar energia poupa dinheiro.

"Em todos os setores da economia você pode fazer as coisas de forma mais eficiente", diz Schaeffer. Mas há limites para aproveitar esse potencial. "O peso da energia no custo de alguns setores é baixo, e no setor residencial as pessoas não são movidas apenas por eficiência ou dinheiro. Há barreiras não-econômicas [como o design dos produtos] que ditam as escolhas dos consumidores."

Regulação intensa

Uma das medidas que o novo relatório do IPCC pode inspirar é a adoção obrigatória de índices mínimos de eficiência energética para eletrodomésticos. "É claro que, numa segunda fase, você passa incorrer em custos positivos. E isso implica em sair de um cenário econômico totalmente liberal para um de regulação intensa", avalia Luiz Pinguelli Rosa, coordenador da Coppe e secretário-executivo do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas. Daí a resistência que a delegação dos Estados Unidos já começou a impor à negociação em Bancoc desde o início da semana. Para os americanos, os cálculos de custo do texto do IPCC estão subestimados.

Corte de CO2 deve custar de 1% a 5% do PIB – Cláudio Ângelo – Folha de São Paulo – Ciência - 03/05/2007

Uma das más notícias do relatório é que uma estabilização do nível de CO2 na atmosfera em 450 partes por milhão, necessária para evitar um aquecimento superior a 2C em 2100, deve ter um custo alto para a economia mundial.

Apesar de já haver a tecnologia de mitigação necessária hoje, as emissões globais em relação a 1990 cresceram 24%, quando deveriam ter diminuído. Isso coloca uma etiqueta de preço na meta ideal de estabilização bem acima do 1% do PIB mundial previsto pelo famoso Relatório Stern, do governo britânico. Está mais para 5%.

"É preciso entender a diferença entre o potencial técnico de mitigação -ou seja, o que é possível fazer mas é inviável economicamente-, o potencial econômico -o que é viável- e o potencial de mercado -o que já está aí e só não se faz de burrice", diz Roberto Schaeffer. É nesse potencial de mercado que está a boa notícia do IPCC.

Segundo a Folha adiantou em fevereiro, com base em um rascunho do relatório-síntese do AR4, os cientistas do IPCC já identificaram o potencial de cortar a emissão de 4,2 bilhões de toneladas de gás carbônico de graça ou com lucro, com a melhora da eficiência energética. Isso dá quase um Kyoto (cujas reduções previstas são de 5 bilhões de toneladas). (CA)

Desmate evitado entra na conta do IPCC – Cláudio Ângelo – Folha de São Paulo – Ciência - 03/05/2007

Pela primeira vez, painel da ONU olha os benefícios da redução das derrubadas florestais, atitude que favorece o Brasil

No curto prazo, fim do desmatamento na região das Américas pode evitar a liberação de 550 milhões de toneladas de gás carbônico

Uma das novidades do relatório que será apresentado amanhã em Bancoc interessa diretamente ao Brasil: pela primeira vez, o IPCC vai considerar a conservação de florestas e o desmatamento evitado como medidas de mitigação. E dá números: 550 milhões de toneladas de gás carbônico podem ser cortadas a um custo baixo ao reduzir o desmate só nas Américas do Sul e Central. A fatia do leão, aqui, cabe à Amazônia.

"A mensagem do AR4 [novo relatório do IPCC] é que, a curto prazo, os benefícios de mitigação de carbono a partir da redução do desmatamento são maiores que os benefícios resultantes do reflorestamento", disse à Folha Thelma Krug, secretária de Mudanças Climáticas do Ministério do Meio Ambiente e membro do Conselho do IPCC. "Isso porque o desmatamento é a fonte mais importante de emissões relacionada ao setor florestal."

Isso é importante para o Brasil por um lado, já que dois terços das emissões do país vêm do desmatamento da floresta amazônica. No relatório anterior do IPCC, de 2001, o chamado desmatamento evitado ficou de fora, e também não entrou no Protocolo de Kyoto. Um respaldo do painel do clima ao desmatamento evitado vem a calhar para a proposta brasileira, apresentada à Convenção do Clima, de criar um fundo voluntário para compensar os países tropicais que reduzirem a perda de carbono de suas florestas. "A longo prazo, estratégias voltadas para o manejo sustentável de florestas, com vistas à manutenção ou ao aumento dos estoques de carbono florestal, gerarão os maiores benefícios de mitigação", diz Krug.

Isso também interessa ao governo brasileiro, que quer usar seus chamados distritos florestais sustentáveis na Amazônia (nenhum deles implementado) como trunfos. Por outro lado, o texto do relatório do IPCC destaca a importância de mecanismos de mercado para comercializar -na forma de créditos- o carbono que deixa de ir para a atmosfera dessa maneira. E o Brasil não quer nem ouvir falar de um mercado para isso, pois, segundo o governo, ele implicaria algum tipo de vigilância internacional sobre a floresta (para monitorar a preservação e garantir o valor dos papéis). Com autoridade de quem participa do processo de Kyoto desde o início, Roberto Schaeffer, da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), diz que a posição do governo vem suavizando sobre esse tema.

"Uma coisa é o que o governo pensa, outra é o que ele pode falar", afirma.

Debate climático na ONU avança, mas UE e China discutem - David Fogarty- O Globo (cita Reuters Brasil) – Mundo – 03/05/2007

BANGCOC (Reuters) - As negociações da Organização das Nações Unidas sobre meios de combater a mudança climática estão próximas de uma aprovação de um plano geral nesta sexta-feira, mas as diferenças ainda estão sendo debatidas, dizem delegados.

As discussões sobre os custos dos cortes de emissões de gases causadores do efeito estufa e sobre a estabilização dos níveis de gases na atmosfera estão entre os temas mais difíceis. As negociações podem continuar até os últimos minutos do encontro de Bangcoc, dizem representantes.

Dois delegados que falaram com a Reuters com a condição de manterem o anonimato estavam confiantes de que o documento pode ser fechado até sexta-feira.

"Não há clima aqui para causar algo destrutivo", disse um representante depois dos debates que arrastaram-se até as primeiras horas desta quinta-feira. Ele esperava mais um longo dia de conversas.

"Alguns países estão sendo difíceis e não sabemos como será até o momento final", disse.

Robert MacFadden, da delegação norte-americana, disse que há muitos temas complexos sendo debatidos, não somente um.

Cientistas e autoridades de governos de mais de 100 países estão debatendo desde segunda-feira o relatório do Painel Intergovernamental da ONU sobre Mudança Climática (IPCC), que condensa o trabalho de 2.500 cientistas.

O relatório é o terceiro a ser divulgado neste ano. Os dois anteriores mostraram um cenário sombrio com o aquecimento causado por humanos, com mais fome, secas, ondas de calor e elevação dos níveis dos mares.

Uma projeção do último relatório estima que a estabilização das emissões de gases nocivos custará entre 0,2 por cento e 3,0 por cento do produto interno bruto mundial até 2030, dependendo da velocidade da desaceleração das emissões.

Por exemplo: até 2030, o custo de deixar concentração de gás do efeito estufa subir para 650 ppmv (partes por milhão de volume) de dióxido de carbono é de 0,2 por cento do PIB mundial, diz o texto.

O nível mais baixo, de 445 ppmv seria o mais caro e quase impossível de ser atingido, por causa da rápida elevação das emissões com queima de combustível fóssil, agricultura e mineração.

As concentrações atuais estão em cerca de 430 ppmv e subindo rapidamente.

DISCUSSÃO CHINA-EUROPA

Um dos principais temas em Bagcoc, dizem delegados, foi uma disputa entre a Europa e a China.

A União Européia, que já estabeleceu uma meta de corte de emissões de pelo menos 20 por cento até 2020, afirma que as reduções não custarão muito.

Mas a China é contra qualquer linguagem que sugira um teto de emissões, ou de níveis de estabilização, que poderiam deixar o país vulnerável a exigências em negociações futuras sobre clima para que reduza seu rápido crescimento econômico e gaste muito com tecnologia mais limpa.

"Basicamente, o que está acontecendo é que os europeus querem dizer que não custa nada e muitas outras pessoas querem enfatizar a noção de que custa algo.

É isso", disse um dos delegados.

O outro representante disse que não foi estabelecido um alvo específico sobre estabilização durante as negociações. Mas a UE afirma que elevação de 2 graus centígrados é algo "perigoso" para o sistema climático.

"A UE quer algo bem abaixo de 550 ppmv. A China quer de alguma forma excluir a informação sobre cenários de baixa, e outros países também", disse o delegado.

O grupo ambientalista WWF disse nesta quinta-feira que a China não deveria ser rotulada de vilã e que os representantes do país levantaram temas importantes.

"Eles têm o padrão de renovação que os EUA não têm. Eles têm padrões de eficiência de combustíveis para automóveis que estão entre os mais estritos do mundo", disse Hans Verolme, diretor do Programa de Mudança Climática Global da WWF.

© 1996 - 2007 Todos os direitos reservados a Infoglobo S/A. Este material não pode ser publicado, transmitido por broadcast, reescrito ou redistribuído sem prévia autorização.

Instituto Chico Mendes fortalece o setor ambiental, diz Marina - Rafael Imolene e Aida Feitosa – MMA – 03/05/2007

A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, afirmou nesta quinta-feira (3), em Brasília, que a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade representa um reforço na política ambiental do governo. Durante entrevista coletiva concedida na sede do ministério, Marina explicou a necessidade de uma nova estrutura para gerir as unidades de conservação. "Em 19 anos prestando serviços ao país, o Ibama já gerou o Jardim Botânico, a ANA (Agência Nacional de Águas), e o Serviço Florestal Brasileiro. Agora, o Instituto Chico Mendes. Isso só demonstra que o setor ambiental no país tem sido fortalecido do ponto-de-vista da gestão pública."

A Medida Provisória 366, que cria o Instituto Chico Mendes, foi publicada no Diário Oficial da União em 26 de abril. Também, na ocasião, a ministra anunciou o nome de Bazileu Alves Margarido Neto, seu atual chefe de gabinete, como diretor de Qualidade Ambiental do órgão e presidente interino do Ibama. Anunciou, ainda, que João Paulo Capobianco, atual secretário-executivo do MMA, será o presidente interino do Instituto Chico Mendes.

No final da manhã, a ministra reuniu-se com os superintendentes estaduais do Ibama, na sede da ANA, em Brasília. Na ocasião, foram esclarecidas as mudanças em curso no instituto. A ministra disse que a gestão ambiental será integrada, garantindo uma comunicação permanente com os dirigentes.

Marina afirmou que tanto Capobianco quanto Bazileu Margarido estão abertos para dialogar com os servidores do Ibama. "Queremos que eles compreendam que esse processo foi pensado e amadurecido visando justamente dar uma resposta ao imenso desafio que temos num país como o Brasil", disse. "Temos 60 milhões de hectares de unidades de conservação. É uma área maior do que a França. Não se pode cuidar de tudo isso com

apenas uma diretoria. A estrutura do Ibama era suficiente no começo, mas nos últimos dez anos as atribuições cresceram muito. O que estamos fazendo é um aperfeiçoamento e uma atualização das necessidades existentes", explicou.

Foi anunciada, na entrevista coletiva, a nova composição das diretorias dos dois institutos.

Veja quem são os diretores dos dois órgãos:

Instituto Chico Mendes

João Paulo Capobianco - Secretário Executivo do MMA e presidente interino do Instituto Chico Mendes

Rômulo José Fernandes Barreto Mello (Ibama) - Diretor de Conservação da Biodiversidade

Marcelo Françoso (Ibama) - Diretor de Unidades de Conservação de Proteção Integral

Paulo Oliveira (Ibama) - Diretor de Unidades de Conservação de Uso Sustentável e Populações Tradicionais

Silvana Canuto - Diretora de Planejamento, Administração e Logística

Ibama

Bazileu Alves Margarido Neto - Chefe de Gabinete da Ministra do Meio Ambiente

Marina Silva; Diretor de Qualidade Ambiental e Presidente interino do Ibama.

Antônio Carlos Hummel (Permanece) - Diretor de Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Florestais.

Flávio Montiel (Permanece) - Diretor de Proteção Ambiental José Augusto Martinez Lopes (Permanece) - Diretor de Planejamento, Administração e Logística

Diretoria de Licenciamento Ambiental - o titular ainda será anunciado

Ombra mai fu – Eliana Cardoso – Valor Econômico – Brasil - 03/05/2007

Verde que te quero verde. Mas a que preço? Para saber, faça o teste. Você pagaria de bom grado um aumento no imposto sobre combustíveis fósseis? Já cortou o uso de sacolas plásticas? Trocou suas lâmpadas incandescentes por fluorescentes? Demora apenas três minutos debaixo do chuveiro? E, todos os dias, separa o lixo orgânico do inorgânico? As garrafas das latas? Os jornais do papelão? Se você respondeu sim às sete perguntas, pode atirar a primeira pedra na China. Ela escolheu o crescimento industrial à custa da destruição do meio ambiente.

Hoje, 16 das 20 cidades mais poluídas do mundo estão no Império do Meio. Da mesma forma que o ar puro, a água potável também vai minguar. Mais de 300 milhões de chineses bebem água contaminada por produtos químicos e 600 milhões usam água emporcalhada com detritos humanos e animais. Por volta de 2030, o país terá apenas 1.760 m³ de água per capita, nível quase catastrófico.

Lá não existe burocracia ambiental. Os críticos da ministra Marina Silva desejam o mesmo para o Brasil? Talvez não. Talvez queiram que empresários e consumidores respeitem o meio ambiente, sem que seja preciso obstruir obras necessárias à produção de energia. Mas conseguir tal façanha não será possível sem a imposição de penalidades a transgressores de regras de preservação do meio ambiente.

O exemplo da China é útil. O governo central introduziu uma série de iniciativas "verdes" e foi um dos primeiros entre governos emergentes a eliminar o chumbo dos combustíveis e adotar medidas de eficiência para automóveis. Mas, como as autoridades locais não estavam interessadas em forçar o uso dos padrões aprovados pelo governo central, nem em impor multas exigidas pela legislação, não há progresso à vista.

Os efeitos da poluição chinesa extravasam suas fronteiras. As águas do rio Yang-tzé são a maior fonte de poluição do oceano Pacífico. Por causa de sua dependência do carvão, a China é o maior emissor do dióxido de enxofre, que provoca chuva ácida na Coreia e no Japão. E, até 2009, o chinês vai ultrapassar o norte-americano em emissões de dióxido de carbono (CO₂).

O Brasil também está mal nessa foto. Em 1994, já era o quarto maior emissor de CO₂, em grande parte por causa de desmatamentos, queimadas e mudanças no uso do solo. Hoje, a atenção do mundo se volta para essas emissões, porque os cientistas nos dizem que elas são responsáveis pelo aquecimento global. Mas se a mudança climática a que assistimos decorre da poluição que produzimos, poderemos reverter o desastre se estivermos dispostos a renunciar ao comodismo e a lucros fáceis.

Poluição chinesa extravasa fronteiras

Essa verdade inconveniente deu um Oscar a Al Gore. Seu filme se vale de slides inteligentes para descrever como a vida na terra depende de gases, cuja concentração é pequena em comparação aos mais importantes componentes da atmosfera: o oxigênio e o nitrogênio. Gases, como o CO₂, o metano e o ozônio são importantes, porque sua concentração determina quanto da energia é irradiada de volta ao espaço e quanto dela retorna à terra.

O efeito estufa deriva do vapor d'água (65%), do CO₂ (33%) e de gases como metano e ozônio (2%). A proporção de cada um desses elementos na atmosfera e sua capacidade de refletir ou aprisionar o calor são diferentes. O metano capta 25 vezes mais

calor do que o CO². Metade das emissões de metano deriva da produção de energia e carvão. E a parte maior da outra metade advém da flatulência das vacas.

Um relatório da ONU identifica o rápido aumento de rebanhos bovinos como grave ameaça ao clima. O mundo tem 1,5 bilhão de cabeças de gado, além de carneiros, porcos e cabras, que participam da festa da poluição. E há quem diga que seria tão importante (ou mais prático) reduzir a emissão de metano (através, por exemplo, da vacinação das vacas para alterar os microorganismos no seu estômago), quanto reduzir a emissão de CO². Leve-se em conta também que uma vaca precisa de 990 litros de água para produzir um litro de leite.

Mas não se precipite. Vacinar ou matar vacas pode não ser a solução. Al Gore as deixa fora de sua história, com razão. Um estudo de Frank Rowland - prêmio Nobel de química, que identificou a causa e a cura para os danos que a camada de ozônio vinha sofrendo - conclui que não houve aumento significativo do metano nos últimos sete anos. Portanto, o foco de Al Gore nas emissões de CO² se justifica.

O que fazer depende da política, que vai ficar cada vez mais complicada agora que o relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas da ONU mostrou que a distribuição de custos e benefícios do aquecimento será desigual. A mudança climática trará mais prosperidade para a agricultura da Europa. E, na Rússia, o derretimento do gelo da Sibéria revelará recursos minerais. Os maiores custos recairão sobre as regiões pobres da África e da Ásia. Os fluxos de refugiados tenderão a agravar conflitos.

Será preciso buscar soluções não só em acordos internacionais, mas dentro de cada país e cada cidade. Na Califórnia, o governo conseguiu reduzir o consumo de energia estabelecendo padrões de eficiência para refrigeradores e aparelhos elétricos. A Austrália determinou que as lâmpadas incandescentes sejam substituídas por fluorescentes até 2010.

Para obter uma redução de 20% na emissão de CO², a União Européia está cogitando realizar uma reforma tributária, que teve sucesso nos países nórdicos e que desloca o peso de impostos com impacto negativo sobre o bem estar (como impostos sobre a folha de salários) para impostos sobre atividades nefastas ao meio ambiente. No Brasil, a ministra Marina Silva defende que desenvolvimento e meio ambiente caminham juntos. Aposto que ela adora a ária que Handel deu a Xerxes: "Ombra mai fu/ Di vetabili/ Cara ed amabile/ Soave più". Eu também.

Eliana Cardoso é economista e escreve, quinzenalmente, às quintas-feiras

E-mail eliana.a.cardoso@valor.com.br

Será sustentável o crescimento do agronegócio brasileiro? (I) – José Roberto Mendonça de Barros – Valor Econômico – Opinião - 03/05/2007

O Brasil está colhendo neste ano uma excelente safra. Depois de dois anos muito difíceis (três, em algumas regiões) a renda agrícola volta a subir, e com ela a venda de insumos e máquinas. Além disso, a questão do aquecimento global levou a um inusitado interesse nos biocombustíveis e a uma avalanche de dinheiro para novos projetos. É relevante, portanto perguntar se o crescimento antevisto será sustentável ou se correremos o risco de repetir o ocorrido com a soja, que após alguns anos de extraordinário crescimento se viu frente a uma crise financeira de grandes proporções.

Um ponto de partida útil é avaliar quais são nossas atuais vantagens e fraquezas, para depois acrescentar os pontos positivos e as limitações da nova demanda sobre o setor. Daí, uma avaliação final pode ser tentada. A força do agronegócio brasileiro vem de mais de 30 anos de construção de um sistema de produção de larga escala, eficiente e muito flexível. É um sistema único, que resultou em condições tropicais nos mesmos padrões de produtividade e eficiência das regiões temperadas.

A vantagem de terras abundantes, de pastos e cerrados, e barata e boa oferta de água foi alavancada pelo desenvolvimento do sistema de plantio direto, que substituiu a tecnologia do arado, fatal em terras tropicais. Com o apoio da pesquisa foi possível generalizar a prática de duas safras por ano, bem como uma crescente integração entre lavoura e pecuária (seja dentro do ano, seja entre anos); a rotação de culturas reduz as pragas e o custo de produção. A diversificação de produtos reduz riscos e atrai indústrias processadoras e de insumos. Ao mesmo tempo, a expansão do sistema de ensino forneceu os talentos necessários para a difusão da tecnologia. Finalmente, há muito tempo a agropecuária aprendeu que a inovação constante é a única forma de manter uma boa renda, num mercado onde os benefícios da alta da produtividade são, em larga parte, passados aos consumidores sob a forma de baixa de preços.

Por outro lado, o agronegócio enfrenta hoje pelo menos quatro grandes restrições que limitam e reduzem seu potencial de crescimento. Algumas destas restrições afetam também o resto do sistema produtivo. São elas:

1) Sistema tributário complexo que, em particular, gera um fluxo de créditos de ICMS interestadual de custosa e difícil recuperação, elevando os custos de comercialização e reduzindo a competitividade da indústria processadora.

2) Custo marginal de utilidades (energia elétrica, água, vapor etc) crescente. Em especial vale lembrar que os riscos no suprimento de energia elétrica são cada vez maiores e que as autoridades já decidiram que boa parte da conta será paga pela indústria.

3) Custos de transportes e nos portos cada vez mais elevados, dada a rapidez do desmanche de nossa infra-estrutura.

A agropecuária aprendeu que a inovação é a forma de manter a boa renda, pois os benefícios são passados aos consumidores sob a forma de baixa de preços

4) Restrições ideológicas, quase religiosas, à pesquisa de organismos geneticamente modificados. Enquanto até a cautelosa Europa admite a expansão destes produtos, não conseguimos reduzir custos e melhorar a produtividade pelo bloqueio oficial à pesquisa. É a vitória da ignorância, tão bem ilustrada pela destruição do viveiro de mudas da Aracruz no ano passado.

Olhemos agora a nova agenda internacional derivada da questão do aquecimento global. É fácil reconhecer a grande vantagem para o Brasil: a demanda por etanol e biodiesel veio para ficar; além disso, o álcool de cana é o único produto eficiente na economia de petróleo e competitivo sem subsídio disponível hoje no mundo.

Entretanto, as restrições que vêm junto com esta agenda não foram, a meu juízo, completamente compreendidas por nós. São elas:

1) Amazônia: é imperioso restringir de forma drástica a queima da floresta e a extração ilegal de madeira, como questão de cidadania e de contribuição à redução do aquecimento global. O agronegócio tem um papel fundamental nisto, inclusive porque a questão da Amazônia é também uma boa desculpa para práticas protecionistas, como

mostra a virulenta campanha da Irlanda contra a carne brasileira, produzida e exportada em larga escala no centro e sul do país.

2) A autonomia energética dá novo e poderoso argumento protecionista para os Estados Unidos e Europa.

3) É indispensável o completo atendimento da legislação trabalhista, especialmente no que diz respeito às condições de trabalho e trabalho infantil.

4) As regras de sanidade, rastreabilidade e certificações têm que ser completamente cumpridas. Não é mais possível colocar brincos no gado a ser abatido a um quilômetro do frigorífico.

As restrições domésticas mais as externas constituem uma agenda pesada a ser enfrentada. Embora seja difícil avaliar onde teremos mais sucesso, parece seguro que poderemos avançar, ainda que parcialmente. Entretanto, será também necessário deixar de olhar apenas para questões passadas, como rolagens de dívidas (uma questão cada vez mais localizada) e enfrentar o futuro. Quem não enfrentar a nova agenda (fazendeiros, regiões e empresas) será engolido em pouco tempo.

Que mudanças podem ser visualizadas a partir do descrito até aqui? Podemos pensar em, pelo menos, três diferentes dimensões: geografia, microeconomia e linha de produtos, das quais trataremos hoje apenas da primeira.

No que tange à geografia, acredito que está havendo uma mudança fundamental. De fato, no período recente a expansão da produção se pautou por busca de terras baratas, planas e com clima confiável, ou seja, do Centro-Oeste para o Norte do país. Ora, a deterioração das estradas e o fechamento da saída pelo norte do país, em função da questão amazônica, estão levando uma alteração das vantagens comparativas, em favor das regiões mais próximas dos portos. Por exemplo, São Paulo, Paraná e outros Estados do Sul têm ganhos óbvios em relação ao Mato Grosso, bastando ver os preços relativos de milho, e o resultado econômico desta safra de verão para os produtores, por exemplo, da região de Londrina. Exceções a este caso geral são: a expansão da produção avícola no Centro-Oeste, em função dos baixos preços de grãos, e as soluções localizadas, como a produção de biodiesel no Mato Grosso para consumo local.

José Roberto Mendonça de Barros é economista da MB Associados. Escreve mensalmente às quintas-feiras.

O etanol e a morte por extenuação – Maria Inês Nassif – Valor Econômico – Política - 03/05/2007

Recomenda-se um pouco menos de entusiasmo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, na sua cruzada para transformar o país no império do etanol. No dia 20 de março último, em Mineiros, discursou o presidente: "Os usineiros de cana, que há dez anos eram tidos como se fossem os bandidos do agronegócio neste país, estão virando heróis nacionais e mundiais, porque todo mundo está de olho no álcool. E por quê? Porque têm políticas sérias. E têm políticas sérias porque quando a gente quer ganhar o mercado externo, nós temos que ser mais sérios, porque nós temos que garantir para eles (sic) o atendimento ao suprimento." Menos, presidente. Muito menos. Essa frase, lembrada na semana em que se comemorou o primeiro de maio, pega ainda mais no estômago.

Primeiro, porque os heróis, do ponto de vista do Estado, não são tão exemplares assim. Segundo Alexandre Conceição, membro da direção estadual do MST de Pernambuco, em artigo escrito em 10 de abril deste ano e publicado em vários sites, apenas em Pernambuco as usinas e destilarias devem ao INSS mais de R\$ 562 bilhões. Do ponto de vista das relações trabalhistas, um presidente cuja liderança foi forjada no movimento sindical deveria ter mais cuidado ainda.

A relação do produtor de cana-de-açúcar com o cortador, mesmo com todos os avanços tecnológicos, não sofreu grandes alterações nos últimos séculos - nem em São Paulo, o Estado mais rico da federação. Segundo a socióloga Maria Aparecida de Moraes Silva - que há 30 anos desenvolve pesquisas sobre trabalho rural na região de Ribeirão Preto -, em entrevista à Revista do Instituto Humanitas Unisinos, a exigência de maior produtividade por trabalhador (hoje ela é de corte de 10 toneladas por dia) encurtou o ciclo de vida útil do trabalhador da cana para 12 anos, equiparado-o com o dos escravos. Isto é: depois de 12 anos de trabalho nessa atividade, o homem, ou a mulher, está fisicamente impossibilitado não apenas de cortar a cana, mas para qualquer outra atividade. A tendência é piorar: este ano, começa a ser colhida a cana geneticamente modificada, que pesa menos e tem mais sacarose. Isso quer dizer que, para cumprir uma produção de 10 toneladas por dia, o trabalhador, que antes cortava 100 metros de cana para obter a meta estipulada pelo patrão, terá que cortar o triplo. Com a cana normal, segundo pesquisa do Centro de Referência do Trabalhador, o trabalhador da cana, para cortar 10 toneladas por dia, anda 9 quilômetros a pé no canavial, dá cerca de 73.260 golpes de facão, faz 36 mil flexões com as pernas e tem que levantar 800 montes de 15 quilos cada e levar, um a um, por três metros, para empilhar a sua produção do dia. Segundo o Ministério da Saúde, ele chega a perder oito litros de água por dia em uma jornada de trabalho que, não raro, ultrapassa dez horas. Além disso, a cana cortada manualmente exige uma queimada prévia, com inevitáveis consequências para o aparelho respiratório do trabalhador. Doenças crônicas são comuns depois de algum tempo de atividade - mas o que mais horroriza é que o corte da cana ainda é capaz de produzir mortes por extenuação. No ano passado, 17 foram registradas no Estado de São Paulo. Ou seja, 17 trabalhadores no corte de cana morreram de tanto trabalhar.

A cultura da cana-de-açúcar, mesmo com todos os avanços tecnológicos, não mudou muito. Em São Paulo, com um sindicato mais organizado, os cortadores de cana são registrados, em sua maioria. Mas isso não é garantia de qualidade de vida e no trabalho. Segundo a especialista, esses trabalhadores que vêm para a rica região de Ribeirão Preto, por exemplo, arregimentados por "gatos" (pasmem, eles ainda existem) no Maranhão, Piauí, Paraíba, Ceará, Pernambuco, Rio Grande do Norte e norte de Minas Gerais, mesmo se estiverem registrados, são submetidos à obrigação de colheita mínima de 10 toneladas por dia, sob pena de demissão.

As relações de trabalho nas usinas nada mudaram

No ano passado, apenas em São Paulo os migrantes nordestinos que vieram colher cana chegaram a 200 mil. Em todo o país, a Pastoral do Migrante calcula que pelo menos 1 milhão de trabalhadores, em sua maioria nordestinos, se dediquem a essa atividade em todo o país na época da colheita. Na maioria das vezes, em condições piores do que em São Paulo. No Mato Grosso, por exemplo, o Ministério Público do Trabalho, de 1995 a 2006,

instaurou 41 procedimentos para investigar denúncias de trabalho escravo em usinas de álcool. Atualmente, as 10 usinas do Estado estão sob investigação.

Existem várias razões pelas quais o presidente Luiz Inácio Lula da Silva deve promover um grande debate antes de incentivar os produtores agrícolas a investir na produção de cana-de-açúcar: como no Brasil Colônia, ela favorece a concentração de terra; como sempre, cana-de-açúcar e monocultura são quase irmãs siamesas. E, o pior, as relações de trabalho pouco mudaram. A extensão da cultura da cana aumentou o número de empregos no campo, mas a um preço muito alto. Se disseminar a mecanização da colheita, esses empregos vão para o espaço; se virar monocultura, enterra qualquer chance de emprego em outro tipo de atividade agrícola.

Um novo ciclo de monocultura da cana-de-açúcar pode ser favorável, diante do cenário internacional. Mas a prosperidade que advier dela não pode ser obtida às custas do trabalho insano desses escravos pós-modernos. Nem o país pode pagar os preços que pagou pela decadência de outros ciclos igualmente concentrados na monocultura.

Maria Inês Nassif é editora de Opinião. Escreve às quintas-feiras

maria.inesnassif@valor.com.br

Contradição enfraquece relatório sobre clima - Andrei Netto - Estado de São Paulo – Vida & – 04/05/2007

Terceiro sumário do IPCC, que sai hoje, sucumbe à pressão política

Para manter seu poder de persuasão política hoje, em Bangcoc, na Tailândia, o Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC) terá de superar contradições e fraquezas do relatório preliminar. Defasado e controverso em certos pontos, o sumário sobre emissões e mitigação do efeito estufa abriu o flanco para que políticos o contestem. Também permitiu a guerra de informações entre países ricos, liderados pelos Estados Unidos, e emergentes, encabeçados pela China.

Ao contrário dos dois sumários anteriores, divulgados em fevereiro e abril, o documento deixa de apresentar números indiscutíveis e informações atualizadas. Um exemplo é o debate em torno de qual concentração de CO₂ na atmosfera (e a qual temperatura ela corresponde) a humanidade consegue administrar.

O índice preferido da comunidade científica fica entre 445 e 535 partes por milhão (ppm), que implicaria até 2,4°C a mais em relação à temperatura pré-Revolução Industrial após 2030. O custo para manter a concentração nesse patamar seria de até 5,5% do Produto Interno Bruto (PIB) mundial - que suscitaria urgência por parte dos governos na busca de medidas de contenção das emissões de gases-estufa.

As pesquisas que indicam esse cenário, entretanto, são escassas e têm bases de dados precárias. Os próprios cientistas admitem a pouca evidência.

Por outro lado, os estudos mais completos não são os mais atuais, nem ideais para manter as mudanças climáticas sob certo controle. Eles fixam cotas mais altas de concentração, de 550 a 650ppm - que levariam a uma Terra ainda mais quente. Contudo, o custo da mitigação seria menor, entre 0,5% e 3% do PIB até 2030.

Para esses níveis de concentração, o grau de confiança dos cientistas fica perto do ideal: “concordância elevada, com evidências médias” no palavreado do IPCC. Por isso, esse patamar tem mais chances de constar no texto final do que o primeiro.

CISÃO

A falta de pesquisas atuais consolidadas facilitou a pressão política. Dados conflitantes sobre um mesmo tópico permitiram aos governos escolher o raciocínio que melhor lhes convinha.

Foi com base nessa dicotomia que o IPCC rachou ao longo da semana. Países desenvolvidos, liderados pelos Estados Unidos, e nações em desenvolvimento, representados pela China e com a retaguarda do Brasil, estiveram reunidos em blocos opostos. Eles travaram uma disputa sobre quem deve começar a cortar as emissões de gases-estufa e a pagar a conta.

Países ricos lembraram que as emissões de nações em desenvolvimento serão as que mais crescerão até 2030, portanto seria mais fácil que o controle partisse delas. A delegação americana disse que entre dois terços e três quartos do percentual de crescimento da concentração de CO₂ na atmosfera, que pode variar de 25% até 90% a mais até 2030, será responsabilidade dos emergentes.

Os emergentes justificaram que, mesmo com o crescimento, os ricos manterão um índice de emissão per capita mais alto. A China falou de 9,6 e 15,1 toneladas de carbono por habitante nos países ricos - e entre 2,8 e 5,1 toneladas nos emergentes. Além disso, sustentaram as delegações, o passivo histórico cabe às nações industrializadas.

A discussão extrapolou o salão onde aconteceu a reunião. Stephan Singer, da ONG WWF, questionou a validade das discussões técnicas do IPCC ao considerar que os níveis “aceitáveis” de elevação da temperatura são altos demais. O próprio IPCC indica que 30% das espécies correm risco de extinção com 2°C a mais na temperatura média do globo.

De acordo com o jornal The Nation, de Bangcoc, o presidente do IPCC, Rajendra Pachauri, considerou o atual debate o mais delicado das reuniões feitas neste ano pelo grupo com as delegações. Questionado sobre o que esperar das discussões atuais, Pachauri foi transparente: “Eu não sei”.

OS RELATÓRIOS

Comprovação da culpa: Publicado em fevereiro, em Paris, o primeiro sumário para formuladores de políticas do IPCC em 2007 indicou que o aquecimento global é real e fruto

da ação do homem. O texto mostrou que, até 2090, a temperatura pode subir entre 1,8°C e 4°C no planeta

Os efeitos do aquecimento: Em abril, em Bruxelas, cientistas e delegados governamentais discutiram os efeitos econômicos e sociais do aquecimento global. O texto original sofreu interferências políticas de nações produtoras de petróleo e gás - Estados Unidos, Rússia, China e Arábia Saudita - e foi abrandado. Cerca de 30% das espécies animais e vegetais correm risco de extinção com o acréscimo de 2°C na temperatura média da Terra

As medidas para evitar o pior: O terceiro sumário da série será publicado hoje em Bangcoc, na Tailândia. Ele menciona as medidas centrais para reduzir a concentração de CO2 na atmosfera e vai além, ao avaliar o custo das medidas de mitigação. De acordo com o nível de concentração dos gases-estufa na atmosfera que será adotado pelos países, o custo pode oscilar entre 0,2% e 5,5% do PIB mundial até 2030

WWF cita Brasil como exemplo de uso de energias renováveis – Andrei Netto - Estado de São Paulo – Vida & – 04/05/2007

ONG faz referência ao etanol e diz que preocupação é evitar o avanço da cana sobre áreas de preservação.

Depois de diplomatas e observadores terem destacado o papel do etanol de cana-de-açúcar como uma das medidas de mitigação do aquecimento global discutidas pelo Painel Intergovernamental de Alterações Climáticas (IPCC), em Bangcoc, ontem foi a vez de a ONG WWF, uma das mais ativas na defesa ambiental, usar o Brasil como exemplo. Em um relatório marcado pelo otimismo e pela militância, intitulado “Parar o Aquecimento Global É Possível!”, os ambientalistas recomendam a alternativa brasileira, que pode “economizar US\$ 15 bilhões, criar milhões de empregos e ajudar o clima”.

O documento de 22 páginas foi divulgado na véspera da conferência de imprensa do IPCC. O Brasil aparece entre os bons exemplos de uso de energias renováveis e leis de redução das emissões de CO2, encontrados também na Tailândia, Filipinas, Reino Unido, Austrália e União Européia. “O Brasil tem enorme eficiência energética e potencial de exploração de energias renováveis”, diz o texto, endossado pela coordenadora do programa de Clima e Energia da WWF Brasil, Karen Suassuna. Segundo a ONG, o País vem descobrindo meios de cortar o desperdício de energia, promovendo inovação tecnológica e uso de energias renováveis.

Na edição de ontem, o Estado antecipou que o IPCC vai sugerir que os governos dêem ênfase à expansão do consumo de etanol até 2020, em especial o proveniente da cana, cujo impacto ambiental é inferior ao do produzido a partir do milho. O domínio da tecnologia de extração do álcool da cana é brasileiro, enquanto a exploração do potencial energético do cereal é prática nos Estados Unidos.

O objetivo da proposta é reduzir a emissão de CO₂. O Brasil, porém, provavelmente não estará no relatório de hoje do IPCC. Os cientistas devem evitar “nacionalizar” os exemplos de políticas “certas” ou “erradas” para evitar aprofundar os conflitos diplomáticos.

A WWF não menciona o uso do etanol, mas faz referência indireta. O diretor do Programa de Alterações Climáticas da WWF, Hans Verolme, é mais objetivo: “O caso do Brasil é único e mostra como o uso do etanol pode ser uma política eficiente de uso de energias alternativas. Nossa preocupação é encorajar o Brasil e outros países a se assegurarem de que a produção de etanol não trará pressões sobre outras culturas, o que poderia gerar invasões de áreas de preservação ambiental, como a Amazônia.”

Outro a elogiar a tecnologia brasileira foi Surichai Wun’Gaeo, diretor do Instituto de Pesquisas Sociais da Universidade Chulalongkorn, de Bangcoc. “O Brasil se tornou um país importante em termos de energia ao demonstrar seu domínio do etanol. Estamos diante de um exemplo para o mundo.”

O relatório cita parcerias entre indústrias e negócios para a redução das emissões de CO₂ e casos de como a atividade individual pode ajudar no controle dos gases causadores do efeito estufa.

Lula e o Ibama – Folha de São Paulo – Opinião - 04/05/2007

Impasse sobre usinas no Madeira indica urgência de criar regras mais claras para tornar previsível o licenciamento ambiental

A EXONERAÇÃO do diretor de Licenciamento Ambiental do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), Luiz Felipe Kunz Júnior, ainda sem substituto, só em aparência põe fim ao travamento da licença prévia para as hidrelétricas Santo Antônio e Jirau, no rio Madeira. Para retomar a expressão do presidente Lula, o bagre que caiu em seu colo lá continua.

O referido bagre é a dourada (*Brachyplatystoma rousseauxii*), tão explorada naquela região amazônica que os espécimes capturados são cada vez menores. Existe o temor de que as usinas, ao alterar o regime do rio, amplifiquem a ameaça à espécie. Embora encarne apenas um dos impactos previsíveis, o peixe se tornou emblema de um impasse mais amplo e preocupante.

O processo para obter a licença prévia começou há três anos. Após muitas idas e vindas, o Ibama definiu em parecer de 21 de março não ter condições de atestar a viabilidade ambiental do projeto e pediu novo estudo de impacto. Antes da exoneração, Kunz Júnior recusou o parecer da equipe técnica; para ele, caberia somente complementar informações, não recomeçar tudo do zero.

Santo Antônio e Jirau, com 6.450 megawatts de potência, são peças-chave no PAC de Lula. Seu aborrecimento com a procrastinação precipitou mudanças anteriormente em gestação no Ministério do Meio Ambiente (MMA), que controla o Ibama.

A alteração mais visível foi o desmembramento do instituto. Marina Silva separou a agência encarregada de emitir licenças (que prossegue sendo o Ibama) de outra criada para cuidar de parques e reservas (batizada Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, ou Chibio). A dissociação teve boa acolhida fora da instituição, pois concentra o foco das atividades e cria a expectativa de limites a excessos preservacionistas. Não tem cabimento, decerto, subordinar o licenciamento ambiental apenas a imperativos de ordem econômica. A falsa dicotomia, que parecia ter sido superada, não deve ser revivida. Por outro lado, é crucial que o licenciamento se torne mais célere e previsível. Não basta trocar diretores do Ibama ou secretários do MMA. É preciso detalhar normas e procedimentos que impeçam técnicos de terceiro e quarto escalão de prolongar de maneira indevida os processos, escorados numa visão maximalista do princípio da precaução. Governos estaduais, como o de Minas Gerais, têm conseguido avançar nessa forma de desburocratização.

Todo empreendimento do porte de Santo Antônio e Jirau comporta riscos. A própria ministra já se posicionou a favor de obras tão impactantes quanto a transposição do São Francisco e o asfaltamento da rodovia BR-163 (Cuiabá-Santarém). Não há razão à vista para que deixe de fazê-lo quanto ao Madeira, mas, para isso, Marina Silva e a Presidência da República devem empenhar-se mais em aperfeiçoar o quadro de referência do licenciamento ambiental no Brasil.

Salvar planeta custa 2% do PIB mundial – Claudio Ângelo – Folha de SãoPaulo – Ciência – 04/05/2007

Relatório estima o capital necessário para frear emissão de gases do efeito estufa e evitar "mudança climática perigosa"

Biocombustíveis devem ganhar fatia de 3% a 10% do transporte mundial até 2030, diz o IPCC, painel do clima das Nações Unidas

Salvar o planeta da crise climática já tem um preço: cerca de 2% do PIB mundial. O número é do IPCC, o painel do clima das Nações Unidas, que apresentou em Bancoc, Tailândia, a terceira e última parte de seu Quarto Relatório de Avaliação. O texto, cujo sumário executivo é dirigido aos formuladores de políticas públicas, trata da mitigação do efeito estufa.

Ainda não se sabe quanto o custo pode representar em dólares. O valor do PIB mundial é de US\$ 44,6 trilhões (medido em 2005), mas não é possível estimar quanto será em 2030, ano de referência com que o IPCC trabalhou. Hoje, 2% desse valor são US\$ 892 bilhões, mais de 80% do PIB do Brasil.

Embora não recomende aos governos que caminho tomar, o relatório apresenta três futuros possíveis para a humanidade, na forma de três cenários de redução de emissões de gases de efeito estufa, em especial o dióxido de carbono (CO₂). No mais otimista, a concentração de CO₂ na atmosfera é limitada a 450 ppm (partes por milhão) -o dobro do que havia no ar antes da Revolução Industrial. No mais pessimista, ela fica em 650 ppm.

"Se você mirar em uma estabilização de 450 ppm, consegue evitar que a temperatura suba 2C, o que causaria uma mudança climática perigosa. Mas vai ser um pouco mais caro: cerca de 2% do PIB mundial", disse à Folha Mohan Munasinghe, vice-presidente do IPCC. O relatório fala em "menos de 3%".

"Para 550 ppm é menos de 1%, e para 650 ppm é algo desprezível [cerca de 0,2% do PIB]", disse o pesquisador. Este último cenário colocaria o planeta no rumo de um aumento de 4C na temperatura em 2100, com os efeitos catastróficos decorrentes disso - secas, cheias, furacões e fome.

"Há tecnologias existentes e conhecidas para estabilizar em 450 ppm a 550 ppm, mas elas implicam em um custo significativo", disse Munasinghe. "O que falta é vontade política."

Entre essas tecnologias, uma interessa especialmente ao Brasil: os biocombustíveis. O IPCC traz uma boa notícia para agricultores brasileiros. Somados, todos os biocombustíveis -em especial o etanol de cana- poderão ocupar de 3% a 10% da matriz do setor de transportes em 2030. Isso significa reduzir até 1,5 bilhão de toneladas anuais de gás carbônico, pagando menos de US\$ 25 por tonelada cortada.

"Eles foram destacados no sumário executivo como uma das tecnologias de mitigação já disponíveis no mercado com os maiores potenciais de mitigação no setor de transporte", disse Suzana Kahn Ribeiro, professora da Coppe (Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia) da UFRJ e autora do capítulo de transportes do relatório. Não só no setor de transportes: o IPCC também os considera uma boa alternativa para gerar de energia até mesmo no setor florestal -com o álcool de celulose, um combustível produzido a partir de restos de madeira e serragem (ainda em escala piloto, fora do mercado).

Menção honrosa

Esta é a segunda menção favorável do IPCC a estratégias de mitigação do clima propostas pelo Brasil. A outra foi o reconhecimento do potencial do setor florestal (e da redução do desmatamento, um bandeira levantada pelo país) como ferramenta de mitigação que pode ser usada já a baixo custo.

O álcool de cana ganha destaque no texto do capítulo de transportes (fora do sumário executivo), que aponta suas vantagens em relação a outros tipos de etanol, como o de milho. A principal vantagem é a proporção de matéria-prima que vira combustível, que é maior para a cana.

Síndrome de Fidel

Mesmo destacando os biocombustíveis, o IPCC teve o cuidado de não superestimar o potencial dessa tecnologia no texto destinado aos tomadores de decisão, por duas razões. Primeiro, existe uma controvérsia em torno da chamada "síndrome de Fidel Castro", ou seja, a limitação da agricultura energética devido a uma competição com a agricultura para alimentos. "Isso já é um fato com o milho e alimentos derivados de milho nos EUA e México. Por não haver consenso a respeito, pouco pode ser afirmado, principalmente no sumário executivo", diz Ribeiro.

A outra é a absoluta falta de dados sobre o potencial de expansão dos biocombustíveis. Ribeiro diz que no Brasil, um grande produtor de cana, há apenas "um ou dois" estudos estimando limites para o aumento a produção de álcool. Setores inteiros, como o de transporte público e veículos pesados, acabaram ficando de fora da análise também por falta de referências científicas. Pode ser até que o real potencial do álcool e do biodiesel esteja subestimado.

"Não temos como fundamentar cientificamente", afirma a pesquisadora brasileira.

Verba para florestas – Valor Econômico – Agronegócio – Curtas - 04/05/2007

O Bird quer assinar até 2010 acordos com países como o Brasil para financiar a proteção das matas. A idéia é diminuir a contribuição ao aquecimento global feita pelo desmatamento e queimada.

Ração para tornar gado "ecológico" - Cibelle Bouças - – Valor Econômico – Agronegócios - 04/05/2007

Entre 2000 e 2001, quando a Europa enfrentou uma crise sanitária após o surgimento de casos de "vaca louca", pecuaristas brasileiros lançaram uma campanha valorizando a criação do gado a pasto. O conceito de "boi verde" ajudou o país a triplicar as exportações de carne bovina desde 2000, para 2,4 milhões de toneladas equivalente-carcaça no ano passado.

As preocupações sobre o aquecimento global e a emissão de gases de efeito estufa levaram as indústrias de rações a buscar alternativas para que os pecuaristas criem o gado de forma mais "ecológica". Segundo dados da FAO, braço da ONU para alimentação e agricultura, 29% do metano emitido na atmosfera vem dos rebanhos. Bovinos e suínos também respondem por 49% das emissões de amônia e 33% do óxido nitroso.

A pedido do Sindicato Nacional da Indústria de Alimentação Animal (Sindirações), pesquisadores da Embrapa Suínos e Aves, da USP e da Universidade Federal de Viçosa fizeram um estudo que comprovou que a substituição parcial de proteínas (como farelo de soja) por suplementos, como aminoácidos, enzimas e vitaminas, pode reduzir em até 30% a emissão de microminerais, fósforo e nitrogênio no meio ambiente. "O uso mais equilibrado

de proteínas também reduz o consumo de água pelos animais entre 5% e 15%", observa Daniel Bercovici, diretor do Sincronizações e da Ajinomoto Biolatina.

Para estimular o consumo de suplementos e levar o gado a emitir menos gases nocivos ao ambiente, a Associação Brasileira das Indústrias de Suplementos Minerais (Asbram) e a Associação Nacional das Indústrias de Fosfato na Alimentação Animal (Andifós) lançaram uma campanha de divulgação e um guia para auxiliar os pecuaristas na formulação das rações. Sérgio Morgulis, presidente da Asbram, prevê que a campanha estimulará uma expansão de 11% nas vendas de suplementos neste ano, para 2 milhões de toneladas.

A Cargill Nutrição Animal - dona da marca Purina - também lançou campanha para estimular pecuaristas a elevar o uso de suplementos e rastrear o gado. "Os pecuaristas estão mais preocupados com os efeitos ecológicos da produção", diz Emerson Botelho, gerente de produtos para ruminantes. A expectativa da Cargill é elevar as vendas de aditivos em até 50% no país com a campanha.

Clima esquenta na divisão da conta do aquecimento global - Daniela Chiaretti –Valor Econômico – Internacional - 07/05/2007

Na semana passada, a ONU divulgou relatório com cenários para o aquecimento global e o modo de enfrentá-lo. E indicou o custo disso. A discussão agora passa a ser como pagar a conta, e como essa conta será dividida. Cada país propõe um método de cálculo que lhe é mais favorável. As negociações vão esquentar.

O último relatório do painel da ONU sobre Mudanças Climáticas (IPCC), divulgado na sexta na Tailândia, dá a dimensão do problema. O custo anual para evitar mudanças climáticas desastrosas é de 0,12% do PIB global até 2030. Isso significa que o PIB global em 2030 será cerca de 3% menor do que se nada fosse feito. Não é pouco, mas é menos do que muitos previam.

Segundo o jornal britânico "Financial Times", o custo do corte de emissões implica gastos anuais de US\$ 1,5 trilhão a partir de 2020.

Como dividir a conta do aquecimento global	
O que está em jogo agora	
Quem é responsável pelo aquecimento global?	
■ Conceito de emissões	Propõe que seja levado em consideração o que cada país já emitiu de gases-estufa até hoje. Isso favorece países em desenvolvimento, que começaram a poluir faz pouco tempo. Os países desenvolvidos, que poluem há muito tempo, teriam de fazer cortes maiores. É defendida pela maioria dos países em desenvolvimento, inclusive o Brasil
■ Conceito de per capita	Propõe que o cálculo seja feito a partir das emissões per capita, isto é, o quanto um país polui dividido pela sua população. Isso favorece países em desenvolvimento com população enorme, pois eles teriam poluição per capita baixa. É defendida por China e Índia
■ Conceito de eficiência energética	Propõe que o cálculo de emissões seja feito a partir da energia gasta para cada dólar produzido em bens e serviços. Assim, quem produz mais com menos energia está poluindo menos. Isso favorece países desenvolvidos altamente eficientes no uso de energia. É defendida pelo Japão
Como reduzir as emissões de gases	
■ Países em desenvolvimento	Não aceitam para si metas compulsórias de cortes de emissão de gases, já que a responsabilidade histórica é dos países desenvolvidos. Comprometem-se com programas de reduções de emissões que não prejudiquem o seu desenvolvimento
■ União Européia	Propõe que os países desenvolvidos cortem suas emissões em 20% até 2020 (em relação ao nível de 1990). Se todos os países aderirem, a UE admite cortar suas próprias emissões em 30%. Quer que países em desenvolvimento façam cortes voluntários e propõe para isso mecanismos de ajuda
■ Estados Unidos	Rejeitam metas compulsórias de emissão de gases. Só admitem discutir metas caso elas sejam compulsórias também para os países em desenvolvimento

Pelo relatório do IPCC, se as emissões de gases alcançarem um pico em 2015, e depois, caírem 50% a 80% nas décadas seguintes (o que é considerado difícil), a temperatura subiria 2°C no final do século. Mas, se as emissões continuarem a crescer até 2030, cenário bem mais provável, a temperatura da Terra aumentaria 3°C em 2100. Mais que isso é tido como um quadro bem perigoso para o futuro do planeta.

Cientistas do mundo todo dizem que a tendência de aumento das emissões de gases-estufa tem que ser revertida até 2020, para evitar desastres maiores.

O que está em discussão agora é saber em quanto o mundo pretende limitar as emissões de gases-estufa - ou seja, se pretende estabelecer como limite um aumento máximo na temperatura de 2°C ou 3°C. Até 2012, está em vigor o Protocolo de Kyoto, que limita as emissões de países desenvolvidos. Estados Unidos e Austrália não se comprometeram com este acordo.

Agora estão em curso as negociações para o período pós-2012. É preciso definir quem vai se responsabilizar pelos cortes de emissões e como elas serão feitas.

Na retórica política, cada país defende o critério que lhe convém. O Japão, por exemplo, que tem uma economia muito eficiente e já calcada em tecnologias bastante limpas em relação aos gases-estufa, quer que o critério de discussão considere emissões por dólar de riqueza produzida.

A China, que pode se transformar no primeiro emissor mundial ainda este ano, quer que as discussões levem em conta as emissões per capita. É fácil entender o motivo. O país, que cresce com uma matriz energética até agora baseada em carvão, responde por 17% das emissões mundiais. Mas, se a conta for dividida pela sua enorme população, a China cai no

ranking dos grandes emissores. Este critério também é apoiado pela Índia, outro país emergente e populoso.

O princípio das emissões per capita não é uma bandeira brasileira. O Brasil, com menos de 3% da população mundial e responsável por 13,5% das emissões (é o quarto maior emissor), causadas principalmente pelo desmatamento, sairia perdendo com essa base. Prefere que a discussão leve em conta as emissões históricas, isto é, que a responsabilidade histórica pelo problema é dos países desenvolvidos, que poluem desde a Revolução Industrial, no Século XIX. Assim, o Brasil sai ganhando porque a industrialização brasileira é recente e o desmatamento foi mais acelerado a partir dos anos 80. Na prática, o país cairia no ranking de emissores. China, Índia, México e África do Sul apóiam este critério.

A União Européia já deixou claro o que pretende. Diz que vai reduzir suas emissões em 20% até 2020 (levando em conta os níveis de 1990), e que pode chegar a 30% se outros países desenvolvidos também o fizerem. Os Estados Unidos não aceitam a imposição de metas e têm corrido em raia própria. Vários estados americanos têm definido estratégias próprias para reduzir emissões. Em abril, a Suprema Corte dos EUA disse que o governo Bush tem de regular as emissões de gases-estufa.

Neste complicado jogo de xadrez, nenhum país quer mostrar imediatamente suas cartas. O debate político dos próximos meses já tem palcos definidos. O primeiro é a reunião do G-8+5, em junho, na Alemanha. O G-8 é o grupo dos sete países mais ricos do mundo, mais a Rússia. Os outros cinco são o Brasil, China, México, Índia e África do Sul.

O combate às mudanças climáticas também chegou ao Conselho Segurança da ONU, que deve debater o assunto nos próximos meses. Além disso, a próxima grande reunião internacional que discutirá ajustes no acordo de Kyoto e medidas para o pós-2012 acontecerá em Bali, na Indonésia, em dezembro.

O relatório de clima está em www.ipcc.ch

Crise é de gestão, conclui estudo de técnicos do Ibama - João Domingos – Estado de São Paulo – Nacional – 05/05/2007

Relatório entregue a Lula e Dilma afirma que divisão não reduzirá morosidade, agravada por regras de 2003

Estudo feito por técnicos do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), em mãos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, garante que os problemas na autarquia não são estruturais, mas de gestão. Na opinião desses técnicos, o modelo criado pelo PT depois de 2003 levou a um desastre, visto que cortou a interlocução entre o Ibama e os empreendedores.

“Até mesmo pedidos para as mais simples reuniões encontraram obstáculos intransponíveis”, diz o relatório, que chegou também à ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, e aos principais líderes do Congresso. O material municia os defensores do rápido licenciamento das obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Por sugestão da ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, há oito dias o governo editou uma medida provisória que dividiu o Ibama em dois. Uma parte passou a cuidar do patrimônio da biodiversidade e a outra, das licenças ambientais. Foi a solução emergencial encontrada pelo governo, depois que o Ibama negou as licenças prévias para o início da construção das hidrelétricas de Jirau e Santo Antonio, no Rio Madeira, em Rondônia. Importantes obras do PAC, com investimento previsto de R\$ 20 bilhões, as usinas teriam capacidade para gerar 6,5 mil megawatts, metade de Itaipu.

Marina não quis fazer comentários a respeito do relatório dos técnicos do Ibama. De acordo com a sua assessoria, o estudo não chegou até a direção do ministério e, por isso, não há motivos para comentar o que não existe oficialmente.

REUNIÕES

Para os técnicos, não é a divisão que vai acelerar as licenças ambientais, mas uma boa gestão. Conforme o relato deles, até dezembro de 2002 a Diretoria de Licenciamento mantinha uma rotina de reuniões periódicas com os empreendedores governamentais - Ministérios de Minas e Energia, Transportes e Planejamento, além de Petrobrás e Furnas, entre outros.

Nos encontros eram ajustadas as medidas necessárias à concessão das licenças para os empreendimentos prioritários para o País. No governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso foram fundamentais para desobstruir as obras do Programa Avança Brasil.

Cada reunião gerava um cronograma, contendo as responsabilidades de cada parte, que deveria ser cumprido até o próximo encontro. Assim, teria havido melhoria significativa na qualidade dos estudos ambientais e evitado a paralisação de projetos. A partir de janeiro de 2003, essa rotina de trabalho deixou de ser utilizada.

Aumentaram, assim, as dificuldades de interlocução entre as partes envolvidas. A área ambiental ficou com toda a responsabilidade pelo atraso na concessão das licenças. O mesmo estudo sugere ao governo que o empreendedor deve deixar de ser encarado como um inimigo do meio ambiente, mas como um parceiro que deve ser ouvido e orientado.

Antes de 2003, de acordo com o estudo, havia um convênio com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para o Programa de Modernização do Licenciamento Ambiental Federal. Este fornecia manuais e apoiava a desconcentração das atividades para o licenciamento ambiental.

A estratégia permitia maior agilidade na realização de vistorias e economia, pois não havia necessidade de que os técnicos de Brasília fossem deslocados. Hoje, alerta o relatório entregue ao presidente Lula, viagens de enormes equipes de vistoria viraram uma rotina.

'RETROCESSO' - Por fim, o estudo diz que, ao contrário do que vem sendo divulgado por Marina, uma simples análise dos resultados comparativos, entre 2002 e 2003, mostra um retrocesso espetacular em termos de efetiva concessão de licenças ambientais.

Em 2002, por exemplo, foram concedidas 212 licenças e 72 autorizações diversas, ante 118 licenças em 2003, sendo boa parte delas renovações de outras concedidas em anos anteriores e apenas 24 autorizações diversas.

O estudo lembra que a timidez dos resultados apresentados pelo órgão federal é desproporcional às condições de trabalho oferecidas, pois em 2003 foram incorporados mais 70 analistas ambientais aos 38 que já atuavam no ano anterior.

Por isso, em relação aos recursos humanos disponíveis, a concessão de licenças caiu em 50% em relação ao ano anterior, argumentam os técnicos, para reforçar a tese de que houve incompetência na gestão.

Em meio a polêmica, Marina aumenta a taxa ambiental – Marta Salomon – Folha de São Paulo – Brasil – 05/05/2007

Empresários condenam cobrança, destinada a financiar proteção ao ambiente

Ministra diz que mantém convite a Paulo Lacerda para presidir o Ibama e espera decisão em até três meses, mas não descarta "plano B"

No meio de pressões do governo para dar a licença para usinas do rio Madeira e de servidores que ameaçam greve geral, a ministra Marina Silva (Meio Ambiente) anunciou ontem que a taxa de compensação ambiental, cobrada em empreendimentos que provocam danos ao ambiente, será fixada em 2% (sobre o valor de qualquer investimento que provoque impacto ambiental).

Este será um dos primeiros atos do Instituto Chico Mendes, criado a partir da divisão do Ibama -que causou a insatisfação dos servidores. Marina confirmou que vai manter o pedido para que o atual diretor-geral da Polícia Federal, Paulo Lacerda, assuma o Ibama.

O percentual de cobrança era um dos itens polêmicos da agenda ambiental, ao lado do licenciamento de hidrelétricas.

Foi negociado durante meses de reuniões na Casa Civil. À Folha, a ministra disse que o percentual já foi objeto de decisão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva: ficará abaixo dos 3% propostos pelo Meio Ambiente, mas será maior do que o 0,5% cobrado atualmente.

O dinheiro da taxa -criticada por empresários, que a vêem como desestímulo a investimentos- irá financiar as áreas de proteção ambiental. Marina diz que a meta é criar

mais 20 milhões de hectares de unidades de conservação até o final do segundo mandato de Lula.

Depois de mais uma semana de pressões para apressar a licença ambiental de duas usinas hidrelétricas no rio Madeira, em Rondônia, a ministra do Meio Ambiente disse que governo e os responsáveis pelo estudo de impacto ambiental estão empenhados em tornar o empreendimento viável. São negociadas medidas que evitem o acúmulo de sedimentos e as ameaças aos peixes do rio.

"Não há saída fácil aqui", avalia Marina. Ontem, Lula esteve reunido com Marina, Silas Rondeau (Minas e Energia) e Dilma Rousseff (Casa Civil) para tratar do acompanhamento da questão do rio Madeira.

Lula já tomou o partido de Dilma e Rondeau e pediu pressa a Marina, pois considera que as duas usinas, Jirau e Santo Antônio, são fundamentais para o êxito do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento).
Leia trechos da entrevista:

FOLHA - Está definido o percentual de cobrança da taxa de compensação ambiental?

MARINA SILVA - No governo anterior, haviam proposto 5% de taxa, depois veio uma série de questionamentos e optou-se por um recolhimento de 0,5% até que se resolvesse definitivamente a questão a partir de metodologias e critérios que foram estabelecidos. A decisão do presidente [Lula] é fixar a taxa em 2%. O Ministério do Meio Ambiente havia proposto 3%. Na decisão governamental, ficou 2%, que incidem sobre os impactos ambientais não mitigados. Isso é uma decisão já tomada. Será formalizada por um ato do Instituto Chico Mendes.

FOLHA - Qual é a meta de criação de novas unidades de conservação ambiental?
MARINA - Queremos chegar a mais 20 milhões de hectares, no ritmo do primeiro mandato.

FOLHA - Há ameaças a essas áreas?
MARINA - O perigo é constante de serem invadidas, de grilagem e retirada de recursos naturais. A pressão é forte. Mas você verifica que a criação das áreas já cria um efeito positivo. Na BR 163, em 2002, por exemplo, havia um aumento de 500% do desmatamento, e conseguimos uma redução de 91%.

FOLHA - O presidente Lula voltou a defender o licenciamento das hidrelétricas do Madeira. A sra. não se sente mais pressionada?

MARINA - O presidente só está demonstrando, no meu entendimento, o quanto ele quer viabilizar as duas coisas com cuidado. Ele está dizendo que está empenhado em fazer o que for necessário para viabilizar a proteção e a conservação [do meio ambiente] e a necessidade de gerar energia no país. O problema é que parece que as pessoas só entendem se uma coisa for para subtrair a outra. Se fosse assim, nós teríamos que decretar que não haveria legislação ambiental no país e nem deveria haver setor ambiental. Não é isso o que está acontecendo, pelo contrário.

FOLHA - A sra. acha que o governo deveria considerar a hipótese real de o Ibama vir a negar a licença para as usinas de Santo Antônio e Jirau?

MARINA - O esforço que está se fazendo é para que as questões sejam adequadamente resolvidas do ponto de vista técnico. Se o empreendimento for viável do ponto de vista ambiental ou se tiver meio para tornar viável por uma série de medidas de mitigação e condicionalidades, é esse esforço que está sendo feito. De nada adianta um procedimento fragilizado que, ao entrar na Justiça, você não tenha como provar que aquilo é viável. O esforço é nesse sentido, do Ibama, do MME e dos empreendedores. É da natureza do nosso trabalho lidar com questões complexas e que tencionam determinados interesses. Mas a figura do Estado é justamente para fazer essa mediação com isenção.

FOLHA - O MME diz que já no segundo semestre poderá ter de contratar produção de energia por termelétricas a carvão, opção que a sra. condena, por ser mais poluente. O governo não fica sem saída?

MARINA - Não é fácil, não tem saída fácil aqui. O meu esforço é para que a gente possa ter o suprimento com sustentabilidade e evitar caminhos insustentáveis, como é o caso das termelétricas, ou inseguros do ponto de vista da destinação de resíduos, como é o caso da nuclear. Como ministra do meio ambiente, eu ousou pensar de que esse esforço não é um esforço isolado de um setor, de meia dúzia de xiitas que não têm uma visão de país.

FOLHA - A sra vai insistir na indicação do Paulo Lacerda, diretor da Polícia Federal, para presidir o Ibama?

MARINA - Como a consolidação da estrutura das duas instituições -Ibama e Instituto Chico Mendes- demorará um período de 90 dias, esse é um período em que, quem sabe, o ministério da Justiça conseguirá fazer a sua transição. O convite continuará para o doutor Paulo, sem prejuízo de que eu já esteja procurando um plano B.

Consciência abre novos mercados - Arnold Schwarzenegger* – Estado de São Paulo – Vida & – 06/05/2007

O aquecimento global não é algo sobre o que estamos fantasiando. É real. A ciência está consciente disso.

O nosso papel como governo é estabelecer limites para as emissões de carbono, e cabe à indústria imaginar de que forma ela quer obedecer a esses limites, seja por meio de novos tipos de bateria, de novas misturas de combustíveis ou de combustíveis totalmente novos. Um grande desafio é convencer nosso próprio governo em Washington não apenas de que ele tem de agir, mas também liderar. Os Estados Unidos representam só 5% da população mundial, mas somos responsáveis por 45% das emissões automotivas de carbono no mundo.

Estou consciente de que, à medida que avançamos nessa estrada, temos de proteger os empregos e a economia assim como o meio ambiente. Não precisamos escolher entre um e outro. Podemos fazer ambos. Isso já foi comprovado a curto prazo - aprovamos leis ambientais rigorosas na Califórnia e, mesmo assim, o Estado saiu da beira da falência com um sólido crescimento econômico que tem gerado centenas de milhares de empregos nos últimos dois anos. Agora as empresas estão voltando para a Califórnia, e não indo embora.

Num prazo mais longo, a exigência da população de que o meio ambiente seja limpo e que o aquecimento global seja detido está abrindo novos mercados para a tecnologia verde e limpa. Por causa disso, as empresas estão se transformando nas maiores impulsionadoras da causa ambiental em vez de suas inimigas.

Um exemplo - a Tesla Motors criou um novo carro 100% elétrico que pode rodar cerca de 320 quilômetros sem precisar recarregar. Além disso, é capaz de desenvolver uma velocidade de 210 km/h e ir de 0 a 100 quilômetros em quatro segundos. Poderia vencer qualquer Porsche.

O problema é que, muito frequentemente, os carros com consumo eficiente de combustível tem um design ruim. Eles não são tão bonitos. Não são o tipo de carro que o Exterminador dirigiria! Como eu, muita gente quer um carro esportivo, elegante e com câmbio manual. Mas também queremos que seja verde.

O importante é que o setor pode mudar sua tecnologia para ser limpa e amigável ao meio ambiente. Podemos ter um carro grande e potente como o meu Hummer, e uma mãe que quer seus filhos seguros pode dirigir um veículo utilitário esportivo, com emissões de carbono zero.

Em resumo, a tecnologia existe. A demanda existe. Se o governo assumir o comando, os investimentos o seguirão, as empresas o seguirão e os empregos surgirão. É dessa forma que devemos lidar com o aquecimento global em vez de fazer as pessoas se sentirem culpadas, dizendo-lhes para reduzir o tamanho de seus carros.

É claro que se as pessoas quiserem carros menores, isso é ótimo, mas precisa ser uma escolha delas.

Se nosso exemplo na Califórnia conseguir sacudir suficientemente o governo federal para acordá-lo, então os próprios EUA podem assumir o comando. Isso, naturalmente, terá um impacto muito maior. Se a liderança vier de Washington, então há uma chance muito maior de trazer para nosso rebanho a Índia e a China, que logo será a maior emissora de gases de efeito estufa do mundo.

A liderança americana e a relação com a China são cruciais no tratamento do problema do aquecimento global. A China está pondo em funcionamento centenas de novas usinas que queimam carvão porque está faminta de energia. Por que eles precisam de tanta energia? Porque estão produzindo mercadorias para expedir para os consumidores americanos.

Temos de compreender que cada produto que compramos da China é confeccionado com combustível sujo. Creio que, no futuro, vamos tratar países que produzem mercadorias sem levar em conta o meio ambiente da mesma forma como lidamos com países que violam os direitos humanos e que têm fábricas quase escravizadoras. Na qualidade de consumidor final, os Estados Unidos têm muito poder neste aspecto.

O aquecimento global tem apresentado um duro desafio para a humanidade. Uma vez que todos nós compartilhamos do mesmo planeta e respiramos o mesmo ar, seja qual for nossa nacionalidade e convicção política, só faz sentido trabalharmos juntos.

Transformar a crise climática numa oportunidade - para investimentos, tecnologia limpa e verde e empregos - é uma questão de liderança.

*É governador da Califórnia. Seu comentário foi adaptado pelo Global Viewpoint de observações que ele fez a um comitê de cientistas na Conferência Global do Milken Institute, em Los Angeles

Investir no planeta - Folha de São Paulo – Opinião - 07/05/2007

Último relatório do IPCC indica que estabilizar o clima pode custar até 3% do PIB mundial em 2030, mas com retorno certo

O TERCEIRO e último volume do novo relatório de avaliação do Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática (IPCC, órgão criado pela ONU em 1987), apresentado sexta-feira em Bancoc, confirma a mensagem principal das sùmulas já divulgadas neste ano: o aquecimento global é uma realidade, e o mundo só tem a ganhar com medidas urgentes para contê-lo.

Nos dois sumários anteriores, o IPCC se debruçou sobre a base científica da mudança climática e sobre seus impactos. O relatório agora anunciado focalizou a chamada "mitigação". No jargão do setor, providências para reduzir as emissões de gases do efeito estufa, como o dióxido de carbono (CO₂), que aprisionam radiação na atmosfera, aquecendo-a.

O cenário mais otimista desenhado pelo IPCC indica a necessidade de estabilizar a concentração de CO₂ em torno de 450 partes por milhão (ppm). Tal valor corresponde a aproximadamente o dobro da concentração no período pré-industrial. Se não for ultrapassado, estima-se que o aumento de temperatura até 2100 ficará na casa de 2C, considerado menos desastroso.

Para tanto, as emissões atuais teriam de ser cortadas em pelo menos 50% (os gases emitidos hoje permanecem décadas no sistema atmosférico). Não é meta que se possa atingir sem um grande esforço, e conjunto.

Evidentemente, isso tem um custo. O novo relatório do IPCC indica que ele ficaria numa faixa inferior a 3% do PIB mundial até 2030. A cifra está próxima do investimento de 1% do PIB projetado na "Revisão Stern", célebre estudo de 2006 encomendado pelo governo britânico a Nicholas Stern, ex-economista-chefe do Banco Mundial.

Stern, no entanto, calculou também o custo da inação. Se nada fosse feito para conter o crescimento das emissões (que já subiram 70% de 1970 a 2004), o produto mundial poderia ser reduzido em até 20%, neste século. Encarado desse ângulo, o que alguns entendem como custo deve ser definido como investimento, condição de possibilidade do crescimento.

O documento do IPCC, por seu turno, põe ênfase nas oportunidades econômicas implícitas nos esforços de mitigação. Aqui, países em desenvolvimento como o Brasil contam com boas perspectivas. Segundo o painel, 65% do potencial de redução de emissões com baixo custo se encontra em países tropicais, metade disso ganhos alcançáveis com redução de desmatamento.

Para realizar tal potencial, contudo, o Brasil e aliados como a China precisam rever a objeção a comprometer-se com metas de redução de emissões. Não resta dúvida de que países ricos foram e são os maiores responsáveis pelo aquecimento, mas tampouco se pode negar que o combate a seus efeitos hoje depende, mais e mais, da participação de todos.

Zonas ambientais têm 587 garimpos – Eduardo Geraque - Folha de São Paulo – Ciência - 07/05/2007

Mapa da Geodiversidade do Brasil enxerga choque entre o uso do subsolo e a tentativa de preservar o que há sobre ele

Produto feito pelo Serviço Geológico do Brasil, além de identificar os conflitos, quer ser uma ferramenta para as obras de infra-estrutura

Neide Cinta Larga, 26, dá banho em seu filho recém-nascido no rio Roosevelt, Rondônia, onde os índios mataram 29 pessoas no garimpo conhecido como Grota do Sossego, em 2004

Sob pena de intensificar os conflitos pelo uso da terra, em algum momento, o governo terá que decidir por qual atividade ele prefere. O Brasil tem hoje 587 garimpos em áreas de proteção ambiental, o que, segundo lei, não deveria ocorrer. Essa sobreposição entre exploração do subsolo e uma tentativa de preservar o que está sobre ele surge do Mapa da Geodiversidade do Brasil, produto feito pelo SGB (Serviço Geológico do Brasil).

O cruzamento dos números foi feito à pedido da Folha pelo geólogo Cássio Roberto da Silva, do departamento de gestão territorial do SGB. Ele é o coordenador do mapa. O documento identificou a existência de 207 garimpos em reservas indígenas, 56 em parques nacionais, 292 nas chamadas áreas especiais de proteção permanente e 32 nos vários tipos de reserva.

Apenas as áreas com metais preciosos foram consideradas na tabulação dos dados. Algumas dessas ocupações ocorreram antes de a região ter sido transformada em área de proteção ambiental.

No total, existem 1.906 ocorrências minerais nas áreas de preservação ambiental. Menos de 20% delas ainda estão intocadas, informa o SGB.

"Essa é uma das funções do projeto, mostrar onde podem ocorrer os conflitos e abrir uma discussão sobre esse problema", afirmou o pesquisador.

O produto inédito criado pelo SGB, na escala de 1:250.000.000, pretende ser uma ferramenta essencial para qualquer obra de infra-estrutura que venha a ser feita no Brasil. Ele não apenas identifica em um mesmo mapa onde estão as riquezas do subsolo brasileiro, como onde se localizam estradas, ferrovias, portos, linhas de transmissão elétrica e até os gasodutos.

O mapa exhibe ainda as fragilidades e as potencialidades dos terrenos diante dos empreendimentos humanos. Isso, segundo o SGB, ajudará a credenciar o documento como um importante instrumento de ordenamento territorial.

O órgão, por exemplo, já usa parte de seus estudos para desenvolver meios de monitorar os deslizamentos de terra que ocorrem nas encostas da cidade fluminense de Angra dos Reis, no litoral sul do Estado.

Conflitos na construção

Além de todas as áreas de preservação, a fertilidade do solo e a qualidade da água também foram mapeadas.

"Esses dados são importantes para alertar os empreendedores, públicos ou privados, a não projetarem obras dentro das reservas. E isso se aplica a construção civil, mineração, agricultura, pecuária, turismo e outros empreendimentos", explica o geólogo Iran Machado, também do SGB.

Para o pesquisador, no caso das grandes obras de engenharia, os conflitos podem surgir, por exemplo, no momento da construção. "As fontes de materiais naturais que serão usadas para a obtenção do material podem estar localizadas dentro de reservas. Caberá aos órgãos ambientais administrar esses conflitos", disse Machado.

Segundo o geólogo, no passado, a construção de algumas hidrelétricas já geraram conflitos desse tipo. "Isso ocorreu, nas últimas décadas, tanto na Amazônia quanto também no Estado de São Paulo, na Usina Hidrelétrica do Tijuco Alto, no Vale do Ribeira. Apesar da tensão que existe entre a mineração e a preservação ambiental, José Carlos Garcia Ferreira, superintendente regional de São Paulo do SGB, lembra que a idéia não é ser contra esse tipo de atividade econômica.

"A mineração é muito importante para o Brasil. A questão não é ser contra, mas sim contribuir para que ela possa ser feita de forma organizada", explica Ferreira. O SGB, que passou a usar novamente a sigla CPRM em seu dia-a-dia, está completando 100 anos de atividades agora em 2007. Até dezembro deverão ser lançados também, segundo Ferreira, alguns mapas de geodiversidade regionais. "E, nesse caso, com escalas bem mais detalhadas do que a usada para o mapa do Brasil".

Bife aguado - Xico Graziano – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 08/05/2007

Preocupação é maior com produção do combustível

Cuidado. Esses temerosos tempos de aquecimento climático provocam uma perigosa mistura de neurose ecológica com preconceito cultural. Basta ver o caso da pecuária. O coitado do boi está sendo esculachado. Seu arrotto virou crime.

Verdade não se esconde. Do processo de ruminação, característico dos animais vegetarianos de duplo estômago, como os bovinos e ovinos, resulta a produção de gases. Quando arrotam, as vacas libertam metano, gás que é 23 vezes mais nocivo, quanto ao efeito estufa, que o dióxido de carbono.

Desgraçadamente, o feijão, entre outros alimentos, causa problema semelhante para humanos. O metano é subproduto da fermentação anaeróbica, quer dizer, aquela verificada na ausência de oxigênio. Estufou, precisa sair. Muitas rodas sociais já se prejudicaram por este desleixo da vida.

Até aí, tudo bem. Ocorre que, pela internet, circula a informação de que uma vaca pode arrotar até 500 litros de metano por dia. Haja atmosfera que agüente! Sabendo-se que o rebanho bovino mundial atinge 1,4 bilhão de cabeças, tal volúpia gasosa é altamente condenável. Morte às vacas!

Procurando solução amena, o cientista alemão Winfred Dochner criou uma pílula antiarrotto para receitar aos bovinos. Tecnologia veterinária de última geração contra os gases. Chega a ser engraçado.

O assunto, porém, é muito sério. E enganoso. Os cálculos sobre as emissões de metano advindas dos rebanhos são pouco críveis. Geralmente meras suposições. Como

poderia um animal expelir 500 litros de gás por dia, se ele, o bicho inteiro, ossos e músculos, geralmente, pesa menos que isso? Será possível arrotar mais que seu próprio volume?

Segundo dados divulgados pela Embrapa, um boi libera cerca de 60 quilos de metano, não por dia, mas a cada ano. Dariam perto de 30 gramas diários, bem longe daqueles assustadores 500 litros. Enorme diferença.

Contra o boi ou sua digníssima vaca, existe ainda forte polêmica sobre o custo ambiental de sua carne. O problema reside no consumo de água pelo rebanho. Segundo propagado, a produção de um quilo de carne bovina exige 15 mil litros de água. Fazendo as contas, uma pessoa que mastigue 200 gramas de carne estará contribuindo, por dia, para o consumo de 3 mil litros do precioso bem. Será verdade?

Claro que não. O antiecológico bife aguado é outro engodo do raciocínio, uma conta de bocó. Comprado barato por conhecidos formadores de opinião, o cálculo considera a quantidade total de água que um animal bebe em toda sua vida. Dividido pelo peso de abate, surge o número mentiroso. Onde está o erro?

No xixi do boi. É fato elementar que o bicho, por muito beber, urina várias vezes no dia, fartamente. Aliás, assim também procedem os humanos. Se a água ingerida fosse sempre armazenada, aquele número assustador estaria correto. Ocorre que, ao fazer pipi, o animal recicla a água no ambiente. Não gasta coisa nenhuma.

Entidades ambientalistas e até mesmo gente da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) entraram nessa onda de combater o desperdício de água culpando a agropecuária. Já fizeram a conta mostrando que a produção de um único hambúrguer exige tanta água quanto 40 banhos de chuveiro. Balela total.

Tais apocalípticos cálculos se esquecem da lei básica de Lavoisier: na natureza nada se perde, tudo se transforma. Confundindo a opinião pública com informações fantasiosas, pouco contribuem para equacionar os verdadeiros problemas da produção agropecuária. E são vários.

Parece que, aos ecologistas inocentes, falar mal do campo é mais fácil. Não fica estranho. A sociedade urbana tem sido contumaz no trato preconceituoso contra seus agricultores, como a querer renegar seu sofrido passado. Agora que a urbe paga os pecados do aquecimento global, volta sua culpa contra a pobre da vaca.

Ora, quem anda estragando as águas da Terra é a imundície urbano-industrial. E as elevadas emissões de carbono se devem à frenética civilização consumista, oposta à pacata vida rural. Botar a culpa no campo é como varrer a sujeira para debaixo do tapete. O raciocínio fácil, enviesado, todavia, permeia inclusive os cientistas de asfalto.

A maior prova disso se encontra nos atuais dados sobre emissão de gás carbônico. Afirmam os cientistas do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC) que o

desmatamento é responsável, no Brasil, por cerca de 70% das emissões nacionais dos gases estufa. As queimadas na Amazônia, portanto, sobrepunham, de longe, as emissões urbanas. Estranho.

Cuidado, novamente, com o número. A metodologia do cálculo das emissões oriundas do desmatamento supõe que, numa certa área, toda a massa vegetal das árvores - madeira, galhos e folhas - seja queimada, fazendo subir aos céus a fumaça carregada com dióxido de enxofre. Pura hipótese.

Na prática, apenas pequena parte do volume derrubado da floresta arde no fogo. O restante, acima de 70%, representa exatamente a cobiçada madeira, que segue adiante para a construção civil e a movelaria do Centro-Sul do País ou embarca para o resto do mundo. Bem ou mal, esse cerne valioso significa carbono imobilizado. Na conta dos desavisados ecologistas, todavia, tudo virou fumaça.

Qualquer desflorestamento é condenável. Seguido de fogo, então, deve ser execrado. Mas é errado considerar que a agropecuária seja a maior responsável pela emissão dos gases estufa. Fazendo as contas corretas, são as emissões veiculares e as chaminés nas metrópoles as grandes culpadas pelo aquecimento do Planeta.

Ecologia não combina com ideologia.

Xico Graziano, agrônomo, foi presidente do Inca (1995) e secretário de Agricultura de São Paulo (1996-98). E-mail: xico@xicograziano.com.br

Falta de licença ambiental trava obras do PAC na área de energia - Leonencio Nossa – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 08/05/2007

Das 7 obras divulgadas com sinal vermelho, 6 são do setor; Dilma mostra irritação, mas evita criticar Marina

No balanço de 100 dias do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), ontem no Palácio do Planalto, a área energética foi apresentada como principal preocupação do governo, por conta dos atrasos em boa parte das iniciativas previstas no pacote. Das 7 obras divulgadas pelo governo como tendo recebido selo vermelho - sinal de andamento “preocupante”, pelos critérios adotados no balanço -, 6 são da área energética.

Indiretamente, a responsabilidade por esse gargalo foi atribuída à área ambiental. A ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, que tem funcionado como coordenadora do PAC e fez a apresentação, evitou responsabilizar diretamente a ministra Marina Silva, mas informou que 12 obras relevantes estão com selo vermelho ou amarelo - sinal de atenção, para o governo - por conta de atraso gerado por falta de licença ambiental.

O balanço preparado sob a supervisão de Dilma aponta a questão ambiental como “desafio” para dar prosseguimento a pelo menos quatro das sete obras com cronograma com selo em vermelho.

Ao falar do assunto em entrevista, Dilma disse que as soluções para destravar as obras são “políticas”. Depois, corrigiu-se, dizendo que o governo só busca soluções “técnicas”, sem prejudicar o meio ambiente. “Não existe escolha de Sofia, a solução é sempre técnica”, ressaltou. Ela mostrou desconforto ao ser questionada sobre qual cor de selo daria ao Ministério do Meio Ambiente. Em tom duro, disse que não cabe a ela julgar outros ministros.

“Nunca farei, não acho isso correto”, afirmou. Na avaliação da ministra, essa tentativa de apresentar infra-estrutura e meio ambiente como em campos opostos não produz boa compreensão para a população. Marina não foi convidada para o balanço do PAC, com a justificativa de que dirige um ministério que não toca obras.

NÚMEROS GERAIS

Pelos números e gráficos mostrados por Dilma, 52,5% das 1.646 ações do PAC, entre estudos, projetos e obras, estão com cronograma em situação verde - selo usado para andamento adequado. Entre as demais, 39,1% ganharam amarelo e 8,4%, vermelho. A ministra disse que a classificação dos cronogramas adotada é “conservadora” e “rigorosa”, mas mostrou que 91,6% das obras estariam com andamento satisfatório - soma de ações com selos amarelo e verde.

O governo também avaliou como positiva a aprovação de medidas provisórias no Congresso para implementar o PAC e a análise na Câmara da Lei de Diretrizes Orçamentárias, que acrescentou R\$ 6,7 bilhões ao programa no Orçamento Geral da União deste ano.

Mesmo diante desses índices considerados bons, Dilma não escondeu a irritação com os atrasos em obras emblemáticas do PAC. “Vou abrir antes que vocês peçam”, disse aos jornalistas ao comentar as páginas do balanço sobre as obras das usinas hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio, no Rio Madeira, em Rondônia, que estão paralisadas por falta de licença ambiental. As duas obras vão gerar, segundo o governo, 6.694,4 MW - metade da energia de Itaipu. O custo total dos projetos é de R\$ 14,4 bilhões. “Se passar de maio, a entrega das obras ficará para 2013”, disse, referindo-se ao desejo do governo de conseguir a liberação até o fim deste mês.

Dilma se irritou diante de questão sobre a ausência de Marina. Um jornalista lembrou que o ministro Paulo Bernardo (Planejamento) também não é gestor direto de obras e, no entanto, estava presente. “Essa é uma pergunta um pouco provocadora”, disse Dilma. “Não colocamos o ministério inteiro aqui”, completou. “Uma parte das divergências está na cabeça de vocês (jornalistas) e a outra é técnica, não pessoal.”

Além de Dilma e Bernardo participaram da apresentação, no Salão Oeste do Palácio do Planalto, os ministros Guido Mantega (Fazenda), Márcio Fortes (Cidades), Franklin

Martins (Comunicação Social), Alfredo Nascimento (Transportes), Silas Rondeau (Minas e Energia) e Geddel Vieira Lima (Integração).

O balanço preparado sob a supervisão de Dilma é bem claro ao apontar a questão ambiental como “desafio” para dar prosseguimento a pelo menos quatro das sete obras com cronogramas em vermelho. O balanço informa que a obra da usina hidrelétrica Pai Querê, entre Santa Catarina e Rio Grande do Sul, está paralisada pelo Ibama desde 2003. Já a obra da usina Baixo Iguaçu, no Paraná, está travada por um conflito de competência entre o órgão e o Instituto Ambiental do Estado.

Por um instante, Dilma fez um elogio na entrevista a Marina, ressaltando que a colega do Meio Ambiente foi importante no processo de construção da BR-163, rodovia que liga Mato Grosso ao Pará. Mas o balanço divulgado ontem também não poupa a pasta de Marina ao comentar a situação das obras da rodovia. O documento destaca que é preciso autorização para retirar rochas do Parque Nacional do Jamanxim, no Pará.

Dilma diz que não consegue gastar no PAC - Folha de São Paulo – Dinheiro - 08/05/2007

"Temos os recursos", diz ministra, após divulgar balanço revelando que 47% dos projetos do programa têm dificuldade

Para governo, questão ambiental é maior entrave, mas plano enfrenta falta de projetos e coordenação com Estados e municípios

Das 1.646 medidas prometidas pelo governo, em janeiro, para turbinar o crescimento do país no segundo mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, só metade conseguiu avançar, com boas chances de serem concretizadas dentro do prazo previsto inicialmente.

O resto de obras, estudos e projetos do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), 47,5%, enfrenta diferentes graus de riscos que podem comprometer sua execução.

Segundo balanço dos primeiros quatro meses do programa, 864 ações do PAC (52,5%) ganharam o selo positivo da ministra Dilma Rousseff (Casa Civil), coordenadora do programa. Isso equivale a R\$ 308,9 bilhões (61,3%) dos R\$ 503,9 bilhões que o governo prometeu investir até 2010.

Classificados de preocupante e com um carimbo vermelho à frente estão 138 obras, projetos ou estudos (8,4% do total), com investimentos totais de 2007 a 2010 de R\$ 45,8 bilhões.

O governo não divulgou ontem a lista completa dessas obras. Listou sete: as usinas hidrelétricas de Jirau, Santo Antônio, Pai Querê e Baixo Iguaçu, o gasoduto Urucu-Manaus, a linha de transmissão de energia Palhoça/Desterro e o aeroporto de Vitória. Quatro delas, as usinas, por falta de licenças ambientais.

O restante dos empreendimentos, 644 (39,1% do total), foi carimbado de amarelo por Dilma por merecer "atenção" devido a pequenos atrasos no cronograma das obras ou

riscos como licenças ambientais, análise de editais pelo TCU (Tribunal de Contas da União) e fornecimento de equipamentos.

Entre as obras com carimbo amarelo o governo colocou a transposição das águas do rio São Francisco. Dilma disse que ela poderia estar com sinal verde, mas o governo preferiu incluí-la no grupo que necessita de atenção especial por considerá-la prioritária. Em seu balanço, o governo procurou dar uma avaliação mais positiva do PAC ao considerar com andamento satisfatório tanto os empreendimentos com rendimento adequado como os que merecem atenção, o que totaliza 91,6% do total.

Segundo Dilma, o maior entrave do PAC nesses primeiros meses são questões ambientais. É o caso, por exemplo, da falta de licença ambiental para as hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio, no rio Madeira, que provocaram críticas de Lula ao setor ambiental do governo.

Mas o governo também enfrenta problemas com a falta de projetos e de coordenação com Estados e municípios, que estão comprometendo a área de infra-estrutura social e urbana, freqüentemente citada pelo governo como a que poderá contribuir para reduzir a desigualdade social, um dos objetivos do PAC. Esses projetos incluem, além de saneamento e habitação, metrô e urbanização de favelas.

"Temos recursos"

"Temos os recursos, mas todo um processo que não gerou a quantidade de projetos necessário", justificou Dilma.

Essas dificuldades, além de atraso na liberação de recursos orçamentários, fizeram com que o governo gastasse muito pouco do Orçamento deste ano.

De um total de quase R\$ 16 bilhões em investimentos previstos no PAC, só R\$ 1,920 bilhão (12% do total) já foi devidamente comprometido para as respectivas obras, o que no jargão é chamado de empenho.

O governo alega, porém, que até o momento tem autorização para gastar R\$ 9,5 bilhões do PAC com recursos orçamentários até que o Congresso aprove aumento de verbas do PPI (Projeto Piloto de Investimentos). Com essa conta, o valor empenhado já estaria em 20%, acima do valor usado em anos anteriores.

Segundo antecipou a Folha, às vésperas de soltar o primeiro balanço do programa, o governo pisou no acelerador e aumentou em quase R\$ 1 bilhão os empenhos realizados. Apesar dos entraves, o governo avalia que o desempenho é favorável até agora. "Os objetivos estabelecidos foram, de modo geral, conseguidos", afirmou o ministro Guido Mantega (Fazenda). "Optamos por uma posição conservadora no balanço", destacou a ministra Dilma.

O principal instrumento do PAC para acelerar o desenvolvimento no país é o aumento dos investimentos, sobretudo o privado.

"Instinto animal"

Isso, segundo Mantega, está sendo conseguido porque o programa "despertou o espírito animal empreendedor do empresariado para ele buscar ousar e confiar que será bem-sucedido".

Da agenda legislativa associada ao PAC, apenas uma proposta já foi convertida em lei, a que destina R\$ 452 milhões para a extinção da Rede Ferroviária Nacional e a liquidação da Companhia de Navegação do São Francisco.

Estão no Congresso oito medidas provisórias que precisam ser votadas até o final deste mês para não perderem a validade, cinco projetos de lei -dois dos quais parados desde

o início do ano- e uma série de outras iniciativas emperradas há anos e listadas no pacote oficial do governo.

Citi promete US\$ 50 bi para setor ambiental - Folha de São Paulo – Dinheiro - 08/05/2007

O Citigroup vai anunciar hoje que se comprometerá a financiar US\$ 50 bilhões em projetos ambientais na próxima década, de acordo com o "Financial Times". O maior grupo de serviços financeiros do mundo também deve anunciar seus investimentos para reduzir a emissão de gases responsáveis pelo efeito estufa.

O Citigroup passou a dar recomendações para as pessoas que tomam dinheiro emprestado de como tornar seus projetos ambientalmente sustentáveis e, assim, diminuir os riscos de punições em caso de mudanças nas leis ambientais.

Ainda de acordo com o jornal financeiro britânico, o presidente do Citigroup, Chuck Prince, vai dizer que o clima "se constitui em um importante desafio para o mundo, para a economia global e para o clientes e exige ações enérgicas".

O anúncio de hoje da instituição segue uma tendência de outros grandes bancos americanos de investir em projetos no setor ambiental, como energias alternativas, eficiência energética e emissão de créditos de carbono.

Recentemente, o Bank of America anunciou que investirá US\$ 20 bilhões para apoiar atividades empresariais ambientalmente sustentáveis.

Antagonismo anacrônico – Carlos Minc – O Globo – Opinião – 08/05/2007

Incrível. É como se tivéssemos voltado 30 anos no relógio do tempo. Os vilões do desenvolvimento não são os que degradam os ecossistemas, os que destroem a Mata Atlântica, aterram as lagoas ou contaminam os rios com metais pesados.

Os malfeitores são o Ibama, a legislação ambiental, os ecologistas. E isto tudo depois de o Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas revelar o tamanho do drama planetário, provocado por empresas emissoras de gases de efeito estufa, pelas queimadas, pelo sistema de transporte poluente.

Como superar esse antagonismo anacrônico e promover a aliança entre o desenvolvimento e a preservação? Há cinco agendas necessárias e complementares: 1. agilizar e destravar o licenciamento ambiental; 2. adotar métodos modernos e eficazes de fiscalização de investigação e de combate à impunidade ambiental; 3. ampliar o uso de tecnologias e energias limpas, com incentivos às pesquisas aplicadas e créditos

direcionados, inclusive do BNDES; 4. generalizar a educação ambiental e formar uma rede de apoio político e social, incluindo prefeituras e sindicatos. A instrução técnica passará de um prazo médio de 90 dias para 15 dias.

As outorgas de água da Serla passarão de 1 ano (média) para 3 meses, com a informatização das vazões disponíveis e dos usos já autorizados.

As parcerias com municípios (Apremerj), empresários (Firjan) e universidades viabilizam essas mudanças.

O governador Sérgio Cabral garantiu recursos do Fecam para o saneamento e o meio ambiente, comprometeu-se com o concurso público este ano e com a criação do Inea — Instituto Estadual do Ambiente, viabilizando essa reforma.

Essas medidas, isoladamente, não resolvem os conflitos, que, por vezes, são de mérito, como a licença negada para uma térmica a carvão em Itaguaí numa bacia aérea saturada.

Os avanços nas outras quatro agendas mencionadas são indispensáveis para superarmos contradições e promovermos o reencontro do desenvolvimento inadiável — para vencermos as desigualdades e a pobreza com a defesa vigorosa e eficiente dos ecossistemas e do planeta, antes que a elevação dos mares submerja a voracidade e a incompetência.

Mais de 10 mil processos de licenciamento tramitando, muitos por vários anos, sistemas antiquados, centralizados, inexistência de concursos públicos nos últimos 20 anos, desvio sistemático dos recursos do Fecam — Fundo Estadual de Conservação Ambiental — para outros objetivos.

Várias medidas já foram ou serão implementadas para reverter esse divórcio inaceitável entre desenvolver e proteger.

Estão sendo descentralizadas as licenças de empreendimento de pequenos e médios impactos a municípios com condições técnicas, diminuindo a pilha da Feema e ampliando o poder municipal de fiscalizar e defender a natureza.

Foram reduzidas as etapas dos procedimentos em até 80%, eliminando-se burocracias desnecessárias, medidas cartoriais, seqüências irracionais. Foi criado o protocolo único para processos na Feema, Serla e IEF, evitando a tríplice licença. A criação das Agências Regionais permitirá o licenciamento nas regiões de origem. A emissão da tos, que sustente o desenvolvimento solidário e não-predatório; aumentar a conectividade do setor ambiental com os setores produtivo, científico e governamental, adotando estratégias pactuadas de responsabilidade socioeconômica. O sistema de licenciamento ambiental é fundado em leis, decretos, portarias, que definem normas, limites de emissões, etapas, vistorias, documentos, exigências.

O objetivo é minimizar os impactos, defender as espécies ameaçadas e a saúde, prevenir os danos irreparáveis, inclusive ao clima e às gerações futuras.

No entanto, fatores como a indefinição quanto à esfera decisória (federal, estadual ou municipal), superposições, exigências inúteis, morosidade, falta de quadros e de recursos geram ineficiência, demora, burocracia, corrupção, e acabam por vulnerabilizar e até, em certos casos, desqualificar órgãos e instrumentos criados para defender todas as formas de vida.

O Rio de Janeiro era um exemplo de praticamente todas estas mazelas. Precisamos promover a aliança entre o desenvolvimento e a preservação

Territórios rurais da Paraíba planejam ações para 2007/08 – INCRA - 08/05/07

Agricultores familiares, entidades de assistência técnica e extensão rural, representantes do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e de 72 prefeituras da Paraíba se reúnem este mês para a elaboração dos Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) dos territórios rurais no estado. As atividades fazem parte do processo de apoio à agricultura familiar e ao desenvolvimento territorial do Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais, da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT/MDA).

As oficinas têm como objetivo iniciar o processo de discussão, construção e priorização das propostas e dos projetos de desenvolvimento territoriais para o biênio 2007/2008, alinhados aos eixos e programas do PTDRS. A Paraíba possui quatro territórios rurais: Borborema, Cariri, Médio Sertão e Zona da Mata.

Nas oficinas, são debatidos os objetivos que devem ser alcançados para o desenvolvimento sustentável de cada território, através de propostas levantadas pelos próprios agricultores familiares. O MDA participa da elaboração e é responsável por informar, divulgar e acompanhar a implementação de projetos territoriais, além de garantir que os investimentos estejam de fato a serviço da população.

Borborema

Nesta terça (8) e quarta-feira (9), os membros do Conselho de Desenvolvimento Territorial do Território da Borborema se reúnem em Lagoa Seca (PB), no Centro de Convenções Maristas. O território da Borborema reúne 21 municípios: Alagoa Nova, Algodão de Jandaíra, Arara, Areia, Areial, Borborema, Campina Grande, Casserengue, Esperança, Lagoa Seca, Massaranduba, Matinhas, Montadas, Pilões, Puxinanã, Queimadas, Remígio, São Sebastião de Lagoa de Roça, Serra Redonda, Serraria e Solânea.

Zona da Mata

Na próxima terça-feira (15), a oficina do PTDRS acontece em João Pessoa, no Netuanah Hotel, para a elaboração do plano do Território da Zona da Mata. A reunião apontará os projetos selecionados para o desenvolvimento agrário e a agricultura familiar dos municípios de Alhandra, Baía da Traição, Bayeux, Caaporã, Cabedelo, Caldas Brandão, Capim, Conde, Cruz do Espírito Santo, Itabaiana, Jacaraú, João Pessoa, Juripiranga, Lucena, Mamanguape, Marcação, Mataraca, Pedras de Fogo, Pilar, Pitimbu, Riachão do Poço, Rio Tinto, Santa Rita, Sapé, Sobrado, São José dos Ramos e São Miguel de Taipu.

Médio Sertão

Nos dias 22 e 23, será realizada a oficina do Território Médio Sertão Paraibano, que abrange os municípios de Areia de Baraúnas, Cacimba de Areia, Cacimbas, Catingueira, Condado, Desterro, Imaculada, Junco do Seridó, Malta, Maturéia, Mãe d'Água, Passagem, Patos, Quixabá, Salgadinho, Santa Luzia, Santa Teresinha, São José de Espinharas, São José do Bonfim, São José do Sabugi, São Mamede, Teixeira, Vista Serrana e Várzea.

MDA destina R\$ 5 milhões para desenvolvimento de territórios no Paraná – MDA – 08/05/2007

O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) destinou R\$ 5,05 milhões para investimento em projetos de desenvolvimento dos territórios rurais do Paraná. O anúncio foi feito pelo delegado do MDA no Paraná, Reni Antônio Denardi, durante a última reunião do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar (Cedraf).

Os recursos são da Ação de Infra-Estrutura do Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais, e serão destinados a financiamento de projetos que permitam agregar valor à produção dos territórios rurais, favoreçam a infra-estrutura ou assessoramento técnico adequado, melhorem a estrutura organizacional dos territórios e, principalmente, atendam ao público-alvo do MDA, que são os agricultores familiares e assentados da reforma agrária.

Do total de R\$ 5,05 milhões, R\$ 4,8 milhões são para investimentos e R\$ 250 mil para custeio. Pelo menos 70% dos valores serão destinados aos cinco territórios rurais aprovados pelo Cedraf e reconhecidos pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial do MDA. Estão previstos investimentos de até R\$ 984,48 mil para o Sudoeste; R\$ 836,64 mil para o Paraná-Centro; R\$ 813,12 mil para a Cantuquiriguaçu; R\$ 423,36 mil para o Centro-Sul; e R\$ 302,4 mil para o Vale do Ribeira. Ao todo, 98 municípios serão beneficiados. “Esses municípios, em sua maioria, têm baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e concentram grande parte da agricultura familiar e dos assentamentos do Paraná”, diz.

Além disso, a delegacia do MDA negocia com a Secretaria de Estado da Agricultura do Paraná (Seab) a definição de projetos estratégicos que interessam ao conjunto dos territórios e pré-territórios paranaenses. “A implantação do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (Suasa) e a estruturação e melhoria dos serviços de assistência técnica e extensão rural nas regiões mais pobres do estado, a regularização fundiária e o fortalecimento do Cedraf e conselhos territoriais de desenvolvimento são alguns dos projetos em discussão”, explica Denardi.

Reuniões regionais

Nessa primeira quinzena de maio estão programadas seis reuniões regionais para orientação dos principais atores dos territórios rurais sobre a elaboração dos projetos de infra-estrutura ou serviço que podem ser financiados pelo Pronat. O calendário de reuniões começou nesta sexta-feira, em Irati, com reunião na sede da Amcespar. No dia 8 de maio será feita reunião na Associação Comercial de Laranjeiras do Sul; no dia 9, o encontro ocorrerá reunião na Assessorar, em Francisco Beltrão; no dia 10, na Amocentro, em Pitanga. Dia 11, a reunião acontece na Emater, em Curitiba; e no dia 15, no Salão Paroquial de São Jerônimo da Serra.

Denardi acredita que essas reuniões ajudarão a construir dinâmicas de planejamento que valorizem as pessoas, as organizações sociais e as iniciativas locais. A palavra de

ordem é melhorar o planejamento e a gestão dos recursos públicos. “Precisamos preparar pessoas e organizações para que tenham capacidade de implantar bons projetos e fazê-los funcionar”, conclui o delegado do MDA.

Seca no verão afeta café em Minas - Fernanda Yoneya – Estado de São Paulo – Suplemento Agrícola – 09/05/2007

Cafeicultores da Zona da Mata que ainda resistem tentam se proteger com medidas para ‘esfriar’ o ambiente

O produtor Sérgio Cotrim D'Alessandro, que cultiva café em Manhumirim, na Zona da Mata mineira, ainda busca explicação para um período de seca atípico ocorrido no início de 2006. 'Entre janeiro e fevereiro ficamos 45 dias sem chuvas. Esse fenômeno alterou o ciclo das plantas', conta. A estiagem inesperada atrasou a florada do seu cafezal, instalado na Fazenda Bom Sucesso, de 60 hectares, e não só prejudicou a safra que estava no pé, como também a que está sendo colhida agora. 'Afetou a uniformidade e a qualidade dos grãos.'

A explicação, diz o chefe-geral da Embrapa Informática Agropecuária, Eduardo Delgado Assad, pode estar relacionada ao aquecimento global. 'Há a possibilidade de que, com o aquecimento, fenômenos meteorológicos extremos como esse ocorram com maior frequência', justifica. A Embrapa, junto com o Centro de Pesquisas Meteorológicas e Climáticas Aplicadas à Agricultura (Cepagri), da Unicamp, simulou o impacto na agricultura do aumento de temperatura previsto pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC).

O professor Carlos Cerri, do Centro de Energia Nuclear na Agricultura da USP (Cena), confirma: 'O aquecimento global pode ocasionar uma mudança climática e causar eventos extremos, como chuvas muito fortes ou secas muito pronunciadas.'

AO ALCANCE DO PRODUTOR

Assad diz que, embora o cenário seja preocupante para a atividade agrícola - sobretudo para o café (Veja reportagem ao lado) -, o produtor pode atenuar os efeitos adotando 'medidas mitigadoras', que estão ao alcance de qualquer produtor. 'Integração lavoura-pecuária, proteção do solo, preservação de nascentes, adoção de sistemas agroflorestais e conservação da biodiversidade ajudam a reduzir as emissões de gases', sugere.

Na Fazenda Bom Sucesso, tais práticas são seguidas à risca (Veja quadro). Com o solo coberto, D'Alessandro calcula que a incidência solar na terra caia de 60% para 25%. A propriedade tem ainda 35% de reserva legal averbada em cartório e ele economiza 30% em fertilizantes utilizando a palha de café, que seria queimada, como adubo.

O vizinho de D'Alessandro e cafeicultor Jair Martins de Souza, que possui 17,5 hectares, também está se protegendo. Ele diz que teve perdas nos últimos dois anos por causa da seca de 2006 e por chuvas atípicas na época da florada. Com a ajuda do filho, William, arborizou 12,5 hectares com o plantio de cedro australiano, eucalipto, frutíferas (bananeiras, goiabeiras e mamoeiros), ingá, teca e mogno africano. 'As árvores refrescam o ambiente e servem de quebra-vento, ajudando a controlar a phoma, fungo favorecido por alta umidade e vento.'

Outro produtor, Antônio José Junqueira Villela, das Fazendas Santa Inês e São Benedito, em Carmo de Minas, diz que em 20 anos na atividade nunca foi tão perceptível a irregularidade de chuvas na região. 'Estão muito mal distribuídas. Em janeiro choveu cerca de 800 milímetros, e, em fevereiro, não passou de 70 milímetros', observa Villela, que possui área de 175 hectares.

Esse desequilíbrio favorece o aparecimento inesperado de doenças, aumentando as despesas do produtor. 'Ácaros e fungos antes controlados reaparecem.' Para reduzir esse risco, Villela deixa a lavoura arborizada naturalmente, com cedro, jacarandá e outras espécies comuns da região.

EFEITOS

O pesquisador Paulo Henrique Caramori, do Instituto Agronômico do Paraná (Iapar), diz que é natural a planta reagir a condições climáticas extremas. 'Se houver muito calor na florada, pode haver abortamento das flores. Excesso de calor também causa distúrbios na planta e afeta a formação dos frutos e o sabor da bebida.'

D'Alessandro diz que além da seca anormal em 2006, houve aumento sensível na temperatura média da região, o que afetou sobretudo lavouras cultivadas em áreas mais baixas da Zona da Mata. 'Como minha fazenda está a 800 metros, não sofro tanto. Mas quem está a 500 metros ou menos já está trocando o café por gado e eucalipto', conta o produtor. Na Zona da Mata mineira, onde há 350 mil hectares ocupados com café, a temperatura cai 0,7 grau a cada 100 metros a mais de altitude.

Pesquisa estuda soluções – Estado de São Paulo – Suplemento Agrícola – 09/05/2007

Futuro do café, que pode ter área apta reduzida em até 92%, depende da criação de variedades resistentes ao calor

A preocupação dos cafeicultores em relação ao aquecimento global tem fundamento. Segundo estudo feito pela Embrapa e pelo Cepagri, que simula o impacto na agricultura do aquecimento global previsto pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), se a temperatura subir 3 graus, a cafeicultura perderá 60% de áreas potenciais de cultivo e, com um aumento de 5,8 graus, a perda será de 92%.

'O café é a planta mais suscetível. Com o aumento de 1 grau as perdas de áreas com potencial de cultivo seriam de 23%, o que corresponderia a um prejuízo de R\$ 1,9 bilhão/ano', revela o diretor associado do Cepagri, Hilton Silveira Pinto. 'O importante é não fazer terrorismo. Deve-se cercar o problema e apresentar soluções viáveis.'

GENÉTICA

A exemplo da cana, Pinto diz que o melhoramento genético é um dos caminhos para o futuro do café. 'A cana não suportava altas temperaturas e hoje vai muito bem no oeste paulista, graças ao desenvolvimento de materiais resistentes.' Para Eduardo Assad, da Embrapa, o avanço da genética depende da conservação da biodiversidade. 'É a partir dela que a pesquisa chegará a plantas mais tolerantes ao calor.'

O pesquisador Luiz Carlos Fazuoli, do Centro de Café 'Alcides Carvalho', do Instituto Agrônomo (IAC), diz que as pesquisas não param, o que muda é o foco. 'Se antes a pesquisa buscava material resistente a doenças, por exemplo, a prioridade agora é chegar a uma variedade tolerante ao calor, o que deve ser conseguido em um prazo de seis anos', prevê.

MIGRAÇÃO

O diretor do Cepagri cita ainda a possibilidade de plantar café robusta em São Paulo e Minas Gerais. 'O robusta é mais rústico que o arábica e vai bem em temperaturas entre 22 e 26 graus. O arábica poderia migrar para o Sul, onde o clima é mais ameno.' O País tem 6,2 bilhões de pés de café plantados e, do total, 4,3 bilhões são de arábica e 1,9 bilhão são de robusta.

'Regiões que não produziam café por serem frias passarão a produzir', aposta o extensionista da Emater-MG, Paulo Roberto Vieira Corrêa, que percorre o Estado dando palestras educativas para produtores e funcionários sobre aquecimento global.

O consultor de cafés especiais Ensei Uejo Neto aposta, para o futuro, em regiões mais jovens, como Barreiras, na Bahia, e o cerrado de Minas. Ele aponta ainda o ressurgimento de antigas áreas produtoras, como Serra Negra e Bragança Paulista (Baixa Mogiana). 'Produtores podem voltar a cultivar café em regiões de temperatura mais amena.'

Pequena, mas sustentável - Niza Souza – Estado de São Paulo – Suplemento Agrícola – 09/05/2007

Com ajuda da Emater, pequenos produtores de Santo Ângelo descobrem que a sustentabilidade pode tirá-los da pobreza

Nos últimos anos, o perfil da propriedade de Liria Maria Fonseca Christofari, em Santo Ângelo, região das Missões, no Rio Grande do Sul, mudou drasticamente. Dos nove hectares de soja que a família cultivava há dez anos não sobrou nenhum grão. Hoje produz leite, frutas, hortaliças, frango, ervilha e, nas épocas de entressafra, Liria vende bolachas

feitas com ingredientes produzidos no sítio. “Compro só a farinha.” Sem contar a lavoura de milho, que garante alimento para animais e aves.

“A monocultura estava nos levando à pobreza. Deixamos a soja gradativamente e há cinco anos, não queremos nem ouvir falar”, diz a produtora. “Agora temos rentabilidade quase semanal.” Para cuidar do sítio e da diversidade de trabalho que há por lá, Liria conta apenas com o marido Luiz Carlos e o filho Luiz Fernando, de 17 anos.

A mudança de mentalidade, como ela mesma define, veio com as orientações dos técnicos da Emater-RS. “Estamos buscando alternativas para desenvolver a agricultura familiar de forma sustentável. A diversificação é fundamental”, diz o chefe do escritório da Emater Santo Ângelo, Dilmar Formenton. A proposta da entidade foi apresentada na semana passada durante a Mostra Tecnológica da Agricultura Familiar, promovida no município, paralelamente à Feira Nacional do Milho.

“Primeiro, a família precisa produzir alimentos para sua subsistência, fazer horta, pomar, criar alguns animais. E depois pensar na produção comercial”, ensina Formenton. Apesar de ser desenvolvida para a região das Missões, onde 70% das propriedades são pequenas e voltadas para a soja, a proposta pode ser adaptada para o País todo. “É só optar por culturas da região.”

EXEMPLO

A propriedade da família Christofari, diz Formenton, é considerada modelo. Começou pelo leite, na época com 3 animais. Agora são 14, que se alimentam do pasto rotativo e, na seca, de silagem feita com o milho colhido no sítio. O leite, vendido para o laticínio, garante renda mensal de R\$ 800.

O pomar é formado por mais de 200 árvores de pêssigo, ameixa, figo e laranja. “A safra de cada espécie ocorre em diferentes épocas do ano, proporcionando renda (em torno de R\$ 200/mês) o ano todo”, diz Liria. O melão tem espaço à parte, de 1,5 hectare. “Na última safra conseguimos ganhar R\$ 4 mil.” Na horta a família planta alface, rabanete, rúcula, tempero verde. A comercialização é feita direto com o consumidor e rende R\$ 100 por mês. O sítio também conta com criação de aves, plantação de milho (usado para garantir o alimento dos animais) e ervilha, em 2,5 mil metros quadrados, “outra boa fonte, que rende de R\$ 1.800 a R\$ 2 mil por safra”.

Na parte ambiental, Liria diz que, além das áreas de reserva, planeja, ainda este ano, construir uma cisterna para captar a água da chuva e reaproveitá-la, principalmente na irrigação.

**As mudanças climáticas e o 'homo faber' – Carlos Costa Ribeiro – O Globo – Opinião
– 09/05/2007**

A cada relatório publicado pelos cientistas que integram o painel de mudanças climáticas das Nações Unidas, cresce o número de pessoas solidárias com a tese de que o homem está destruindo a vida no planeta. Afirma-se, de forma categórica, que as alterações no clima provocadas pelas ações humanas resultarão em desastres ambientais sem precedentes, tais como a elevação do nível dos oceanos e a escassez de água potável.

Para o cidadão comum, não iniciado na complexidade dos temas da climatologia, da ecologia e da economia, o alerta dos cientistas soa como ameaça real e assustadora. Há uma perplexidade geral e duas importantes perguntas estão no ar. A primeira é saber quem são os culpados. A segunda, o que fazer para reverter os danos previstos.

Para os mais afoitos líderes da corrente que acredita na iminência das catástrofes, a resposta à primeira pergunta é muito simples: o culpado é o estilo de vida perdulário que prevalece nos países desenvolvidos, capitaneados pelos Estados Unidos, que, inclusive, não assinaram o Protocolo de Kioto! A resposta à segunda pergunta também já foi dada: é preciso promover, a qualquer custo, a redução imediata no consumo de petróleo e de carvão, substituindo-os por fontes alternativas de energia limpa.

Entretanto, há um reduzido número de pessoas que discorda dessas avaliações quanto aos vilões apontados e a adoção de soluções simplistas para questões tão complexas. Vejamos algumas reflexões e ponderações desse grupo minoritário. Ao inventar a agricultura, há cerca de 10 mil anos, abandonamos a vida nômade de catadores de frutos para nos estabelecer em pequenos aldeamentos à espera da colheita. Embora a agricultura tenha exigido a remoção sistemática de florestas, a irrigação artificial e a domesticação de animais, todas elas atividades que resultam em drásticas modificações no ambiente natural — inclusive com emissão significativa de gases estufa, como o CO₂ e o metano —

seus benefícios para a preservação da vida na Terra são incalculáveis.

Mais ainda, o convívio nas aldeias e a proximidade com os animais domesticados provocaram o surgimento de doenças como a varíola e o sarampo, transmitidos através dos rebanhos.

Não se pode dizer que houve culpados, nem que havia outra alternativa menos devastadora que garantisse a segurança alimentar e que tenha sido abandonada em prol da agricultura. Levamos séculos para debelar essas doenças.

Eliminamos várias e hoje já conseguimos controlar grande parte das demais, através das vacinas e da progressiva melhoria das condições de vida. O sucesso da empreitada está sendo alcançado não pela restrição à atividade agrícola, ou ao convívio em cidades, mas sim pela riqueza proporcionada pelo próprio desenvolvimento da agricultura e a conseqüente expansão do comércio mundial.

Com o advento da era industrial, no início do século XVIII, prosseguimos numa escalada de incorporação de novos conhecimentos, através de um ciclo virtuoso de descobertas científicas e inovações que resultaram em sucessos inesperados em prol da vida, criando perspectivas alentadoras para o futuro.

Sem minimizar as dificuldades enfrentadas, tais como guerras, instabilidade econômica, desigualdades sociais e até equívocos no uso de recursos naturais, chegamos aos dias de hoje com duas conquistas importantíssimas.

A primeira é uma economia globalizada, forte e estável. A segunda — consequência da primeira — é uma sofisticada rede de instituições de ciência e tecnologia. Assim, para que seja possível o desenvolvimento de alternativas viáveis de substituição — em larga escala e a médio prazo — dos combustíveis fósseis tradicionais (carvão e petróleo) que formam a base da segurança energética do mundo contemporâneo, é indispensável aperfeiçoar e preservar estas duas conquistas.

As previsões de uma possível elevação do nível dos oceanos — por desequilíbrios no efeito estufa causados por ações humanas — foram estabelecidas para um cenário em que nada será feito, daqui até 2100, para mudar o padrão atual de consumo de combustíveis fósseis. Entretanto, basta analisarmos o extraordinário aumento de eficiência dos sistemas de produção e uso de energia, alcançado ao longo dos últimos 250 anos, para concluirmos que na verdade esses avanços estão apenas começando. A sorte é que eles ocorrem muito mais por razões econômicas e de mercado do que por imposições políticas em favor do meio ambiente. E esta é de fato a melhor garantia de que dispomos para afirmar que estamos avançando em direção a um mundo ainda mais seguro, livre de inundações oceânicas e sem escassez de água potável.

Se agirmos com a confiança e a perseverança dos inventores da agricultura, novas fontes de energia chegarão ao mercado, de forma competitiva, a tempo de evitar as catástrofes anunciadas.

O homo faber, ou seja, aquele que preserva a vida através do uso inteligente de suas ferramentas estará a salvo para enfrentar futuros desafios e riscos para sua sobrevivência.

Cruz

Debate estimula uso sustentável de florestas na agricultura familiar – INCRA - 09/05/07

Incentivo ao uso racional de recursos naturais e apoio às práticas de reflorestamento na pequena propriedade rural foram temas centrais do III Seminário Regional para Construção do Plano de Reflorestamento de Base Familiar. A atividade foi organizada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) em Marabá (PA) na última terça-feira (8).

O objetivo do seminário foi unir os governos federal e estadual, iniciativa privada e movimentos sociais em busca de soluções que atendam aos interesses de diferentes setores da sociedade, primando pela qualidade ambiental e promovendo o desenvolvimento em bases sustentáveis.

Para o coordenador-geral de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Incra, Marco Aurélio Pavarino, a política de meio ambiente é uma constante preocupação dentro da autarquia. “O licenciamento dos assentamentos é um instrumento de gestão ambiental, uma vez que proporciona a utilização correta da área de reserva legal”, afirmou.

Pavarino traçou um histórico sobre o tratamento dado pelo Inca à questão ambiental, abordando diferentes tipos de assentamento: Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS), Agroextrativista (PAE) e Florestal (PAF), entre outros. Ele destacou ainda a importância de a Assessoria Técnica, Social e Ambiental (Ates) atuar na preservação do meio ambiente, através de suas prestadoras de serviço.

Preservação e renda

Outra forma de estimular o assentado a preservar sua área de reserva legal são as modalidades de financiamento voltadas à recuperação de terras degradadas. O responsável pelas linhas de crédito rural do Banco da Amazônia, Benito Calzavara, apresentou o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) Floresta, destinado a agricultores que mantenham a prática de Consórcio Florestal de Uso Múltiplo em sua propriedade.

Segundo Calzavara, através do plantio consorciado de diferentes espécies, o colono pode utilizar, de forma racional e lucrativa, parte de reserva legal do lote. Nas entrelinhas dessas árvores, se utilizariam espécies frutíferas ou industriais, que possibilitem a diversificação de receita econômica do agricultor em médio prazo.

“Assim, o consórcio se torna uma alternativa de recomposição ambiental na propriedade familiar sustentável, além de gerar renda rápida ao agricultor familiar”, explicou.

Distrito Florestal de Carajás

O Consórcio Florestal de Uso Múltiplo já é praticado em alguns assentamentos do Sul e do Sudeste do Pará. A iniciativa vai ao encontro da proposta do Ministério do Meio Ambiente (MMA), que está traçando o mapa do Distrito Florestal Sustentável de Carajás, a ser criado na região.

A representante do Sistema Florestal Brasileiro, Márcia Muchagata, do MMA, também participou do Seminário de Reflorestamento em Marabá, no intuito de esclarecer como a criação do Distrito Florestal de Carajás influenciará a vida do agricultor familiar.

Márcia salientou que o Distrito Florestal será formado em virtude do alto número de empresas siderúrgicas na região e pela produção não-sustentável de carvão vegetal. “Isso implica que, em conjunto com os demais órgãos do governo e da sociedade civil, possamos implementar políticas públicas para fortalecer o reflorestamento das pequenas propriedades rurais”, acrescentou.

A criação do Distrito Florestal de Carajás, segundo Márcia, deverá agilizar o licenciamento ambiental para os Projetos de Assentamento, facilitando assim a liberação de financiamentos bancários para a utilização da floresta legal com manejo. O desafio do MMA é recuperar quase 30% de áreas que estão degradadas em torno de Marabá.

MMA orienta empresários sobre produção sustentável - Rubens Júnior - 09/05/2007

O Ministério do Meio Ambiente participa a partir desta quarta-feira (8) da 7ª Feira do Empreendedor, organizada pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), no Centro de Convenções de Brasília. No amplo estande do MMA, situado na Ala Negócios Ambientais, os visitantes poderão conhecer algumas iniciativas do governo federal no sentido de incentivar a adoção de métodos sustentáveis na produção de bens e de serviços no Brasil. Uma equipe do Centro de Informação e Documentação Ambiental do Ministério, presente ao estande, divulgará aquelas informações oralmente e em material impresso, indicando programas, projetos, portais na internet, publicações e outras iniciativas fundamentais para empresários que desejam tornar menos poluentes seus empreendimentos.

Entre as iniciativas na área, haverá informações, por exemplo, sobre o processo de licenciamento para obras de impacto ambiental, o Programa Ozônio, o Sistema Brasileiro de Informação sobre Educação Ambiental (Sibea). Haverá indicações de livros ensinando, entre outros procedimentos, como dar destinação final a resíduos industriais, além de publicações contendo reflexões sobre questões ambientais, como a Série de Cadernos do MMA intitulada Biodiversidade.

O MMA preparou também um kit de Educação Ambiental, a ser distribuído exclusivamente para empresas e instituições, mas o público - preenchendo uma ficha - poderá solicitar e receber posteriormente o material. "Nós nos preparamos para atender as demandas de todo o público, do mais ao menos especializado", diz a coordenadora do Centro de Informação e Documentação Ambiental (CID), Elizabet Silva da Mata. "Além de prestar atendimento ao segmento empresarial e às instituições, buscando sanar ou minimizar os efeitos poluentes, vamos propagar a necessidade do permanente debate do tema ambiental, que vêm ocorrendo, por exemplo, nas 'salas verdes', avisa Elizabet.

Leia abaixo sobre alguns programas e outras iniciativas divulgados no estande do MMA na Feira do Empreendedor, que termina no próximo domingo.

Salas verdes - Atualmente, existem 389 salas do gênero em atividade no País, em todos os estados da federação. Essas salas podem ser organizadas em qualquer domicílio público ou privado. Conseguindo o espaço, os interessados contam com apoio direto do MMA, que fornece material bibliográfico. "Por causa da chancela do Ministério ao projeto, tem sido possível aos responsáveis pelas salas obterem o apoio extra de prefeituras, de instituições e de empresas, como a Petrobras, possibilitando melhorar o trabalho", conta o biólogo Anderson Pereira, do CID.

Sibea - O portal do Sistema Brasileiro de Informação sobre Educação Ambiental (Sibea) é uma fonte de informações permanente e atualizada sobre três itens: especialistas, instituições e redes sociais da área ambiental. Elaborado pela Diretoria de Educação Ambiental do MMA e o Instituto Stela, o Sibea faz parte do Sistema Nacional de Informação sobre Meio Ambiente (Sinima) e servirá como "ferramenta" de mobilização social para o desenvolvimento e o fortalecimento de ações de educação ambiental no Brasil. O portal foi concebido para que os usuários (principalmente educadores) "naveguem" com

facilidade, rapidez e agilidade pelas páginas, e ajudará a organizar os sistemas estaduais de meio ambiente, bem como as redes e os grupos do setor.

Programa Ozônio - Por meio deste Programa, entre outras iniciativas, o MMA entrega a agricultores do País caldeiras a vapor para tratamento de solo, além de um coletor. Os equipamentos possibilitam eliminar o uso do gás brometo de metila, um agrotóxico que agride a camada de ozônio e provoca sérios danos à saúde humana, e que, por esses motivos, teve sua importação proibida no Brasil neste mês. Tanto a caldeira quanto o coletor podem ser aplicados para o tratamento do solo e o controle de formigas sem causar danos ao meio ambiente ou à saúde das pessoas que o manuseiam. Já o brometo de metila agride a camada de ozônio e provoca efeitos nocivos à saúde, como edema pulmonar, perturbações nervosas, insuficiência circulatória e até câncer, entre outras doenças.

A caldeira já é utilizada em outros países, inclusive na vizinha Argentina, onde agrônomos brasileiros vinculados ao plantio de flores tiveram a oportunidade de conhecê-la. Já o coletor solar foi desenvolvido pela Embrapa e possui tecnologia 100% nacional.

Portal do licenciamento - O Portal Nacional do Licenciamento Ambiental (www.mma.gov.br/pnla) reúne na internet informações gerais sobre o licenciamento para empreendimentos de impacto ambiental de todos os estados do País. Ele oferece aos usuários acesso aos dados daquela área, disponíveis nos sites de todos os Órgãos Estaduais do Meio Ambiente (Oemas) no País. O Portal não substitui os sites estaduais. Ele reúne em único espaço informações genéricas sobre os processos de licenciamentos, que podem ser pesquisados por estado, por região e nacionalmente.

Entre as informações que presta, o portal PNLA identifica os órgãos licenciadores no País; informa sobre o processo de licenciamento no setor energético; relaciona empreendimentos em andamento; orienta sobre a legislação; fornece teses, publicações, estudos ambientais, fotografias, vídeos, endereços complementares na internet; indica seminários, cursos e manuais; apresenta avaliações ambientais estratégicas e estatísticas de acesso, além de apontar contatos para fornecimento de novas informações.

Tecnologias ambientalmente saudáveis

Embora não participe desta edição da Feira do Empreendedor, o Ibama desenvolve um dos mais importantes projetos voltados ao empreendedor. Com o objetivo de cultivar uma cultura na adoção de práticas tecnológicas ambientalmente sustentáveis, o Instituto criou em 2004 o portal Ambtec (www.ambtec.gov.br).

Administrado pela Coordenação de Tecnologias Ambientalmente Sustentáveis (CTAS), no âmbito do Projeto do mesmo nome (TAS), o portal oferece ao cidadão sugestões de tecnologias a serem empregadas no dia-a-dia, informações e dados técnico-científicos, documentos e legislação ambiental básica por áreas de interesse, além de links para endereços eletrônicos relacionados e comentados. São mais de 2.000 páginas de informações atualizadas, destinadas a estimular o desenvolvimento, o acesso e transferência dessas tecnologias.

As soluções aparecem organizadas por temas de expressão na área ambiental: Agricultura, floresta e pecuária; Diversidade biológica; Indústria de transformação e construção; Recursos hídricos; Resíduos/Saneamento; Turismo sustentável; Atmosfera/ar; Energia; Mineração; Recursos pesqueiros; Aqüicultura e Solo/subsolo. Um manual, publicado pelo CTAS, ajuda a multiplicar ações na direção da adoção de tecnologias sustentáveis, como exemplos em curso em cada região do País.

O Projeto CTAS tem como parceiros centrais o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) e está sintonizado à Política Nacional do Meio Ambiente e à Agenda 21. E seu conceito preponderante é o de que a gestão ambiental só é viável se combinada a esforços em ciência e tecnologia, entrelaçando demandas com ofertas de soluções.

País pode crescer e reduzir CO₂, mostra estudo - Francisco Góes – Valor Econômico – Brasil - 09/05/2007

O Brasil tem potencial para expandir a economia e, paralelamente, reduzir a taxa de crescimento das emissões de gás carbônico (CO₂) na área energética. Estudo feito pela Coppe/UFRJ indica que o país poderia chegar a 2020 com emissões 29% menores de CO₂ do que elas seriam naquele ano, caso alternativas ao petróleo não fossem desenvolvidas no setor energético. O CO₂ é um dos principais gases responsáveis pelo aquecimento da terra.

Emílio La Rovere, do programa de planejamento energético da Coppe/UFRJ, diz que programas em curso no país, como do álcool e do biodiesel, permitiram que as emissões de CO₂ no setor energético fossem 14% menores do que seriam em 2020, caso as iniciativas em desenvolvimento não existissem. A Coppe também fez projeções mostrando que se outros programas forem aprofundados, caso das fontes alternativas de energia e da eficiência energética, a redução na taxa de crescimento das emissões, em 2020, seria de mais 15%.

Na soma das iniciativas chega-se à emissão 29% menor de CO₂ no setor energético. "Isso é o que se chama de quantificação das emissões evitadas", disse Rovere. Ou seja, as emissões, que de acordo com tendências históricas ocorreriam, deixam de ser verificadas em função de políticas governamentais ou de iniciativas de empresas privadas.

Rovere é um dos brasileiros que participaram da elaboração do último relatório sobre mudanças climáticas das Nações Unidas, divulgado em 4 de maio. O documento mostra que o custo para evitar mudanças climáticas sérias é de 0,12% do PIB global ao ano até 2030. Se até lá as emissões de gases continuarem a crescer, a temperatura da terra aumentaria 3° C, em 2100.

"A mensagem central do relatório é que o custo da inação deve ser bem maior do que o custo de aceitar a limitação das emissões", disse Rovere. Ele e os demais pesquisadores brasileiros envolvidos no projeto da ONU participaram ontem de seminário, na Coppe, que discutiu a mitigação de mudanças climáticas. Rovere afirmou que o Brasil tem condições de implementar programas de redução de emissões de gases de efeito estufa financiados por recursos externos.

Ele antecipou que o governo brasileiro deve levar à reunião do G-8, em junho, na Alemanha, proposta já apresentada em Nairobi, no Quênia, ano passado, segundo a qual países desenvolvidos poderiam financiar o controle do desmatamento em países em desenvolvimento.

Durante o debate, Rovere e Roberto Schaeffer, outro dos pesquisadores brasileiros que participaram do relatório das Nações Unidas, discordaram sobre a forma de reduzir o desmatamento no Brasil. Schaeffer defendeu a fixação de metas para reduzir os níveis de desmatamento no Brasil. Rovere afirmou que não seria interessante, para o país, assumir metas de redução do desmatamento para a segunda fase do Protocolo de Kyoto, após 2012.

Ao avaliar as conclusões do relatório, Schaeffer afirmou que "é mais barato atacar o problema (do aquecimento global) do que sentar e esperar o problema recrudescer". Em conversa com jornalistas, após o debate, Schaeffer negou que a energia nuclear seja uma alternativa viável para o Brasil ("é fonte cara de geração"), e criticou a decisão da Companhia Vale do Rio Doce de investir em termelétricas a carvão: "O que é bom para a Vale não quer dizer que seja bom para o Brasil."

José Roberto Moreira, do Instituto de Eletrotécnica e Energia da Universidade de São Paulo (USP), disse que o aumento na produção de álcool tem potencial para incrementar a captura de CO₂ da atmosfera. Ele disse que a produção do etanol gera gás carbônico que hoje, em grande medida, é jogado na atmosfera. Segundo ele, é possível desenvolver projetos para despejar o CO₂ em reservas de água salina subterrâneas a 700 metros de profundidade do solo. Moreira disse que, neste modelo, a produção de álcool iria gerar emissão de CO₂ "negativa". "Para cada litro de etanol produzido, meio quilo de CO₂ seria removido da atmosfera", afirmou Moreira.

Bonn debate futuro das florestas - Daniela Chiaretti – Valor Econômico – Internacional - 09/05/2007

Está aberta a temporada de contabilizar átomos de carbono e encontrar formas urgentes de combater o aquecimento global. O Brasil defende que países em desenvolvimento e com florestas tropicais devem receber por não desmatar e, assim, darem sua contribuição voluntária na batalha contra as mudanças climáticas.

O palco dos debates é Bonn, na Alemanha, onde desde segunda-feira mil diplomatas de 166 países negociam questões-chaves para o futuro do Protocolo de Kyoto e de outro acordo internacional importante, a convenção sobre mudanças climáticas. Nos encontros que se estendem até o dia 18, o governo brasileiro pretende viabilizar sua proposta de conseguir recursos para evitar o desmatamento, ampliar a fiscalização e implantar formas sustentáveis de desenvolver a Amazônia.

O assunto está na ordem do dia. Pelo último relatório do IPCC, o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, ligado à ONU, 65% das opções de redução dos gases-estufa relacionados a florestas estão nos trópicos. E a metade deste esforço pode ser alcançada com a diminuição das emissões produzidas nos desmatamentos. É a queima e derrubada de florestas que faz com que o Brasil ocupe a 4ª posição no ranking mundial das emissões.

A proposta brasileira tem por base uma equação assim: os cientistas acreditam que um hectare de Amazônia retêm de 120 a 200 toneladas de carbono, que são liberadas para a atmosfera quando a floresta é cortada. "Imagine-se que um hectare tenha 90 toneladas e leve-se em conta que o mercado de carbono paga hoje entre US\$ 5 a US\$ 10 por tonelada - US\$ 3 seria, portanto, um preço módico", explica João Paulo Capobianco, secretário-executivo do Ministério do Meio Ambiente, o MMA. Nos últimos dois anos, o Brasil conseguiu conter o desmatamento, ou seja, deixou de lançar 400 milhões de toneladas de CO₂. "Se esta conta estivesse valendo, o Brasil receberia US\$ 1,2 bilhão para combater o desmatamento e dar rumo sustentável ao desenvolvimento da Amazônia", diz ele.

A idéia, apresentada no final de 2006 em Nairóbi pela ministra Marina Silva, já teria despertado interesse dos EUA, da Alemanha e do Reino Unido. Uma taxa de referência, calculada pela média do desmatamento de determinada série de anos, serviria de parâmetro. Quando o desmatamento for menor que a taxa, os países em desenvolvimento com florestas teriam direito a recursos; se superarem o índice, não receberiam nada até compensar o aumento. "Acreditamos que este é um sistema justo e um estímulo para evitar o desmatamento", diz Luiz Alberto Figueiredo Machado, diretor do departamento ambiental do Itamaraty.

O dinheiro viria dos países industrializados. Pela convenção do clima, eles devem contribuir com recursos e tecnologia para que os outros, em desenvolvimento, possam crescer sem poluir. Segundo alguns críticos, o ponto frágil da proposta é que ela prevê que os países ricos doem os recursos, de forma voluntária.

Ocorre que outra frente de países com florestas, liderados por Papua e Nova Guiné, lançaram idéia semelhante, mas vinculada à compra de créditos de carbono pelos países ricos que aceitem investir na preservação das matas. Na visão brasileira, este plano é conceitualmente complicado: como obter créditos por algo que não se fez? (ou seja, que não se desmatou). "Se os países desenvolvidos só toparem preservar florestas se a atitude gerar créditos de carbono, as máscaras vão cair", diz uma fonte do governo brasileiro. "Eles pressionam politicamente pelo fim do desmatamento. Agora têm uma oportunidade efetiva para isso."

A proposta de incentivos às florestas preservadas foi pendurada na convenção do clima. O acordo, de 1992, prevê que os países em desenvolvimento façam sua parte por meio de políticas públicas e medidas de controle das emissões, de modo voluntário. Os países industrializados, por seu turno, doariam recursos e transferência de tecnologia aos em desenvolvimento - o que não ocorreu. À época da Eco-92, as nações mais ricas do planeta, reunidas no G-7, se propuseram a transferir US\$ 1,5 bilhão para ações no Brasil que controlassem o desmatamento, mas a transferência foi de apenas US\$ 200 milhões. Por que, então, insistir nesta tecla? "Porque hoje há uma consciência internacional mais aguçada sobre a realidade das mudanças e seus efeitos catastróficos em todo o mundo", diz Figueiredo.

Outro ponto que deve ser discutido em Bonn é o destino de um fundo de adaptação. É daí que começará a sair o dinheiro para que países pobres e ameaçados pelo aumento do nível do mar, possam, por exemplo, construir diques como os da Holanda. Este fundo começa a ser formado a partir dos projetos de MDL e hoje ainda tem poucos recursos (cerca de US\$ 7,6 milhões), mas a expectativa é que cresça. Quem deve gerenciar o fundo é outra polêmica. Os países desenvolvidos apontam para o GEF, o fundo ambiental que tem como um dos agentes o Banco Mundial. "Os outros querem outro mecanismo, que eles gerenciem, e onde tenham voto", diz José Domingos Gonzalez Miguez, secretário-

executivo da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima, ligada ao Ministério da Ciência e Tecnologia.

Quanto ao destino do Protocolo de Kyoto, o governo brasileiro defende sua continuidade. Julga que não há tempo para se costurar outro tratado. A idéia é que depois de 2012 (quando expira a primeira fase do protocolo), novos compromissos de redução de emissões tenham validade até 2017. Países emergentes, como Brasil, Índia e China, não querem ouvir falar em metas formais antes de 2020.

Efeito aquecimento - Adriana Mattos – Valor Econômico – Suplemento - 09/05/2007

Nos últimos tempos, países se lançaram numa corrida para tentar entender os efeitos das ações nocivas do homem ao planeta. O estopim do movimento foi o recente aumento de temperatura da Terra, que superou expectativas. Especialistas desengavetaram modelos climáticos e aventuraram-se a prever o que poderia dar errado no mundo. Brotaram uma série de previsões - algumas catastróficas - sobre as conseqüências do aquecimento global à população. Passado o susto, físicos, cientistas e políticos concentram esforços para mitigar, retardar ou neutralizar o impacto ambiental nas regiões do globo.

Esses foram exatamente os pontos-chave de um debate liderado na última sexta-feira por uma das mais respeitadas fontes de informação do mundo sobre o tema, o IPCC (Painel das Nações Unidas sobre Variações Climáticas). Na Tailândia, pesquisadores do IPCC apresentaram um aguardado relatório que determinava ações possíveis nesse sentido. No Brasil, o Valor realiza hoje, em São Paulo, um amplo seminário sobre o tema, intitulado "Créditos de carbono e mudanças climáticas".. O intuito é debater o impacto do aquecimento global e as iniciativas que estão em andamento para evitar a escalada de prejuízos.

"O aquecimento global deixou de ser uma questão de interesse de acadêmicos para se transformar num problema que todos reconhecem como grave e que precisa ser enfrentado. Se medidas não forem tomadas hoje para reduzir as emissões [de gases poluentes] que provocam o aquecimento, os custos impostos à sociedade serão enormes", diz o professor e ex-secretário estadual do Meio Ambiente, José Goldemberg. Esses custos, nas contas do IPCC apresentadas na última semana, podem chegar a até 3% do PIB mundial em 2030.

Representantes do governo, economistas e entidades empresariais acreditam que existe hoje uma mobilização na busca por soluções que possam abrandar os efeitos das variações no clima. Afirmam que esse movimento ganha corpo em alguns setores da economia brasileira, mas admitem que ainda há uma série de obstáculos nesse processo.

"Um grande número de companhias já tem percepção clara do que está em discussão. Mas quando você vai para o 'chão' da empresa, as dificuldades aparecem. O empresário, muitas vezes, não sabe o que ou como fazer", afirma Nelson Pereira dos Reis, diretor do departamento de meio ambiente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

Na avaliação de Francisco Graziano Neto, secretário estadual de Meio Ambiente, há algumas iniciativas sendo tomadas pelos governos neste momento. "Obviamente que plantar árvore ajuda, mas não resolve a questão. Estamos fiscalizando as fronteiras de São

Paulo para evitar a entrada de madeira nobre da Amazônia e reduzir o desmatamento na região. Também vamos condicionar, a partir de 2008, as concessões de licenças ambientais para usinas de açúcar à exigências como o emprego de novas tecnologias para a erradicação das queimadas" afirma ele. "Tudo isso é importante, mas é preciso um engajamento nacional, do setor público e privado."

Relatórios internacionais mostram que o desmatamento é a maior fragilidade do Brasil no campo ambiental. As análises globais sobre o nível de emissão de CO₂ na atmosfera, como resultado de queimadas na Floresta Amazônica, colocam o país numa apertada saia-justa. "Nos debates mundiais, quando a questão da queimada vem à tona, aí não tem para onde correr: o Brasil fica lá em cima [em quarto lugar] no ranking dos maiores países emissores de gás CO₂ na atmosfera", explica Haroldo Mattos Lemos, presidente do Instituto Brasil Pnuma (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente). "É preciso reverter esse processo", diz. Esse é um dos principais fatores que tem acelerado a elevação da temperatura na Terra, ao lado da queima de combustíveis fósseis, segundo a entidade.

O desmatamento da Floresta Amazônica é responsável por cerca de 70% das emissões de CO₂ no país. Em relatório de 79 páginas publicado em março pelo IPCC intitulado "Historical Overview of Climate Change Science", entre 16 consequências possíveis, com alta probabilidade de acontecer no mundo, está a "recolocação de floresta tropical por savanas no leste da Amazônia" em longo prazo.

O governo afirma que tem atuado nessa questão. No ano passado, foram identificados 85.219 focos de queimada nos Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins, Mato Grosso e o oeste do Maranhão em 2006, segundo dados do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) e do Sipam (Sistema de Proteção da Amazônia). O número é 47,2% inferior ao verificado em 2005. O problema aí é que existe uma possibilidade de que essa redução tenha sido resultado, em grande parte, de variações climáticas locais, como o aumento de umidade.

De acordo com José Goldemberg, para um controle efetivo das queimadas, "as ações do poder público são fundamentais e, no Brasil, o governo federal tem se recusado a reconhecer a gravidade do problema e tem feito pouco para reduzir o desmatamento da Amazônia".

Roberto Schaeffer, professor de planejamento energético do Coppe/UFRJ, concorda com essa posição e vai mais longe. "Há uma série de medidas que já poderiam ter sido tomadas, de custo baixo e com tecnologia já disponível, e que não saem do papel no Brasil", diz Schaeffer, um dos pesquisadores brasileiros que compõem o IPCC.

"A geração de energia elétrica por meio do bagaço da cana ainda engatinha no país. Nem mesmo políticas mais rigorosas no uso do automóvel nas grandes cidades brasileiras foram desenvolvidas até agora. As principais capitais do mundo estão mais avançadas que nós", completa ele.

Segundo Romildo de Oliveira Campelo, diretor-adjunto do Departamento de Meio Ambiente do Ciesp, nos últimos anos as empresas estão adotando medidas para mitigar os reflexos nocivos do aumento de temperatura no país. "A indústria não é mais a vilã dessa história", diz Campelo. Ele cita, como exemplos, a ampliação na capacidade de reutilização da água nas grandes empresas, a redução no volume de resíduos sólidos por meio da utilização máxima dos produtos e o uso do lixo como fonte de energia.

No Brasil, os dados mais atuais sobre esse tema foram divulgados em janeiro pelo IBGE. Segundo o instituto, o investimento das indústrias em controle ambiental cresceu

86,3% em cinco anos - de R\$ 2,2 bilhões em 1997 para R\$ 4,1 bilhões em 2002. O número de empresas que colocam recursos nesse tipo de projeto subiu de 3.823 para 6.691 - alta de 75% no mesmo período.

Nos relatórios mundiais que mapeiam os efeitos do aquecimento global, há um consenso: é fundamental que governos e indústrias invistam em energias renováveis e em biocombustíveis. Quanto a isso, o Brasil vai bem. "A matriz energética brasileira é limpa, com foco no uso de energia provinda de hidrelétricas. Então, comparativamente a outros países, o cenário é bom", conta Campelo, do Ciesp. Além disso, o país está ampliando o número de usinas de biodiesel. Até o fim de 2007, nas contas do Ministério de Minas e Energia, 20 novas usinas de biodiesel entrarão em operação. Há 22 em funcionamento hoje.

Nesse caminho de adaptação surgem oportunidades de negócios. O mercado de carbono é um exemplo. Consultorias e escritórios de advocacia querem criar bolsas de negócios para a comercialização de créditos de emissões atmosféricas entre empresas ainda em 2007. O escritório Pinheiro Pedro Advogados está, neste momento, esquematizando o funcionamento de uma bolsa nesse formato. A Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F) deve começar a comercializar créditos de carbono no país em 2007.

Oportunidades também devem aparecer na atividade agrícola. Pesquisadores da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e do Centro de Pesquisas Meteorológicas e Climáticas Aplicadas à Agricultura (Cepagri) concluíram, em 2006, uma pesquisa sobre os efeitos do aquecimento global em cinco culturas - café, arroz, feijão, milho e soja. Ao se elevar a temperatura média do país em 3°C, esses produtos perderiam em média 24% de sua área plantada. Na soja a queda atingiria 40%, e no café, 58%. São Paulo e Minas Gerais já estão perdendo terreno na produção do café arábica para regiões mais frias. "Mas esses Estados podem ampliar a produção do café robusta, que possui a saca mais barata", sugere diz Hilton Silveira Pinto, pesquisador do Cepagri.

Legislação precisa ser mais específica - Nora Gonzalez – Valor econômico – Suplemento - 09/05/2007

O aumento da temperatura média global neste século não tem precedentes nos últimos 10 mil anos e já não é mais possível alterar completamente o quadro da mudança do clima. No entanto, há de se estimular ações que, se adotadas hoje, produzirão efeitos dentro de cerca de 50 anos. Para isso, os governos dispõem de instrumentos de duas naturezas matematicamente opostas, mas com objetivos convergentes: multar quem não segue princípios ambientalmente responsáveis e incentivar aqueles que os seguem.

O Brasil seguiu o segundo caminho em termos de mudança de clima, de acordo com Luiz Gylvan Meira Filho, pesquisador visitante do Instituto de Estudos Avançados (IEA) da Universidade de São Paulo e ex-secretário de Políticas e Programas em Ciência e Tecnologia do Ministério da Ciência e Tecnologia, além de presidente da Agência Espacial Brasileira (AEB). Mas já há indícios de que a outra opção também poderá vir a ser adotada. "O investidor planeja a longo prazo, e quem financia se torna co-responsável, criando uma cadeia de responsabilidade objetiva, o que pode nos levar a mudanças nessa área", acredita o cientista.

Meira Filho lamenta que a legislação brasileira sobre o assunto seja tão pouco específica. "No âmbito federal há necessidade de ampliar a efetividade e o alcance do Programa de Investimentos de Fundos Alternativos de Energia (Proinfa), mas nos Estados há pouca coisa regulamentada ou mesmo implementada".

A advogada especialista em direito ambiental Flavia Frangetto, sócia da Siqueira Castro - Advogados e conselheira do Conselho de Meio Ambiente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) enfatiza a necessidade de uma legislação que crie parâmetros em relação ao meio ambiente. Para ela, o ideal seria que se instituísse um projeto de lei que abordasse a hipótese de o poder público se utilizar da solução de conflito ambiental via arbitragem, fato que aceleraria o encerramento de disputas envolvendo o meio ambiente que atualmente são resolvidas apenas na esfera do Judiciário.

No âmbito estadual, São Paulo tem uma das mais novas propostas. Trata-se do Projeto de Lei 383 que institui a política estadual sobre mudança global no clima. O projeto tipifica as emissões de efeito estufa para reduzir e prevenir emissões de carbono e pretende aproximar os implementadores de programas de carbono das questões jurídicas, como a criação de saldo ambiental para pessoas físicas e jurídicas. Apresentado inicialmente no final de 2006 e novamente em 25 de abril de 2007 pelo deputado Adriano Diogo (PT-SP), no início da nova legislatura na Assembléia paulista, o projeto é fruto de uma iniciativa supra-partidária. "O lixo e os veículos automotores são o principal problema ambiental em São Paulo, seguidos pela poluição dos lagos e rios", diz Diogo.

Para o advogado especialista direito administrativo, urbanístico e ambiental e secretário-geral da Sociedade Brasileira do Direito do Meio Ambiente, Toshio Mukai, há um problema de interpretação do texto constitucional que facilita a instituição de uma área difusa quanto às responsabilidades e eventuais direitos. "O poder público tem o dever de proteger o meio ambiente - e o faz por meio, basicamente, do exercício do poder de polícia. No campo ambiental, as restrições são menos quantitativas e mais qualitativas, mas existem, e quando a Constituição diz que é um dever defender o meio ambiente e preservá-lo para as presentes e futuras gerações, esse dever cabe à coletividade, cabe a todos e a cada um", explica. "Mas 'da coletividade' significa de todos e de cada um. Será que cada um de nós tem de sacrificar-se em benefício da coletividade, em matéria de meio ambiente?"

O advogado exemplifica: deve-se suportar sozinho uma restrição ambiental que será em benefício da coletividade, e com isso não ter nenhuma indenização, ou, ao contrário, exatamente porque se deve suportar essas restrições de uso da propriedade em benefício da proteção do meio ambiente é que se tem o direito de ser indenizado por essa mesma coletividade que se favorece com o seu sacrifício? O poder público, por meio dos recursos que ele cobra, via tributos, faz com que essa mesma população indenize aquele cidadão que foi sacrificado em benefício da coletividade."

Do ponto de vista meramente econômico, também há mudanças à vista. Com a implementação do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDLs), os países ricos podem financiar projetos de energia renovável e reflorestamento nos países pobres. Em troca, receberiam créditos de carbono, que contariam para atingir suas metas internas. Mas não são apenas as nações as beneficiárias dos MDLs. As empresas investidoras também podem colher dividendos dessas ações, pois podem utilizar estas iniciativas como um marketing.

Capobianco vê despreparo no Ibama - Ana Paula Scinocca – Estado de São Paulo – Nacional – 10/05/2007

Secretário-executivo do Meio Ambiente diz que é preciso melhorar, mas nega que problema seja o licenciamento

Braço direito da ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, o secretário-executivo João Paulo Capobianco admitiu ontem, pela primeira vez, que o setor de licenciamento ambiental do governo não estava preparado para a demanda do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

“A verdade é que nós não estávamos preparados para o desafio que o Brasil enfrenta hoje. Nosso desafio é o de responder à necessidade de que o Brasil precisa crescer”, afirmou Capobianco, em audiência pública na Comissão de Minas e Energia da Câmara. “Não achamos que está tudo bem e que todos estão errados em nos criticar. Precisamos melhorar.” Mas fez um desabafo: “Não se pode jogar para a área ambiental todo o problema.”

Por mais de três horas, Capobianco falou sobre as mudanças no setor, como a divisão do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (Ibama) - órgão responsável pela concessão de licenças ambientais - e a criação do Instituto Chico Mendes de Biodiversidade e Conservação, presidido por ele interinamente.

Capobianco disse que “é preciso mudar”, mas rejeitou a tese de que o problema seja o licenciamento. “O problema é o processo. Temos de responder à pergunta de como podemos aprimorar sem mexer nas salvaguardas que protegem o meio ambiente”, explicou. “Estamos trabalhando com a perspectiva de aprimorar os procedimentos internos.”

Também presente à audiência na Câmara, o presidente interino do Ibama, Bazileu Margarido, foi menos enfático. Procurou centrar foco nas mudanças na autarquia desde a edição da medida provisória que dividiu o órgão ao meio, há uma semana. Ele afirmou que “é preciso trabalhar” para dar padrão aos estudos ambientais e pareceres.

Segundo Margarido, em 2002, quando o PT assumiu o governo, o Ibama tinha na área de licenciamento 76 técnicos concursados e hoje são 127. Ele disse ainda que, por conta das demandas atuais, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva autorizou a contratação de 305 novos funcionários para a autarquia, dos quais 42 para a área de licenciamento ambiental.

O Ministério do Meio Ambiente está no centro da polêmica do governo em razão da demora da concessão de licenças ambientais de obras previstas pelo PAC, a menina-dos-olhos do segundo mandato de Lula. As críticas começaram com a lentidão na decisão sobre o licenciamento para a construção de duas hidrelétricas no Rio Madeira, as usinas de Santo Antônio e Jirau.

O mal-estar entre a área ambiental, representada por Marina, e a Casa Civil, comandada por Dilma Rousseff, se acirrou na segunda-feira, quando o governo apresentou o balanço de 100 dias do PAC e reconheceu que o atraso em pelo menos 12 obras se deve a problemas na concessão de licenças ambientais.

Dois anos para salvar o planeta – Miguel Angelo - Folha de São Paulo – Opinião - 09/05/2007

HÁ UMA semana, o Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática (IPCC) deu em Bancoc, Tailândia, um recado pouco auspicioso: se quiserem evitar os piores efeitos do aquecimento global, os governos do mundo inteiro precisam fazer as emissões de gases de efeito estufa começarem a declinar após 2015. Os países-membros da Convenção do Clima da ONU se preparam para fechar até 2009 um acordo substituto ao Protocolo de Kyoto, o importante, mas pífio, tratado internacional de proteção do clima. Kyoto levou quase uma década sendo negociado, e seu período de aplicação real só começa no ano que vem (e vai até 2012). As emissões de CO₂, dos anos 1990 para cá, subiram 24% em vez de cair.

O resumo dessa equação é que o mundo tem dois anos para produzir um acordo que seja muito mais ambicioso que o de Kyoto e comece a rodar em muito menos tempo, reduzindo em pelo menos 50% as emissões do planeta. Questionado sobre se a conta fechava, um dos líderes do painel do clima sorriu amarelo: "Estamos tentando passar uma mensagem positiva". Os termos do pós-Kyoto começam a ser decididos em tese em dezembro, em Bali, e na prática no mês que vem, na Alemanha -num encontro que reunirá os maiores poluidores do passado (as nações do G8) e os cinco maiores poluidores do futuro próximo (China, Índia, México, África do Sul e Brasil). Na mesa de negociações do G8+5 estarão assuntos espinhosos. O principal deles é a adoção de metas de redução de emissões obrigatórias para os EUA (que as rejeita) e para os países pobres (aos quais Kyoto deu o direito de poluir, em nome de seu desenvolvimento). A UE, que se comprometeu a cortar 20% de seus gases-estufa até 2020, tenta pressionar ambos os blocos.

Permeando a conversa está a maneira como os países deverão proceder ao corte de emissões. Aqui, o relatório divulgado pelo IPCC em Bancoc na última sexta-feira traz uma verdade inconveniente: de longe, medidas de eficiência energética (grosso modo, trocar lâmpadas) têm o maior potencial de redução de emissões. Parece uma boa notícia, mas este não é um mercado muito sexy para países como os EUA, que querem condicionar sua ação climática a negócios bilionários, que envolvam tecnologias exportáveis.

A energia nuclear, uma dessas tecnologias, foi considerada uma opção real, mas de potencial baixo (deve crescer 2% até 2030, contra até 17% de crescimento das energias renováveis, segundo o IPCC). Os países pobres, por sua vez, deverão condicionar sua participação no pós-Kyoto a investimentos maciços das nações desenvolvidas. Se 2007 não vir um sinal de fim desse impasse, melhor desistir de comprar aquela casa na praia.

CLAUDIO ANGELO é editor de Ciência .

Biocombustíveis podem agravar fome, afirma ONU- Folha de São Paulo – Ciência – 10/05/2007

Relatório vê risco de competição de lavoura energéticas com produção de comida

Avanço sobre florestas também pode ocorrer, sobretudo no sudeste da Ásia; para brasileiro, álcool representa menos perigo

Um relatório da ONU (Organização das Nações Unidas) divulgado ontem pode ser considerado um sinal amarelo para a política internacional de expansão do mercado de biocombustíveis. Se for mal implementada, a tecnologia que promete ao mesmo tempo combater o efeito estufa e liberar o mundo do petróleo acabaria causando fome e destruição de habitats.

"Os biocombustíveis líquidos podem ameaçar a disponibilidade de suprimentos de comida adequados ao desviar terra e outros recursos de produção das plantações para alimento", diz o relatório. "Muitas plantações hoje usadas como fonte de biocombustível requerem terra agricultável de alta qualidade uso significativo de fertilizantes, pesticidas e água."

O documento de 64 páginas, porém, reconhece que "sistemas de bioenergia modernos bem projetados podem de fato aumentar a produção local de comida". Se o combustível ficar significativamente mais barato, a cadeia de produção e distribuição de alimentos também pode baratear o produto final.

"Mas esse não é o caso no momento", diz Luiz Pinguelli Rosa, secretário-executivo do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas. Segundo o pesquisador da UFRJ, muitas das preocupações manifestadas no documento já são "discussão vencida" no caso do álcool de cana brasileiro. "Aqui não há falta de alimento, há falta de dinheiro para as pessoas comprarem alimento", diz.

Em alguns momentos, porém, o relatório faz eco às declarações do ditador cubano Fidel Castro de que os biocombustíveis podem aumentar a fome no mundo. "Adotar essa idéia para China e Índia, países superpopulosos onde não há tanta disponibilidade de terra, seria mais complicado", diz Pinguelli.

Segundo o último relatório do IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática), os biocombustíveis podem ocupar até 10% da matriz do setor de transportes em 2030. O relatório não detalha quais plantas são mais adequadas para expandir a produção global de biocombustível, fazendo apenas algumas ressalvas. "Dependendo do tipo de plantação, do que ela está substituindo e dos métodos de cultivo e colheita, os biocombustíveis podem ter aspectos positivos ou negativos no uso da terra, na qualidade da água e do solo e na biodiversidade".

Desmatamento - Na opinião do cientista brasileiro, uma preocupação mais palpável é a de os biocombustíveis fazerem a fronteira agrícola avançar à custa da derrubada de

florestas. O relatório da ONU, porém, lança mais críticas aos países asiáticos do que ao Brasil quando o assunto é desmatamento. Chega mesmo a elogiar o estabelecimento de 20% de reserva legal de mata em plantações de cana-de-açúcar em São Paulo.

"O que aconteceu, na verdade, é que o café já tinha feito o serviço do desmatamento antes da cana", diz Pinguelli. "Se a cana precisasse desmatar, ela teria desmatado", diz.

NA INTERNET - Leia o relatório completo (em inglês) <http://esa.un.org/un-energy/>

Contribuição para a sustentabilidade – Antonio Matias – O Globo – Opinião – 10/05/2007

Em seu premiado filme “Uma verdade inconveniente”, Al Gore, ex-vice-presidente dos Estados Unidos, alerta para os perigos do aquecimento global, mas deixa uma porta aberta à esperança, destacando que qualquer cidadão minimamente informado e motivado pode contribuir para impedir que os problemas climáticos do planeta se agravem.

Felizmente, nos dias de hoje não são apenas os ambientalistas que se preocupam com o tema. Essa visão começa a conectar toda a sociedade em escala planetária, incluindo também atores relevantes do meio empresarial, inclusive de setores que por muito tempo foram tachados de insensíveis em relação ao meio ambiente.

Indústrias com atuação global apostam em equipamentos que necessitam menor uso de energia para funcionar e emitem menos poluentes. Combustíveis renováveis, como o etanol, já tão conhecido dos brasileiros, e agora o biodiesel, são exemplos de que um engajamento sério na busca de soluções é capaz de gerar benefícios aos negócios, à sociedade e ao meio ambiente.

Em meio a esse contexto de mobilização, considero particularmente interessante olhar para o que as instituições financeiras no Brasil têm feito.

Classificados por alguns como voltados exclusivamente para os resultados econômicos, os bancos têm dado uma importante contribuição em relação à sustentabilidade, aliando a eficiência que leva ao crescimento econômico ao compromisso e ações voltadas para o desenvolvimento social e a preservação ambiental, como atesta, inclusive, recente relatório do International Finance Corporation (IFC), do Banco Mundial.

É patente que a atuação das instituições financeiras tem ido muito além da simples implementação de ações para minimizar os impactos de sua própria operação. Passa também por exigir e fiscalizar que empresas por elas financiadas adotem práticas social e ambientalmente responsáveis.

Na vanguarda das iniciativas estão aqueles que fazem tudo isso e ainda buscam estimular constantemente o debate sobre o futuro do planeta e das novas gerações, com o intuito de gerar redes e ações concretas.

Diversos bancos presentes no Brasil estão caminhando nesse sentido. Vale citar, além do Itaú, alguns bons exemplos, como Real ABN Amro, Bradesco, Unibanco, HSBC, Santander Banespa, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, entre outros. Boa parte dos bancos brasileiros já é signatária dos Princípios do Equador, um conjunto de requisitos que alinham valores de Responsabilidade Socioambiental e Sustentabilidade na análise de riscos em financiamento de projetos. Em paralelo, diversas instituições estão operando fundos e linhas de financiamento vinculados a contrapartidas sociais e ambientais.

E desenvolvem um amplo leque de projetos sociais, próprios ou por meio de parcerias. Estas ações podem ser comprovadas no último Relatório Social da Febraban, que tem a participação de 28 instituições relatando as principais iniciativas nesta área em 2006. Entre outras coisas, este grupo de bancos investiu no ano passado R\$ 63,5 milhões em programas e projetos de melhoria ambiental.

Consciente de sua responsabilidade, como um dos líderes no mercado financeiro brasileiro, o Banco Itaú Holding Financeira, através do Banco Itaú e Itaú BBA, tem atuado em várias frentes.

Internamente, adotou um amplo programa de redução de consumo de recursos hídricos e energéticos. Com a reutilização de água, temos economizado 50 mil litros por dia.

O volume é pequeno se comparado a alguma atividade industrial, mas é significativo se levarmos em conta nosso setor de atuação. A simples ação de coleta seletiva de resíduos nos permite dar destinação adequada a 14,5 mil toneladas de copos plásticos e latas de alumínio anualmente, com repasse dos recursos provenientes da reciclagem para entidades sociais.

Somos signatários dos Princípios do Equador desde 2004 e, no ano passado, aderimos à segunda versão do compromisso.

Antes, as exigências sociais e ambientais previstas nos princípios eram obrigatoriamente aplicadas pelos signatários nos financiamentos acima de US\$ 50 milhões. Na segunda versão, passou a ser de US\$ 10 milhões. O Itaú, por sua vez, reduziu para R\$ 5 milhões o piso por ele aplicado. E essa prática resulta na recusa em financiar projetos que não consigam demonstrar esse comprometimento. Não poderia deixar de mencionar, também, que o Itaú é o único banco da América Latina que está presente no Índice Dow Jones de Sustentabilidade desde a sua criação, por sete vezes consecutivas. No Brasil,

compomos o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), da Bovespa.

Não se trata aqui de tão-somente enfatizar a positiva ação das instituições financeiras. Estou certo de que muito ainda pode e deve ser feito. Mas prefiro deixar uma porta aberta ao otimismo, como faz Al Gore, que o Itaú traz ao Brasil neste mês de maio para um evento para lideranças políticas e empresariais e comunicadores. Essa iniciativa reafirma nossa crença de que o compromisso da sustentabilidade é manifestado também pelo estímulo ao debate pela sociedade em busca de soluções em prol de um planeta melhor. Estou convicto que muitas outras ações por parte das instituições financeiras podem ser esperadas, tanto por meio de iniciativas próprias como a partir de parcerias com

o setor público e com organizações não-governamentais. Creio que os demais atores da sociedade podem e devem ver nos bancos um potencial aliado.

E os bancos, por sua vez, serão cada vez mais ativos no sentido de provocar o debate sobre o futuro do planeta e o das novas gerações.

MDA avalia demandas da agricultura familiar no Território do Jalapão (TO) – INCRA – 10/05/2007

A Delegacia Federal do Ministério do Desenvolvimento Agrário em Tocantins (MDA/TO) inicia na próxima segunda-feira (14) uma série de encontros com atores sociais do Território Rural do Jalapão. Estão previstas reuniões nos municípios de Ponte Alta (14),

Santa Teresa do Tocantins (15), Lagoa do Tocantins (16) e Novo Acordo (17). O objetivo é concluir a visita a todos os oito municípios do território. Entre 30 de abril e 4 de maio, representantes do MDA já estiveram em Rio Sono, Lizarda, Mateiros e São Félix do Tocantins.

Conforme o delegado do MDA no estado, Leontino Pereira de Souza, nos encontros são avaliadas as necessidades dos atores territoriais e da agricultura familiar em cada município. “Durante as reuniões, ouvimos as demandas dos gestores públicos, agricultores familiares, técnicos de assistência técnica e sociedade civil. Dentre os pontos destacados está a criação de uma Escola Familiar Agrícola para capacitar os produtores”, afirma.

O delegado destaca ainda o potencial do agroturismo ecológico no território, que conta com o Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba, o Parque Estadual do Jalapão e Áreas de Proteção Ambiental (APA). Segundo ele, a meliponicultura – a produção de mel por abelhas nativas – é uma das apostas de técnicos e produtores familiares da região.

Segundo dados da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT/MDA), foram investidos no Território Rural do Jalapão mais de R\$ 687 mil em ações de desenvolvimento rural e de apoio à agricultura familiar. As principais atividades patrocinadas são da cadeia produtiva do mel e do artesanato, sobretudo daquele feito com capim dourado.

MDA discute desenvolvimento de ações de apoio à infra-estrutura do Território Sul de Roraima – INCRA – 10/05/2007

A Delegacia Federal do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em Roraima vem realizando reuniões com os prefeitos de Rorainópolis, São Luiz do Anauá, São João da Baliza e Caroebe. O objetivo é discutir a implantação da infra-estrutura social, econômica e ambiental necessária para proporcionar a educação no campo, com ênfase em Casas Familiares Rurais.

O trabalho está inserido no projeto Desenvolvimento de Ações de Apoio à Infra-estrutura do Território Sul de Roraima. Também participam das reuniões representantes da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetag), da Comissão de Implantação de Ações Territoriais (CIAT) e da Caixa Econômica Federal (CEF).

Em Rorainópolis, o projeto abrange a construção de uma casa de produção artesanal de papel de fibra da bananeira e de madeira reaproveitada. Já em São Luiz do Anauá, está prevista a construção de uma unidade de confecção de cestarias. Em Caroebe, serão adquiridos materiais e equipamentos para atender a Unidade de Apoio às Organizações Sociais.

O projeto também prevê para os municípios do Território Sul a implantação de cinco unidades de observação de sistemas agroflorestais e a aquisição de equipamentos, como tratores de pequeno porte, carreta basculante, arado reversível, grades aradoras e

motocicletas. É previsto, ainda, incentivo à plantação de hortas orgânicas e à instalação de kits de irrigação.

Abordagem territorial

O MDA em Roraima vai investir R\$ 684 mil no projeto e é o responsável pelo acompanhamento das ações. O recurso já está na CEF, responsável por realizar convênios com as prefeituras para posterior repasse da verba. “A abordagem territorial, entre outras ações, prevê a articulação de políticas públicas por meio da cooperação entre governos e comunidade para aplicação dos recursos de acordo com as necessidades de cada território”, destacou a delegada do MDA/RR, Célia Souza.

De acordo com ela, a próxima reunião com os prefeitos, representantes da CEF, da Fetag e da CIAT será realizada na próxima terça-feira (15), no Território Sul de Roraima. “A CEF vai analisar se as prefeituras elaboraram o projeto técnico de acordo com as normas recomendadas”, afirmou Célia.

Além disso, o MDA, o Cefet e a Fetag vão convidar representantes de universidades, do Conselho Estadual de Educação e da Secretaria Estadual de Educação para uma discussão, no próximo dia 22, sobre a proposta pedagógica de educação no campo.

Marina defende que Brasil crie marca de sustentabilidade - Daniela Chiaretti – Valor Econômico – Brasil - 10/05/2007

Se o Brasil conseguir criar uma marca para seus artigos que transmita o conceito de uma produção responsável e com sustentabilidade ambiental, os consumidores podem responder de forma muito positiva. A aposta, feita ontem a uma platéia de 250 empresários reunidos no Hotel Maksoud Plaza, em São Paulo, não foi defendida por um profissional de marketing - partiu da ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, durante palestra no seminário "Créditos de carbono e mudanças climáticas - propostas e desafios para a sustentabilidade ambiental" promovido pelo Valor. "O Brasil é uma potência ambiental e já está sendo cobrado por isso", alertou.

Na mesma linha, Rubens Antônio Barbosa, que foi embaixador do Brasil em Londres e Washington, disse acreditar na "nova força" que é o consumidor mais consciente, e emendou com o comportamento dos europeus, tradicionalmente receptivos a produtos com selos verdes. "Empresas atentas ao ambiente terão mais aceitação no mercado que empresas omissas."

Mas saindo das prateleiras dos supermercados e entrando no cenário macro, o futuro próximo promete turbulências. "A pressão já está configurada, e é forte", disse Barbosa. O pano de fundo são as negociações do pós-2012, ou seja, do segundo período de compromissos do Protocolo de Kyoto, o acordo internacional que restringe as emissões de gases-estufa. Entre 2008 e 2012, a meta de redução de emissões atinge apenas países desenvolvidos. O que se negocia agora é o regime que virá depois. "Difícilmente os países desenvolvidos vão aceitar mais metas de cortes de emissão sem a inclusão das nações em

desenvolvimento mais importantes", disse. "O Brasil deveria se adiantar a um movimento que, na minha opinião, é irreversível", prosseguiu, defendendo a idéia de que o país organize uma grande conferência internacional sobre mudanças climáticas, tomando a dianteira do processo, como fez com a Eco-92.

"Vivemos a era dos limites", disse Marina, fazendo referência ao cenário mundial que surgiu com a divulgação dos dados do IPCC, o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, da ONU. "Temos que refletir sobre uma nova maneira de ser, de nos relacionarmos com a natureza, de consumir. É uma engenharia nova." Emendou com uma equação que está na ordem do dia: "É com esta aparente oposição entre desenvolvimento e meio ambiente que vamos atravessar este século."

A ministra jogou seus números: com a redução de 51% no desmatamento da Amazônia, obtida nos últimos dois anos, o Brasil deixou de emitir 430 milhões de toneladas de CO₂; em 2004, uma mega-operação que contou com a ajuda da Polícia Federal, identificou 1.500 empresas irregulares na Amazônia, reteve 900 mil m³ de madeiras ilegais e prendeu 1.500 envolvidos em crimes ambientais (entre eles, 116 servidores do Ibama). Citou o Plano Nacional de Prevenção e Combate ao Desmatamento, que envolve 13 ministérios e é coordenado pela Presidência. E elencou outros programas e ações ambientais para ilustrar como o país faz sua lição de casa. Avisou que, em 90 dias, serão divulgados os nomes dos novos presidentes do Ibama (o chefe da PF, Paulo Lacerda, foi convidado) e do Instituto Chico Mendes, que cuidará das unidades de conservação. Deixou no ar uma idéia realista: "O cenário do aquecimento global não pode ser encarado como algo tão grande que paralise a todos, nem como algo tão simples que banalize a gravidade do problema."

Ronaldo Weigand, coordenador do Programa Áreas Protegidas da Amazônia, o Arpa, explicou como anda o projeto criado em 2002. A meta era criar 37,5 milhões de hectares de unidades de conservação na região, além de tirar do papel as já existentes. "Isso significa uma área de 50 milhões de hectares. É maior que a Espanha e dez vezes superior ao território da Costa Rica", ilustrou. Em 4 anos, o Arpa criou 20 milhões de hectares de novas unidades e continua no desafio de captar recursos para protegê-las e desenvolvê-las. A pressão para desmatar está sempre ali. "O desmatamento é meio líquido", ilustrou. "Sempre vaza para lugares não fiscalizados."

No mercado de créditos de carbono, o Brasil ocupa a 3ª posição, depois da China e da Índia. "Mas é um terceiro lugar deste tamanho", disse Marco Antonio Fujihara, diretor da divisão de sustentabilidade do Instituto Totum, que trabalha no segmento. Ou seja, a China tem 61% do mercado de créditos de carbono, e o Brasil, modestos 4%. Aqui, a idéia é que se formalize um marco regulador que torne mais claras as regras do jogo. A Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F) deve fazer o primeiro leilão de créditos no segundo semestre deste ano.

Um programa de crescimento ambientalmente responsável? -Por Silvia Pinheiro e Paolo Kury – Valor Econômico – Opinião - 10/05/2007

O tema do meio ambiente - que tem assumido cada vez maior destaque no contexto global devido ao aquecimento global e as conseqüentes mudanças climáticas - recebeu, surpreendentemente, tratamento menor no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para o segundo mandato do governo Lula, cancelado pelos ministros Dilma Roussef e Guido Mantega, no dia 22 de janeiro.

Alocado na parte referente a "Medidas de Melhoria do Ambiente de Investimento", buscam, os autores do PAC, ignorar que o Brasil já está entre os cinco maiores emissores de carbono no mundo. Alcançamos o status de um dos maiores poluidores mundiais e tal posição nos confere responsabilidades a serem desafiadas antes que, diante de nossa inoperância, nos vejamos obrigados a importar pacotes ambientais ou a fechar acordos que, via de regra, não atendem os interesses e as especificidades do país.

O PAC limitou sua contribuição ao meio ambiente à regulamentação do artigo 23 da Constituição. Este dispositivo aponta as áreas de competência concorrente dos entes federativos, sendo a ambiental uma delas. O objetivo da nova regulamentação é, ao tentar imprimir maior transparência à questão da competência para aprovação de obras com impacto ambiental, "destravar" os grandes projetos que se encontram parados no aguardo de licenças ambientais para entrarem em operação.

No entanto, a dita regulamentação não é idéia nova. Tornar o interesse ambiental local vis atrativa em relação à competência implementadora, especialmente em sede de licenciamento, foi tarefa já executada anteriormente pela Resolução da Conama nº 237/97. Esta foi editada para preencher a lacuna existente no referido artigo da Constituição, com vistas a reordenar o licenciamento ambiental em todo o território nacional e realocar os municípios para sua devida importância, seguindo assim, em consonância com os ditames da carta constitucional.

Passados dez anos da referida resolução, o modelo de licenciamento ambiental tem demonstrado sinais de estafa ainda em tenra idade. Ocorre que as agências estaduais e municipais ambientais convivem, na maior parte do país, com enorme carência técnica e financeira para proceder aos exames necessários à concessão das licenças. Alegam os representantes dos órgãos estatais competentes que 60% dos licenciamentos feitos pelos Estados são de pequeno porte e poderiam passar para os municípios. Por sua vez, apenas 4,18% dos municípios brasileiros conseguem realizar o licenciamento ambiental, devido à carência de pessoal especializado nas gestões municipais e à ausência, por décadas, de programas de capacitação.

Os permanentes conflitos de competência, a falta de capacitação e um modelo de política ambiental baseado no excesso de regras, fiscalizações e penalidades repercute na aprovação de obras geradoras de significativos impactos ambientais. O Judiciário, além de desafiado por decisões em que a mensuração científica dos riscos ambientais é complexa, arca com as conseqüências do referido modelo baseado em instrumentos de controle. O volume de processos leva a interpretações diversas em relação à competência para o licenciamento ambiental, que resulta algumas vezes em dois a três anos de julgamento, inviabilizando projetos que, se por um lado, exigem segurança jurídica, também requerem rapidez.

A proposta da nova regulamentação ambiental é retornar ao tema das competências entre os entes federativos, visando, principalmente, a redução na quantidade de ações judiciais e a dinamização dos empreendimentos em áreas como a de saneamento básico e de habitação - dois dos principais focos defendidos pelo plano governamental. No entanto, especial atenção deve ser conferida ao novo programa de capacitação de gestores ambientais para que não se repitam os erros anteriores.

Infelizmente, os aspectos ambientais ainda são pouco integrados na formulação de políticas públicas no Brasil. A organização institucional voltada para o trato do tema, gerada nos anos de ditadura, peca por uma cultura centralizadora e, portanto, incapaz de gerenciar os numerosos desafios e oportunidades ambientais atuais.

A proposta da nova regulamentação ambiental é retornar ao tema das competências entre entes federativos

O período de substituição de importações, que teve por objetivo livrar o Brasil da dependência das exportações de produtos agrícolas ou de extração mineral, evoluiu para uma industrialização com base na utilização indireta de recursos naturais, sem qualquer preocupação com a geração ou a absorção de tecnologia orientada para o crescimento sustentado. Os planos nacionais de desenvolvimento posteriores resultaram em forte expansão de indústrias de potencial poluidor, com destaque para o setor exportador.

Permanecendo o emaranhado de regras e competências a que se encontra amarrada a política ambiental brasileira, nossas responsabilidades ambientais serão, não sem razão, sempre vistas como fardos ou obrigações pesadas que retardam o crescimento econômico. Esta é a visão que, infelizmente, adotou o próprio PAC, recentemente anunciado.

Urge uma mudança de foco. Em lugar de sanções, acúmulo de normas, supervisões e fiscalizações inviáveis em um país de dimensões continentais, deve ser privilegiada a adoção de instrumentos econômicos que incentivem a redução das emissões poluentes. Apenas para citar alguns: empréstimos subsidiados que melhorem o desempenho ambiental dos agentes poluidores, depósitos reembolsáveis na devolução de produtos poluentes, negociação de licenças de poluição no caso de existência de patamares máximos de poluição e os projetos de Mecanismos de Desenvolvimento Limpo. Estes últimos permitem que as reduções de emissões de carbono alcançadas em atividades industriais ou agrícolas em países em desenvolvimento sejam certificadas e comercializadas com agentes econômicos situados em países que dispõem de tetos máximos de poluição.

A singularidade do processo de industrialização nacional, junto à posição de destaque do setor agroindustrial e a permanente ameaça às florestas, consequência das queimadas ou atividades extrativas de madeira, fazem do Brasil uma excelente plataforma de absorção de tecnologias visando o desenvolvimento sustentável.

É com surpresa que verificamos como alguns de nossos países vizinhos vêm assumindo posição de destaque na captação de projetos para geração de créditos de carbono, respaldados no Protocolo de Kyoto e nos Acordos de Marraquech, sem falar daqueles que já nos passaram a frente, como Índia e China.

Sem dúvida, nosso país, vem se destacando de forma brilhante no desenvolvimento de tecnologia e implementação de projetos relacionados às fontes renováveis de energia, com destaque para os biocombustíveis e o etanol. No entanto, esse é um dos caminhos a serem incentivados e trilhados, mas não o único. Os EUA, concorrentes de peso, já

superaram o Brasil como maiores produtores de álcool à base de milho, além de manterem barreiras elevadas às importações do produto de origem do Brasil.

Para que não se repitam os erros do passado, as exportações de etanol não devem ser encaradas como mais um ciclo produtivo, tais como o do café ou o do açúcar, mas sim como o início de processo de promoção do desenvolvimento sustentável de forma abrangente.

Meio ambiente deixa de ser tema restrito aos fóruns específicos da área. A preocupação ambiental rompeu as fronteiras dos Estados e o desafio do crescimento sustentável somente será vencido por meio de ações do cidadão e de empresas, incentivadas por políticas públicas orientadas para o aproveitamento de instrumentos econômicos.

Silvia Pinheiro é advogada.

Paolo Kury é consultor ambiental.

Fiscalização ameaça 'soja responsável' - Bettina Barros – Valor econômico – Agronegócios - 10/05/2007

Criada oficialmente em novembro do ano passado com o objetivo de formular uma cartilha de "bons modos" para o setor de soja, a Mesa Redonda da Soja Responsável (RTRS, na sigla em inglês) deu nesta semana a partida para o que deverá ser seu maior desafio nos próximos anos: convencer grandes e pequenos produtores de que precisam cumprir suas obrigações sociais, ambientais e trabalhistas.

Formado por pesos-pesados como Abiove (Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais), Unilever, ABN Amro Real, Amaggi e WWF, o grupo deverá apresentar até 2009 uma cartilha de critérios socioambientais, na tentativa de regular globalmente um setor malvisto em alguns países. Estima-se que 95% dos produtores de soja brasileiros cometam algum tipo de ilegalidade.

O pontapé inicial foi dado ontem, em São Paulo, com a primeira Assembléia Geral que colocou à mesma mesa representantes da indústria, da sociedade civil e produtores de Brasil, Argentina, Paraguai, Holanda e Suíça. No encontro, foram eleitos o presidente do grupo - Christopher Wells, superintendente para riscos socioambientais do banco ABN Amro Real - e os 15 membros do conselho, representando igualmente todos os setores.

Iniciada com 10 membros, a Mesa Redonda já contabiliza 51 associados interessados em participar da iniciativa que ganhou força com a moratória da soja decretada em meados do ano passado, na qual grandes indústrias se comprometeram a não comprar mais soja oriunda de áreas de desmatamento da Amazônia.

"A preocupação tem crescido muito", diz Wells, do ABN Real. "O call center da Unilever na Europa recebe todos os dias pelo menos um telefonema de alguém perguntando de onde vem a soja que está em seu produto".

Apesar das boas intenções e do discurso afinado - o de que vivemos em uma nova era na qual os sojicultores precisam se adequar -, ainda pairam dúvidas em relação à realidade no campo. A principal delas é a fiscalização, hoje quase que inteiramente nas mãos das próprias indústrias.

"Há só três grupos de soja certificados: Imcopa, Caramuru e Amaggi", diz Augusto Freire, CEO da Cert ID, certificadora agrícola com sede em Porto Alegre. "As multinacionais são resistentes".

Segundo Afonso Champi, diretor de assuntos corporativos da Cargill, maior agroindústria do mundo, a auditoria está entre os temas de debate da Mesa Redonda da Soja Responsável. "Cada um tem o próprio método de monitorar fornecedores. Mas uma das discussões é se uma terceira parte independente deveria fazer isso", diz Champi.

Outra questão levantada é sobre a entrada de players importantes à Mesa Redonda, como os Estados Unidos. "Os americanos vieram e só olharam", diz Wells.

Para Carlo Lovatelli, da Abiove, o "grande drama" é incluir grandes consumidores no grupo, sobretudo a China. "É muito importante que o debate seja globalizado, não dá para ser um debate entre Brasil e Europa", diz. "A entrada da China é uma questão de tempo. A médio prazo isso vai convergir para uma especificidade da demanda mundial."

Ver mais em www.responsiblesoy.org

Bush pede a Lula apoio na discussão climática – Chico de Góis e Luiza Damé – O Globo – Economia – 11/05/2007

BRASÍLIA. O presidente dos EUA, George W. Bush, telefonou ontem para o presidente Lula, quando ele ainda estava em São Paulo, para tratar de questões comuns da agenda dois países — mudanças climáticas e Rodada de Doha —, sobre as quais os americanos querem contar com o apoio dos brasileiros. O telefonema durou dez minutos.

Segundo o porta-voz da Presidência, Marcelo Baumbach, Bush quer assumir a liderança internacional na discussão sobre mudanças climáticas, um dos temas que serão discutidos na reunião do G-8 (grupo dos países mais ricos), no mês que vem, na Alemanha.

Bush disse a Lula que deseja que a discussão sobre o assunto leve em consideração temas como crescimento econômico e segurança energética.

Ou seja, reafirmou a posição histórica de seu governo.

Os EUA são contrários à redução da emissão de poluentes no mundo e não assinaram o Protocolo de Kioto.

Segundo Baumbach, Lula concordou com o argumento principal de Bush: — O Brasil está de acordo de que não há possibilidade de se aceitar qualquer política sobre o clima que não leve em conta a necessidade de avanços tecnológicos, desenvolvimento econômico e criação de empregos.

O outro tema tratado foi a Rodada de Doha, da Organização Mundial do Comércio (OMC), que negocia mais abertura no mercado internacional.

No telefonema, Bush expressou a Lula seu desejo de que os países apresentem propostas ambiciosas nas áreas de agricultura e manufaturados para que se chegue a um acordo.

Floresta dá mais lucro preservada – Ana Lucia Azevedo – O Globo – Ciência – 11/05/2007

Cientistas propõem redução de 50% das queimadas até 2050

Reduzir a queima das florestas tropicais é uma das formas mais baratas de combater o aquecimento global, principalmente para o Brasil, dono dos maiores estoques florestais da Terra.

Um estudo do grupo de Redução das Emissões do Desmatamento da Convenção de Mudanças Climáticas, publicado na “Science”, mostrou não só os ganhos na diminuição de CO2 quanto indicou que mecanismos de compensação por proteção das matas — que não existem, mas devem ser criados pela convenção — trariam lucros para países em desenvolvimento.

Brasil e Indonésia, os dois maiores emissores do mundo de CO2 por queimadas, seriam beneficiados.

As queimadas respondem por cerca de 20% do CO2 lançado na atmosfera.

O estudo estima que se o desmatamento for reduzido em 50% até 2050, seria possível eliminar 50 bilhões de toneladas de CO2, o que representaria mais de 10% dos cortes necessários para manter as concentrações atmosféricas do gás em 450 partes por milhão, como recomendou o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas da ONU (IPCC, na sigla em inglês).

— A meta de 50% de redução é perfeitamente viável para o Brasil. Para começar, a maior parte do desmatamento é ilegal. O legal não chega a cinco mil quilômetros quadrados por ano. Só com o combate da ilegalidade, poderia haver uma diminuição de 60% — diz Carlos Nobre, do Centro de Previsão do Tempo e Estudos Climáticos do Inpe, um dos autores do estudo e membro do IPCC.

Nobre lembra que Brasil e Indonésia têm emissões per capita de CO2 maiores do que as da China, que este ano se tornará o maior poluidor do mundo.

— Quando se fala em aquecimento global e se leva em conta as emissões de queimadas, estamos muito mal — observa ele.

Ele destaca que o Brasil tem 650 mil quilômetros quadrados desmatados e subaproveitados pela agricultura e a pecuária. Aproximadamente 17% das florestas da Amazônia já foram destruídas.

— Se essa área fosse melhor aproveitada, seria possível produzir cinco vezes mais sem desmatar um milímetro.

O desmatamento no Brasil agrega muito pouco em desenvolvimento social.

Precisamos encontrar e implementar um novo modelo para a Amazônia — frisa.

Ele destaca que tem sido difícil coibir as queimadas no país e que a área desmatada caiu ano passado, em parte, porque o preço da soja no mercado internacional e da carne no nacional, também diminuíram. Com isso, foi menor a pressão por novas áreas de plantio e pastagem na Amazônia.

SDT/MDA destaca presença da economia solidária nos territórios rurais – MDA – 11/05/2007

“De maneira semelhante aos temas desenvolvimento sustentável, agroecologia, igualdade de gênero e etnodesenvolvimento, a economia solidária faz parte dos princípios do MDA”. Essa foi a declaração do secretário de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Humberto Oliveira, durante o 7º Encontro da Coordenação Nacional do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, hoje (9), em Brasília. O secretário representou o ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, no evento. O encontro reuniu cerca de 80 representantes de associações de todo o País.

Oliveira explicou que o MDA cuida do desenvolvimento sustentável do Brasil rural, além da reforma agrária e da agricultura familiar. “E para que esse desenvolvimento ocorra em bases sustentáveis, na dimensão econômica, temos a economia solidária como um referencial”, afirmou. Segundo o secretário, um mapeamento mostrou que 40% de todos os empreendimentos solidários existentes no Brasil estão nos 118 territórios rurais apoiados pelo MDA.

Um levantamento realizado pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) apontou a existência de 20 mil empreendimentos solidários. Entre eles, estão cooperativas, associações, empresas autogestionárias, grupos de produção ou clube de trocas nos quais os participantes são trabalhadores que exercem a gestão das atividades coletivamente.

Ação conjunta

O secretário de Desenvolvimento Territorial incentivou a realização conjunta de feiras estaduais da agricultura familiar e da economia solidária. Ele também explicou o apoio dado pelo MDA às redes de cooperativas, a exemplo da União Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes) e da Associação Nacional do Cooperativismo de Crédito de Economia Familiar e Solidária (Ancosol).

Também presente no encontro, o ministro do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi, informou que se esforçará para dobrar os recursos destinados à economia solidária. “Isso possibilitará o fortalecimento dos pequenos empreendimentos e a geração de empregos”, adiantou.

Já o secretário Nacional de Economia Solidária, Paul Singer, analisou que “a economia solidária vem se desenvolvendo em muitos países europeus, na África e também na América Latina. A existência do Fórum Nacional de Economia Solidária no Brasil é essencial para dar continuidade ao movimento no País”, assegurou.

Também participaram do encontro a secretária de Articulação Institucional e Parcerias do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Eliana Kátia, e o deputado federal e presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Economia Solidária no Brasil, Eudes Peixoto, além de Ademar Bertucci, da Cáritas Brasileira.

MDA discute ações de apoio à infra-estrutura do Território Sul de Roraima – MDA – 08/05/2007

A Delegacia Federal do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em Roraima vem realizando reuniões com os prefeitos de Rorainópolis, São Luiz do Anauá, São João da Baliza e Caroebe. O objetivo é discutir a implantação da infra-estrutura social, econômica e ambiental necessária para proporcionar a educação no campo, com ênfase em Casas Familiares Rurais.

O trabalho está inserido no projeto Desenvolvimento de Ações de Apoio à Infra-estrutura do Território Sul de Roraima. Também participam das reuniões representantes da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetag), da Comissão de Implantação de Ações Territoriais (CIAT) e da Caixa Econômica Federal (CEF).

Em Rorainópolis, o projeto abrange a construção de uma casa de produção artesanal de papel de fibra da bananeira e de madeira reaproveitada. Já em São Luiz do Anauá, está prevista a construção de uma unidade de confecção de cestarias. Em Caroebe, serão adquiridos materiais e equipamentos para atender a Unidade de Apoio às Organizações Sociais.

O projeto também prevê para os municípios do Território Sul a implantação de cinco unidades de observação de sistemas agroflorestais e a aquisição de equipamentos, como tratores de pequeno porte, carreta basculante, arado reversível, grades aradoras e motocicletas. É previsto, ainda, incentivo à plantação de hortas orgânicas e à instalação de kits de irrigação.

Abordagem territorial

O MDA em Roraima vai investir R\$ 684 mil no projeto e é o responsável pelo acompanhamento das ações. O recurso já está na CEF, responsável por realizar convênios com as prefeituras para posterior repasse da verba. “A abordagem territorial, entre outras ações, prevê a articulação de políticas públicas por meio da cooperação entre governos e comunidade para aplicação dos recursos de acordo com as necessidades de cada território”, destacou a delegada do MDA/RR, Célia Souza.

De acordo com ela, a próxima reunião com os prefeitos, representantes da CEF, da Fetag e da CIAT será realizada na próxima terça-feira (15), no Território Sul de Roraima. “A CEF vai analisar se as prefeituras elaboraram o projeto técnico de acordo com as normas recomendadas”, afirmou Célia.

Além disso, o MDA, o Cefet e a Fetag vão convidar representantes de universidades, do Conselho Estadual de Educação e da Secretaria Estadual de Educação para uma discussão, no próximo dia 22, sobre a proposta pedagógica de educação no campo.

Estado vai criar certificação de reservas privadas – Rio – Economia – 12/05/2007

Minc diz que RPPN da Light será primeira a ser autorizada

O governo do estado vai criar um sistema de certificação para Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs). Atualmente, a unidade só pode ser implantada através do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Snuc). A medida, segundo o secretário estadual do Ambiente, Carlos Minc, visa a estimular a criação de novas reservas particulares em território fluminense.

— A reserva particular da Light, em Lajes, será a primeira a fazer parte do sistema de certificação estadual de RPPNs. Originalmente, o estado queria que a área onde será criada a RPPN se tornasse parte da APA

Guandu. Como a empresa decidiu criar a reserva, concordamos com a mudança — disse o secretário.

Área da Light tem florestas mais preservadas do estado A RPPN da Light vai ocupar uma área especial do estado.

De acordo com o secretário executivo do Instituto Terra, Maurício Ruiz, a Mata Atlântica do local é uma das mais preservadas do estado, com vários trechos de vegetação primária (jamais retirada pelo homem).

— É uma área verde muito grande, com florestas bem conservadas. Entre as espécies de fauna encontradas na área, estão a onça parda, o tamanduábandeira, o queixada e a capivara, entre outros. Na flora, temos espécies como o jequitibá-branco, os ipês amarelo e rosa, a paineira, os angicos branco e vermelho, o pau d'álho e o pau marfim.

A coordenadora da Aliança para a Conservação da Mata Atlântica da Fundação SOS Mata Atlântica, Erika Guimarães, considera a reserva estratégica para o estado.

— Várias ações têm sido desenvolvidas no corredor ecológico Tinguá-Bocaina. A criação da reserva é importante para conectar uma área contínua ainda maior — afirmou

Represa abastece 11% da Região Metropolitana

A Light é proprietária dessa área há mais de cem anos, de acordo com o superintendente da empresa, Lars Graef. No local, há uma enorme represa, cujo entorno está preservado.

Os funcionários da empresa que trabalham em Lajes contam que, no início do século passado, o medo do mosquito da febre amarela garantiu a conservação da região. Eles teriam deixado um quilômetro de Mata Atlântica preservada no entorno do reservatório porque acreditavam que esse era o alcance do mosquito.

Assim, o inseto não poderia alcançar as casas.

A água da represa, límpida e cheia de cardumes de peixes, gera energia para a Light e abastece 11% da Região Metropolitana do Rio. Devido à sua qualidade, segue numa tubulação sem a necessidade do tratamento convencional da Cedae, na Estação Guandu.

A utilidade das florestas - Folha de São Paulo – Opinião – 13/05/2007

A REVISTA norte-americana "Science" lançou pela internet um artigo importante para o debate sobre mudança climática e florestas tropicais. Uma equipe de 11 especialistas defende a redução do desmatamento como ferramenta de combate ao aquecimento global. Destruídas, florestas liberam carbono da biomassa na forma de gases problemáticos para o clima, como dióxido de carbono (CO₂). A concentração crescente desses compostos agrava o efeito estufa ao aprisionar radiação na atmosfera, aquecendo-a.

A meta é não ultrapassar 2°C de aquecimento adicional. Para isso, cumpre estabilizar a concentração de CO₂ por volta de 450 ppm (partes por milhão) até 2100 -hoje ela é de 380 ppm.

O trabalho na "Science" calculou a contribuição possível da redução do desmatamento em países como Brasil e Indonésia para conter a mudança climática.

Pelas contas do grupo, a diminuição -até zerar as taxas em 2050- poderia contribuir com 12% daquele esforço. Além de ser uma maneira barata de cortar emissões, a iniciativa traria benefícios óbvios, como a regularização de chuvas e rios.

O Brasil, na condição de país com a maior floresta tropical e também de campeão mundial em desmatamento, pode beneficiar-se muito dessa lógica. O governo reluta, porém, em aceitar ser remunerado por reduzir a destruição irracional, pois isso implicaria metas e monitoramento de compromissos assumidos, ainda que voluntários.

Se não moderar essa resistência, o país perderá ainda mais oportunidades no florescente mercado global de carbono do que já vem perdendo.

EUA tentam minar acordo do G8 sobre aquecimento - Folha de São Paulo – Ciência – 13/05/2007

País, que já rejeitou acordo de Kyoto, não quer meta nem prazo para cortar emissão

Reunião que acontece em junho na Alemanha dará o tom do acordo contra os gases-estufa a ser adotado pelo mundo após 2012

A corrida rumo ao pós-Kyoto já começou. E mal. Os EUA estão tentando diluir uma declaração sobre aquecimento global que deverá ser feita no mês que vem, na reunião de cúpula do G8 (o bloco dos oito países mais industrializados do mundo), colocando-se em confronto com a anfitriã Alemanha.

Em um rascunho da declaração, datado do mês passado e obtido pela agência de notícias Reuters, os EUA se opõem a uma proposta de limitar o aquecimento global a 2C neste século e a cortar suas emissões de gases-estufa em 50% abaixo dos níveis de 1990 em 2050.

Washington também questiona se as Nações Unidas são o melhor fórum para resolver como atacar a crise climática, e rejeita um trecho do documento que diz que os mercados de carbono são a chave para o desenvolvimento de tecnologias que não impactam o clima.

"Eles rejeitaram qualquer menção a metas e prazos, não querem que a ONU se envolva mais e se recusam a endossar o comércio de carbono porque este, por definição, envolve metas", disse à Reuters uma fonte envolvida com a questão. Os chefes de Estado de Reino Unido, EUA, Rússia, Canadá, Japão, Itália e França se reúnem de 6 a 8 de junho na cidade de Heligendamm, na costa do mar Báltico. Também foram convidados para o encontro os presidentes dos cinco gigantes do mundo subdesenvolvido: Brasil, México, China, Índia e África do Sul.

A chanceler alemã Angela Merkel, anfitriã do encontro, colocou a questão climática no topo da agenda do G8+5, como é conhecido o encontro. Espera-se que dessa reunião saia o norte do acordo contra os gases de efeito estufa que substituirá o Protocolo de Kyoto -que expira em 2012.

O acordo oficial deve ser negociado em dezembro deste ano em Bali, Indonésia, na reunião da Convenção do Clima da ONU, que envolverá 180 países. No entanto, como o grosso das emissões de gás carbônico do planeta vem e virá das nações do G8+5, a proposta de pacto pós-Kyoto que for consenso entre essas nações deverá ser, em essência, o acordo que o mundo inteiro adotará.

É praticamente consenso entre os cientistas que o mundo precisa limitar o aquecimento global a 2C em 2100 se quiser evitar os piores efeitos da mudança climática. Para isso, será necessário cortar as emissões de gases-estufa pela metade, pelo menos, até 2050.

A União Européia, que se impôs uma meta de 20% de corte de emissões até 2020, tenta pressionar os EUA de George W. Bush (que rejeitou Kyoto) a adotarem uma meta ambiciosa de redução de emissões.

Mas a resistência de Washington é grande e arrasta consigo o governo canadense. "É uma questão aberta se Merkel estará preparada para aceitar uma declaração diluída ou se romperá com o G8 e declarará fracasso na questão do clima", disse outra fonte à Reuters.

Fraudes ajudam carvoarias a devastar floresta – Fellipe Awi – O Globo – O País – 13/05/2007

Operação do Ibama no Pará descobre que empresas usam documentos falsos e são mais nocivas que madeiras

BREU BRANCO e TUCURUÍ (PA).

Pela temperatura, pelo odor e pelas condições degradantes de quem ali está, a visão de uma carvoaria em atividade lembra a imagem do inferno. Para as autoridades ambientais e de fiscalização do trabalho, o setor está superando os velhos demônios da Amazônia, os madeiros e grileiros, e sofisticando suas ações ilegais. A última prova foi a operação concluída semana passada pela gerência do Ibama de Marabá contra produtoras de carvão vegetal beneficiadas por esquema de fraudes do Documento de Origem Florestal (DOF), sistema eletrônico de fiscalização de transporte e armazenamento de produto florestal.

Há anos, as carvoarias desmatam, poluem e empregam trabalhadores em condições análogas às de escravos, mas o cerco às produtoras de carvão se intensificou após a descoberta da fraude no DOF. Foram injetados ilegalmente 800 mil metros cúbicos de lenha e carvão ilegais em 57 carvoarias, só na região da gerência de Marabá.

Operação Carvão 2 embargou seis carvoarias

O GLOBO acompanhou semana passada parte da Operação Carvão 2, que fiscalizou carvoarias envolvidas nas fraudes nos municípios de Rondon do Pará, Goianésia, Breu Branco, Jacundá, Tucuruí e Novo Repartimento.

A operação embargou seis carvoarias, apreendeu 576 mil metros cúbicos de madeira e aplicou multas no total de R\$ 12,2 milhões. Das carvoarias flagradas, pelo menos 11 foram autuadas por comercializar crédito fraudado de madeira.

— Nesta região do Pará, as carvoarias desmatam mais que o setor agropecuário — disse o coordenador da operação, Paulo Sérgio Almeida.

Desde o mês passado, três operações do Ibama no Pará atacaram direta ou indiretamente a atividade que, segundo o instituto, queimou 21 milhões de árvores nos últimos sete anos, o equivalente à área de 100 mil hectares.

No relatório da operação, os fiscais apontaram indícios de que carvoarias fantasmas receberam créditos de madeira fraudados.

Elas nunca funcionaram, têm endereço inexistente, mas lavaram créditos, vendendo-os para carvoarias reais. Assim, essas últimas podem emitir a guia que vai legalizar madeira que nunca existiu para o Ibama.

— O crédito fictício de madeira serve para esquentar a matéria-prima ilegal que acaba nas siderúrgicas — explica o gerente-executivo da unidade do Ibama de Marabá, Antônio Augusto Aguiar.

O sistema DOF — que substituiu as ATPFs, emitidas em papel, para diminuir o número de fraudes — funciona como conta bancária. Empresas que trabalham com produto florestal recebem créditos em metros cúbicos de madeira ou de outro produto florestal, mediante autorização do Ibama. Quando os comercializam, ocorrem débitos.

Se houve apenas injeção do crédito falso, o crime é de estelionato.

Se foi comercializado, é também crime ambiental.

Ibama investiga participação de funcionários em fraude

A PF está rastreando o DOF para descobrir a origem da fraude e sindicância do Ibama tenta apurar participação de seus servidores no esquema. A Carvão 2 encontrou pelo

menos três carvoarias que comercializaram os créditos fraudados. A S.E. de Souza, de Goianésia, vendeu 4.958 metros cúbicos de carvão ilegal e recebeu multa de R\$ 495.800.

Também de Goianésia, Reginaldo Reges da Silva vendeu 5.898 metros cúbicos e foi multado em R\$ 589.800. A R. Rodrigues, de Tucuruí, recebeu em conta ajuste de 43 mil metros cúbicos de madeira. O dono, Raimundo Rodrigues, alegou que o problema foi causado por erro de digitação.

— Tínhamos um crédito de 43 mil, mas foi digitado 43. Esse ajuste foi a correção do erro — disse Rodrigues, que a seu favor tem o fato de ser um dos poucos encontrados pela fiscalização com a documentação em dia.

As carvoarias se diferem dos outros agentes do desmatamento por proliferarem na informalidade.

O Sindicato dos Produtores de Carvão Vegetal do Pará informa que das 750 do estado, apenas 230 são formalizadas.

Para o Ibama, 80% delas estão na clandestinidade. Durante a operação, os fiscais tiveram dificuldade de localizá-las em estradas vicinais. Pela relativa facilidade de fazer novo fornos, os endereços mudam sempre e nem os funcionários sabem o nome da carvoaria em que trabalham e quem são os patrões.

— Essa carvoaria aqui muda de nome toda hora. Era Cipó, agora não sei. Mas parece que quem comprou foi uma pessoa chamada Batata — explicou Cícero Gilmar Saturnino, gerente de uma carvoaria de Breu Branco.

O presidente do sindicato dos produtores de carvão, Cledemilton Araújo, diz que a informalidade e a mudança freqüente de donos e endereço são reflexo da “pouca compreensão” do governo com o setor.

— Pouca gente se atreve a ter CNPJ e endereço fixo. Os que se legalizam pagam por eles e pelos outros.

A legislação ambiental brasileira é a mais rígida do planeta, é impraticável, foi feita por quem não conhece o setor florestal. Queremos nos legalizar e ser fiscalizados, mas precisamos que haja uma regularização fundiária maior para viabilizarmos áreas de manejo — afirma Cledemilton.

Distrito florestal para diminuir desmatamento – O Globo – O País – 13/05/2007

Empresas podem ter verbas para recuperar áreas

degradadas MARABÁ (PA). Sid erú rg ica s, produtores de carvão e autoridades ambientais concordam, pelo menos na teoria, que a criação do Distrito Florestal do Carajás é a solução mais palpável para desenvolver economicamente a região e, ao mesmo tempo, frear o desmatamento da área mais devastada da Amazônia. Com 25 milhões de hectares, que inclui terras do sudeste do Pará, do norte de Tocantins e do oeste do Maranhão, o distrito estimularia o reflorestamento e a recuperação de áreas degradadas através de políticas públicas. Em outras palavras, tornaria mais lucrativo plantar do que desmatar.

Amanhã, começam as audiências públicas em Marabá, onde prefeituras, siderúrgicas, carvoarias e Ministério do Meio Ambiente, entre outros, discutirão o formato e a delimitação exata do distrito do Carajás. A princípio, são previstas três frentes de atuação: a concessão de créditos do BNDES para o reflorestamento, o incentivo à

regulamentação fundiária e a intermediação entre os setores agropecuário e florestal. Se tudo correr dentro do previsto, o distrito será criado oficialmente em 5 de junho, Dia Mundial do Meio Ambiente.

— Ao contrário de leis ambientais, o distrito florestal não proíbe nada, ele estimula a preservação — afirma o diretor do Serviço Florestal Brasileiro, Tasso Azevedo.

O distrito do Carajás pretende criar oportunidades de trabalho em 1,5 milhão de hectares de floresta, incentivar o plantio em 9,6 milhões de hectares de área desmatada e recuperar 4,8 milhões de hectares em reserva legal. A produção sustentável de madeira chegaria a 5 milhões de metros cúbicos de toras e de 17 milhões de carvão vegetal.

O mecanismo do distrito está baseado na lei florestal, que obriga as empresas que consomem produtos florestais a serem auto-sustentáveis. O objetivo do ministério é dar mais meios para que se cumpra a exigência.

As autoridades acreditam que, se houver mais matériaprima legal no mercado, as siderúrgicas não precisarão recorrer à madeira ilegal.

— O sujeito vai perceber que reflorestar é muito mais lucrativo do que abrir pastos para pecuária — explica o gerente do Ibama de Marabá, Antônio Augusto Aguiar Ferreira.

A região do Carajás sofre não só com as carvoarias, mas com seus onze pólos madeireiros, responsáveis, segundo a pasta do Meio Ambiente, pela extração anual de 3,3 milhões de metros cúbicos de madeira em tora, normalmente sem licença ambiental. E contribui para o desmatamento um pólo de pecuária extensiva que abate 10 mil cabeças de gado por dia.

Indenizações por crime ambiental na berlinda - Daniel Engelbrecht – O Globo – Rio – 13/05/2007

Pescadores prejudicados por acidente que despejou
1,3 milhão de litros de óleo na Baía recebem de R\$ 340 a R\$ 90 mil

De concreto, a notícia de que 1,3 milhão de litros de petróleo vazaram da Reduc, em janeiro de 2000.

Mas, em relação aos prejuízos provocados à pesca na Baía de Guanabara, até hoje falta consenso no Tribunal de Justiça do Rio. Sem estudos que comprovem com precisão por quanto tempo os pescadores tiveram o trabalho afetado, juízes e desembargadores vêm determinando sentenças e acórdãos divergentes.

Para alguns magistrados, a pesca na Baía foi prejudicada por apenas 45 dias, enquanto para outros, por dez anos. Com isso, as indenizações podem ser de R\$ 340 ou passar de R\$ 90 mil.

Num acórdão da 12ª Câmara Cível do TJ, a Petrobras, causadora do desastre, foi condenada a pagar a quantia mensal de R\$ 750 ao pescador Antônio Gomes Padial. Como foi considerado pelo tribunal que ele ficou sem trabalhar por apenas 45 dias, o total da indenização atingiu pouco mais de R\$ 1 mil. .

Pescadores de federação podem ganhar R\$ 1 bilhão

A juíza Simone Gastesi Chevrand, da 25ª Vara Cível, ao contrário, entendeu que 12.180 profissionais da Federação de Pescadores do Estado do Rio (Feperj) deveriam

receber indenizações mensais de R\$ 754,11 por dez anos. A soma ultrapassa R\$ 90 mil para cada beneficiado.

A Petrobras recorreu. Caso o Tribunal de Justiça mantenha a decisão, a empresa terá que pagar mais de R\$1,1 bilhão.

Responsável pelas perícias dos processos, o engenheiro Moysés Alberto Mizrahi afirma que os laudos, concluídos a partir de 2004, visavam verificar o nível de contaminação causada pelo acidente.

— Por isso, sem uma nova perícia, é arriscado afirmar por quanto tempo a pesca foi prejudicada — diz.

Para o professor de Responsabilidade Civil dos cursos de mestrado e doutorado em direito da Uerj, Carlos Edison do Rêgo Monteiro Filho, fica a impressão de decisões aleatórias.

— O critério é o da razoabilidade.

Essa diferença de 45 dias para dez anos, no entanto, foge do razoável — comenta.

O advogado Oswaldo Gonçalves de Carvalho, que ajuizou cerca de 1.500 ações de pescadores das colônias do Caju, de Ramos e de Mauá, conhece bem as conseqüências dessas divergências.

Apesar de todos os seus processos serem idênticos, as indenizações variaram de R\$ 340 até R\$ 34,8 mil.

— Pescadores da mesma colônia com dez anos de profissão receberam mais do que outros com 35 anos de experiência.

Como faço para explicar isso a eles? — pergunta.

Pescador da colônia do Caju, Antônio Alexandre da Silva, de 70 anos, recebeu R\$ 1.127 de indenização.

Ele conta que se recusou a assinar o recibo de pagamento quando viu o valor: — Não me conformo. Parei de pescar, tive que vender o barco e agora sobrevivo com pouco mais de um salário mínimo de aposentadoria.

Desembargador defende ações coletivas como solução

Apesar de a falta de uniformidade causar problemas, o presidente da Feperj, José Maria Pugas, diz estar satisfeito com a atuação do judiciário na ação coletiva da entidade de 2000.

— A juíza da 25a Vara Cível determinou indenização de R\$ 90 mil para cada pescador. É claro que pessoas que fizeram acordo com a Petrobras ou que entraram com ações individuais ficaram desesperadas, mas foi a opção de cada um — afirma.

Para o desembargador Luis Felipe Salomão, da 18a Câmara Cível, que participou do julgamento de alguns recursos, a falha está na legislação.

— Toda demanda muito grande acaba gerando o que chamamos de jurisprudência lotérica.

Como cidadão, isso me causa insegurança também. Mas a questão é que a lei permite que cada juiz dê uma sentença de acordo com seu entendimento — explica o desembargador.

Para Salomão, a saída seria tornar as ações coletivas mais atraentes, desestimulando os processos individuais.

Angra vai fazer plantio de 2 milhões de mudas - Paulo Roberto Araújo – O Globo – Rio – 13/05/2007

Maior parte de espécies da Mata Atlântica vai cobrir áreas devastadas da Ilha Grande, reduto ecológico da região

O projeto do governador Sérgio Cabral ainda aguarda aprovação, em regime de urgência, na Assembleia Legislativa. Mas Angra dos Reis decidiu sair na frente para conseguir, no futuro, mais recursos através do ICMS Verde, que já é adotado em 12 estados e vai melhorar a arrecadação dos municípios que apresentarem bons índices ambientais. Vai começar na Ilha Grande, paraíso ambiental da Costa Verde, o programa de reflorestamento que pretende cobrir com milhões de árvores as áreas que foram degradadas nos últimos anos.

A campanha acontecerá de 15 a 23 de junho, quando será realizado o 11o Festival de Música e Ecologia da Ilha Grande.

Com paisagens fascinantes, a Ilha Grande tem 86 praias, enseadas, rios, lagoas, cachoeiras, montanhas e picos, espalhados por 193 quilômetros quadrados e protegidos por dois parques estaduais. A Mata Atlântica ocupa 80% do território da ilha, mas, apesar da vigilância, muitas áreas foram devastadas para dar lugar a pequenas lavouras e construções irregulares.

A campanha de reflorestamento também será levada ao continente.

— Vamos usar a música para conscientizar moradores, turistas e hoteleiros sobre a necessidade de preservar este santuário ecológico que sofre com a superlotação — disse o Secretário municipal de Cultura, Marcus Venissius Barbosa.

Serão plantados dois milhões de mudas de espécies típicas da Mata Atlântica em Angra dos Reis, sendo que 70% das delas na Ilha Grande: — Angra dos Reis poderá em breve ocupar o primeiro lugar do estado em cobertura florestal de Mata Atlântica — prevê a secretária de Meio Ambiente, Elizabeth Brito.

O meio ambiente será um dos temas principais do Festival de Música e Ecologia. Estão programados shows, que começam no dia 15, de Zélia Duncan, Cláudio Zoli, Faixa Etária, Léo Maia, Paulo Moska e Zeca Baleiro. O regulamento do festival está nos sites www.angra.rj.gov.br e

www.festivaisdobrasil.com.br.

Aquecimento global 'in Rio' Al Gore confirma Live Earth na cidade e elogia Copacabana como palco do show - Carlos Albuquerque – O Globo – Ciência – 13/05/2007

A Terra está no vermelho. O planeta tem febre. E o tratamento deve começar imediatamente. O diagnóstico foi dado pelo ex-vice presidente americano e atual popstar da causa ambiental, Al Gore, ontem, em entrevista coletiva no Rio, durante o anúncio oficial da série de shows ecológicos Live Earth no Brasil. Ele estava acompanhado, entre outros, pelo secretário especial de Turismo, Rubem Medina, e pela apresentadora Xuxa Meneghel.

— Quando uma criança fica doente, ela vai ao médico para ser examinada e receber um tratamento. No caso da Terra, os cientistas já fizeram esse exame e o diagnóstico é claro. Não há tempo a perder. Temos que agir agora — declarou ele. — Há um ditado antigo que diz que, se você quer ir rápido a algum lugar, deve ir sozinho.

Mas se quer ir longe, tem que ir acompanhado.

Para salvar o planeta, temos que fazer um grande esforço coletivo. E parte desse esforço mundial vai se dar durante o Live Earth.

Idealizado para alertar o mundo sobre a ameaça do aquecimento global, o Live Earth vai ser realizado no próximo dia 7 de julho, em uma série de shows simultâneos em sete cidades do mundo; entre elas, Tóquio, Londres, Xangai e Nova Jersey. O Rio foi a sede escolhida na América Latina. O show vai acontecer em um palco montado na Praia de Copacabana, em frente ao Copacabana Palace. Na coletiva, não foram anunciados os nomes dos artistas envolvidos.

— O show no Rio vai ser o único gratuito e ao ar livre — ressaltou Gore. — Essa vai ser a melhor vitrine para o Live Earth. O show será assistido por mais de dois bilhões de pessoas pela televisão.

Evento vai ser neutro em emissões de carbono

Gore lembrou que foi durante uma das suas visitas à cidade — durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio 92, quando ainda era senador — que recebeu o convite de Bill Clinton para ser o seu vice-presidente.

— Já naquela ocasião, ficou claro que o Rio tinha uma vocação natural para abrigar grandes eventos e receber com enorme carinho os seus visitantes. Por isso, fico muito feliz em confirmar a realização do Live Earth no Rio, na Praia de Copacabana. A luta pelo meio ambiente é dura, mas nada impede que esse processo tenha também momentos de alegria e diversão.

O autor do livro “Uma verdade inconveniente”, que virou filme e ganhou um Oscar de “melhor documentário”, lembrou que o Brasil já sente os efeitos das mudanças climáticas.

— Há pouco tempo, o Brasil teve o primeiro furacão de sua história, o Catarina, algo que todos diziam ser impossível de acontecer. Nos Estados Unidos, tivemos o Katrina, de efeitos devastadores. Isso mostra que nenhum lugar está a salvo dos impactos das mudanças climáticas. E a tendência é que esses fenômenos naturais nos atinjam com uma intensidade cada vez maior.

Gore se defendeu das críticas de que o evento vai custar entre US\$ 2 milhões e US\$ 3 milhões em emissões de carbono causadas pelo transporte aéreo dos artistas entre as sedes dos shows.

— Realmente, teremos um custo de emissões, mas boa parte delas será neutralizada.

O Live Earth está sendo planejado para ser um evento neutro em emissões de carbono.

Esperamos que ele sirva de exemplo para futuros eventos semelhantes.

Al Gore cobra liderança do Brasil em tema ambiental - Andrea Vialli – Estado de São Paulo – Vida & – 14/05/2007

O ex-vice-presidente dos Estados Unidos Al Gore cobrou mais atitude do Brasil em relação às mudanças climáticas em palestra na noite de anteontem, em São Paulo, para um público seleto de 500 lideranças políticas e empresariais. “O Brasil pode oferecer liderança para o mundo nas questões de meio ambiente. O País já é líder em áreas como os combustíveis renováveis, com o etanol, mas pode fazer muito mais”, disse Gore. “O Brasil não pode dar munição aos inimigos dos combustíveis renováveis.”

Gore afirmou que o Brasil deve se preparar para a chamada ‘terceira geração’ do etanol, cuja matéria-prima será a celulose, e criticou a oposição entre desenvolvimento e meio ambiente no País. “Esse conflito é um mito. Nas áreas da Amazônia há meios de conciliar desenvolvimento e preservação”, disse, cobrando maior engajamento de políticos na preservação da Amazônia.

A palestra seguiu os mesmos moldes das apresentadas no filme Uma Verdade Inconveniente, dirigido por David Guggenheim e ganhador do Oscar de melhor documentário 2006, que mostra a cruzada de Gore por vários países, onde desfila uma série de dados científicos que evidenciam o peso da ação humana no aquecimento global. Questionado se haveria tempo para reverter o impacto das mudanças climáticas, Gore disse que talvez a humanidade tenha, no máximo, dez anos para começar a agir antes de chegar ao ponto sem retorno.

“Os líderes só vão acordar quando o povo acordar”, disse. “Mas estou otimista, vi mudanças no último ano.” Gore enfatizou o interesse de países em diminuir as emissões de gases-estufa, como alguns da União Européia e a Nova Zelândia, que têm adotado metas próprias de controle das emissões de CO2. Após o evento, foi oferecido um coquetel, regado a uísque e espumante, no auditório do Ibirapuera. O mestre-de-cerimônias do evento foi Roberto Setúbal, presidente do Banco Itaú, que patrocinou a vinda de Al Gore. Entre os presentes, estavam políticos, como o vice-presidente José Alencar, os ministros Fernando Haddad (Educação) e Hélio Costa (Comunicações) e o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.

Bicudo ameaça algodão colorido orgânico - Bettina Barros – Valor Econômico – Agronegócios - 14/05/2007

A produção de algodão colorido e orgânico - a primeira experiência desse tipo no Brasil - passa por sua primeira prova de fogo. Há duas semanas, uma amostragem realizada na plantação do município de Bom Sucesso, no sertão da Paraíba, detectou um início de foco do bicudo, a praga que até hoje mais prejudicou a cultura convencional no país.

A constatação acendeu o sinal de alerta na Embrapa Algodão, que está fazendo o monitoramento de pragas na fazenda Terra Pura Produtos Agro-ecológicos, onde o algodão

orgânico é plantado nas cores branco, verde e rubi. "O bicudo é devastador e chega justamente na época em que os botões florais aparecem, que é agora", afirma José Renato Bezerra, da Embrapa. "Seu controle é muito difícil por sua característica reprodutiva alta, ainda mais na produção orgânica".

Por ser orgânica, a plantação de 40 hectares não pode lançar mão de inseticidas. Até agora, os recursos mais utilizados têm sido armadilhas com feromônios - um odor artificial para atrair os insetos - e repelentes naturais, como óleo vegetal e urina de boi.

A Embrapa trabalha com um teto para a incidência de bicudo de até 10% por amostragem. Acima desse percentual, a recomendação é a pulverização química.

"Se atingir 20%, existem apenas duas opções: partir para o combate pesado ou perder toda a produção. Se isso ocorrer com a área orgânica, vou orientá-los a abandonar o projeto", lamenta Bezerra, da Embrapa.

A incidência de bicudo na plantação orgânica paraibana variou entre 3% e 8% nas amostragens, afirma Maysa Motta Gadelha, da CoopNatural, cooperativa local que se comprometeu a adquirir 100% desta primeira safra. Mas, de acordo com ela, os métodos naturais da Embrapa têm surtido efeito. Se tudo der certo, a colheita deverá chegar a 2 mil quilos por hectare de algodão seridó, que tem fibras mais longas. Cerca de 100 mil mudas foram plantadas por hectare.

"Nos comprometemos a cobrir os custos de produção, vingando ou não", diz Maysa. "Foi a única maneira de convencer o produtor a optar pelo orgânico".

A reticência dos produtores de algodão, sobretudo os pequenos, em experimentar a produção orgânica ainda é grande no Nordeste. No passado, a cultura que chegou a espalhar-se por três milhões de hectares na região teve no bicudo o principal motivo para a sua decadência, que levou à substituição do algodão pela pecuária. "A idéia do algodão colorido surgiu como uma opção agora para a agricultura familiar nordestina", explica Bezerra.

Os Estados do Mato Grosso, Goiás e o oeste da Bahia representam 90% da produção nacional do algodão. A expansão da cultura para o Centro-Oeste se explica, em parte, pelo fato de o bicudo ter dizimado vastas plantações de outras regiões do país.

Al Gore cobra liderança do Brasil em tema ambiental - Andrea Vialli – Estado de São Paulo – Vida & – 14/05/2007

O ex-vice-presidente dos Estados Unidos Al Gore cobrou mais atitude do Brasil em relação às mudanças climáticas em palestra na noite de anteontem, em São Paulo, para um público seleto de 500 lideranças políticas e empresariais. "O Brasil pode oferecer liderança para o mundo nas questões de meio ambiente. O País já é líder em áreas como os combustíveis renováveis, com o etanol, mas pode fazer muito mais", disse Gore. "O Brasil não pode dar munição aos inimigos dos combustíveis renováveis."

Gore afirmou que o Brasil deve se preparar para a chamada 'terceira geração' do etanol, cuja matéria-prima será a celulose, e criticou a oposição entre desenvolvimento e meio ambiente no País. "Esse conflito é um mito. Nas áreas da Amazônia há meios de

conciliar desenvolvimento e preservação”, disse, cobrando maior engajamento de políticos na preservação da Amazônia.

A palestra seguiu os mesmos moldes das apresentadas no filme Uma Verdade Inconveniente, dirigido por David Guggenheim e ganhador do Oscar de melhor documentário 2006, que mostra a cruzada de Gore por vários países, onde desfila uma série de dados científicos que evidenciam o peso da ação humana no aquecimento global. Questionado se haveria tempo para reverter o impacto das mudanças climáticas, Gore disse que talvez a humanidade tenha, no máximo, dez anos para começar a agir antes de chegar ao ponto sem retorno.

“Os líderes só vão acordar quando o povo acordar”, disse. “Mas estou otimista, vi mudanças no último ano.” Gore enfatizou o interesse de países em diminuir as emissões de gases-estufa, como alguns da União Européia e a Nova Zelândia, que têm adotado metas próprias de controle das emissões de CO2. Após o evento, foi oferecido um coquetel, regado a uísque e espumante, no auditório do Ibirapuera. O mestre-de-cerimônias do evento foi Roberto Setúbal, presidente do Banco Itaú, que patrocinou a vinda de Al Gore. Entre os presentes, estavam políticos, como o vice-presidente José Alencar, os ministros Fernando Haddad (Educação) e Hélio Costa (Comunicações) e o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.

Lula erra ao cobrar crédito de carbono - Clarissa Oliveira e Cristina Amorim – Estado de São Paulo – Vida & - 15/05/01

Ele cobra ‘reembolso’ por queda em taxa de desmatamento, mas nem o fundo de onde sairia o dinheiro ainda existe

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva adiantou-se ontem a uma discussão que ainda depende da aprovação internacional e resolveu cobrar, dos países ricos, um pagamento pela redução do desmatamento na Amazônia.

“Eu quero saber quem é que está recebendo crédito de carbono nesse mundo. O Brasil diminuiu nos últimos dois anos em 52% o desmatamento. E era para termos recebido alguns centavos de dinheiro, de dólar, de crédito de carbono. Até agora não recebemos”, disse o presidente, que inaugurou ontem uma planta de turbinas da Siemens, em Jundiá (SP).

Lula foi além: avisou que aproveitará a próxima reunião do G-8, marcada para junho na Alemanha, para cobrar de países desenvolvidos o ressarcimento de créditos de carbono ao Brasil.

Acontece que desmatamento evitado não gera créditos de carbono sob o escopo do Protocolo de Kyoto. O que o governo brasileiro defende atualmente é a criação de um

fundo voluntário para compensar os países tropicais que reduzirem a perda de carbono de suas florestas, ou seja, deixarem de derrubar árvores.

A proposta tem sido debatida em mesas internacionais de negociação sobre mudanças climáticas, inclusive em uma reunião que acontece nesta semana em Bonn, na Alemanha. Para floresta em pé virar centavos de dinheiro na forma de créditos ou um fundo, como deseja o presidente, o plano brasileiro (ou qualquer outro na mesma linha proposto por outro país) precisa ser aprovado pela Convenção-Quadro da ONU sobre Mudanças Climáticas. Contudo, a próxima reunião da convenção acontece apenas em dezembro, na Indonésia.

“Há uma tendência forte de que o segundo período de Kyoto (depois de 2012) contemple florestas, tanto reflorestamento quanto conservação”, explica Ingrid Person, da consultoria Max Ambiental. “Mas, por enquanto, é apenas um rascunho. As partes ainda estão discutindo como fazer para gerar créditos de carbono a partir do desmatamento evitado.”

ESTADOS UNIDOS

Outro presidente, o americano George W. Bush, notório opositor do Protocolo de Kyoto, ordenou ontem que a agência ambiental dos EUA regule a emissão veicular de gases-estufa até o fim de 2008, três semanas antes do fim de seu mandato.

Marina Silva debate questões ambientais com agricultores familiares - Rafael Imolene -MMA - 15/05/2007

Líderes de movimentos de agricultores familiares apresentaram à ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, nesta terça-feira (15), a pauta de reivindicações que será discutida na III Jornada Nacional de Luta da Agricultura Familiar nos anos 2007 e 2008. Marina Silva recebeu o grupo em seu gabinete para debater pontos prioritários dos temas relativos à questão ambiental que vão integrar as discussões do encontro, organizado pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Brasil (Fetraf-Brasil) em parceria com a Central Única dos Trabalhadores (CUT).

No documento de 10 páginas da Jornada, o item 11 de prioridades é dedicado exclusivamente ao meio ambiente, com três pontos: construir uma política de incentivos por práticas ambientais de recuperação, preservação e diversificação prestadas pela agricultura familiar, incluindo compensação financeira por essas práticas; valorizar os conhecimentos tradicionais de preservação das sementes crioulas, tendo a agroecologia como sistema de produção prioritário; e criar áreas livres de transgênicos, além de promover uma clara identificação das propriedades produtoras de transgênicos e sua rastreabilidade.

Sobre esse último ponto, os representantes dos movimentos dizem ser necessária uma articulação com a Embrapa para desenvolver tecnologias que aumentem a produtividade das sementes crioulas, diminuindo, assim, o interesse dos agricultores pelos transgênicos. A pauta de reivindicações também foi levada aos Ministérios da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário. Embora não estivesse na pauta prioritária, os agricultores manifestaram interesse em integrar toda a cadeia produtiva do biodiesel, como uma forma de incentivar a produção de energia limpa com promoção social, bem como solicitaram o fim das pendências com o passivo ambiental nos assentamentos.

O secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do MMA, Egon Krakhecke, presente na reunião, se posicionou sobre os incentivos por práticas ambientais. Disse que o MMA já iniciou um diálogo com a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) com o objetivo de levar o Programa de Desenvolvimento Socioambiental da Produção Familiar Rural (Proambiente), hoje restrito à Amazônia, para outras regiões do país. Atualmente o programa compensa o agricultor com assistência técnica e apoio para conseguir crédito. Mas existe uma proposta de, no futuro, compensar financeiramente.

Marina Silva lembrou que no Brasil ainda falta regulamentação para retribuir os agricultores ambientalmente corretos, a exemplo do que ocorre no México e na Costa Rica, entre outros países. Mencionou também que o país é o terceiro colocado no mundo em projetos aprovados com Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), atrás somente da China e da Índia. "Estamos estabelecendo no Fundo Nacional do Meio Ambiente um valor para oferecer assistência técnica aos pequenos produtores para que desenvolvam projetos com MDL", disse. "A formulação dos projetos é muito complexa, por isso está restrita às grandes empresas", afirmou a ministra.

Egon Krakhecke disse, ainda, que se reunirá com o secretário Nacional de Agricultura Familiar do MDA nos próximos dias para criar linhas do Pronaf que estimulem as boas práticas entre os pequenos produtores, inclusive relacionadas à produção de biodiesel. Nas considerações finais, Marina Silva ressaltou a importância estratégica do setor agrícola para o Ministério do Meio Ambiente, tanto que foi criada a Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável (SDR) durante a reestruturação do MMA, anunciada em abril.

Leviandade sobre o aquecimento global – José Eli da Veiga - Valor Econômico – Opinião - 15/05/2007

Qual seria o custo macroeconômico de cortar pela metade as atuais emissões de gases de efeito estufa, de modo a que a temperatura média do planeta não aumente mais que dois graus centígrados neste século? Menos de 3% do PIB mundial de 2030, o equivalente a uma redução das taxas médias anuais de crescimento inferior a 0,12%. Essa é uma das principais estimativas oficiais do Painel Intergovernamental sobre a Mudança Climática (IPCC), conforme a contribuição de seu Grupo de Trabalho III para a quarta avaliação, cujo sumário de 35 páginas foi lançado em Bangcoc na sexta, 4/5, e está disponível em www.ipcc.ch/.

Baseada nesse texto dirigido a "policymakers", a mídia divulgou mensagens do tipo: "Mundo tem dinheiro e tecnologia para frear aquecimento"; "Combater mudanças climáticas é possível e barato"; "Vontade política reduz emissões"; "Não precisamos de soluções complexas para controlar clima"; ou "Salvar o planeta custa 2% do PIB". Dessa forma, a opinião pública só poderá mesmo supor que o controle da mudança climática dependa exclusivamente de um "pacto político", já que obstáculos econômicos seriam irrisórios.

Todavia, pontificar que o preço de salvar o planeta da crise climática se aproxima de 2 ou 3 % do PIB mundial de 2030 é o mesmo que tirar coelho de cartola. Isso porque qualquer tentativa de análise de custo-benefício de iniciativas mitigadoras do aquecimento global esbarra imediatamente em duplo dilema ético sobre a relação do bem-estar de gerações futuras com o da presente, e das desigualdades desse bem-estar que são independentes do momento de sua existência. Pior: esse duplo dilema permanece muito sério, mesmo que se tente diminuir a dificuldade pela suposição de que o bem-estar dependa exclusivamente do nível de consumo.

Apenas no que se refere ao conflito intergeracional, de longe o mais lembrado na questão da mudança climática, há pelo menos quatro maneiras de tentar superar o problema. Duas são bem usuais: a) optar pela neutralidade, supondo que todas as gerações estejam em pé de igualdade; ou b) considerar que cada geração deve deixar para a seguinte pelo menos tanta riqueza (tangível, natural, humana, social, tecnológica etc) quanto a que herdou da anterior. As outras duas são bem raras: c) admitir a necessidade de que seja maximizado o bem-estar econômico da geração menos privilegiada; ou d) assumir a linha de máxima prudência, com mínimo consumo e risco zero.

Divulgar um documento com estimativas de custo para redução de emissões sem que se esclareça aos mortais qual foi a taxa escolhida é leviano

Para efeito de cálculo, tais saídas corresponderão a diferentes intervalos de "desconto do futuro", essa espécie de reverso da taxa de juros, que serve para estimar o valor presente de alguma coisa que só poderá ocorrer amanhã. Os que optam pela saída mais simples, de não atribuir diferenças às gerações, descontam o futuro a taxas próximas de zero. E concluem que é preciso fazer um grande sacrifício agora, pois a inação implicará custos sempre crescentes.

Já William Nordhaus, o mais antigo e mais prestigiado pesquisador da economia do aquecimento global, vem adotando uma taxa de desconto bem alta, de 3%, o que o leva a propor uma "climate-policy ramp", na qual a redução de emissões deveria ser moderada no início do processo e só posteriormente intensificada. Para ele, em vez de impor agora sérios

limites compulsórios às emissões, seria mais racional investir pesado nos sistemas de educação e de CT&I. Uma proposta que foi reforçada pela influência adquirida pelo estatístico dinamarquês Bjorn Lomborg, mesmo que por outras razões.

Na contramão, por adotarem taxas de desconto próximas de zero, chegaram a conclusões opostas tanto um influente estudo de 1992 realizado por William Cline, quanto o relatório encomendado pelo governo britânico ao Sir Nicholas Stern, que ganhou fama há seis meses. Tendência reforçada por Sir Partha Dasgupta, um dos mais conceituados economistas ambientais, muito embora ele tenha criticado o "Stern Review" por não ter levado em conta o problema das presentes desigualdades de bem-estar.

As outras duas maneiras de enfrentar o dilema ético intergeracional não se prestam a cálculos desse tipo, pois é impossível saber qual será a geração mais deserdada, e inviável pensar, por exemplo, numa adoção radical do "princípio responsabilidade", proposto pelo filósofo alemão Hans Jonas. É claro que ambas exigiriam opções extremas, que combinassem forte taxação sobre o carbono a firmes políticas industriais dirigidas à adoção de tecnologias (físicas e sociais) que acelerassem a descarbonização das matrizes energéticas. Além disso, tais investimentos não deveriam ser apresentados como sacrifícios que reduziram taxas de crescimento do PIB global, mas sim como parceiros de novas atividades e novos mercados que certamente dinamizariam as economias nacionais envolvidas. Mesmo que tal fenômeno não possa ser captado por essa anacrônica maneira de medir a riqueza que é o PIB, ele decerto seria detectado por novos indicadores, como é o caso da 'poupança verdadeira' ("genuine savings"), ou 'poupança líquida ajustada' ("adjusted net savings"), propostas pelo Banco Mundial.

Não há como decidir qual seria a taxa de desconto mais apropriada. Cada análise a estipula com base em algum pressuposto ético. Por isso, é leviandade divulgar um documento que contém estimativas de custo para determinados cenários de redução de emissões sem que se esclareça aos mortais qual foi a taxa escolhida, e por quê. É usar o prestígio e a autoridade das Nações Unidas para iludir "policymakers" e confundir a opinião pública em geral.

De resto, não há qualquer evidência de que mesmo a mais completa adoção das inovações tecnológicas disponíveis seria suficiente para "frear o aquecimento". Ao contrário, até uma possível "revolução do hidrogênio", que permitisse que as economias mais desenvolvidas diminuíssem com rapidez sua dependência das fontes fósseis de energia, não garantiria que o aquecimento global fosse "freado". Em suma, é imperdoável que se deixe isso tudo de lado para fazer crer que o problema seja só de "falta de vontade política".

José Eli da Veiga, professor titular do departamento de economia da FEA/USP e coordenador de seu Núcleo de Economia Socioambiental (NESA), escreve mensalmente às terças. Página web: www.zeeli.pro.br

Caos e retrocesso - Fernando César Mesquita – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 16/05/2007

Em 1988, a repercussão mundial do desmatamento na Amazônia era tão negativa que os bancos multilaterais internacionais suspenderam financiamentos para o Brasil. Fez-se um amplo diagnóstico ambiental do País e se criou o Ibama, com o objetivo, entre outros, de enfrentar essa situação. Foram extintas, em consequência, as quatro agências que, com exceção da Sema, fracassaram no cumprimento de suas finalidades no assunto, por conflitos de competência, estruturas duplicadas e corrupção.

Concentrou-se num único órgão a gestão dos recursos naturais renováveis, dentro da linha do desenvolvimento sustentável prevista na ECO-72, em Estocolmo. O Congresso aprovou leis, Sarney regulamentou-as e decretou a suspensão dos incentivos fiscais para projetos agropecuários na Amazônia. Levantamento do Inpe de 1988 a 1989 mostrou que a destruição da floresta, que havia sido de 17.770 km², caíra para 13.730 entre 1989 e 1990. E no biênio seguinte ficou em apenas 11.030 km².

O Ibama atuou bem, mas hoje carece dos recursos financeiros e de pessoal indispensáveis para trabalhar. Outro problema é o aparelhamento político. Retiraram a pesca do seu controle, as ONGs impuseram o Serviço Florestal Brasileiro. Propuseram, ainda, o Instituto Chico Mendes - a reserva extrativista que recebe seu nome está abandonada.

Quanto às licenças, até dezembro de 2002 a Diretoria de Licenciamento se reunia com os empreendedores governamentais para ajustar medidas necessárias à sua concessão para as obras prioritárias, no Programa Avança Brasil, com a responsabilidade de cada parte, e o que deveria ser cumprido nos prazos. Houve melhoria na qualidade dos estudos e se evitou solução de continuidade nos projetos. A partir de janeiro de 2003, por falta de interlocução começou o atraso na concessão das licenças. Os pedidos para reuniões encontraram obstáculos intransponíveis. E a experiência revela que, em muitos casos, a análise realizada pelo Ibama, com a participação dos interessados, levou à melhoria e maior eficiência do empreendimento, sem perda em termos de qualidade do meio ambiente e sem danos para as comunidades que poderiam ser afetadas.

O enfraquecimento do Sisnama implicou também atraso, em função da disputa da titularidade do licenciamento e pelos valores destinados à compensação ambiental. E o arrefecimento do Programa de Modernização do Licenciamento Ambiental Federal (Slaf) - que contava com recursos do BID - levou ao retrocesso, uma vez que o Slaf, ao lado da definição de procedimentos e da produção de manuais para o licenciamento por atividade, apoiava a desconcentração das suas atividades para as Superintendências do Ibama, com a criação e estruturação dos Núcleos de Licenciamento. Essa estratégia permitia maior agilidade na realização de vistorias, com redução de custos, porquanto o deslocamento de técnicos de Brasília só ocorria quando realmente havia necessidade. Ao lado de tudo isso, o Slaf, no âmbito de seu programa de capacitação e treinamento, valorizava o conhecimento das peculiaridades regionais, por parte dos técnicos lotados nos Estados. Além disso, a falta de experiência, de coordenação e de iniciativa por parte das estruturas de comando resultou

na situação de impasse hoje existente quanto às licenças, levando até mesmo ao questionamento de um dos principais instrumentos da política ambiental brasileira - e conquista em nível constitucional -, que é a avaliação prévia de impacto e o licenciamento ambiental.

Assim, a criação do novo instituto, desaparecendo algumas funções, como a educação ambiental, será mais uma contribuição ao retardamento das licenças. O processo de licenciamento demanda essas áreas para pareceres e definição do percentual do pagamento da compensação ambiental pelo empreendedor. Com a divisão, ferindo o interesse maior da proteção dos diversos ecossistemas, teremos dois comandos, um do Ibama e outro do novo instituto. Outro fator de conflito certamente diz respeito à utilização dos citados recursos oriundos da compensação ambiental, pois um instituto estaria “trabalhando” para o outro, já que são para uso exclusivo da criação ou manutenção de unidades de conservação de proteção integral.

Desse modo, a efetiva implementação do licenciamento ambiental - e a não-invenção de mais um ente burocrático - é essencial à melhoria do processo de controle ambiental e, em consequência, da concessão das licenças. A legislação ambiental brasileira não deve ser alterada, porém a regulamentação do artigo 23 da Constituição, em andamento no Congresso, é urgente para minimizar as dificuldades a respeito da competência quanto ao licenciamento. Todavia, deve-se atentar para a Lei 10.410/2002, que criou a Carreira de Especialista em Meio Ambiente, que, dentre outros, é composta pelo cargo de analista ambiental. É que, conforme o inciso I do artigo 1º, o ingresso nos quadros do Ibama se fará mediante aprovação em concurso público, tendo como requisito de escolaridade o curso superior completo ou a habilitação legal equivalente. Ou seja, independentemente da formação profissional, o analista ambiental estará habilitado a desenvolver as atividades inerentes ao cargo, dentre elas a análise dos estudos ambientais que subsidiam a decisão quanto à concessão das licenças. Em tese, podemos ter um profissional formado, por exemplo, em Educação Física analisando os complexos estudos de viabilidade ambiental de uma usina hidrelétrica ou de um gasoduto.

Em conclusão, o que estão propondo é o caos e o retrocesso em matéria de gestão ambiental.

Fernando César Mesquita é autor do projeto de criação do Ibama e foi o seu primeiro presidente. Excepcionalmente, o artigo de José Nêumanne será publicado na sexta-feira, 18/5.

Jucá negocia com ministérios limites às ZPEs –Folha de São Paulo – Dinheiro – 16/05/2007

O líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), vai negociar com os ministérios do Desenvolvimento, Fazenda e Casa Civil limitações ao funcionamento das ZPEs (Zonas de Processamento de Exportações).

A produção das ZPEs é isenta de qualquer tributação e, pelo menos 80%, deve ser destinada à exportação. O projeto que muda as regras de funcionamento das zonas de processamento de exportações está na pauta da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado e ainda não foi votado por oposição do governo. No pedido de vistas feito ontem, Jucá prometeu uma solução em duas semanas.

Rio também receberá recursos do ICMS-Verde – O Globo – O Rio – 16/05/2007

Acordo garante votação da proposta do imposto semana que vem na Assembléia Legislativa Uma das regiões que concentram as maiores áreas verdes do estado, a capital estava até ontem fora do projeto de lei do governo fluminense que cria o ICMS-Verde. Uma reunião entre o secretário do Ambiente, Carlos Minc, e os líderes dos partidos na Alerj decidiu que uma série de emendas à proposta será apresentada na próxima semana, durante a votação do projeto — e uma delas será a inclusão do município do Rio entre as cidades beneficiadas.

A lei do ICMS-Verde repassará recursos a municípios que realizam projetos para a proteção do meio ambiente, como criação e manutenção de áreas de conservação, saneamento básico e recolhimento e reciclagem de lixo.

Segundo Minc, o ICMS-Verde deverá movimentar cerca de R\$ 65 milhões por ano: — Só a idéia de criar o ICMS-Verde já levou municípios a propor a criação de novas áreas verdes, pois estão interessados nesses recursos. Discutimos com os deputados várias questões e uma delas, que apoiamos, será a inclusão da capital.

Pela lei, 25% do ICMS arrecadado são distribuídos entre os municípios conforme uma série de fatores, como dimensão da cidade e número de habitantes.

Dez por cento desse total passarão a ser calculados a partir de critérios ambientais.

— A discussão está apenas começando. Ainda vamos debater outras dúvidas da proposta — disse o deputado Luiz Paulo Corrêa (PSDB).

Colegiados Territoriais de Santa Catarina se reúnem nesta sexta-feira em Campos Novos – Sítio Eletrônico do MDA – 16/05/2007

O 1º Encontro dos Colegiados Territoriais de Santa Catarina será realizado nesta sexta-feira (18), na Casa da Cultura de Campos Novos (SC). A discussão sobre os desafios na estratégia de fortalecimento dos territórios rurais é um dos temas a serem debatidos durante o evento. O secretário de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Humberto Oliveira, fará a abertura do encontro. O ministério apóia no estado seis territórios, que congregam 156 municípios.

“Desde 2004, quando começamos a implantar a estratégia de desenvolvimento da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), esta é a primeira vez que os representantes estarão reunidos”, comemora o consultor territorial em Santa Catarina, Alexandre Santos. Segundo ele, a expectativa é que o momento seja de avaliar as atividades que vêm sendo desenvolvidas, fazer um debate com a SDT e planejar o próximo período.

Também deverá ser discutida no encontro a aplicação dos recursos da ação de infraestrutura do Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais, que é coordenado pela SDT. São R\$ 2,7 milhões para serem utilizados pelos seis territórios apoiados pela secretaria no estado. “É muito possível que os colegiados territoriais decidam pela continuação dos investimentos nas atividades de dinamização econômica e na reestruturação da cadeia produtiva do leite”, conta.

Ainda segundo Santos, um novo encontro deverá ser realizado até o final do ano. “Trata-se de um encontro dos territórios rurais, a semelhança daquele evento nacional realizado em Brasília, em dezembro do ano passado”, explica. Cem pessoas deverão participar, entre representantes dos colegiados, lideranças dos pré-territórios, organizações não-governamentais e prefeitos.

Audiência pública no Senado debate regularização de territórios quilombolas– Sítio Eletrônico do MDA – 16/05/2007

A regularização fundiária dos territórios quilombolas será tema, nesta quinta-feira (17), de audiência pública organizada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), com a participação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e dos senadores Ideli Salvatti (PT-SC), Paulo Paim (PT-RS) e Serys Slhessarenko (PT-MT).

No encontro, a ministra Matilde Ribeiro, da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), falará sobre as políticas de combate ao racismo e ao preconceito racial e prestará esclarecimentos sobre a regularização fundiária de comunidades quilombolas no Brasil. Participam ainda do encontro representantes do Ministério Público, da Fundação Cultural Palmares, da Agência Espacial Brasileira (AEB), da Secretaria do Patrimônio da União (SPU) e da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf).

À tarde, no auditório do Incra, a discussão continua, sob a coordenação da Seppir, com a presença de membros do Governo Federal, procuradores estaduais e dirigentes de entidades negras. A reunião irá discutir a regularização fundiária de territórios quilombolas do País, os quais, segundo levantamentos, ultrapassam duas mil comunidades espalhadas por todas as regiões brasileiras.

Câmara debate desenvolvimento sustentável da Bacia do Alto Tocantins – Sítio Eletrônico do MMA - 16/05/2007

Autoridades do governo federal e dos estados de Goiás, Tocantins e do Distrito Federal, usuários de recursos hídricos, técnicos, educadores ambientais e representantes de comunidades tradicionais e de ONGs vão debater nos dias 17 e 18 de maio, no Auditório Nereu Ramos da Câmara dos Deputados, o desenvolvimento sustentável da principal bacia hidrográfica da região do Planalto Central, a Bacia do Alto Tocantins.

O seminário, realizado pela ONG Ecodata em parceria com o Ministério da Integração, conta com o apoio da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente, do Conágua Alto Tocantins, WWF-Brasil, Agência Nacional de Águas (ANA), Câmara dos Deputados e a Frente Parlamentar Ambientalista Grupo de Trabalho de Água.

A Bacia Hidrográfica do Alto Tocantins abrange uma das maiores biodiversidades do País, espalhada por 87 municípios de Goiás e do Tocantins e o norte do Distrito Federal. A região abriga o corredor ecológico Paranã-Pirineus, os parques nacional da Chapada dos Veadeiros, estadual de Terra Ronca e do municipal Itiquira, a APA do Pouso Alto e da Lagoa Formosa, além de diversas RPPNs e outras Unidades de Conservação, todas inseridas na reserva da Biosfera do Cerrado.

Os múltiplos usos da água serão discutidos entre os vários setores usuários, o que inclui a discussão sobre os 20 projetos de usinas hidrelétricas já previstos para a bacia. A região é conhecida nacionalmente como a das terras dos quilombolas, como o Kalunga e dos índios Ava-Canoeiro, a região da Chapada dos Veadeiros e o reservatório da UHE de Serra da Mesa, maior em volume de água do Brasil.

Entre os vários temas a serem debatidos estão a conservação do Cerrado, saneamento básico, reserva da biosfera, os usos na agropecuária, pesca e turismo, a geração de energia, indústria e o abastecimento.

O seminário abordará as ações dos planos Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), de Aceleração do Crescimento (PAC), Estratégico do Tocantins-Araguaia, de Revitalização do Tocantins-Araguaia, de Turismo da Região da Biosfera e Serra da Mesa, Ferrovia Norte

Sul, GEF Cerrado, além da Avaliação Ambiental Integrada do Tocantins. Também serão debatidos o Comitê da Bacia do Alto Tocantins, e o Plano de Recursos Hídricos da Bacia.

Na abertura do evento (17/5) às 10h30, o Ministério do Meio Ambiente lançará o livro-CD do Plano de Águas do Brasil, versão digital dos quatro volumes do PNRH, 17 cadernos setoriais e regionais de recursos hídricos, conjunto de normas legais em recursos hídricos e dois vídeos do plano.

Ao final do seminário, no dia 18, às 16h, a Ecodata lançará o livro Bacia Hidrográfica do Alto Tocantins - Retrato e Reflexões.

Mais informações e inscrições: www.ecodata.org.br; ecodata@ecodata.org.br ou (61) 2104.4444 com Vanessa.

Contatos imprensa: Myrian Alves - (61) 9948 4848

Serviço:

Seminário de Desenvolvimento Sustentável da Bacia Hidrográfica do Alto Tocantins

Dias 17 e 18 de maio de 2007, a partir das 9h

Local: Auditório Nereu Ramos da Câmara dos Deputados

Fonte: SRU/MMA

Marina Silva apresenta a parlamentares a nova estrutura do MMA - Rafael Imolene –
Sítio Eletrônico do MMA - 16/05/2007

A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, apresentou à Frente Parlamentar Ambientalista, nesta quarta-feira (16), medidas que serão efetuadas no ministério e no Ibama para atender às demandas do setor pelos próximos anos. A apresentação ocorreu durante um evento realizado na Câmara dos Deputados, cujo objetivo era mostrar aos parlamentares a necessidade de mudar a estrutura do MMA, bem como criar o Instituto Chico Mendes, fornecendo condições para a gestão ambiental do Brasil.

Marina Silva também pediu apoio ao Congresso para aprovar a Medida Provisória 366/07, por se tratar do instrumento que possibilitará criar a nova estrutura do ministério. Além da MP, a ministra afirmou que pretende discutir com os parlamentares o conteúdo dos três decretos presidenciais de regulamentação das mudanças. Ela lembrou, ainda, que cada um dos últimos governos deu sua contribuição à gestão ambiental no Brasil, citando,

entre outros exemplos, o próprio Ibama, instituído em 1989 pelo então presidente José Sarney.

"Qual é o desafio do presidente Lula? É o de inscrever sua contribuição em termos de estrutura", afirmou Marina. "Sempre tenho dito que vamos atravessar este século tendo de resolver a equação do meio ambiente e desenvolvimento, entendendo que essa equação deve comportar igualmente os dois setores. Fortalecendo o setor ambiental, conseguiremos dar a nossa contribuição histórica", disse.

Após a fala da ministra, o secretário-executivo do MMA, João Paulo Capobianco, fez uma apresentação detalhada da nova estrutura. No MMA, explicou Capobianco, serão cinco secretarias: de Biodiversidade e Florestas, de Mudanças do Clima e Qualidade Ambiental, de Recursos Hídricos e Ambientes Urbanos, de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável e de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental. O recém-criado Instituto Chico Mendes será responsável pela gestão das 288 unidades de conservação (UCs) de todo o País. Com o Ibama permanecem as responsabilidades de licenciamento ambiental, fiscalização e autorizações.

Ao final da apresentação, o coordenador da frente parlamentar, Sarney Filho, anunciou que mais de dez deputados haviam se inscrito para esclarecer dúvidas. No entanto, pediu que as perguntas dos deputados ao MMA fossem feitas durante um debate técnico programado para terça-feira (22), na Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento.

Amazonas lança pacote de medidas ambientais e cria o "bolsa-floresta" - Bettina Barros – Valor Econômico – Primeiro Caderno - 16/05/2007

O governador do Amazonas, Eduardo Braga (PMDB), irá anunciar no dia 5 de junho - o dia internacional do meio ambiente - um pacote de medidas ambientais para reduzir as emissões de gases do efeito estufa do Estado e preservar suas florestas.

Entre as medidas está a criação de um "fundo de carbono" voltado às mais de 500 empresas instaladas na Zona Franca de Manaus. A idéia é que essas empresas, que liberam toneladas de CO₂ por ano na atmosfera, compensem sua poluição através de investimentos nas unidades de conservação estaduais, coberturas florestais protegidas por lei que somam hoje 17 milhões de hectares. Ao ajudarem a preservar a floresta, as empresas se tornariam "neutras em carbono", a nova coqueluche ambiental.

"É uma proposta voluntária, participa quem quer", disse Braga durante uma palestra ontem a empresários em São Paulo. "Mas quem aderir poderá agregar valor a seus produtos em países como o Reino Unido, que se preocupam muito com questões ambientais. O que um celular da Nokia produzido em Manaus teria que o da Motorola, feito em São Paulo, não? A Nokia estaria ajudando a preservar a Amazônia".

Sem fornecer detalhes de como essa operação será feita, o governador amazonense afirmou que está em consultas técnicas com instituições como Fundação Getúlio Vargas (FGV) e BNDES para estruturar o modelo, que lembra o já existente entre países ricos e em desenvolvimento no âmbito do Protocolo de Kyoto.

O pacote também criará o chamado bolsa-floresta, uma espécie de bolsa-família que recompensará financeiramente quem manter a mata em pé. Segundo o secretário de Meio Ambiente do Amazonas, Virgílio Viana, trata-se de uma compensação por serviços ambientais inédita no país. A prioridade será dada às reservas extrativistas - quem não desmatar receberá US\$ 500 ao final de cada ano, vindos de recursos próprios do Estado. "Quem mora dentro das reservas deve ter tratamento privilegiado porque está nos prestando um serviço conservando uma área importante", diz Viana, professor licenciado da Esalq/USP, que migrou para o setor público a convite de Braga.

Reeleito no ano passado com uma defesa aguerrida da Zona Franca de Manaus (ZFM), principal empregador e motor da economia do Amazonas, Eduardo Braga saiu a campo nos últimos meses em busca de investimentos para o que ele diz ser o modelo de economia do futuro para a região - a Zona Franca Verde. O projeto ganhou fôlego nessa gestão e prevê fazer da exploração sustentável da floresta amazônica uma fonte de riquezas e, dessa forma, levar o desenvolvimento concentrado hoje no pólo industrial para o interior do Estado.

Munido de mapas e gráficos, Braga apresentou ontem ao empresariado paulista o que ele e Viana já disseram e repetiram em Montreal, Nairóbi, Nova York, Washington e Istambul: é tirar da floresta o que ela pode dar, sem gerar desmatamento. É uma mudança de paradigma, diz Braga, que pode equilibrar o peso econômico no Estado. Hoje, a Zona Franca de Manaus representa 75% do PIB. O setor florestal, 3%.

A palavra-chave, neste caso, é o uso racional dos recursos florestais. Virgílio Viana cita alguns progressos. O peixe pirarucu, espécie ameaçada de extinção, chegou recentemente à rede Pão de Açúcar porque agora está sendo produzido com manejo, diz. "O manejo é bom, manter a floresta em pé é bom. E é essa a equação econômica que a gente está conseguindo muda. Os protagonistas do desmatamento são cada vez mais protagonistas da conservação".

Desde 2003, o governo diz ter feito mais de 700 planos de manejo em pequena escala no Estado, envolvendo áreas de até 500 hectares. Para fomentar esses projetos, foi criada a Agência de Florestas e Negócios Sustentáveis do Amazonas. O órgão já financiou cerca de R\$ 5 milhões em máquinas e capital de giro.

"O que vemos é continuidade de plano de governo no Amazonas. Isso é importante no Brasil, onde não há continuidade", elogia o ambientalista Mario Mantovani, do SOS Mata Atlântica.

PF prende 17 por desmatamento no Parque do Xingu - Nelson Francisco – Estado de São Paulo – Nacional – 17/05/2007

Índios, empresários e servidores do Ibama detidos fariam parte de quadrilha de extração ilegal de madeira

Índios, empresários e servidores públicos do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) foram presos ontem durante a Operação Mapiuari, desencadeada pela Polícia Federal em cinco Estados.

Segundo as investigações, que tiveram início há dez meses, essas pessoas integram uma quadrilha que extraiu 2.000 cargas de madeira de uma área de 8.500 hectares do Parque Nacional Indígena do Xingu (no norte de Mato Grosso). O material foi vendido para madeireiras em Santa Catarina, Paraná, Goiás e Mato Grosso. Até o começo da noite, 17 pessoas haviam sido presas.

As 47 prisões e 57 mandados de busca e apreensão foram decretados pelo juiz da 1ª Vara Federal em Mato Grosso, Julier Sebastião da Silva, que aceitou pedido do Ministério Público Federal. Quinze madeireiras foram fechadas. “Madeireiras da região mandavam cargas para filiais ou clientes em Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul e Goiás”, disse o delegado Franco Perazzoni, envolvido na operação.

ACUSAÇÃO

De acordo com a denúncia do Ministério Público, seis índios da etnia trumai facilitavam a extração e a comercialização da madeira do parque - criado em 1961 pelos irmãos Villas Boas. Além dos índios, quatro servidores do Ibama tiveram as prisões decretadas, acusados de aprovar planos de manejo florestal fraudulentos.

A sentença que determina a prisão dos índios não esclarece se eles foram considerados aculturados, podendo por isso responder criminalmente por seus atos. Procurada pelo Estado, a assessoria da Funai não prestou esclarecimentos sobre o caso.

A PF informou que os grileiros, proprietários rurais e arrendatários seriam responsáveis por providenciar recursos financeiros e contratar pessoal para executar os trabalhos do grupo. Técnicos e consultores ambientais tinham como função obter facilidades nos órgãos públicos e corromper servidores. Os valores da negociação e dos negócios da quadrilha não foram divulgados.

Os mandados de prisão e de busca e apreensão foram cumpridos em Mato Grosso, Goiás, Paraná e Santa Catarina, além de na aldeia Terra Nova, no parque. “O Parque Indígena do Xingu vem sofrendo intensa invasão, ocupação e exploração de suas riquezas naturais, sendo os índios que nela habitam ameaçados, assim como servidores públicos encarregados do desenvolvimento de atividades oficiais naquela área”, disse o juiz Silva.

LENDA

O parque tem 28 mil quilômetros quadrados, nos quais vivem cerca de 4.000 índios de 14 etnias. Conforme lendas indígenas, Mapinguari é um ser que protege a floresta contra os que lhe fazem mal.

Para certos povos amazônicos, é um bicho parecido com o homem, mas de corpo coberto de pêlos, com um só olho e uma boca grande que termina na barriga. Teria ainda pés virados e mãos em forma de garra.

A OPERAÇÃO

47 mandados

de prisão foram pedidos pelo juiz Sebastião Julier da Silva, da Justiça Federal de Mato Grosso

17 pessoas

foram presas ontem pela Polícia Federal

57 mandados

de busca e apreensão foram decretados pela Justiça Federal de Mato Grosso

15 madeiras

foram fechadas ontem durante a Operação Mapinguari

Brasil debaterá caos climático no G8, em junho - Roberta Jansen – O Globo – Ciência – 17/05/2007

País apresenta propostas para reduzir emissões

O aquecimento global será um dos principais temas a serem debatidos na próxima reunião do G8, em junho, na Alemanha.

As propostas que embasarão as discussões sobre o assunto foram apresentadas ontem à chanceler Ângela Merkel por representantes de academias de ciências de diversos países, entre eles o Brasil.

Cientistas dos países do G8 e das nações convidadas para a reunião, Brasil, China, Índia, México e África do Sul, acordaram dois documentos que tratam de propostas nas áreas de “energia e proteção climática” e “proteção e promoção da inovação”.

— Fundamentalmente, precisamos melhorar a eficiência dos motores de forma geral — aponta Eduardo

Moacyr Krieger, representante da Academia Brasileira de Ciências no encontro. — Mas precisamos também ter energias que poluam menos, sejam mais limpas e renováveis. O segredo é combinar as duas coisas.

Um dos tópicos do documento, segundo Krieger, é a redução do consumo de energia dentro das casas por meio, sobretudo, da maior eficiência dos aparelhos de uso doméstico. Estatísticas mostram que 27% do consumo de energia do mundo ocorre dentro de residências.

Com boa parte de sua matriz energética calcada em hidrelétricas e etanol, duas fontes consideradas limpas, o Brasil espera ter uma posição de destaque na reunião. O calcanhar-deaquiles do país, no entanto, é o desmatamento, que o coloca entre os cinco maiores emissores de CO2 (o principal gás-estufa) do mundo.

— A redução do desmatamento é uma das nossas propostas — aponta Krieger. — E também que os países em desenvolvimento calcuem seu crescimento em energias limpas. O outro documento diz respeito a patentes e transferência de tecnologia.

Território do Centro Sul(PR) assina convênio para formação de jovens agricultores – Sítio Eletrônico do MDA – 17/05/2007

O Território Rural do Centro Sul do Paraná assinou, nesta semana, convênio para a capacitação e o treinamento dos jovens agricultores da região. O Conselho Gestor do Território formalizou contrato com o Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural (Cedejor) do Paraná, disponibilizando por cinco anos as instalações do Centro de Formação de Agricultores, em Guamiranga.

De acordo com o delegado federal do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) no Paraná, Reni Denardi, a parceria será referência para a capacitação dos agricultores familiares do Centro Sul paranaense. “O convênio é um passo enorme para a utilização efetiva do espaço, pois o Cedejor trabalha há três anos, incorporando os jovens agricultores familiares como protagonistas do desenvolvimento territorial”, destaca Denardi.

O construção do Centro de Formação de Guamiranga começou há dois anos por demanda do Conselho do Território Centro Sul e tem sua inauguração prevista para o meio de julho. As novas instalações contam com refeitório, sala de reuniões e alojamentos. O MDA destinou R\$ 460 mil em recursos, através do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (Pronat).

Arpa e Agência Alemã de Cooperação capacitam gestores em quatro estados - Adriano Ceolin – Sítio Eletrônico do MMA - 17/05/2007

O programa Áreas Protegidas da Amazônia (Arpa) e a Agência de Cooperação Técnica Alemã (GTZ) promovem, em Manaus (AM), entre 21 e 24 deste mês, a terceira edição do Curso de Técnicas e Ferramentas Participativas no Ciclo de Gestão de Unidades de Conservação (UCs).

Ao todo, serão quatro edições do curso. A primeira e a segunda foram feitas, respectivamente, em Brasília e Belém, no início deste mês. A quarta e última edição do curso está marcada para o dia 3 de junho, em Rio Branco, no Acre.

Técnica da GTZ e uma das organizadoras da série de cursos, a engenharia florestal Leda Luz disse que a realização das capacitações foi solicitada por diversos gestores de

UCs. "Isso ocorreu durante a elaboração do Plano Operativo Anual ao longo do ano passado", afirmou.

Segundo ela, por meio do curso, o gestor passa a ter contato com ferramentas e técnicas que ajudam a facilitar a participação interna e externa nas UCs. "A gente espera que o uso dessas técnicas possa facilitar a reflexão sobre a realidade da UC", disse.

Além disso, ainda de acordo com Leda, esse tipo de gestão traz transparência e promove o trabalho em equipe. "Essas técnicas vêm de uma vertente que quer introduzir a percepção das pessoas no desenvolvimento de ações", explicou.

Leda contou que, a partir de cursos como esses, o Arpa está cada vez mais chegando às UCs. "A receptividade tem sido excelente", avaliou.

Coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente, o Arpa é um programa do governo federal em parceria com organizações não-governamentais, doadores e governos estaduais e municipais da Amazônia.

A execução é feita pelo Ibama, Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio) e os governos do Acre, Amazonas, Amapá, Pará, Mato Grosso, Rondônia e Tocantins.

O Arpa tem como doadores o Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF), o Banco Alemão de Crédito para Reconstrução (KfW) e a ong WWF-Brasil, que também atua na cooperação técnica ao GTZ.

Em funcionamento desde 2002, o Arpa pretende criar, implementar e consolidar 37,5 milhões de hectares de novas unidades de conservação e consolidar 12,5 milhões de hectares de unidades existentes até o ano de 2012.

Comissão muda projeto de licenciamento ambiental - Daniel Rittner e Thiago Vitale Jayme – Valor Econômico – Primeiro Caderno - 17/05/2007

A Comissão de Agricultura da Câmara aprovou ontem polêmico projeto que altera as regras do licenciamento ambiental. O texto final desagradou ao setor elétrico, gerou temores na bancada ambientalista e despertou preocupação no Ministério do Meio Ambiente. Enviado ao Congresso no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o projeto recebeu importantes modificações introduzidas pelo relator, deputado Moacir Micheletto (PMDB-PR). Agora, segue para a Comissão de Meio Ambiente, onde o governo pretende atuar para devolver ao projeto a essência de sua configuração original.

O projeto regulamenta o artigo 23 da Constituição, que trata da definição de competência da União, Estados e municípios na área de licenciamento. O objetivo era simplesmente delimitar melhor as atribuições de cada esfera de poder e evitar as batalhas judiciais que atrasam a concessão de licenças ambientais às obras de infra-estrutura.

A maior polêmica está no parágrafo único do artigo 3º, que determina que haverá "pagamento da indenização e compensação financeira das limitações administrativas impostas às propriedades". Essa menção, inexistente no texto do governo, poderá obrigar o

poder público a pagar indenizações milionárias a proprietários de terras afetadas pela demarcação de reservas legais ou de áreas de proteção ambiental.

Micheletto também aproveitou o projeto para estabelecer a necessidade de lei, aprovada pelo Congresso, para a criação de novas unidades de conservação ambiental - hoje definidas por meio de decreto presidencial. "É um retrocesso completo", protesta o deputado e ex-ministro José Sarney Filho (PV-MA), autor de projeto semelhante e anterior de regulamentação do artigo 23, que foi fundido com o do governo.

Segundo fontes do Ministério do Meio Ambiente, abrem-se brechas até para pedidos de indenização por causa de limitações impostas pelo Ibama ou órgãos estaduais nos pedidos de licenciamento ambiental. Mas a maior preocupação é com o pagamento que a União terá de fazer para delimitar novas reservas - uma antiga reivindicação da bancada ruralista do Congresso.

Micheletto explica sua intenção ao incluir o dispositivo. "Hoje, quando uma usina é construída, os donos daquelas terras alagadas nada recebem. Ou, se recebem, leva anos. Deixo isso claro. Deve haver indenização para quem perder sua propriedade em função de uma grande obra."

O projeto apenas deixa mais claro o que já está previsto na resolução 237 do Conama. Confere aos Estados, em regra geral, a responsabilidade pelo licenciamento. O governo federal participa no caso de obras em dois ou mais Estados, em regiões fronteiriças, no mar territorial, em terras indígenas, em unidades de conservação e no caso de obras militares.

Caberia aos municípios o licenciamento de empreendimentos relacionados exclusivamente ao perímetro de sua cidade. Isso vale para atividades como oficinas mecânicas e quiosques de praia - cujos pedidos de licença, em alguns casos, chegam paradoxalmente até ao Ibama. Mas atualmente existem apenas 250 municípios habilitados para fazer o licenciamento, dos quais cerca de 150 estão no Rio Grande do Sul, e o Ministério do Meio Ambiente quer ajudar as prefeituras a estruturar seus órgãos.

O texto de Micheletto pode inviabilizar essa iniciativa ao conferir "gratuidade dos serviços administrativos prestados ao pequeno proprietário e possuidor rural, à microempresa e às populações tradicionais". Como esses são os prováveis beneficiários do licenciamento municipal e os "Ibaminhas" das cidades não poderão cobrar taxas, ficarão sem fonte de arrecadação própria.

Também o setor elétrico ficou insatisfeito com o relatório de Micheletto. Segundo a Abiape, associação que reúne os auto-produtores de energia, sugestões de mudanças encaminhadas ao deputado não foram acatadas no texto final. Na avaliação da entidade, o projeto não é suficientemente claro na definição de competências, nem elimina os riscos de conflitos judiciais - sua principal intenção. Um exemplo disso é que todos os órgãos ambientais, de qualquer esfera de poder, devem agir no caso de "omissão" ou "inércia" do ente licenciador.

Brasil muda postura e avalia meta para desmatamento - Assis Moreira – Valor Econômico – Internacional - 17/05/2007

Para marcar nova postura no debate internacional sobre mudança climática, o governo brasileiro estuda estabelecer de modo unilateral e voluntário objetivos de redução do desmatamento da Amazônia. Foi o que sugeriu Celso Amorim, ministro das Relações Exteriores, a três semanas da cúpula do G-8, da qual o presidente Luiz Inácio Lula da Silva participará parcialmente como convidado. "O Brasil tem que ter uma postura combativa e não defensiva", disse Amorim. "Tem que ter seus objetivos para combater o desmatamento porque isso é uma perda para nós."

A Alemanha, na presidência do G-8 (grupo que inclui EUA, Japão, Canadá, Reino Unido, França, Itália e Rússia) quer compromissos firmes dos emergentes que convidou (Brasil, China, Índia, África do Sul e México) para lançar um novo acordo obrigatório de redução de gases de efeito-estufa que substituirá o Protocolo do Kyoto.

O Brasil é o quarto maior emissor de gases-estufa do mundo, basicamente por causa do desmatamento na Amazônia, e suas exportações agrícolas vem sendo alvos de acusações de destruir a floresta.

Até recentemente, o governo brasileiro preferia só apontar a culpa dos países industrializados no aquecimento do planeta. Agora, Brasília repensa sua posição no rastro dos recentes relatórios do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC), órgão que reúne mais de mil cientistas no mundo todo, que fazem previsões alarmantes globalmente.

A destruição da Amazônia tem sido vista como uma das causas do aquecimento global. "Agora está cada vez mais claro que a Amazônia seria não causadora, mas vítima, correndo risco de virar savana e de enorme perda da biodiversidade", disse Amorim.

Ele avisa que o Brasil "assumirá responsabilidades", mas diferenciadas, proporcionais, "que não podem comparar com quem está poluindo o planeta nos últimos 200 anos". Mas alertou: "Agora, metas que sejam objetos de punição internacional é outra coisa" - ou seja, o Brasil não aceita.

A Alemanha quer que o G-8 aprove assistência financeira para o Brasil e outros países em desenvolvimento combaterem o desmatamento das florestas. Segundo o britânico Nicholas Stern, que publicou relatório sobre o clima em 2006, as nações ricas deveriam oferecer US\$ 15 bilhões por ano para ajudar na preservação de florestas.

O Brasil já propôs a criação de um fundo internacional para os países industrializados darem dinheiro para combater o desmatamento. Mas Amorim é incisivo: "Sugerimos incentivos, mas recebendo ou não dinheiro, devemos evitar o desmatamento da Amazônia, porque é de nosso interesse".

As pressões sobre Brasil, China e Índia foram atenuadas, porque o próprio G-8 não se entende. Os EUA são acusados de tentar esvaziar o objetivo alemão. Um trecho do comunicado final sobre a luta contra a mudança climática que deveria ser qualificada de "dever" pelos G-8 foi cortada pelos representantes americanos. Os EUA tampouco aceitam uma fórmula pela qual o G-8 se declara "profundamente preocupado" com a evolução do clima. O país quer só "tomar nota" dos relatórios do IPCC.

O presidente George W. Bush, em seu último telefonema ao presidente Lula, pediu apoio brasileiro a sua posição contra a fixação de metas de redução de gases-estufa.

EUA e Austrália não assinaram o Protocolo de Kyoto, que dura até 2012 e obriga 35 países desenvolvidos a cortar suas emissões em 5% abaixo dos níveis de 1990 nos

próximos seis anos. Mas esses industrializados reclamam que as nações signatárias representam apenas um terço das emissões globais.

Governos divergem sobre como combater as mudanças climáticas - Daniela Chiaretti – Valor Econômico – Internacional - 17/05/2007

Todos concordam em combater o aquecimento global, mas ninguém se entende em como fazê-lo. Na primeira reunião de governos após os relatórios da ONU sobre mudanças climáticas, não houve consenso nenhum sobre pontos fundamentais em relação à redução de emissões de gases-estufa.

Desde o dia 7, diplomatas de 166 países discutem na Alemanha o futuro do Protocolo de Kyoto - o chamado regime pós-2012, quando expiram as metas de compromisso de redução de emissões dos países industrializados. Também tentam atualizar pontos de outro acordo importante, a convenção sobre mudanças climáticas.

A reunião em Bonn terminam amanhã. Pelo passo da carruagem, decisões significativas parecem adiadas para encontros em Viena, em agosto, ou na Indonésia, no fim do ano. Os holofotes estão direcionados para a reunião do G-8, os países mais ricos do mundo e a Rússia (que também são as nações que mais poluíram no passado), com os cinco emergentes - China, Índia, Brasil, México e África do Sul (grandes poluidores do futuro) em junho, na Alemanha.

"A explicação para não haver progresso aqui em Bonn talvez seja que há outra dinâmica em curso, a dos chefes de Estado", espera Mark Luttés, pesquisador da ONG Vitae Civilis e representando o FBOMS, fórum brasileiro de ONGs. "Parece que todos aguardam as mensagens que virão de cima."

Por ora, nem a idéia da União Européia de cortar emissões em 20% (ou talvez até 30%) até 2020, desde que outras nações ricas a sigam, avançou. Encontra resistência do Japão, por exemplo, que se sente pressionado. No quesito desmatamento, um grupo de países articula um documento a ser adotado em Bali. A polêmica gira em de como medir as emissões. Brasil, UE e Papua-Nova Guiné preferem que a conta seja feita em base nacional; México, Colômbia, Panamá querem que seja feita por projeto.

A proposta brasileira, que países industrializados criem um fundo para que nações em desenvolvimento reduzam suas emissões por desmatamento (sem estar vinculado a créditos de carbono), ainda não andou. As nações ricas, diz uma fonte da delegação brasileira, "sugerem apenas capacitação e assistência técnica". Os países desenvolvidos "não querem nem falar em transferência de tecnologia", prossegue, lembrando o item previsto desde 1992 na convenção do clima.

No começo da semana, nem os países em desenvolvimento pareciam se entender. A Índia liderou um grupo que quer a "estabilização e conservação" das florestas. O Brasil quer foco na "redução das emissões por desmatamento".

Parece debate semântico sobre como deixar as matas em pé. Não é. Estabilizar significa apenas manter o estoque de carbono florestal, ou seja, os países poderiam derrubar florestas nativas e repor o estoque de carbono perdido com reflorestamento, diz Thelma Krug, secretária de Mudanças Climáticas do Ministério do Meio Ambiente, que está em Bonn. "Para fins de clima, não há diferença", esclarece.

"Mas o Brasil entende que a importância de sua proposta está no potencial de promover, por meio de incentivos positivos, a redução do desmatamento em si, com óbvios benefícios ambientais." Incentivos positivos quer dizer, principalmente, recursos financeiros - tema que, até ontem, passou ao largo da negociação em Bonn.

Onde está de fato a nossa riqueza - Washington Novaes – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 18/05/2007

Numa de suas últimas viagens ao Brasil, a escritora norte-americana Hazel Henderson - que, com seus conhecimentos econômicos e financeiros, tem desmontado tantos raciocínios que tentam sustentar o insustentável - disse que, “se você olha para o mundo real, e não para números loucos, vê que, numa análise per capita, o Brasil é um dos países mais ricos do mundo”. De fato, como classificar de outra forma um território continental onde estão de 10% a 20% da biodiversidade do planeta, 12% do fluxo superficial de água, sol o ano inteiro, uma zona costeira com milhões de quilômetros quadrados? Principalmente lembrando o estudo feito na Universidade da Califórnia por Robert Constanza e mais um grupo de economistas, para mostrar que, se fosse preciso substituir por ações humanas os recursos e serviços que a natureza presta gratuitamente (fertilidade do solo, regulação do clima, serviços hidrológicos, etc.), se chegaria a um custo de até três vezes o total do produto bruto mundial num ano. Isto é, esses recursos e serviços valeriam hoje até US\$ 120 trilhões anuais.

Examinada a questão por outro ângulo, vê-se que recursos e serviços naturais são, cada vez mais, o fator escasso no mundo. Porque, de acordo com relatórios já citados aqui, estamos consumindo 25% além da capacidade de reposição da biosfera, com o déficit crescendo ano a ano. E, sendo assim, esses recursos e serviços naturais tendem a valorizar-se a cada dia. Ainda mais que sua contribuição é e será decisiva para que não se agrave o problema mais dramático do nosso tempo, que está nas mudanças climáticas.

A conclusão óbvia seria a de que esses recursos e serviços deveriam ocupar um lugar central na estratégia política, econômica e social brasileira, com a definição dos caminhos mais apropriados para preservá-los e utilizá-los racionalmente, evitando perdas, desperdícios e incompetências. Quem, entretanto, acompanhe o noticiário verá exatamente o contrário. Começará tomando conhecimento da irritação do presidente da República porque não obteve licença prévia um projeto altamente problemático - para dizer o mínimo - de implantação de mega-hidrelétricas na Amazônia. Irritação seguida da ameaça de implantar em substituição uma usina nuclear, de energia caríssima, insegura e sem destinação para o dramaticamente perigoso lixo nuclear. Verá também o Ibama sendo fatiado, supostamente porque seria culpado do não-licenciamento daquelas hidrelétricas - e não o incompetente e insuficiente estudo de impacto ambiental das usinas, feito pelos empreendedores.

Em seguida, verá - provavelmente com olhos esbugalhados - o presidente da Agência Nacional de Energia Elétrica propor que “projetos estratégicos considerados prioridade nacional” na área de energia (assim definidos pela Presidência da República) sejam eximidos de licenciamento ambiental e enviados por um Conselho de Defesa

Nacional à Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados, para ali serem autorizados. “Trata-se de um retrocesso sem precedentes no trato da questão ambiental”, comentou uma representante do Ministério Público Federal, Sandra Cureau. De fato. Em 2003 o Ibama concedeu 145 licenças ambientais, em 2006 foram 278. Mas se faz de conta que o problema está apenas ali, não nas inconveniências de projetos ou na omissão e incompetência de tantos estudos de impacto que lhe são submetidos.

Como quem não quer nada, e se fazendo de surda às vozes e a estudos competentes que mostram a desnecessidade de novas usinas, tantas são as possibilidades de economizar energia ou obtê-la por caminhos mais adequados, a Casa Civil da Presidência vai tramando também mudar a Resolução 237/97, do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), para criar exceções convenientes às regras para licenciamento ali estabelecidas.

Para completar, por meio de projetos ou anteprojetos de um novo estatuto para o índio, regras para mineração em áreas indígenas ou áreas de preservação, extração de petróleo em áreas de conservação, vai-se tentando abrir à exploração descuidada ou predatória aqueles recursos e serviços naturais. Só para que se tenha idéia do vulto do que está em jogo, o Mapa da Geodiversidade no Brasil, feito pelo Serviço Geológico nacional, lista 587 garimpos em áreas de proteção ambiental, dos quais 207 em áreas indígenas, 56 em parques nacionais, 292 em áreas de proteção permanente, 32 em outros tipos de reserva. E assinala 1.906 ocorrências minerais, 20% delas “intocadas”.

Não por acaso, na recente visita do papa, a Articulação dos Povos Indígenas fez chegar a ele carta em que mostra que “falta regularizar 61,76% das áreas indígenas no país, onde vivem 241 povos, com 734 mil pessoas que falam 180 línguas”. Uma riqueza e uma diversidade cultural sem paralelo no mundo. E ainda considerada, em todos os relatórios do gênero, o caminho mais adequado para a conservação da biodiversidade no País, tais os resultados vistos na prática. Mas, em lugar de reconhecimento, esses povos continuam a assistir ao assassinato de seus líderes (257 em dez anos), ao suicídio em massa em grupos acuadaos.

Sempre que esse tema entra em discussão, não falta quem diga que “índio já tem terra demais” (até um ex-presidente da Funai entrou por esse caminho). Esquecido de que qualquer pessoa no Brasil, após alguns poucos anos de ocupação de uma área de terra, tem o direito de reivindicar sua propriedade definitiva, por usucapião. Mas índios, que ocupavam todo o território nacional há séculos, não teriam esse direito.

Se não fosse pelo direito dos índios, deveríamos ter o cuidado de pelo menos lembrar que eles são os melhores guardiães de nossas maiores riquezas. E deixá-los em paz.

Washington Novaes é jornalista

E-mail: wlrnovaes@uol.com.br

Câmara Técnica do Conama aprova resolução da Mata Atlântica - Adriano Ceolin / Rafael Imolene – Sítio Eletrônico do MMA - 18/05/2007

A Câmara Técnica de Biodiversidade e Florestas, Fauna e Recursos Pesqueiros do Conama aprovou nesta sexta-feira (18) a resolução que estabelece os critérios para definição dos estágios de regeneração da Mata Atlântica em áreas do estado de Minas Gerais. O documento é utilizado para concessão de licenças ambientais e outros processos florestais.

"São parâmetros que vão ser utilizados em campo por técnicos e órgãos para identificar os estágios. Isso é feito caso a caso, dependendo da licença solicitada", explicou Vigold Schaffer, coordenador Núcleo dos Biomas Mata Atlântica e Pampa.

A definição de estágios atende a uma determinação da Lei da Mata Atlântica. Após ser aprovada na câmara técnica, a resolução terá de ser submetida ao Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama), cuja reunião está marcada para os dias 29 e 30 de maio, no Rio de Janeiro.

Uma resolução *ad referendum* do Conama, do dia 23 de fevereiro, já definia as vegetações da Mata Atlântica e seus respectivos estágios de regeneração em quase todas essas unidades da federação, com exceção de Paraíba e de Minas Gerais.

A resolução nº 388, assinada naquele mês pela ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, na realidade convalidava 17 resoluções do órgão publicadas entre 1993 e 1999. Portanto, a câmara deveria se concentrar apenas nos dois estados restantes. As resoluções foram elaboradas e enviadas a outra câmara técnica, a de Assuntos Jurídicos (CTAJ).

A Câmara Técnica de Biodiversidade e Florestas, Fauna e Recursos Pesqueiros, que funciona como órgão preliminar do Conama, é integrada por sete membros, entre representantes de órgãos e da sociedade civil.

Acionando o freio de emergência - Gilberto Dupas – estado de São Paulo – espaço Aberto – 19/05/2007

A crise ecológica global está próxima de subverter as condições de habitabilidade do planeta e impor uma recessão severa à atividade econômica, agravando dramas sociais e fragilizando a espécie humana. A natureza parece estar opondo uma recusa não negociável ao frenesi da lógica capitalista global; ela reage e sofre perturbações climáticas de conseqüências imprevisíveis, exaustão de combustíveis fósseis e contaminação das fontes de renovação da vida e da água. Poluição e dejetos tóxicos cancerígenos se acumulam e diminui a fertilidade de terras, rios e oceanos que nutrem o planeta. Essa crise é conseqüência direta de nossos comportamentos, modos de produção e consumo. Não sabemos se a tragédia já está programada ou se ainda é reversível. E duvidamos de nossa

vontade e capacidade de agir. Tudo vai depender de nossa condição para rever o sistema econômico vigente.

Em fevereiro, após a divulgação do primeiro sumário do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC), em Paris, países como EUA e China - dois dos maiores poluidores do planeta e parceiros principais do modelo atual de expansão econômica - desencadearam uma ampla ofensiva para o abrandamento das suas conclusões. Mas cientistas respeitados como John Holdren, diretor do Programa de Ciência, Tecnologia e Políticas Públicas da Universidade Harvard, garantem que a situação é ainda pior do que parece. Afirmam que a concentração de CO₂ na atmosfera já ultrapassou o limite do “perigoso”, caminhando para o “catastrófico”, uma espécie de “ponto sem volta” que poderia não permitir mais controles.

Schumpeter definiu a “destruição criativa” como o motor da acumulação no capitalismo. Ou seja, o papel da ciência nessa dinâmica é promover um permanente estado de inovação, tornando obsoletos os produtos; e o da propaganda é criar novos e irresistíveis “objetos de desejo”. São casos típicos a conversão de TVs comuns em telas de plasma e o contínuo sucateamento de telefones celulares e computadores. Propostas para lidar com o imenso desafio ambiental começam a surgir. Mas, em geral, as reações dos agentes econômicos são cosméticas e mercadológicas. No caso do desemprego e da exclusão causados pela automação e pela informalidade, inventou-se a “responsabilidade social da empresa”; agora se fala em empresas “verdes”, “responsabilidade ambiental”, adição de etanol à gasolina, etc.

Acontece que as ações compatíveis com a escala e gravidade do problema do meio ambiente exigem modificações profundas no próprio modelo econômico dominante e nos seus processos de fabricação. O Comitê de Vigília Ecológica, grupo de cientistas franceses reunidos pela Fundação Nicolas Hulot, propõe - em lugar de uma economia que desperdiça recursos e acumula dejetos - que os ecossistemas industriais passem a funcionar em equilíbrio com os ecossistemas naturais. A meta estratégica industrial se inverteria: redução, reutilização, reparação e reciclagem da produção; e mudariam os processos de fabricação em função de seu balanço ecológico. Uma nova “funcionalidade” privilegiaria o uso à posse de um bem. A concepção dos produtos favoreceria um hardware durável que incorporaria inovações sucessivas (softwares). Com isso o impacto no emprego seria muito positivo e amplamente distribuído, já que a manutenção gera muito mais mão-de-obra que a fabricação e está próxima do produto. A meta seria valorizar, mais do que descartar; e nunca desperdiçar.

Esse caminho exigiria, no caso da energia, a introdução de uma taxa de carbono progressiva mundial. Quem emitisse mais carbono pagaria por isso. Seria preciso um estudo sistemático das quantidades de material e energia necessárias à produção de cada produto, desde que nasce até que é sucateado, verificando o seu impacto ambiental, “precificando” excessos e premiando reduções. Quanto mais durável o bem, mais incentivado. Mas como conseguir essa revolução, numa economia de mercado livre, sem uma forte intervenção regulatória? No caso dos autos, por exemplo, de nada serve o avanço técnico em motores menos poluentes, se os chineses tiverem como meta o carro barato individual.

Será possível o sistema capitalista se auto-regular de modo a produzir seriamente bens com ecoconcepção, duráveis, recicláveis, recuperáveis e biodegradáveis? Não parece provável que o mercado caminhe espontaneamente para essa direção sem pesada regulação, mesmo com aumento do preço de materiais e energia. Veja-se hoje o caso dos preços do petróleo e das matérias-primas com a demanda chinesa. Seria fundamental que o poder público se engajasse duramente. Trata-se de imensa tarefa de reconversão global dos meios privados de produção em meio à disputa brutal por competitividade; modificação da natureza dos produtos, mudança de status dos bens, alteração dos sistemas comerciais; e reconversão da direção dos vetores tecnológicos. Mas como convencer China e Índia, que agora acham ter chegado sua vez? E como reverter a lógica competitiva das empresas globais?

Decisões para superar essa crise implicarão grandes perdedores. Como torná-las possíveis? Nossa geração se vê na obrigação de tentá-las, sob pena de condenar a humanidade a um declínio grave. O derretimento da tundra do norte da Rússia (que contém 80 anos de emissões de carbono em seu solo congelado) e das geleiras da Groenlândia e da Antártida Ocidental (que podem elevar significativamente o nível dos oceanos) são enormes sinais de alerta. John Holdren nos adverte: “Estamos dirigindo um carro na neblina, com freios ruins, em direção a um abismo. Não temos certeza de que vamos conseguir frear antes de cair.” É preciso tentar, a todo custo, acionar o freio de emergência.

Gilberto Dupas, presidente do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais (IEEI), coordenador-geral do Grupo de Conjuntura Internacional da USP, é autor de vários livros, entre os quais O Mito do Progresso (Editora Unesp)

Rota definida – O Globo – O País – 21/05/2007

No Brasil e no mundo, está nos átomos a energia do futuro. Está ficando claro, como já manifestou recentemente o ministro de Minas e Energia, que precisamos construir mais usinas nucleares, para afastar definitivamente o risco de apagão. É verdade que, em comparação com os países ricos, temos ainda um grande potencial hidrelétrico a explorar; o problema é que este não é um caminho desimpedido.

A defesa do meio ambiente é habitualmente o maior obstáculo.

Com ou sem razão, órgãos ambientais criam empecilhos e retardam indefinidamente o início de obras de geração de energia.

Por outro lado, é inaceitável a alternativa de criar novas e poluidoras termelétricas, a carvão ou a petróleo, num momento em que o mundo enfrenta a ameaça do efeito estufa e do aquecimento global.

Enquanto isso, os países que utilizam a energia nuclear em larga escala, como Japão ou França, não enfrentam problemas, não têm acidentes sérios nem sofrem danos ambientais devido à opção que fizeram.

O fato é que, com o progresso técnico dos últimos anos, o risco em todas essas áreas foi reduzido a níveis insignificantes. O que aqui mesmo, aliás, já ficou claro, com o desempenho de Angra 2.

O risco de adiar a adoção de uma nova tecnologia está em perder o timing e deixar escapar a oportunidade.

Na França, por exemplo, já começou a construção do projeto de usina de fissão nuclear, patrocinado por uma notável associação entre União Européia, EUA, China, Rússia, Coreia do Sul e Japão, a entrar em operação em 2016. É um esforço por controlar a energia muito mais eficiente do sol.

O fato é que, no Brasil e no mundo, está nos átomos a energia do futuro. Sempre haverá quem queira dominá-la com propósitos bélicos; mas para isso foram criados órgãos como o Conselho de Segurança da ONU e a AIEA.

A demanda por energia cresce indefinidamente, e aos poucos as opções disponíveis estão se estreitando.

Não se deve permitir que equivocadas considerações ambientais ou visões conspiratórias bloqueiem o rumo para a grande saída que é a tecnologia nuclear.

Investimento em poluição - Ramona Ordoñez e Luciana Rodrigues – Valor Econômico – Economia – 21/05/2007

Preso à burocracia ambiental, Brasil aposta firme na energia suja de termelétricas para crescer

No momento em que, no mundo inteiro, cresce a preocupação com o aquecimento global, o Brasil caminha a passos largos rumo a uma matriz elétrica mais suja. Atrasos no licenciamento ambiental, falta de planejamento do governo, entraves na Justiça, além da disputa com a Bolívia sobre o fornecimento de gás e da perspectiva de que a economia brasileira cresça mais, estão empurrando o país para uma dependência maior de energia termelétrica.

Nos três leilões de energia nova já realizados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para o período a partir de 2010, 57% da geração virão de termelétricas e 43% de hidrelétricas. Isso representará a emissão de mais 18,95 milhões de toneladas por ano de gás carbônico na atmosfera, segundo cálculos da Aneel que o GLOBO obteve com exclusividade.

É uma poluição equivalente à provocada por 3,79 milhões de automóveis, ou seja, mais do que a frota total de veículos leves da Região Nordeste do país. Serão mais de 30 novas usinas térmicas construídas ou reaproveitadas, que vão produzir também 39,8 mil toneladas de óxido de nitrogênio e 108,7 mil toneladas de óxido de enxofre, gases prejudiciais à saúde. Para se ter uma idéia, hoje a matriz elétrica do Brasil é uma das mais limpas do mundo, com quase 85% da geração de energia vindo da fonte hidráulica, ou seja, renovável.

Para o diretor-geral da Aneel, Jerson Kelman, trata-se de um “paradoxo ambiental”. Nos três leilões já realizados, em 2005 e 2006, foram contratados 6.072 megawatts (MW) de energia, quase 60% eram térmicos.

— O rigor ambiental dos órgãos licenciadores, do Ministério Público e da Justiça, bem como os interesses específicos contemplados na legislação, têm provocado um paradoxo ambiental: é burocraticamente mais simples produzir energia elétrica no Brasil queimando derivados de petróleo ou carvão, que contribuem para o efeito estufa, do que utilizando água — afirmou Kelman.

Modelo para o setor demorou muito

Mas especialistas acrescentam que o Executivo também tem culpa.

O novo modelo do setor elétrico demorou dois anos para ser finalizado e isso atrasou os projetos: — Agora o governo diz que é o Ibama que não tem agilidade. Os

projetos demoraram muito e, aparentemente, acabaram mal feitos — afirma Roberto Schaeffer, professor de planejamento energético da Coppe/ UFRJ, e um dos três autores brasileiros do último relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas das Nações Unidas (IPCC, na sigla em inglês).

O pior é que, pelo menos a curto prazo, a situação tende a se agravar.

O coordenador do Grupo de Estudos do Setor Elétrico (GESEL) do Instituto de Economia da UFRJ, Nivalde Castro, alerta que, pelas empresas inscritas para os próximos dois leilões de energia que o governo realizará em meados deste ano, 75% são de energia térmica e 25% de hidrelétrica. Ele destaca ainda que, entre esses projetos de térmicas, metade prevê o uso de energia muito suja, como óleo combustível, diesel ou carvão mineral.

— Na geração térmica, a opção menos poluente é o gás natural. Mas ninguém quer investir sem a garantia do fornecimento, já que há um imbróglio com a Bolívia — completa Hélder Queiroz, do Grupo de Economia da Energia da UFRJ.

A tendência, daqui para frente, é que o avanço das térmicas seja por usinas a carvão, afirma Adjarma Azevedo, conselheiro da Abrace, associação que reúne as empresas que consomem muita energia. É a opção mais poluente: uma térmica emite em média 973 gramas de gás carbônico por quilowatt/hora (KW/h) de energia, contra 631 de uma usina a gás natural de ciclo aberto, tecnologia mais comum no Brasil.

Nos últimos leilões da Aneel, houve muita oferta de termelétricas a óleo. Mas, segundo Antonio Carlos Porto Araújo, consultor da Trevisan, trata-se, na maioria dos casos, de usinas construídas às pressas na época do racionamento e que, depois, ficaram ociosas.

Recentemente, tem aumentado a disposição das empresas em investir em térmicas a carvão. A Vale do Rio Doce anunciou no mês passado que vai importar carvão mineral da Colômbia para uma térmica de 600 MW a ser construída em Barcarena, no Pará, num investimento de US\$ 600 milhões. A empresa planeja construir outras duas térmicas a carvão que, juntas, terão potência de mais 600 MW.

— As térmicas a carvão de hoje em nada se comparam com a tecnologia do passado. São muito mais eficientes e limpas. E com o crescimento que prevemos para o Brasil, é preciso somar todas as alternativas — argumenta Vânia Somavilla, diretora de Energia da Vale.

Entretanto, pelas estatísticas internacionais, a tecnologia mais moderna de geração de energia por carvão provoca uma emissão de 710 gramas de gás carbônico por quilowatt/hora, ou seja, mais do que as usinas de gás natural, afirma Roberto Schaeffer, da Coppe/UFRJ. No caso da Vale, Vânia acrescenta que foi levado em conta também o fato de o carvão ser uma opção mais barata. O custo para geração de energia, neste caso, é de R\$ 100 por MW/h, contra R\$ 300 a R\$ 500 no caso das térmicas a óleo.

O presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE, responsável pelo planejamento do setor no país), Maurício Tolmasquim, lamenta o fato de o Brasil aproveitar pouco menos de 30% de seu potencial hidrelétrico.

E explica que as novas tecnologias das usinas a carvão buscam reduzir as emissões de nitrogênio e enxofre, nocivos à saúde, mas não as de gás carbônico, que afeta o ambiente.

Opção hidrelétrica é mais limpa e barata

Tolmasquim garante que as duas usinas do complexo do Rio Madeira, em Rondônia, cujas licenças estão atrasadas, têm um impacto ambiental relativamente pequeno. Para cada megawatt gerado, será alagado 0,08 quilômetro quadrado, em comparação com uma média no Brasil, em outras usinas, de 0,52 quilômetros quadrados.

— Fizemos uma projeção para 2016 de que, mesmo com os projetos do Rio Madeira, a participação hidrelétrica na matriz brasileira cairá dos atuais 85% para 70%. Sem o Madeira, cai para 56% e, assim, haverá uma emissão adicional de 177 milhões de toneladas anuais de gás carbônico — alerta Tolmasquim.

— Não é racional se optar por uma energia mais cara e mais suja.

Tem que prevalecer o bom senso.

Todas as fontes têm algum tipo de impacto, é preciso escolher o menor — acrescenta.

A opção hidrelétrica é mais barata, lembram os especialistas. E, na média, mais limpa também, já que trata-se de uma fonte renovável. Porém, seu impacto ambiental é mais difícil de quantificar.

— Caso a caso, as hidrelétricas exigem estudos mais sofisticados, porque envolvem sedimentação de rios, eliminação de espécies e alagamento de áreas agricultáveis. Nas térmicas, é diferente, porque sabe-se exatamente qual será o impacto, medido pela emissão de gases poluentes.

Assim, com o imbróglio no licenciamento das hidrelétricas, acabou sendo mais fácil conseguir aprovação para térmicas a carvão ou a óleo, o que é um absurdo — diz Schaeffer, da Coppe/UFRJ.

Ministro recebe de parlamentares de Rondônia pedido de apoio a reflorestamento – Sitio Eletrônico do MDA – 21/05/2007

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, recebeu em seu gabinete, em Brasília, na manhã desta terça-feira (22), uma delegação de deputados federais e estaduais de Rondônia. O grupo de parlamentares pediu apoio para a implantação de um projeto de reflorestamento no estado.

A delegação aproveitou a oportunidade para encaminhar outras solicitações, entre elas a aquisição de caminhões com o objetivo de auxiliar no programa de distribuição de calcário aos agricultores familiares de Rondônia. O projeto visa a correção de solo muito ácido, o que inviabiliza o plantio. Os deputados afirmaram que, sem o acesso ao calcário, os produtores deixam a terra por não ter condições de produzir.

Cassel, juntamente com a equipe do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), se comprometeu em analisar os pedidos e verificar se eles se enquadram nas linhas do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Também participaram da reunião o assessor de Assuntos Federativos do MDA, Orlando Desconsi, e o chefe da Assessoria Parlamentar do Ministério, Rafael Pires.

Ações do Ministério

Os parlamentares de Rondônia ressaltaram a importância da manutenção e da expansão do programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (Ates), do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá), para auxiliar os assentados em todo o estado.

A situação fundiária na região Norte do País foi outra preocupação apontada na reunião. Com a titulação em mãos, os agricultores familiares assentados na região podem acessar benefícios, como o crédito. De acordo com o ministro Cassel, toda a malha do estado já foi georreferenciada.

O georreferenciamento facilita o trabalho de regularização feito pelo Incra – conhecendo as peculiaridades da região, é mais fácil combater irregularidades, como a grilagem de terras.

Projeto de Assentamento Florestal

A delegação também chamou a atenção para a importância da criação do Projeto de Assentamento Florestal (PAF) Jequitibá, no município de Candeias do Jamari (RO). Com a criação do PAF, poderiam ser mais facilmente coibidas atividades ilegais, como desmatamentos, invasões de lotes e das reservas, além da comercialização das terras públicas.

Os PAFs são uma nova modalidade de assentamento da reforma agrária, que beneficia famílias na região Amazônica aliando distribuição de terras e preservação do bioma. O Projeto de Assentamento (PA) Jequitibá já existe e abriga cerca de 50 famílias, cada uma com 200 hectares de terra.

Escritório de Cooperação consolida reforma agrária na agenda internacional – Sítio Eletrônico do MDA – 21/05/2007

A inauguração do Escritório de Cooperação Internacional (Sala Ignácio Rangel) na sede da Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá) em São Paulo fortaleceu a reforma agrária como pauta prioritária na agenda internacional. Iniciativa inédita no Brasil, a existência do escritório busca fortalecer as relações entre os países latino-americanos e apoiar a constituição de redes na área da reforma agrária e da agricultura familiar.

O Escritório de Cooperação Internacional é fruto de esforços conjuntos do Ministério das Relações Exteriores, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e do Incra. Sua criação reflete o esforço do governo brasileiro em legitimar e atualizar o tema da reforma agrária. Tanto a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) quanto o Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura (Fida) já vêm tratando o tema da reforma agrária como fundamental ao desenvolvimento das nações.

Estiveram presentes na cerimônia de inauguração, realizada na última sexta-feira (18), o ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, o representante regional da FAO, José Graziano da Silva, e o conselheiro do Ministério das Relações Exteriores Milton Rondó Filho.

Guilherme Cassel enfatizou a importância do Escritório de Cooperação Internacional para a articulação das ações voltadas à questão agrária nos demais países da América Latina. José Graziano da Silva destacou o papel do Incra e do MDA, que com sua capacidade técnica podem contribuir muito com os demais países.

Ambos destacaram a homenagem ao economista Ignácio Rangel (1914–1994), considerado um dos mais originais e criativos analistas do desenvolvimento econômico brasileiro no século 20. Entre seus textos clássicos estão: Dualidade Básica da Economia Brasileira, A Questão Agrária no Brasil e A inflação Brasileira.

Seminário discute em Brasília comunicação e cultura nos territórios rurais – Sítio Eletrônico do MDA – 21/05/2007

Começa nesta segunda-feira (21), em Brasília, o seminário A Articulação entre Cultura e Comunicação para o Fortalecimento do Desenvolvimento Territorial. O evento é promovido pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SDT/MDA) em parceria com a Secretaria de Programas e Projetos Culturais do Ministério da Cultura (SPPC/MinC).

O seminário tem o objetivo de debater os temas cultura e comunicação como instrumentos de difusão cultural que potencializem a articulação de políticas públicas nos territórios rurais. Deverá contar com a participação de cerca de 60 pessoas, entre técnicos de vários ministérios e representantes dos territórios rurais que têm a questão da cultura como eixo no seu plano de desenvolvimento.

“Esse seminário é um desdobramento do 1º Salão Nacional dos Territórios Rurais, realizado em dezembro do ano passado”, diz o secretário da SDT/MDA, Humberto Oliveira. Durante o 1º Salão Nacional dos Territórios Rurais, ocorrido em Brasília, o debate girou em torno da compreensão da cultura como um conceito amplo, parte integrante na formação da identidade de cada território. Segundo Oliveira, desde 2003, a SDT vem estimulando as ações de cultura e educação presentes nos territórios.

A idéia é que o evento gere uma agenda comum entre parceiros por meio da definição dos programas e das ações consideradas prioritárias. “De acordo com um levantamento que fizemos, percebemos que alguns pontos de cultura (um programa do MinC) estão funcionando em municípios localizados nos territórios rurais”, explica a consultora da SDT Berenice Silva, que também é uma das organizadoras do evento.

“Além disso, identificamos que algumas organizações, como é o caso da Apaeb (Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira), desenvolvem atividades em parceria com a SDT e também com a SPPC/MinC. Queremos articular essas parcerias”, explica a consultora.

Experiências territoriais - A mesa de abertura do evento abordará o tema As Dimensões da Cultura no Desenvolvimento Rural Sustentável e contará com a presença do

secretário Humberto Oliveira; de Célio Turino, do MinC; de Josué Franco Lopes, da Associação Brasileira de Rádios Comunitárias (Abraço); e, ainda, de Marcelo Melo, da Fundação Quinteto Violado.

Durante o evento, haverá a apresentação de programas de apoio e incentivo relacionados à cultura e comunicação comunitária e de experiências territoriais desenvolvidas por parceiros.

Mesa-redonda sobre Cerrado marca comemorações do Dia da Biodiversidade - Marluza Mattos – Sítio Eletrônico do MMA - 21/05/2007

Uma mesa-redonda sobre como o Cerrado é visto por suas populações locais dará início às comemorações do Dia Internacional da Biodiversidade, celebrado nesta terça-feira (22). O objetivo é reunir pesquisadores sociais que atuam nessa área e apresentar suas contribuições para a gestão dos recursos naturais no bioma. O evento, cujo tema é "Representação Social e Natureza no Cerrado", será realizado no auditório do Bloco A da Esplanada dos Ministérios, a partir das 14h30min.

A coordenação da mesa-redonda estará a cargo da pesquisadora e professora da UNB, Laura Duarte. A professora da UFG, Marilda Schuvartz, cuja tese de doutorado aborda as percepções da população local sobre a biodiversidade regional do Cerrado, será uma das expositoras. A geógrafa e professora Cynthia Vania Magalhães, da Secretaria de Educação do Distrito Federal, estudou a percepção da população da Chapada dos Veadeiros sobre o uso do fogo como estratégias econômica e cultural e será a outra expositora.

Estudos indicam que o Cerrado é visto de maneiras diferentes. Parte dos que vivem na sua área de abrangência o subestima. Sob o argumento de que sua vegetação é formada predominantemente por árvores "tortas", esse grupo supõe que o bioma tem pouca importância ambiental. No entanto, é comum perceber que populações locais ou tradicionais o consideram muito rico em recursos e fontes de vida. Esse ponto de vista diferenciado se deve ao fato de que a natureza e suas variáveis ambientais estão intimamente ligadas aos meios de vida dessas pessoas.

Há ainda um terceiro grupo que percebe o Cerrado apenas como um grande substrato de solo, passível de ser substituído por grandes pastagens e lavouras. Para esse grupo, a ocupação econômica do bioma é uma contribuição importante do país para a economia mundial e ao combate à fome.

Cada uma dessas visões têm implicações políticas, econômicas, culturais e sociais. É preciso considerá-las na gestão dos recursos naturais do Cerrado, garantindo formas de evitar que elas o prejudiquem. Essas e outras questões serão tratadas no evento, bem como meios de valorizar o bioma numa campanha nacional. A mesa-redonda é uma promoção do Núcleo dos Biomas Cerrado e Pantanal, que pertence à Secretaria de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente.

Livros produzidos no Brasil passarão a ter 'selo verde' - Andrea Vialli – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 23/05/2007

Projeto da Suzano fará com que gráficas obtenham certificação ambiental

A Suzano Papel e Celulose iniciou um projeto que vai permitir a um grupo de gráficas brasileiras obter a certificação florestal FSC, selo internacional que reconhece o uso correto das florestas para fins econômicos. Até então, apenas as grandes papelarias tinham acesso a essa certificação.

A certificação das gráficas permitirá que mais produtos com o selo, como livros e embalagens, cheguem às mãos dos consumidores. 'O consumidor ganha a certeza de que aquele produto é feito com papel proveniente de áreas não degradadas', diz Gustavo Couto, gerente de marketing da Suzano Papel e Celulose.

O projeto de apoio à certificação da Suzano deverá incluir 32 gráficas e distribuidores até 2008. Vinte deles já deram início ao processo. São gráficas promocionais (que imprimem panfletos e materiais de divulgação), de embalagens e editoras. A Suzano arcará com os custos de capacitação e com o processo de certificação das empresas. Em média, uma certificação FSC custa R\$ 40 mil, valor que varia conforme o porte da empresa. Segundo Couto, essa será também uma oportunidade para as gráficas trabalharem com o marketing socioambiental em seus produtos. ' Isso trará um diferencial para grandes clientes e nichos de mercado atentos à sustentabilidade', diz.

TENDÊNCIA

Um dos principais objetivos do projeto é que as empresas se antecipem a uma tendência crescente entre consumidores de países desenvolvidos: a opção por produtos ecologicamente corretos. O movimento é ainda incipiente no Brasil. Em 2005, uma iniciativa pioneira foi posta em prática: o livro *As Intermittências da Morte*, de José Saramago, foi o primeiro livro brasileiro a vir com selo FSC. Para isso, toda a cadeia de produção do livro, da fabricante de papel à editora, passou pelo processo de certificação.

'Isso requer uma auditoria completa na empresa, e o selo só é concedido se ficar comprovado que critérios sociais e ambientais estão sendo bem atendidos', explica a diretora da FSC Brasil, Ana Yang.

O selo FSC - sigla em inglês para Conselho de Manejo Florestal, organismo internacional que atesta que a retirada da madeira da floresta foi feita de modo não predatório - já está presente em uma grande variedade de produtos, oriundos tanto de florestas nativas quanto das cultivadas. Madeira para construção civil, fitoterápicos, óleos essenciais, embalagens, lápis e talheres estão entre os produtos com selo disponíveis no mercado brasileiro, que já tem 190 cadeias produtivas certificadas. 'Na Inglaterra, até papel higiênico vem com o selo verde.'

ESTANTE

No mercado editorial, o selo verde começa a tomar força. A Companhia das Letras, que lançou o livro certificado de José Saramago, estendeu a certificação para outras obras do autor impressas após a obtenção do selo FSC, em 2005. A coleção de livros policiais da editora, que inclui autores como Tony Bellotto e Joaquim Nogueira, também é certificada.

A onda de livros 'verdes' foi deflagrada por pressão de ONGs como o Greenpeace e pela adesão voluntária de autores de renome - o próprio José Saramago, Isabel Allende e J. K. Rowling, autora da série Harry Potter. Os livros do bruxo, por sinal, estão saindo com selo verde em vários países: Inglaterra, EUA, Canadá e agora Brasil, pela Editora Rocco.

O QUE É O SELO VERDE

Certificação florestal: Mecanismo que, por meio de padrões técnicos, atesta que a empresa explora a floresta de modo responsável, sem exaurir os recursos naturais. Vale também para florestas plantadas (pinus e eucaliptos). Nesse caso, garante que as áreas cultivadas seguem padrões de proteção ao meio ambiente e que a empresa respeita normas e direitos trabalhistas

Selo verde FSC: A organização FSC (sigla em inglês para Conselho de Manejo Florestal), com sede na Alemanha, fornece padrões para a certificação das empresas. Para tornar isso claro, criou o selo FSC, para produtos de origem florestal e derivados, a chamada cadeia de custódia. O selo atesta que a empresa passou por todas as etapas do processo de certificação, que inclui vários tipos de auditoria

Quem se certifica: Madeireiras, indústrias de móveis, papel e celulose, fabricantes de produtos cujas matérias-primas venham da floresta, como cosméticos, e empresas ligadas às cadeias produtivas desses setores

Fracassa projeto de fundo antidesmate – Cláudio Ângelo – Folha de São Paulo – Ciência – 23/05/2007

Proposta brasileira de mecanismo para recompensar países que preservam matas é rejeitada em encontro sobre clima

Plano de adesão voluntária contra desmatamento em troca de recursos deve ficar fora de acordo que substitui Protocolo de Kyoto em 2012

A proposta brasileira de criar um fundo voluntário para recompensar os países pobres que reduzissem o desmatamento tropical foi descartada durante um encontro internacional em Bonn, na Alemanha, na semana passada.

A reunião tinha como objetivo preparar o terreno para a negociação do regime de combate ao aquecimento global que substituirá o Protocolo de Kyoto, após 2012. Cerca de

2.000 representantes de 172 países deveriam discutir estratégias de redução de gases-estufa a serem adotadas num eventual acordo -que deverá ser costurado em dezembro deste ano. Uma dessas estratégias foi a idéia, apresentada pelo Brasil, de dar "incentivos positivos" aos países que reduzissem a velocidade da perda de suas florestas, limitando assim as emissões de gás carbônico que aquecem o planeta.

Segundo o IPCC, o Painel do Clima da ONU, o desmatamento responde por cerca de 15% das emissões globais, e a maior parte dele está nos trópicos. Frear a devastação, portanto, faz sentido não só do ponto de vista da biodiversidade mas também da proteção do clima.

A proposta brasileira envolvia a criação de um fundo voluntário, com dinheiro de países ricos (que têm metas obrigatórias de redução a cumprir por Kyoto), que seria aplicado em políticas de desenvolvimento sustentável que ajudassem as nações com florestas a crescer economicamente sem eliminar suas matas.

Outra vantagem do mecanismo voluntário é que ele poderia começar a funcionar imediatamente após sua criação. O principal questionamento era sobre de onde viria o dinheiro para o tal fundo. Em Bonn, ao que parece, não pareceu razoável para nenhum país rico a criação de um fundo que não lhes daria nada em troca, diretamente. "Os países industrializados não expressaram nenhuma vontade de prover incentivos para uma ação imediata", disse à Folha Thelma Krug, a recém-nomeada secretária de Mudanças Climáticas do Ministério do Meio Ambiente, representante do Brasil no encontro. Com o "plano A" descartado, o governo brasileiro deve buscar uma outra estratégia para incluir na negociação climática seu maior trunfo, a Amazônia.

Cogita-se até mesmo um mecanismo de mercado (ao qual o Brasil se opõe, pois, segundo o governo, gerar créditos de carbono por redução de desmatamento implicaria em monitoramento internacional sobre a Amazônia), algo que já vem sendo proposto por outros países, como Papua-Nova Guiné. "As coisas vão acontecer com ritmo bem aquém daquele que o Brasil imaginava", diz Krug.

Bush outra vez

O fracasso da reunião de Bonn não foi só para o Brasil. Não houve acordo sobre o futuro das negociações do pós-Kyoto, cujo momento decisivo será a reunião de dezembro em Bali.

"Os EUA boicotaram tudo", diz Márcio Santilli, do ISA (Instituto Socioambiental), um dos mentores da redução compensada de desmatamento.

A ação do país, que rejeitou Kyoto e é contra assumir metas obrigatórias contra o efeito estufa, visa a evitar que um texto consistente seja levado a Bali.

Os americanos estão agindo (contra compromissos e prazos para atacar o aquecimento) também numa segunda frente: a reunião do G8+5 (grupo das nações mais

industrializadas e os gigantes do Terceiro Mundo), no mês que vem, também na Alemanha, de onde se espera que saia um compromisso das nações ricas de limitar a 2C o aquecimento do planeta em 2100. "Pelo andar da carruagem, a reunião to G8+5 também está fadada ao fracasso", pondera Santilli.

Plano não deve ferir economia, diz Lula a Blair – Folha de São Paulo – Ciência – 23/05/2007

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse ao primeiro-ministro britânico, Tony Blair, em conversa por telefone, que qualquer política sobre mudança de clima deve levar em conta a necessidade dos países em desenvolvimento de produzir tecnologia, empregos e crescimento econômico.

A declaração é uma maneira de reiterar a posição que o Brasil vem mantendo: contra metas obrigatórias de redução na emissão de gases do efeito estufa para nações pobres. Os países mais pressionados para tal são China e Índia. Descontado o desmatamento, o Brasil emite bem menos carbono que esses dois países, mas um crescimento econômico maior pode mudar essa realidade.

Além do aquecimento global, Blair e Lula também discutiram a Rodada Doha de negociações comerciais. O brasileiro disse temer que acordos agressivos levem à desindustrialização de países menos favorecidos.

A secretária britânica de relações exteriores, Margaret Beckett, disse ontem que o encontro do G8 não terá debate sobre metas.

Com Reuters

PDA aprova 14 pequenos projetos para Mata Atlântica - Adriano Ceolin – MMA - 23/05/2007

A Secretaria Técnica do Subprograma de Projetos Demonstrativos (PDA) divulgou na terça-feira (22) uma lista com 14 associações, institutos, cooperativas e organizações não-governamentais que conseguiram a aprovação de pequenos projetos para ações de desenvolvimento sustentável e preservação ambiental em áreas localizadas no bioma Mata Atlântica.

Criado em 1995, o PDA é vinculado ao Programa de Proteção das Florestas Tropicais (PPG7), que recebe o apoio principalmente da Cooperação Internacional Alemã. Tem como principais desafios viabilizar estratégias de promoção do desenvolvimento

sustentável e estimular a formulação de políticas públicas que contribuam para a difusão e a incorporação de tais estratégias por outras comunidades, organizações e instituições governamentais.

Os 14 pequenos projetos aprovados contarão com investimentos de R\$ 949.893,24, por parte da Cooperação Internacional Alemã por meio do Banco KFW, e outros R\$ 590.288,12, que virão como contrapartida das instituições proponentes das iniciativas. Ao todo, serão financiados projetos em oito estados (RS, MG, RJ, SP, BA, MS, SC e ES).

Atualmente, o PDA ajudou a viabilizar 194 projetos: 147, na Amazônia, e 47, na Mata Atlântica. São iniciativas para desenvolvimento de ações em áreas de sistemas agroflorestais e recuperação ambiental, manejo de recursos florestais, manejo de recursos aquáticos e preservação ambiental.

Grande parte dos projetos foi executada com experiências inovadoras que ficaram caracterizadas pela participação da sociedade civil e dos movimentos sociais. Depois da aprovação desses últimos 14 pequenos projetos, o PDA não receberá, por ora, novas inscrições.

Confira a lista dos 14 projetos recém-aprovados:
http://www.mma.gov.br/estruturas/pda/_arquivos/noticia_aprovadosPDA04_07.pdf

Legislação para plantio de florestas provoca crise no governo do RS - Sérgio Bueno – Valor Econômico – Especial - 23/05/2007

O Rio Grande do Sul começa a definir em junho, com audiências públicas nas cidades de Pelotas, Alegrete, Santa Maria e Caxias do Sul, as regras de zoneamento ambiental para silvicultura, que serão decisivas para os planos de empresas como Aracruz, Votorantim Celulose e Papel (VCP) e Stora Enso no Estado. Duas propostas antagônicas serão debatidas, uma da Fundação Estadual de Proteção Ambiental (Fepam), criticada pelas empresas, e outra de um grupo de trabalho criado pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente (Sema) como resposta às pressões do setor florestal.

A questão transformou-se em crise e já custou a demissão, neste mês, do ex-presidente da Fepam, Irineu Schneider, e da ex-secretária do Meio Ambiente, Vera Callegaro, amiga pessoal da governadora Yeda Crusius (PSDB), ambos desgastados com o episódio. As empresas afirmam que a proposta da fundação torna inviável o plantio de florestas de eucaliptos e pinus, porque reduz a possibilidade de aproveitamento das áreas. Isso impede a construção das fábricas de celulose previstas para o Estado, o que coloca em risco um pacote de investimentos estimado em cerca de US\$ 5 bilhões nos próximos anos.

Agora, o novo titular da Secretaria Estadual do Meio Ambiente (Sema), procurador de Justiça Carlos Otaviano Brenner de Moraes, que assumiu o cargo na semana passada, promete buscar a "convergência" entre proteção ao meio ambiente e desenvolvimento econômico. A intenção do novo secretário é resolver a questão até o fim do ano, para evitar a repetição do impasse no período de plantio em 2008, entre março e outubro.

"A tensão faz parte, os interesses são compreensíveis e os mecanismos para fazê-los valer, também", afirmou Moraes quando questionado sobre a ameaça de cancelamento dos

investimentos em função da proposta da Fepam. Ele reconhece a importância "inegável" dos empreendimentos previstos, mas afirmou que "nem o Estado pode ficar refém das empresas nem as empresas reféns da omissão do Estado" na definição das novas regras.

Atraídas pelas condições de clima e solo que aceleram o ciclo de crescimento das árvores (7 anos, contra 70 anos na Finlândia, no caso dos eucaliptos, por exemplo), pela disponibilidade de terras e pelos custos competitivos de produção, as empresas de celulose começaram a formar grandes bases florestais no Rio Grande do Sul nos últimos três anos. A Aracruz, que em 2003 comprou a fábrica da Klabin em Guaíba, já tem 66 mil hectares plantados e 29 mil de reserva ambiental. A VCP já adquiriu quase 100 mil hectares e a Stora Enso, 46 mil.

"O Rio Grande do Sul quer se configurar como site mundial de silvicultura", afirma Suzana Kakuta, presidente da Caixa RS, agência de fomento do governo gaúcho que coordena o projeto de desenvolvimento do arranjo produtivo local de base florestal. O Estado tem hoje 461 mil hectares plantados com eucalipto, pinus e acácia, segundo estimativa da Associação Gaúcha de Empresas Florestais (Ageflor). A média de consumo atual é de 30 mil hectares por ano e a meta do setor é chegar a 800 mil hectares cultivados em 2013.

Só que, até agora, o Estado não dispõe de um zoneamento ambiental específico para o plantio de florestas e as empresas compraram as terras sem saber se, legalmente, elas poderiam ser utilizadas, comenta o chefe da assessoria jurídica da Fepam, Paulo Régis da Silva. De acordo com ele, quando foi escolhido para o cultivo comercial de eucaliptos, o Rio Grande do Sul já tinha plantações em pequena escala licenciadas pelo Código Estadual do Meio Ambiente, mas a legislação local "não estava pronta" para a silvicultura.

O vácuo legal levou o Ministério Público Estadual (MPE) a firmar com a Fepam e a Sema, em maio de 2006, um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), determinando a realização de estudos de impacto ambiental (EIA-Rima) nos plantios superiores a mil hectares ou inferiores, se houver utilização "significativa" da área em termos percentuais", além de compensações pelos danos ambientais.

O TAC permitiu a manutenção dos licenciamentos no ano, mas valia até 31 de dezembro, quando a proposta de zoneamento da Fepam deveria ficar pronta para ser submetida às audiências públicas e à aprovação do Conselho Estadual do Meio Ambiente (Consema) - presidido pelo secretário do Meio Ambiente - até 31 de março de 2007.

Uma primeira versão do zoneamento foi apresentada ao ex-governador Germano Rigotto (PMDB), em dezembro. O documento gerou uma onda de reações contrárias das empresas de celulose, entidades do setor e políticos da metade sul do Estado, região escolhida para receber os investimentos, o que levou à criação, em fevereiro, do grupo de trabalho na Sema com representantes do governo e de instituições como as federações da indústria (Fiergs) e da agricultura (Farsul), o sindicato das madeireiras (Sindimadeira) e a Ageflor.

A proposta da Fepam e o relatório do grupo de trabalho só chegaram ao Consema em abril e, na falta de um marco legal depois que o TAC havia expirado, os licenciamentos pararam no primeiro trimestre. A saída foi um aditivo ao termo de ajustamento, no início de abril, autorizando a fundação a usar a proposta de zoneamento como parâmetro nos processos, mesmo antes de ser aprovada no Consema. Mas, em função da reação das empresas, ele foi substituído por um segundo aditivo, no início de maio, determinando que também fossem consideradas as conclusões do grupo de trabalho da Sema.

Desde então, a Aracruz recebeu cinco licenças em abril com base no primeiro aditivo ao TAC, totalizando 512 hectares liberados, ante 722,6 hectares solicitados. Em maio, depois do segundo aditivo, recebeu mais duas, com 123,1 hectares (de 130,1 requeridos), informou a Fepam.

No total, 23 dos 128 licenciamentos requeridos neste ano foram concedidos nos dois meses. A VCP deve receber a qualquer momento os três primeiros de 37 licenciamentos solicitados. A Stora Enso reapresentou, na sexta-feira passada, pedido de licenciamentos para 26 áreas que totalizam 11 mil hectares. As requisições haviam sido encaminhadas em 2006, mas caducaram quando o TAC expirou.

Proposta de zoneamento divide Estado em 45 áreas – Sergio Bueno – Valor Econômico – Especial - 23/05/2007

Estopim da crise em torno do licenciamento de florestas cultivadas no Rio Grande do Sul, a proposta de zoneamento da Fundação Estadual de Proteção Ambiental (Fepam) divide o Estado em 45 Unidades de Paisagem Natural (UPN) com três graus de restrição para a silvicultura: alta, média e baixa. No primeiro caso, o plantio pode ocupar no máximo 2% das propriedades. No segundo, os percentuais ficaram entre 30% e 40% e, nas regiões com baixa restrição, as árvores podem ocupar metade da área.

O trabalho da fundação leva em conta a "vulnerabilidade ambiental" de cada uma das UPNs, calculada em função da disponibilidade de recursos hídricos, da necessidade de conservação dos campos naturais e dos riscos à fauna e à flora locais. Conforme a Fepam, dos 8,3 milhões de hectares potencialmente disponíveis para a silvicultura no Estado, 6,2 milhões estão nas unidades de média restrição, 2 milhões nas de baixa restrição e apenas 127 mil nas de alta restrição.

A proposta de zoneamento também determina a manutenção de faixas livres de 100 a 1,5 mil metros em torno de sítios arqueológicos, banhados, rotas turísticas, sítios de interesse turístico e morros desprovidos de cobertura vegetal. Estabelece ainda a preservação de áreas florestais nativas e campos em processo de regeneração e veta o plantio de árvores exóticas em terrenos com declividades acima de 25 graus, ante os 45 graus fixados pelo Código Florestal Brasileiro, entre outras limitações.

De acordo com a fundação, os cuidados impostos no zoneamento devem-se aos riscos potenciais da introdução das florestas cultivadas em larga escala. Entre eles aparecem a possível degradação do solo e da água, alterações da fauna e da flora nativas, redução de espécies ameaçadas de extinção, conflitos com atividades produtivas locais, incluindo o turismo, e aumento do perigo de incêndios e acidentes com tráfego de caminhões e depósito de substâncias químicas.

Para o grupo de trabalho criado pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente (Sema), a proposta da Fepam inviabiliza a silvicultura no Rio Grande do Sul porque, na prática, reduz o aproveitamento das propriedades dos 50% atuais para menos de 20%. Numa amostra com 120 fazendas da metade sul do Estado, que somam 79,5 mil hectares de área total, a parcela cultivada cairia dos atuais 33,1 mil para 14,2 mil hectares se os parâmetros propostos pela fundação forem aprovados, afirma o relatório.

O grupo de trabalho foi formado por representantes de quatro secretarias de Estado, incluindo a Sema, da Procuradoria Geral do Estado (PGE), da própria Fepam, das federações da indústria (Fiergs), da agricultura (Farsul), dos municípios (Famurs) e dos trabalhadores na agricultura (Fetag), da Associação Gaúcha das Empresas Florestais

(Ageflor) e do sindicato das madeireiras (Sindimadeira). Para ele, a proposta original da fundação contraria a legislação federal e o código ambiental do Estado, além de apresentar "sérios problemas metodológicos e critérios sem referencial técnico-científico".

Conforme o documento final do grupo, as novas regras devem adequar-se às legislações atuais em âmbito federal e estadual e considerar as repercussões "econômicas e sociais" das florestas plantadas no Estado. A proposta original da Fepam, segundo o relatório, "aborda de modo unilateral a vertente ambiental", com enfoque centrado na conservação do meio ambiente". Para o grupo, o Estado deve estabelecer um zoneamento "ecológico-econômico", com base no decreto federal 4.297, de 2002, para compatibilizar os aspectos ambiental, econômico e social e garantir o "desenvolvimento sustentável". (SB)

SOS Mata Atlântica financia reservas em áreas privadas – Afra- Balazina – Folha de São Paulo – Dinheiro – 24/05/2007

Desde 2003, o projeto em conjunto com a Conservação Internacional investiu R\$ 2 milhões para apoiar proprietários

As duas organizações fazem amanhã a abertura do evento Viva a Mata 2007, no parque Ibirapuera

A Fundação SOS Mata Atlântica e a Conservação Internacional, que fazem amanhã a abertura do evento Viva a Mata 2007, no parque Ibirapuera, financiam a criação e a administração de reservas particulares de florestas. Desde 2003, foram investidos R\$ 2 milhões para apoiar proprietários que decidiram proteger suas áreas privadas de mata atlântica.

Como a maior parte (75%) do que restou do bioma no Brasil está nas mãos de particulares, a saída apontada por ambientalistas para evitar maior destruição é justamente proteger as áreas privadas. Essas reservas, chamadas de RPPNs (Reservas Particulares do Patrimônio Natural), podem ser criadas por iniciativa do dono com consentimento do Ibama e, em alguns Estados, como SP, das secretarias de meio ambiente. O húngaro Eugênio Follmann, por exemplo, criou a reserva Capuavinha, em Mairiporã (Grande SP), com o objetivo de "deixar a área íntegra para os descendentes". "É um jeito de manter a natureza até mesmo depois que eu for embora."

Follmann utilizou R\$ 25 mil do programa para cercar sua reserva e fazer estradas de emergência para apagar incêndios. "Já ocorreram cinco incêndios criminosos simultaneamente na área", conta.

Em São Sebastião, no litoral norte, João Rizzieri transformou um sítio da família em reserva. Recebeu R\$ 30 mil das organizações e, daqui a alguns anos, pretende oferecer atividades de ecoturismo.

Das cerca de 700 reservas privadas existentes no país, 500 estão na mata atlântica. Há 37 no Estado de São Paulo. A decisão de "tombar" a floresta privada é perpétua (o dono não pode voltar atrás).

Para beneficiar quem cria uma reserva, há isenção de Imposto Territorial Rural. E, para estimular ainda mais a criação delas, existe o Programa de Incentivo às RPPNs de Mata Atlântica -parceria entre a Fundação SOS Mata Atlântica, a Conservação Internacional e a The Nature Conservancy.

Os recursos variam de acordo com o projeto (há quem seja beneficiado com R\$ 10 mil ou R\$ 30 mil, por exemplo). A iniciativa tem apoio do Fundo de Parceria para Ecossistemas Críticos, do Bradesco Cartões e Bradesco Capitalização. Até agora, foram aprovados 131 projetos -o total de reservas apoiadas, no entanto, chega a 200, já que há projetos individuais e outros, coletivos. Mais informações sobre o programa estão no site www.aliancama.taatlantica.org.br.

"Todos os nossos esforços são para que a pessoa que protege ganhe com isso. A intenção é que os proprietários se sintam motivados e valorizados", diz Márcia Hirota, diretora da SOS Mata Atlântica.

Mônica Fonseca, bióloga da Conservação Internacional, diz que muitas áreas privadas de mata atlântica são vizinhas a parques e, dessa forma, ajudam a criar "corredores de fauna e flora" - são como pontes que ligam as áreas e ajudam as espécies a sobreviver. "O papel da sociedade não é só esperar respostas dos governos, mas também dar sua contribuição."

O Instituto Chico Mendes – Paulo Nogueira Neto – O Globo – Opinião – 24/05/2007

A divisão do Ibama foi uma solução radical, mas necessária e inadiável

Na Federação brasileira a efetiva proteção da biodiversidade começou tarde, nos anos 30 do século passado, com a criação de alguns parques nacionais e com a aprovação de um Código Florestal bem intencionado mas muito pouco aplicado.

Contudo, após a Segunda Guerra Mundial, os problemas ambientais começaram a se agravar. Algumas décadas depois, os principais países resolveram convocar a Conferência de Estocolmo, em 1972, para tratar do assunto.

A Federação muito pouco se preocupava com o meio ambiente, a ponto de um jornal de certo estado publicar um anúncio de meia página, com um desenho de uma chaminé soltando fumaça e os dizeres "Tragam para cá a sua poluição". Não quero entrar em detalhes, mas aos poucos a opinião pública foi mudando, principalmente em consequência de graves problemas de degradação atmosférica nas cidades de São Paulo, Cubatão, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Contagem e a poluição aquática em vários rios e pontos da costa. Louvo a clarividência de pessoas como Henrique Brandão Cavalcante, autor do decreto que em 1973 criou a Secretaria Especial do Meio Ambiente (Sema). Fui parte desse processo, como primeiro secretário da Sema, a qual inicialmente contava com 3 salas e 5 funcionários.

Quero apenas dizer que sou um sobrevivente dessa época difícil.

A secretaria foi crescendo e ocupando vácuos de poder. Chegamos a estabelecer uma rede de 18 estações ecológicas, com 3.200.000 hectares, equivalente à área de 3 Repúblicas do Líbano. Houve também nessa época a criação, com a ajuda de vários estados, de alguns milhões de hectares de Áreas de Proteção Ambiental (APAs). Era o

início de um esforço continuado para salvaguardar grandes espaços necessários à proteção da biodiversidade.

Em certo ponto do processo de salvaguarda, foi criado o Ibama, mediante a fusão de Sema, IBDF e órgãos relacionados com a pesca e com a proteção a seringueiros. O Ibama nasceu com uma estrutura de miniministério.

Mais adiante foi estabelecido o Ministério do Meio Ambiente, que de certo modo duplicou a estrutura do Ibama. Esse fato trouxe uma série de problemas que perduram até hoje, quando vemos uma parte do Ibama agir como se fosse o órgão máximo ambiental do país.

O resultado prático dessa história sui generis foi um conjunto de acertos mas também de dificuldades. O Ibama cresceu enormemente, passando a gerir cerca de 60 milhões de hectares de áreas protegidas, o que foi excelente no que se refere à sua extensão protetora.

Contudo, permaneceram problemas de administração. O Ibama tornou-se um gigante problemático, apesar dos esforços e da integridade do seu presidente, professor Marcos Barros, e dos seus colaboradores.

Além das dificuldades administrativas que prejudicavam as unidades de conservação, surgiram outras.

Diante desse quadro, que preocupava as ONGs ambientalistas e também a área central do Ministério do Meio Ambiente, a ministra Marina Silva, com a colaboração do secretário de Biodiversidade e Florestas,

João Paulo Ribeiro Capobianco, e com o apoio de muitas ONGs e personalidades, com a devida autorização do presidente da República, optou por uma solução radical mas necessária e inadiável. Foi finalmente dividido o Ibama.

O Ibama poderá dedicar-se mais a estudos ambientais, aos licenciamentos e à tomada de medidas necessárias ao desenvolvimento sustentável do país. Poderá expandir suas atividades nos campos do controle do aquecimento climático, do controle federal da poluição nos rios federais e no oceano e em muitos outros setores. Haverá, assim, um aperfeiçoamento efetivo do Ibama, com a concentração de suas atividades.

Por outro lado, o novo Instituto Chico Mendes cuidará melhor das unidades de conservação, superando uma série de entraves e dificuldades burocráticas. Poderá receber e dirigir muito melhor e mais de perto a ajuda externa e interna que lhe for destinada, como é o caso das compensações ambientais federais.

Somente isso já justificaria, de sobra, e criação do Instituto Chico Mendes. Poderá ter a sua responsabilidade reforçada com um corpo de consultores provenientes de universidades e de ONGs brasileiras.

Terá, em resumo, a possibilidade de resolver questões fundamentais de biodiversidade, sem desviar suas atenções para outros assuntos.

Quando a ministra Marina Silva, em boa hora, anunciou durante uma reunião do Conselho Nacional do Meio ambiente (Conama) a criação do Instituto Chico Mendes de Proteção à Biodiversidade, gritei de onde estava um sonoro VIVA! Nada de melhor para o meio ambiente poderia ter acontecido nestes tempos, em matéria de novos rumos ambientais a seguir, que essa decisão de criar essa nova instituição para proteger a biodiversidade.

VIVA! Mil vezes VIVA!

Fortalecimento dos territórios a partir da cultura e da comunicação é tema de seminário – INCRA – 24/05/2007

“Historicamente, o meio rural foi tratado de forma marginalizada pelas políticas públicas, embora viva nessas áreas um número significativo de brasileiros que têm muito conhecimento para contribuir com o desenvolvimento do País.” A afirmação partiu do secretário de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Humberto Oliveira, durante o seminário A Articulação entre Cultura e Comunicação para o Fortalecimento do Desenvolvimento Territorial.

O evento aconteceu durante esta semana, em Brasília, e foi promovido pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), em parceria com a Secretaria de Programas e Projetos Culturais do Ministério da Cultura (SPPC/MinC). As duas secretarias pretendem lançar um edital conjunto, ainda neste primeiro semestre, com o objetivo de instalar 30 Pontos de Cultura nos Territórios Rurais.

“O Ponto de Cultura é a ação prioritária do Programa Cultura Viva, do MinC”, esclarece Adriana Mendes, da SPPC. Cada Ponto de Cultura é equipado com computadores com acesso à Internet banda larga, estúdio de gravação de áudio e câmeras digitais, que possibilitam a produção de trabalhos individuais.

“Mesmo existindo muitos conceitos de território e muitas dimensões do rural, achamos fundamental tecer as relações com a questão cultural, já que estamos falando de um território de identidade. Isso gera uma adesão muito forte por parte da população que se une em razão do compromisso com o seu lugar de origem”, explicou Oliveira.

Homem no campo

O secretário de Programas e Projetos Culturais do MinC, Célio Turino, também ressaltou a importância de traçar uma política cultural que preserve os homens e as mulheres no campo. “É no ambiente do campo que o homem se conecta com o cosmos e constrói sua forma de interpretar a realidade”, diz. Por isso, segundo ele, é tão importante não quebrar essa relação de construção de identidades e saberes.

Durante o evento, houve apresentação de experiências de projetos culturais, como a da Agência Mandacarú, Casa Brasil, Projeto Mosaico e Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira (Apaeb). Também participaram do seminário representantes do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural NEAD/MDA), da Associação Brasileira da Rádios Comunitárias (Abraço) e do Gesac – programa de inclusão digital do Governo Federal, coordenado pelo Ministério das Comunicações.

“O seminário cumpriu seu objetivo no sentido de ampliar as parcerias para potencializar as ações de cultura nos territórios rurais. Além dos Pontos de Cultura a serem instalados em 30 dos 119 territórios rurais apoiados, também foi constituído um grupo de trabalho que irá elaborar um documento com a concepção, diretrizes e ações prioritárias. Esse documento subsidiará o Plano Nacional de Cultura, que deverá contemplar o Brasil Rural”, finalizou a consultora da SDT e uma das organizadoras do evento, Berenice Silva.

Mais alguns passos na área do clima - Washington Novaes – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 25/05/2007

E mais uma rodada de negociações entre os países que assinaram a Convenção do Clima ocorreu (Bonn, 7 a 18/5) sem que se conseguisse um acordo sobre o que fazer, depois de 2012, para reduzir as emissões de gases que intensificam o efeito estufa. Os Estados Unidos continuaram se recusando a assumir metas para redução - se China, Índia, Brasil e outros países “em desenvolvimento” também não se comprometerem; e estes não aceitam, porque atribuem a responsabilidade pelo problema aos países industrializados e dizem que assumir metas poderia comprometer o crescimento econômico. Nem um lado nem o outro têm toda a razão. Os Estados Unidos têm a obrigação ética de assumir metas, pois são os maiores emissores e poluem desde o início da revolução industrial; os países “em desenvolvimento” têm a obrigação de assumir compromisso de redução proporcional à sua contribuição (mensurável) para a concentração de poluentes que já está na atmosfera.

Mas houve progressos. Uma comissão de três membros escolhida pela ONU - a ex-primeira ministra norueguesa Gro Brundtland, o ex-presidente chileno Ricardo Lagos e o ex-ministro coreano Han Seung-soo - afirmou que o problema do clima não é mais um debate científico; é uma questão muito grave, “para ser resolvida no nível político internacional”. A base científica - disse a comissão - já está clara; passou o tempo dos diagnósticos; agora, “é hora de ação”. E será preciso correr, na próxima reunião dos países industrializados (Viena, setembro) e na reunião anual da convenção (dezembro, Bali). Porque será preciso, até 2050, reduzir as emissões em 50% sobre os níveis de 2000.

Para o Brasil se coloca o desafio de diminuir os desmatamentos, principalmente na Amazônia, já que eles respondem por 75% das nossas emissões (1994), juntamente com queimadas e mudanças no uso do solo. Não adianta argumentar que já reduzimos esse desmatamento nos dois últimos anos, porque continuamos com o mesmo desmatamento (mais de 13 mil km² anuais) de 1994, ano em que o inventário nacional calculou nossas emissões. Só podemos dizer que já foi pior. Há um debate entre os especialistas: a redução deve ser de 50%, como propõe o professor Roberto Schaeffer - Coppe-UFRJ e Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC) -, ou chegar ao desmatamento zero, como pede o professor Emílio La Rovere, também do IPCC? Seja qual for, precisa acontecer. Desmatamento e queimadas respondem por uma parcela cada vez maior das emissões no mundo. A Indonésia, que aumentou seu desmatamento em 118% em seis anos (para plantar palma e produzir biodiesel), já se tornou o terceiro maior emissor; na Malásia, o desmatamento com o mesmo objetivo responde por 87% das emissões.

Mas há soluções, diz a Convenção do Clima. Há caminhos para a redução, tecnologias disponíveis. Não podemos é ficar presos apenas a lógicas financeiras e à espera de que haja regras universais impositivas para todos os países, todas as pessoas. É preciso começar já, por todos os caminhos. No Brasil mesmo, reitera o mais recente estudo do WWF (maio 2007), é possível reduzir o consumo de energia em 39%, por vários caminhos (eficiência energética, repotenciação de usinas, conservação, energia solar, eólica, de biomassas).

Quanto ao último item, lembra o estudo que a expansão da produção do etanol precisa ser ordenada, para evitar custos ambientais e sociais, não provocar desmatamento. E por este ângulo é auspiciosa a notícia, publicada por este jornal (18/5), de que o governo federal estuda “medidas para conter uma eventual implantação de uma monocultura de cana”, de modo a “garantir renda ao produtor individual (que não tem usina) e criar um órgão estatal único que centralize as decisões a respeito do tema”. Por esses caminhos se pretenderia estabelecer que pelo menos 70% da cana a ser moída em uma usina provenha de produtores individuais (para evitar expulsão de culturas alimentícias, êxodo rural, etc.). Também se pretenderia reduzir o prazo para banimento das queimadas. E ainda criar um certificado que atenda às exigências do mercado internacional, “envolvendo aspectos sociais e ambientais”.

Muitas coisas interessantes estão acontecendo em muitos países, principalmente no campo da energia. A começar pelo pacto que envolve 16 grandes cidades no mundo, inclusive São Paulo, para exigir que os novos edifícios se voltem para a redução do consumo de energia - usando a solar, equipamentos mais eficientes de iluminação, refrigeração e aquecimento -, consigam uma economia entre 20% e 50%.

Outros destaques:

1.400 edifícios em Berlim, na Alemanha, reduziram em 26% as emissões de dióxido de carbono, com sistemas adequados de iluminação, refrigeração e aquecimento;

em Barcelona, na Espanha, edifícios públicos e privados, novos ou reformados, são obrigados a usar 60% de energia solar para aquecer água;

Woking, na Grã-Bretanha, reduziu o consumo de energia em 52% e as emissões em 82% com energia solar e descentralização das fontes de energia;

Copenhague, na Dinamarca, usa energia proveniente da incineração do lixo (que também tem seus problemas) em 97% da calefação;

Rizha, na China, com 3 milhões de habitantes, usa energia solar em 99% das residências, que é obrigatória em todos os edifícios;

Toronto, no Canadá, usa água gelada do Lago Ontário para refrigeração em 51 edifícios, com economia de 90% da energia;

Vaxjo, na Suécia, reduziu em 51% o consumo de energias fósseis, substituídas pela da biomassa, geotérmica, solar e elétrica renovável.

Enfim, caminhos vão surgindo. Faltam regras universais. Que virão, se a sociedade quiser e pressionar para que aconteçam.

Washington Novaes é jornalista
E-mail: wlrnovaes@uol.com.br

O ABN AMRO Real está de olho no mercado de créditos de carbono do Brasil. E não apenas como intermediador de negócios - como já faz há algum tempo através da matriz holandesa -, mas como financiador e assessor operacional direto de projetos. Referência em ações sócio-ambientais, o banco quer agora se tornar líder em um mercado que, acredita, irá além de 2012, quando termina o Protocolo de Kyoto.

O mais claro sinal disso foi dado ontem, com o acerto da segunda fase de um projeto com a Usina Serradinho (SP), do Grupo Balbo, envolvendo a negociação de 30 mil toneladas de CO₂. A usina de álcool e açúcar faz cogeração com o bagaço da cana e, por diminuir o consumo de energia elétrica com a adoção de uma energia limpa, está apta a vender créditos de carbono no mercado internacional. Por convenção, cada tonelada de CO₂ equivalente que deixou de ser emitido corresponde a um crédito de carbono.

O banco já havia negociado 62 mil toneladas de CO₂ com a usina no ano passado. Negociar, nesse caso, significou a antecipação de 665 mil euros para a Serradinho fazer as adaptações necessárias da planta para a cogeração.

"A venda dos créditos de carbono no exterior ajuda a amortizar o financiamento, que vence em maio de 2008, além de gerar receita extra à usina", disse ao Valor o holandês Maurik Jehee, superintendente para vendas de créditos de carbono do banco no Brasil. Segundo ele, no contrato firmado no ano passado a Serradinho obteve cerca de 13 euros por tonelada de carbono. Neste ano, com preços valorizados no mercado internacional, a tonelada de CO₂ foi negociada a 14,30 euros.

Jehee fala com entusiasmo sobre esse novo nicho de mercado. A intenção do ABN Real, diz ele, é assumir um risco que outras instituições financeiras ainda não estão assumindo no Brasil. "É um risco porque não sabemos se o projeto vai desempenhar como estava previsto. Mas somos pioneiros e estamos nos preparando para ser líder nesse mercado".

Até agora, os chamados projetos de MDL (Mecanismo de Desenvolvimento Limpo) - dispositivo do Protocolo de Kyoto que permite aos países ricos compensarem sua própria poluição investindo em projetos limpos nos países em desenvolvimento - estão concentrados nas mãos das inúmeras consultorias surgidas para atender esse mercado. Em geral, são elas que financiam os projetos, quando necessário.

O que o ABN quer é ocupar esse espaço e ficar com o "pacote" inteiro : prospectar clientes, financiar seus projetos e assessorá-los tecnicamente. Para isso, conta com o seu amplo portfólio de clientes no país. "Estamos sendo muito procurados", diz Jehee.

A primeira experiência do ABN Real em financiamento de projetos de carbono foi com os dois aterros sanitários de São Paulo - Bandeirantes, em Perus, e o São João, em São Mateus. Os aterros são administrados pela concessionária Biogás Energia.

Graças ao princípio básico de captura e queima do metano - o gás liberado pela decomposição do lixo -, o Bandeirantes deixou de jogar na atmosfera cerca de 1,8 milhão de toneladas de carbono. O aterro também utiliza parte dessa queima para geração de energia elétrica. "Ganha-se duas vezes: com os créditos e com geração de energia", afirma Jehee, acrescentando que o projeto é uma referência mundial.

Numa segunda etapa, a Biogás se prepara para lançar em 5 de junho (dia internacional do meio ambiente) projeto similar no aterro São João. A expectativa é obter

uma redução de 65 mil toneladas de carbono. Para bancar o projeto, o ABN financiou R\$ 25 milhões em contrato de longo prazo - vencimento em 2012.

A venda desses créditos de carbono foi feita para o fundo alemão KFW, cujos principais acionistas são empresas européias. Em ambos os aterros, a receita é dividida meio-a-meio com a Prefeitura de São Paulo.

Pés no chão – O Globo – Opinião – 26/05/2007

A falta de energia leva à inevitável devastação da natureza

A definição de investimentos no setor de energia elétrica se tornou uma corrida contra o tempo.

Se a economia brasileira de fato conseguir sustentar uma taxa de crescimento de 4% a 5% nos próximos anos, a energia pode vir a ser o gargalo que abortará essa trajetória. O país precisa acrescentar anualmente de 3.000 a 4.000 megawatts em sua potência instalada para suprir a demanda por energia no caso de se confirmar o crescimento econômico esperado.

Para tal, diversas fontes têm de ser mobilizadas, mas a principal continuará sendo a energia de origem hidráulica, face ao potencial ainda inexplorado, em especial na Amazônia.

A preocupação com o impacto ambiental de grandes projetos entrou na agenda brasileira, assim como em quase todo o planeta, há relativamente pouco tempo. Isso explica em parte a dificuldade de avaliação das autoridades responsáveis pelo licenciamento ambiental, o que obriga os empreendedores a um exaustivo processo de ajuste dos projetos para atender a condicionantes que parecem nunca se esgotar.

Não é possível se ignorar mais a questão ambiental em qualquer atividade que interfira na natureza.

Construção de barragens alteram o curso dos rios, inundam áreas para criação de reservatórios, afetam o microclima e podem pôr em risco espécies animais e vegetais. Daí que esses empreendimentos devem ser precedidos de profundos estudos de impacto ambiental que apresentem soluções capazes de evitar ou mitigar ao máximo os seus efeitos sobre a natureza.

A experiência acumulada no Brasil nesse ramo permite que efetivamente se possa conciliar empreendimentos na área energética com preservação do meio ambiente, e a reestruturação do Ibama é uma medida correta neste sentido.

O problema é que, pelo menos até agora, o setor vinha sendo tratado, em alguns casos, como vilão, e os processos junto aos órgãos de licenciamento ambiental acabavam se arrastando de maneira kafkiana.

Afinal, a falta de energia leva à deterioração das relações socioeconômicas, com inevitável devastação da natureza. Para não perderem essa corrida contra o tempo, está mais do que na hora de os órgãos de licenciamento ambiental se ajustarem de fato à realidade, pondo os pés no chão.

Um espectro ronda o planeta - LISZT VIEIRA – O Globo – Opinião – 26/05/2007

Como o ser humano sobreviverá se se exaurirem os recursos naturais?

A primeira parte do 4o Relatório de Avaliação do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC), lançada em Paris em fevereiro, veio confirmar o que a sociedade civil do mundo inteiro já denunciava há décadas.

Enquanto os cientistas se dividiam sobre os fundamentos do aquecimento global — alguns negavam o efeito estufa, talvez a serviço do lobby do petróleo — organizações não governamentais, autoridades universitárias, ambientalistas e até mesmo alguns países alertavam sobre os riscos do aquecimento global.

As ameaças são inúmeras e algumas incontornáveis, como, por exemplo, elevação do nível de água dos oceanos, impactando regiões litorâneas e países insulares, destruição de colheitas, agravamento de inundações e secas etc. Está em cheque toda nossa civilização baseada em combustíveis fósseis e na utilização de energia não renovável que libera quantidades desastrosas de gases produtores do efeito estufa, principalmente CO₂.

Os acordos internacionais já alcançados, como o Tratado de Kioto e as decisões posteriores tomadas no âmbito das reuniões técnicas da Comissão de Mudanças Climáticas da ONU, já se tornaram insuficientes.

Como os EUA são responsáveis pelo consumo de um terço de toda a energia existente no mundo, sua recusa a assinar o Tratado de Kioto e assumir as reduções programadas de emissão de CO₂ compromete o sucesso dos esforços.

O descalabro do governo Bush, defensor intransigente do lobby do petróleo, acabou levando a Suprema Corte americana a decidir que a agência ambiental federal (EPA) tem autoridade para regular as emissões de dióxido de carbono, o que ela se recusava a fazer. Diversos estados, como a Califórnia, já tomaram medidas de redução das emissões de gases-estufa.

A segunda parte do Relatório do IPCC, lançada em 6 de abril, apontou efeitos das mudanças.

Estão ameaçadas 30% das espécies, e as regiões pobres serão as mais afetadas. O que era antes tema de controvérsia tornou-se agora agenda prioritária das políticas públicas dos governos.

A terceira parte, lançada em 4 de maio, apontou soluções para mitigar o problema. Com menos de 3% do PIB mundial é possível evitar que a temperatura suba 2% até o fim do século, o que traria consequências catastróficas.

Para isso, é necessário reduzir as emissões de 50 a 85% por volta de 2050.

Como os países desenvolvidos destruíram o meio ambiente para assegurar seu crescimento, sua responsabilidade é evidentemente maior que a dos países em desenvolvimento. Mas estes não podem se limitar a lançar a culpa nos países ricos e querer reproduzir o mesmo modelo insustentável de crescimento.

A tese da “responsabilidade comum, mas diferenciada” é correta, mas não deve servir de justificativa para impactos ambientais evitáveis e liberação descontrolada de dióxido de carbono.

O Brasil tem reduzido consideravelmente suas taxas de desmatamento e formulado políticas de redução de gases do efeito estufa. Na Conferência das Partes da Convenção de Mudanças Climáticas (COP 12, Nairobi, 2006), as discussões não avançaram muito e a proposta brasileira foi criticada por não estabelecer compromissos e metas com vínculos legais.

Precisamos avançar e integrar as diversas iniciativas voltadas para a redução do aquecimento global. É fundamental que o Brasil tenha uma política nacional integrada com as diversas políticas setoriais que possam contribuir para a redução dos gases. Pesquisa recente do Ibope produziu resultados surpreendentes: 4 em 5 brasileiros estão muito preocupados com os efeitos da mudança; os pobres e menos escolarizados são os mais conscientes.

Dos entrevistados, representando um universo de diferentes classes sociais e níveis distintos de renda, 63% afirmaram estar dispostos a comprometer metas de crescimento e geração de renda e emprego se os projetos vierem a destruir o meio ambiente. Ignoram o problema apenas 10% da população.

Até mesmo o segmento de baixa escolaridade (83%) tem conhecimento.

Afinal, são os pobres os mais afetados pela destruição ambiental — inundações, secas, deslizamentos, desertificação etc. Quem sofre os efeitos na própria carne não necessita de teoria para conhecer o problema.

Infelizmente, muitos países ainda não incorporaram os novos paradigmas de desenvolvimento em suas políticas e projetos governamentais. Para crescer, continuam destruindo recursos naturais e emitindo gases do efeito estufa.

Atitudes individuais do tipo “o que você pode fazer para salvar o planeta” contribuem, mas não são suficientes. É necessária uma ação política integrada nos níveis regional, nacional e internacional.

Nenhum país sozinho pode resolver o problema. A natureza não reconhece fronteiras. A questão é global, o que exige instâncias supranacionais de decisão, além das nacionais.

O espectro do aquecimento global ronda o planeta. Mas a Terra, ao longo de sua história de bilhões de anos, demonstrou extraordinária capacidade de regeneração. Resta saber se e como o ser humano conseguirá sobreviver se exaurir os recursos naturais.

Discurso ecológico domina retórica dos americanos – Denyse Godoy – Folha de São Paulo – Mundo – 27/05/2007

População dos EUA, porém, não consegue fazer a ponte entre o falar e o agir

Segundo pesquisadores, sociedade não está disposta a abrir mão de hábitos e conforto para preservar o ambiente, mas sabe cobrar

Está em toda parte. É o assunto de debates na televisão diariamente. Tema de documentários, livros, shows musicais e até gincanas que as escolas promovem para as crianças e suas famílias. Aparece em qualquer tipo de site na internet. E vira apelo nos guardanapos dos restaurantes, em placas nas lojas e em outros estabelecimentos comerciais: conserve, recicle, não desperdice.

Muito bem, os americanos perceberam que são sérios os problemas do aquecimento global, da escassez de água e da poluição. Entretanto do discurso à ação o caminho é bem longo. "As pessoas nos EUA acreditam que a situação pode ficar grave e querem que alguém faça alguma coisa -mas, de preferência, alguém que não elas mesmas", diz Anthony

Leiserowitz, diretor do Projeto Sobre Mudança Climática da Escola de Estudos Florestais e Ambientais da Universidade Yale.

Leiserowitz é estudioso de riscos ecológicos, políticas públicas e comportamento e já fez grandes pesquisas a respeito de desenvolvimento sustentável também no Reino Unido, no México, na Argentina e no Brasil. Quanto aos americanos, concluiu, eles apóiam tratados internacionais como o Protocolo de Kyoto, a idéia de fabricar veículos menos poluentes e a regulação da emissão de gases de efeito estufa. "Porém, ao perguntarmos às pessoas se concordam em pagar mais por combustíveis ou energia elétrica -uma forma de limitar o consumo desses itens-, observamos forte resistência", conta.

"Elas não estão preparadas para pagar o preço", acrescenta Howard Herzog, engenheiro do Laboratório para Energia e Ambiente do MIT (Instituto de Tecnologia de Massachusetts).

Quando olham para os lados buscando identificar quem possa tomar uma atitude concreta em defesa do planeta para que eles mesmos não precisem abrir mão de seus hábitos e padrão de vida, os americanos frequentemente colocam no centro do alvo as empresas. Segundo pesquisa realizada pela consultoria Cone, 93% deles acreditam que as companhias são responsáveis pela preservação do ambiente, principalmente reduzindo a poluição que emitem e fabricando produtos e usando embalagens ecológicas. Sem saída, visto que 85% dos consumidores pensariam em trocar de marca por causa de práticas ambientalmente negativas por parte de uma empresa, as companhias têm cedido e lutam para corresponder às expectativas. Por exemplo, a IBM desenvolveu um novo tipo de semicondutor que requer menos eletricidade; a Starbucks convidou designers famosos para decorar seu guarda-sol símbolo e leiloará as peças, revertendo a renda para uma ONG ambientalista; o Wal-Mart vai começar a utilizar energia solar em alguns hipermercados; gigantes como General Electric, DuPont, Caterpillar e Alcoa anunciaram uma aliança para pressionar o Congresso e a Casa Branca por uma lei que limite a emissão de gases de efeito estufa.

Fazendo diferença

"Os EUA se encontram em um interessante momento de transição. Existe a consciência ecológica, mas não se sabe ainda o tamanho e a duração desse movimento", explica Leiserowitz. "Os americanos não entendem como individualmente podem fazer a diferença."

Na opinião de Lee Bodner, diretor-executivo da EcoAmerica -ONG dedicada a "fazer com que os americanos ambientalmente agnósticos se engajem"-, o problema é que alguns aspectos ainda soam abstratos demais para uma parcela da população. "Grosso modo, entre os mais escolarizados o aquecimento global faz sentido. Os outros estão preocupados com questões mais imediatas, locais, como a qualidade da água que bebem ou do ar que respiram", comenta. A maioria também pensa que, se houver uma catástrofe, será daqui a 50 ou cem anos.

Herzog não está otimista com a evolução do cenário: "As pessoas estão mais atentas aos riscos ecológicos, é um progresso, mas não é suficiente. Precisa virar uma prioridade na vida de cada um -e isso só se consegue com educação, o que leva tempo". O pesquisador avalia que o governo dos EUA tem papel fundamental, "porque, voluntariamente, vai ser difícil os americanos pouparem energia. São necessárias leis". Ademais, ao dar o exemplo, o país que mais produz gases de efeito estufa pode acabar liderando uma transformação mundial.

Jornalista ataca ambientalismo irracional – Denyse Godoy - Folha de São Paulo – Mundo – 27/05/2007

Para John Berlau, a visão comum de que a natureza é "bondosa" com o homem acaba por prejudicá-lo

Enquanto políticos e artistas surfam na onda verde, o jornalista americano John Berlau é voz dissonante. "Só quero trazer um pouco de razão para o debate", diz, "o ambientalismo é abraçado quase como uma religião."

Em 2006 ele lançou nos EUA o livro "Eco-Freaks: Environmentalism is Hazardous to Your Health!" (ecoloucos: o ambientalismo é perigoso para sua saúde)", no qual critica exageros, classifica como equivocadas algumas bandeiras levantadas pelos ecologistas e os seus métodos. Leia a seguir trechos da entrevista que concedeu à **Folha. (DENYSE GODOY)**

FOLHA - Como surgiu a idéia de escrever esse livro?

JOHN BERLAU - Da tristeza que senti ao observar a destruição e o sofrimento causados pelo furacão Katrina em Nova Orleans em 2005. Fiquei chocado ao saber que, por causa dos ambientalistas, o governo foi impedido de construir barragens que poderiam ter controlado um pouco o fluxo de água e diminuído o impacto sobre a cidade. O movimento defende algumas causas erradas e o resultado para a vida humana é pior do que os riscos ecológicos alegados.

FOLHA - O senhor pode dar mais algum exemplo?

BERLAU - A histeria em relação ao [pesticida agrícola] DDT, que causou um gravíssimo problema de saúde pública. O produto foi banido como poluente -embora muitos dos seus efeitos adversos nunca tenham sido comprovados-, mas poucos sabem que ele tem o seu mérito em matar mosquitos que transmitem doenças. A Academia Nacional de Ciência deu a ele o crédito por salvar 500 milhões de vidas entre 1940 e 1970. Agora, diante do grande aumento da malária na África, os especialistas já começam a defender a pulverização controlada do DDT no continente.

FOLHA - E de onde vêm as interpretações distorcidas do assunto?

BERLAU - Creio que, em grande parte, da visão idealizada de que a natureza sempre foi bondosa para com a raça humana e que é a intervenção do homem a explicação para as mudanças no ambiente. Isso não é verdade. A natureza, por milhões de anos, trouxe inundações, doenças e outras formas de devastação. Atualmente, para evitar que o homem acabe com o mundo, estamos eliminando as proteções que nossos ancestrais criaram contra a ira da natureza.

Ilusão de um paraíso biotecnológico – Marcelo Leite – Folha de São Paulo – Ciência – 27/05/2007

Esperança do Brasil de ganhar dinheiro explorando os recursos genéticos da Amazônia esbarra em um excesso de diversidade biológica que nada tem de especial para a indústria farmacêutica

Se a Amazônia fosse o Pulmão Molecular do planeta, como explicar que permaneça vazio o elefante branco no Distrito Industrial de Manaus? Uma consulta à página na internet do Centro de Biotecnologia da Amazônia, em Manaus, revela que os 12 mil metros quadrados da instalação contêm espaço para 25 laboratórios, mas abrigam só nove doutores e, ao todo, menos de cem funcionários. Se a Amazônia fosse de fato o Celeiro de Genes do mundo, o Pulmão Molecular do planeta, seu Eldorado Tecnobiológico, como explicar que permaneça vazio o elefante branco no Distrito Industrial da Zona Franca de Manaus?

Há muitas explicações, decerto, a começar pela carência de recursos humanos qualificados na região. No passado, em 2000, também fracassou um acordo entre a iniciativa BioAmazônia e a empresa Novartis, firmado à revelia do governo federal e por ele anulado. Havia sido moldado em acordo similar firmado uma década antes, e dado como paradigma da bioprospecção, entre a empresa Merck e o INBio, do governo da Costa Rica, pela quantia de 2,8 milhões de dólares, do qual hoje ninguém mais fala. Do acordo brasileiro se pode dizer que naufragou por impróprio e por força da saudável reação social aos seus termos e condições. Mas o que dizer dos poucos resultados colhidos pelo INBio e, provavelmente, do futuro acanhado do CBA?

Com certeza, que a bioprospecção não tem rendido nem uma fração do que prometia em 1992. Naquele ano se negociou no Rio de Janeiro a versão final da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Diversidade Biológica, consagrando o generoso princípio da repartição de benefícios pelo uso de saberes tradicionais. O objetivo, aqui, é precisamente este: questionar a idéia feita de que a Amazônia represente uma espécie de Paraíso Genético, imagem fadada a se desfazer, assim como se desfizeram as do Pulmão Verde do mundo e do Celeiro de Alimentos.

Ativos em excesso

Há outra figura poderosa em gestação, a do Armazém Global de Carbono. Só que essa o país cuida de desmontar materialmente, não simbolicamente, por meio do desmatamento.

Não se trata, é claro, de negar à Amazônia a condição de maior província de megadiversidade do globo terrestre. Cerca de um décimo das espécies de mamíferos, aves e anfíbios da Terra têm seus habitats na maior floresta tropical, assim como mais ou menos um quarto dos peixes de água doce.

Em matéria de bioprospecção, porém, quantidade pode ser problema, não solução. Como encontrar a cura do câncer entre centenas de milhares de proteínas e metabólitos produzidos por centenas de milhares de organismos pluri e unicelulares, a maioria dos quais nem sequer se conhece? Como tornar racional essa busca?

Decerto o conhecimento de índios e comunidades caboclas pode dar pistas, mas a tentativa de desenvolver quadros de referência para promover uma valorização equitativa desses saberes para uso tecnointustrial se tornou uma espécie de pesadelo prático, ético e jurídico para definir quem ou qual grupo é detentor de tais direitos e pode tanto aliená-los quanto auferir renda com eles.

Não é só por tais dificuldades, no entanto, que a bioprospecção não avança, mas também porque ela é intrinsecamente ineficiente. À indústria biotecnológica (fármacos e agroindústria, principalmente) interessam poucos compostos capazes de gerar rendimentos extraordinários. A imagem corrente diz respeito a uma Amazônia como celeiro de genes de impacto mundial, não de matérias-primas tradicionais.

Exemplos como o do curare e seus relaxantes musculares, usados em cirurgias no mundo inteiro desde os anos 1940, não passam de exemplos -poucos e raros. O tesouro da biodiversidade na ponta do arco-íris lançado pela Rio-92 não se materializou: continua enterrado na forma de grãos de ouro genético sob toneladas de ganga e pirita biológica. Mesmo que uma pepita biotecnológica seja encontrada na Amazônia, a origem geográfica não dá garantia de nada. Nessa nova e ilusória corrida pelo ouro, o que importa é obter a patente e descobrir um processo para fazer a síntese industrial do composto de interesse. Com ela, tornam-se obsoletas as máquinas pesadas, úmidas e pegajosas que são os organismos.

Além disso, o mundo inteiro é uma federação de províncias garimpáveis: numa única coleta no mar dos Sargãos, o prodígio genômico Craig Venter bateu mais de 1,2 milhão de genes inéditos, de 1.800 espécies (mínimo de 148 desconhecidas), identificados com base unicamente em análise por métodos computacionais.

Muitas outras amostras foram colhidas por Venter a bordo do veleiro Sorcerer-2, numa viagem de volta ao mundo que deveria prosseguir pelo rio Amazonas. O plano terminou abortado, após as complicações políticas e diplomáticas surgidas com sua incursão bioprospectiva nas ilhas Galápagos.

Só no Brasil, estão à disposição para bioprospecção também mais de 8 mil quilômetros de costa, a mata atlântica, o cerrado, a caatinga... Um reles cupim de qualquer um desses biomas pode fornecer a pista para enzimas capazes de digerir celulose e produzir álcool também a partir do bagaço de cana e da palha de milho, não só da sacarose. Viraria de pernas para o ar a tecnologia de produção de biocombustíveis, na qual o Brasil tem hoje algumas vantagens comparativas.

Nas fontes termais do oceano, em rochas de até três quilômetros de profundidade e nos gêiseres de Yellowstone vivem micróbios ditos extremófilos. São inventores ou usuários de vias metabólicas inimagináveis por espécies amazônicas. Basta um deles para originar uma droga arrasa-quarteirão.

Ninguém depende da cornucópia amazônica para "bamburrar", como se dizia nos garimpos de chão, de rio e de rocha. Tampouco se trata de negar que exista biopirataria, mas de indicar que ela só é de fato disseminada se entendida em sentido muito amplo. Não faltam casos de turistas duvidosos presos pela Polícia Federal com caixas de aranhas e outros bichos -mas isso é tráfico de animais, um crime antigo.

Também há o precedente do registro da marca "cupuaçu" por uma empresa de alimentos no Japão -mas isso é pirataria cultural, não biológica. Por fim, não resta dúvida de que amostras de sangue de índios da Amazônia se encontram à venda por empresas estrangeiras, como a Coriell Cell Repositories -mas tudo indica que houve nesses casos negligência grave de normas éticas da prática da medicina, como o consentimento informado. Não se conhece, todavia, produto ou medicamento desenvolvido a partir dessas células.

Se por "biopirataria" se entender o furto ou apropriação indevida de informação genética para patenteamento e obtenção de lucros, pela indústria farmacêutica ou agrobiotecnológica, os casos são raros, se não inexistentes. A CPI da Biopirataria pediu até a prisão de madeiros por contribuições eleitorais ilegais, mas não produziu casos documentados de biopirataria em sentido estrito.

Só cinco itens sob essa rubrica foram investigados pela comissão: saída irregular de aranhas do Instituto Butantan para o exterior; suposta patente de compostos da rã-da-castanha; atividades suspeitas da ONG ACT entre indígenas do Parque Xingu; venda de terras estaduais do Parque Chandless; venda de sangue indígena Karitiana e Suruí. Todos descartados no relatório final.

Insuficiência

Parafraseando o título do clássico livro da arqueóloga americana Betty Meggers - "Amazônia, a Ilusão de um Paraíso"- sobre a capacidade de suporte de sociedades humanas pela floresta, pode-se dizer que a imagem da região hoje é refém da Ilusão do Paraíso Biotecnológico.

Apesar de muito criticada no passado pelo que comporta de determinismo ecológico na interpretação do registro etnográfico e arqueológico, a perspectiva inaugurada há meio

século por Meggers vem sendo parcialmente corroborada por estudos sistemáticos da nutrição de caboclos amazônicos. Eles revelam uma crônica insuficiência de calorias, ainda que não de proteínas.

Prosseguindo com o paralelo, é o caso de dizer também que a biodiversidade amazônica não carece de "sustança" genética, abundante como é na floresta, mas de calorias capazes de acelerar o metabolismo de sua apropriação pelo capital. Os genes estão lá, mas indistinguíveis contra um pano de fundo de variabilidade orgânica, bioquímica e taxonômica quase infinita, monótona por força da quantidade, por saturação. William James também afirmou, na última carta que escreveu em sua estadia de oito meses no Brasil em 1865-66, que a sonolência produzida pela monotonia florestal fazia parecer que a vida anterior (a de Boston) é que era sonho, e não tanto a experiência amazônica.

Sonho amazônico

Não é o caso de especular sobre o que teria sido de James se tivesse decidido permanecer na entorpecedora vigília amazônica, em lugar de retomar a vida lembrada e a sonhada carreira bostonianas. Nada impede, porém, de especular: qual visão a ciência natural poderia produzir da Amazônia e de sua biodiversidade que não fosse a de sua valorização como jazida de recursos genéticos? Que outro tipo de conversa, menos escuta interesseira e mais diálogo criativo, poderia ela estabelecer com saberes tradicionais? Com qual Amazônia, enfim, seria melhor sonhar? Eis um sonho possível: um dia, os organismos da Amazônia viverão numa cultura em que não serão julgados pelo tipo de pele genética que vestem, mas pelo conteúdo de seu caráter.

Nesse sonho, peixes também poderiam ser gente. E, quando se encontrassem, gente-peixe com gente-tukano, gente-tuiuka e gente-pesquisador, o sonho poderia materializar-se num livro, onde mais gente ficaria sabendo que foram coletadas por toda essa gente, no Alto Tiquié, 147 espécies de peixes das 2.500 que se estima existirem na bacia Amazônica. Das 147 espécies coletadas sob orientação de tukanos e tuiukas, entre 10 e 15 eram novas para a ciência de além-floresta.

Cinco já ganharam novos nomes, "científicos": *Moenkhausia diktyota*, o caroço-de-tumu ("tumupe", em tukano, ou "tumuape", em tuiuka); *Creagrutus tuyuka*, uma piaba ("wero sema pōrero ñigu", ou "wegero sukubero pōrero ñigu"); *Corydoras tukano*, uma corredora ("wai pota yutugu", ou "wai pota yudugu"); *Callichthys serralabium*, o tamoatá ("dita bukawi", ou "dita muka"); e *Jupiaba poekotero* ("uta sa, uta saku, poe ko'tero niti pe kuogu"; ou "poe kotero niti petigu"). Nomes compridos, mas diretos: piaba-cocô, ou sacco-de-cocô (referência a hábitos alimentares do peixe), ou vigia-da-cachoeira-com-pinta-de-carvão.

Para a biotecnologia, nada disso tem valor, é evidente. Mas pode virar ciência, se por ciência se entender algo mais que o conhecimento produzido só com a perspectiva de obter controle tecnológico sobre processos naturais. Mesmo que nenhum cientista apareça por lá, tudo ainda assim estará lá, em si, não para a tecnologia.

Carbono

Assim também o carbono está lá e agora, fixado na biomassa de organismos vivos e mortos. Pouco importa -do ponto de vista da mudança climática global em curso- se vai dar tempo de atribuir-lhe valor num mercado, antes que o desmatamento leve tudo de cambulhada.

A área desmatada na Amazônia brasileira, sobretudo nos últimos 20 anos, já passou de 650 mil quilômetros quadrados. Equivale a cerca da metade da área originalmente coberta pela outra grande floresta tropical nacional, a mata atlântica.

O país com nome de madeira sob ameaça de extinção levou cinco séculos para destruir a mata atlântica, embora tenha se esforçado mais na segunda metade do século 20. Restaram menos de 8%, como a lembrar que o Paraíso Genético é uma ilusão perfeitamente desnecessária. **(MARCELO LEITE)**

Grande empresa, grande poluidora - Liana Melo – O Globo –Economia – 26/05/2007

Dois terços das companhias não ajudam a reduzir efeito estufa

O Brasil também tem suas verdades inconvenientes. A mais conhecida delas é o desmatamento da Amazônia, que coloca o país entre os cinco maiores poluidores do mundo. A menos conhecida é o fato de que 72% das grandes empresas nacionais não têm projetos para reduzir emissões de gás carbônico (CO₂), considerado um dos responsáveis pelo efeito estufa. O passivo ambiental também é um tabu: 71% das empresas não lançam essas informações no balanço, até porque não são obrigadas a fazê-lo.

São omissões como essas que fazem 62% das maiores organizações não-governamentais (ONGs) do país considerarem insatisfatório o trabalho das grandes empresas.

Essas e outras verdades inconvenientes fazem parte do Anuário Gestão Ambiental, uma pesquisa alentada com 70 mil dados estatísticos espalhados por 300 páginas.

Sua publicação está prevista para o fim do mês. Foram sete meses de pesquisa para publicar um dos mais completos raios-X do que vem ocorrendo no país, desde que a mudança do clima deixou de ser um mero jogo de palavras e foi comprovada por cientistas do mundo todo, com a chancela das Nações Unidas (ONU).

— Não é à toa que o Brasil é um grande poluidor — cutuca Káthia Vasconcellos, coordenadora-geral da Rede Mata Atlântica.

O desmatamento da Amazônia responde por 75% das emissões brasileiras, com as queimadas e mudanças no uso do solo, ainda que muitas iniciativas no Brasil afora venham ocorrendo, sobretudo no campo da energia, onde o cerco ao setor privado vem aumentando na mesma proporção que cresce a consciência sobre os efeitos do aquecimento global.

Sob a coordenação da Análise Editorial, uma empresa especializada em anuários, o trabalho levou pesquisadores a escarafunchar 412 empresas, dentre as 500 maiores do país. Somadas, elas faturam mais de R\$ 900 bilhões, mas esse valor poderia ser ainda maior se 70 delas tivessem declarado sua receita líquida.

Juntas, elas empregam 1,8 milhão de funcionários. Foram radiografadas também as práticas ambientais dos 13 maiores bancos, inclusive instituições de fomento como o BNDES, e 37 ONGs, além do depoimento de 142 procuradores.

Apesar de admitir que o investimento para redução das emissões ainda é pequeno, Silvana Quaglio, uma das coordenadoras da pesquisa, chama a atenção para a lista de notícias animadoras que divide espaço com as negativas. Entre as boas notícias está, por exemplo, o fato de que 49% das empresas já começaram a pesquisar tecnologia para reduzir as emissões atmosféricas — embora ainda não tenham tirado do papel seus projetos —, 59% possuem programas de plantio de árvores, 61% têm meta de redução do consumo de água e energia elétrica e 85% praticam a coleta seletiva de lixo.

— Ainda que seja surpreendente o reduzido número de empresas com projeto de redução das emissões no Brasil, é inegável que as empresas, em geral, estão mais adiantadas que os próprios governos na questão ambiental — avalia Gylvan Meira Filho, do Instituto de Economia Aplicada (IEA), da Universidade de São Paulo (USP). Ele foi um dos consultores do governo brasileiro nas negociações do Protocolo de Kioto, além de um dos autores da proposta de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).

Como o trabalho se concentrou na elite do empresariado nacional, suas conclusões não podem ser estendidas às milhões de empresas, de pequeno e médio portes, espalhadas pelo Brasil. Fica nítido no Anuário Gestão Ambiental que quem investe mais em pesquisa tem mais a perder. A consequência disso é que os segmentos empresariais que precisam investir mais na chamada variável ambiental também acabam se tornando os setores ambientalmente mais educados.

Indústria e agronegócio, por exemplo, investem mais em separação de lixo do que a área de serviço.

Enquanto na agricultura e na indústria, a coleta seletiva beira os 90% de adesão, no setor serviço e no comércio, os índices ainda estão um pouco abaixo: 79% e 80%, respectivamente.

— O meio ambiente está despontando como uma nova e promissora atividade de negócios — avalia o diretoresuperintendente da Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentado (FBDS), Walfredo Schindler.

Pouco a pouco, a qualidade do investimento na área ambiental vem mudando e é isso que o Anuário conseguiu captar. Afinal, quando uma empresa compra um extintor de incêndio, ela está apenas cumprindo a lei. Mas quando ela passa a trabalhar segundo as regras do mercado é porque alguma coisa está mudando.

— Num futuro não tão distante, conforme o tamanho do passivo ambiental, a empresa poderá vir a ter dificuldades até mesmo para contrair empréstimo bancário — alerta Silvana Quaglio, acrescentando que, ainda que não seja obrigatório, seria de bom tom que as empresas agissem nessa área. — É uma medida de governança corporativa.

A REALIDADE EM NÚMEROS

72% das empresas de grande porte no Brasil NÃO têm projeto para reduzir a emissão de gás carbônico (CO₂), que provoca o efeito estufa 53% das empresas NÃO usam fontes alternativas de energia 71% das empresas NÃO lançam o passivo ambiental no balanço publicado 85% das empresas NÃO utilizam papel reciclado

Apenas 16% dos projetos das ONGs são voltados para Floresta Amazônica - Liana Melo –O Globo – Economia – 26/05/2007

Mata Atlântica, que representa 15% do território nacional, concentra atenções

A Amazônia é o centro das atenções do mundo, mas entre as organizações não-governamentais (ONGs) é a Mata Atlântica que anda fazendo o maior sucesso. Para cada projeto desenvolvido com o objetivo de proteger a maior floresta tropical do planeta, cinco outros são implementados na Mata Atlântica — ou seja, apenas 16% dos projetos são voltados para a Amazônia. O excesso de concentração num único bioma causa desequilíbrio financeiro na distribuição dos projetos.

— Não posso negar que haja uma concentração de ações, mas é nessa região também que moram 62% da população brasileira — justifica Káthia Vasconcellos, coordenadora geral da Rede Mata Atlântica.

Cerca de 15% do território nacional são cobertos pela Mata Atlântica, que se estende por 17 estados brasileiro, do Rio Grande do Sul ao Piauí. Além do mais, continua Káthia, a Amazônia está sendo devastada, mas não corre o risco de extinção como a Mata Atlântica.

Mais de metade dos projetos está na Região Sudeste

O Anuário Gestão Ambiental detectou também, ao analisar as 315 maiores ONGs do país, que 52% dos projetos desenvolvidos estão distribuídos na Região Sudeste, contra 10% no Norte e no Nordeste; 16%, no Sul, e 13%, no Centro-Oeste.

Outro dado que contraria o senso comum é que, para cada programa de amparo aos índios que as ONGs desenvolvem, há sete destinados a cuidar da fauna e da flora.

Alvo constante de críticas, as ONGs não medem palavras para cutucar com vara curta o setor privado.

Cerca de 62% das entidades pesquisadas acham o trabalho das empresas na área ambiental insatisfatório.

Quando se tira da conta o conjunto de ONGs que não opinaram a respeito, a taxa de críticas às empresas sobe para 73%.

Segundo as ONGs, os empresários realizam um trabalho que deixa a desejar. Mais do que isso, fazem um trabalho que classificam como insatisfatório.

Essa é a opinião de três em cada quatro ONGs ouvidas pelo Anuário Gestão Ambiental.

Empresas não são principal fonte de financiamento

Três é o número médio de fontes de financiamento

das ONGs, sendo que parte considerável dos recursos vem de contribuição dos sócios (28%), de doações (17%), financiamentos governamentais nacionais (12%), enquanto outros 12% vêm de financiamentos de empresas, fundações ou instituições empresariais. Noventa e nove ONGs declararam que, em 2007, vão trabalhar com recursos de R\$ 92 milhões, contra os R\$ 66 milhões gastos por 113 ONGs, em 2006.

O movimento do terceiro setor no Brasil ainda está engatinhando.

Cerca de 36% das ONGs pesquisadas têm entre um e cinco anos de idade, e apenas 8% delas funcionam há mais de 20 anos.

Procurador desconfia de ações do setor privado - Liana Melo – O Globo – Economia – 27/05/2007

Para a maioria, interesse das empresas por questões ambientais é, na verdade, marketing. É generalizada a falta de simpatia que os integrantes do Ministério Público nutrem contra o setor privado nacional.

Não é à toa que as empresas andam tendo pouca trégua dos procuradores. Muitas delas acabam mesmo encenadas por ações na Justiça. Um total de 142 profissionais, entre subprocuradores-gerais, regionais, estaduais e municipais, respondeu ao questionário do Anuário Gestão Ambiental, e 85% deles acham insatisfatório o trabalho ambiental desenvolvido pelas empresas.

— Atitudes agressivas de integrantes do Ministério Público, muitas vezes, são a única postura possível diante da arrogância de certas companhias que, por estarem tocando uma obra fundamental para o desenvolvimento do seu negócio e do país, julgam-se no direito de desconhecer procedimentos essenciais à preservação do meio ambiente — comenta Silvana Quaglio, uma das coordenadoras do Anuário, ao analisar o resultado da pesquisa.

Se dependesse dos procuradores, empresários e executivos já teriam ido para o banco dos réus em caso de crime ambiental. Apenas 16% deles não acham que o poluidor deveria responder criminalmente, ainda que tenha reparado o dano e firmado acordo. Já 79% dos procuradores defendem que o poluidor deveria sim responder criminalmente pelo dano causado ao meio ambiente.

Morosidade da Justiça é encarada como problema

É possível constatar também que os procuradores simplesmente não acreditam nas empresas: 80% deles consideram que a variável ambiental serve apenas para as empresas saírem bem na foto.

É puro marketing. Outros 56% acreditam que o motivo é o efeito negativo que causaria no balanço, enquanto para 48%, elas fazem isso por consciência ambiental.

A autocrítica também está entre os comentários dos procuradores.

Cerca de 68% deles acreditam que a morosidade da Justiça é o maior dos empecilhos à tramitação das ações judiciais de cunho ambiental.

(Liana Melo)

Bancos estão mais conscientes – O Globo – Economia – 27/05/2007

O banco Itaú pagou cerca de R\$ 1 milhão para trazer Al Gore ao Brasil.

O autor de “Verdade Inconveniente”, o projeto que nasceu como livro e virou filme premiado no Oscar, não é uma ação isolada. O Anuário Gestão Ambiental pesquisou o trabalho desenvolvido por 13 dos maiores bancos nacionais, entre eles o BNDES, e a constatação é que o setor financeiro incorporou o conceito da gestão ambiental com mais vigor do que as empresas.

Mais da metade dos bancos assinou os Princípios do Equador, uma série de normas socioambientais aplicadas a investimentos superiores a US\$ 10 milhões.

Três deles vêm aplicando esses princípios em projetos de valores ainda menores, como é o caso do Itaú. Um dos bancos pesquisados impõe metas ambientais também para os fornecedores.

— O negócio menos importante no banco é dinheiro. Isso ele tem de sobra. O que não pode gastar, no entanto, é credibilidade, artigo difícil de estocar e altamente precíval

— avalia Silvana Quaglio, coordenadora do Anuário Gestão Ambiental. — É para evitar que a imagem fique arranhada que os bancos vêm investindo no meio ambiente.

Oito dos 13 bancos pesquisados consideram o meio ambiente uma oportunidade para desenvolver novos produtos financeiros. O mesmo número de instituições tem projeto para reduzir o efeito estufa.

'As pessoas só conseguem ver o aqui e o agora' – Eliane Oliveira e Ilimar Franco - O Globo – Economia – 27/05/2007

Polêmica, ministra do Meio Ambiente defende pela primeira vez investimento em transgênicos, desde que com segurança

ENTREVISTA

Marina Silva

BRASÍLIA. A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, é uma das figuras mais respeitadas, porém polêmicas, do governo. Alvo de críticas do primeiro escalão — o presidente incluído — devido à demora no licenciamento ambiental de obras bilionárias, como as hidrelétricas do Rio Madeira, Marina retruca que é parceira do crescimento. É alfineta, com a firmeza que lhe é peculiar: — A idéia de juntar meio ambiente e desenvolvimento é a equação deste século. As pessoas só conseguem ver o aqui e o agora, mas eu tenho que ver o depois.

Continua radicalmente contrária à energia nuclear, mas não quer que se confunda convicção com inimizade à produção. Por exemplo, surpreende ao dizer, pela primeira vez, que o Brasil pode apostar na comercialização de produtos transgênicos — desde que tenha um sistema de armazenagem e transporte confiável.

O GLOBO: Como a senhora avalia a crítica, de dentro e fora do governo, de que as grandes obras do país não andam devido à lentidão do Ibama? MARINA SILVA: O licenciamento ambiental é um processo complexo, que no Brasil se firmou de uma forma muito positiva. Um exemplo foi Corumbá IV, no Distrito Federal. Na última etapa, verificou-se que o lago ficaria parado durante 11 meses, represando um esgoto não tratado. O Ibama não deu a licença, mas a permissão foi determinada por ordem da Justiça.

E o curioso é que o Ibama está sendo processado por isso.

Não há uma cultura a priori de ser contra os empreendimentos.

Trabalhamos é com a viabilidade socioambiental.

O que mudou em sua gestão ?

MARINA: Havia uma estrutura inadequada em 2003. Dos 150 servidores, 90% eram temporários, e só 10%, efetivos. Invertamos a situação. Quando chegamos aqui, tínhamos 45 hidrelétricas paradas por problemas na Justiça. Todos foram resolvidos. Até 2003, a média de licenças era de 145 ao ano. Terminamos 2006 com média de 272 e só um processo judicializado.

Quando o empreendedor atende adequadamente a todas as exigências, a licença sai num período bem mais célere, como foi o caso da hidrelétrica de São Salvador, que saiu em seis meses. É claro que é um processo que nem se compara ao do Rio Madeira.

Seu ministério é desenvolvimentista?

MARINA: Podem ter certeza: o que eu faço aqui tem tudo a ver com desenvolvimento, porque o nosso país depende 50% da biodiversidade.

O nosso país é uma potência ambiental. Temos como vantagens econômicas terra fértil, energia e recursos hídricos.

O Brasil é o maior exportador de água. Para um quilo de frango, usamos dois mil litros de água, e para um quilo de grãos são utilizados mil litros. Estamos também vendendo água em forma de commodity. Se não tivermos cuidado com as nascentes, destruiremos a Amazônia e acabaremos com nosso balanço hídrico, afetaremos drasticamente a economia. Essa idéia de juntar meio ambiente e desenvolvimento é a equação deste século. As pessoas só conseguem ver o aqui e o agora, mas eu tenho que ver o depois.

Dentro deste espírito, há uma mudança de cultura na classe empresarial?

MARINA: Essa mudança acontece em três níveis. Uma é pelo coração. São empresas que começaram usando seus próprios recursos, sem incentivos fiscais, sem absolutamente nada, pelo compromisso de fazer as coisas ambientalmente corretas. Há aqueles que são movidos pelos mercados, que vão ficando cada vez mais exigentes. As barreiras não-tarifárias são uma realidade, o selo ecologicamente correto também. E há aqueles que têm de se enquadrar pela repressão.

Mas esses nem consigo chamar de empresários. Estamos no caminho da construção daquilo que eu chamo de uma nova narrativa para os produtos brasileiros.

Nós não podemos perder essa oportunidade.

Como a senhora vê o etanol e outros biocombustíveis?

MARINA: Estamos promovendo inclusão social com eficiência energética. Temos 300 milhões de hectares de área agricultável no Brasil. Para se chegar em 2013 com 30 bilhões de litros de etanol, precisamos utilizar apenas três milhões de hectares dos 51 milhões de hectares em repouso. Isso significa que nós podemos produzir biocombustíveis sem derrubar uma única árvore. Não queremos ser uma Opep (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) do biocombustível.

Temos de ajudar a África, algumas regiões da Ásia, a América do Sul e o Caribe na produção de biocombustíveis.

A que a senhora atribui a reação à divisão do Ibama, com a criação do Instituto Chico Mendes, que cuidará dos parques e das reservas? MARINA: Não sei se é incompreensão ou um processo de internalização.

Os funcionários do Ibama estão cumprindo a determinação judicial de que 50% dos serviços essenciais continuem funcionando, apesar da greve? MARINA: Essa decisão ainda não vem sendo cumprida. Esses serviços essenciais são, principalmente, fiscalização, centros de pesquisas que trabalham com alimentação de animais, licenciamento e unidades de conservação. Por isso, o Ibama está efetivando o corte do ponto dos servidores faltosos, exatamente para que se possa manter em funcionamento o que determinou a Justiça. É preciso entender que a criação do Instituto Chico Mendes vai fortalecer a gestão ambiental brasileira.

O presidente Lula chegou a dizer recentemente que apelaria ao Papa para que as hidrelétricas do Madeira sejam construídas. A senhora vê isso como uma crítica? MARINA: Acho que ele usou uma figura de linguagem: “eu falo com o Ministério Público, eu falo com o Papa, eu falo com o Ibama”, exatamente para mostrar o quanto ele quer que as coisas aconteçam da forma correta.

A senhora continua contra a energia nuclear? MARINA: Participo do debate do governo, que é no Conselho de Política Energética, com uma posição contrária. O Brasil tem inúmeras fontes de energia renovável limpa. Algumas delas se equivalem à nuclear em termos de custos, mas têm menos riscos ambientais. Devemos fazer a opção pelo menor

risco, como a energia eólica e a biomassa. Não há solução segura em lugar nenhum do mundo para resíduos nucleares.

E quanto aos produtos geneticamente modificados (os transgênicos)? MARINA: Penso que o Brasil precisa de uma estrutura de certificação, rastreabilidade, armazenagem e transporte separados, para que o país possa ter um modelo de coexistência.

Ou seja, uma estrutura e uma legislação que permitam a produção em condições seguras, sem contaminação dos produtos não-transgênicos.

Infelizmente, a legislação aprovada e as últimas mudanças feitas têm inviabilizado cada vez mais esse caminho da coexistência. Lamentavelmente, o Brasil está deixando de ganhar duas vezes.

“A idéia de juntar meio ambiente e desenvolvimento é a equação deste século”

“Devemos fazer a opção pelo menor risco, como a energia eólica e a biomassa”

O novo menino do quarteirão – Mario Garnero – Folha de São Paulo – Opinião – 28/05/2007

Estamos em voga também porque o Cristo Redentor está prestes a ingressar na lista das sete maravilhas do mundo moderno

"Nenhum pessimista jamais descobriu o segredo das estrelas, navegou por terras não descobertas ou abriu uma nova porta para o espírito humano."
Hellen Keller.

OUVE-SE ECOAR nas maiores metrópoles do mundo o nome do Brasil como o novo protagonista no palco mundial. Sente-se no pulsar dessas ruas o entusiasmo de uma descoberta: no clube dos oito, o Brasil é o que os ingleses chamam de "the new kid on the block".

A primeira razão para a euforia é a revelação de que o nosso país é o maior e mais eficiente produtor de energia a partir do etanol e dos biocombustíveis, sendo, portanto, o mais idôneo para acabar com a dependência dos países desenvolvidos no petróleo árabe e venezuelano.

Neste sentido, Europa e Estados Unidos já se preparam para uma lenta e gradual substituição da gasolina para o etanol e o biodiesel em seus carros. Desta forma, caminhamos seguramente para uma segunda revolução industrial nacional -a primeira deflagrada há mais de 30 anos, com os milhões de carros produzidos à base de etanol, cujo barril hoje custa US\$ 30, metade do preço do petróleo.

Depois, há um consenso internacional de que nós somos agora um país sério, estável e em franco crescimento. E os números econômicos só fazem ratificar esse entendimento.

Vejamos.

Com o dólar a R\$ 1,90, contamos hoje com exportações na ordem dos US\$ 160 bilhões e importações no montante de US\$ 115 bilhões, o que nos confere um saldo positivo na balança comercial de US\$ 45 bilhões.

Assim, temos hoje um PIB de US\$ 1,15 a US\$ 1,2 trilhão a dólar de 31 de dezembro de 2006, alcançando o posto de oitava maior economia do mundo. Registre-se que, ao final do ano, a continuar nesse ritmo, deixaremos a Itália para trás e seremos a sétima. E tudo graças à inflação controlada em no máximo 3,5% ao ano.

Ademais, prevê-se para o Brasil um crescimento mínimo de 5% nos próximos anos, o que pode ser obtido sem muito esforço.

A boa notícia, entretanto, não vem só na esteira dos números econômicos. Recente pesquisa do IBGE detectou um vertiginoso movimento de ascensão social no país, representado pela migração de 8% da população brasileira das camadas mais pobres, chamadas "D" e "E", para a camada "C", o que denota significativa melhora da qualidade de vida dos mais carentes e sensível redução das desigualdades que nos envergonham. Acertamos também as contas com o passado, eliminando a embaraçosa dívida externa de outrora e acumulando reservas no valor de US\$ 125 bilhões, mais de US\$ 50 bilhões dos quais são títulos da dívida americana. Ou seja, o Brasil é hoje credor dos Estados Unidos. Tampouco fazemos bravatas nucleares, exibicionismo bélico ou praticamos a expropriação da propriedade privada. Já deixamos patente em nossa Constituição Federal, bem como em tratado internacional, que jamais pretendemos desenvolver armas nucleares. Somos sérios, conquanto o momento histórico em que viveu Charles de Gaulle o autorizasse a pensar o contrário.

E se, não obstante, o nosso risco-país ainda assusta as lesmas que são as agências de "rating" -que, para espanto geral, ainda vivem num universo em que o risco-Zâmbia é melhor que o Brasil-, o próprio mercado se encarrega de nos conferir o grau de investimento necessário, a despeito dos caracóis.

O fato é que o Brasil se encontra hoje em posição ímpar na sua história nacional, com postura econômica sóbria e transparente, força empresarial destacada e presença internacional fortalecida. E essa nova atitude está a inspirar confiança mundo afora, expondo à luz um país que parece ter enfim encontrado o caminho da boa governança, isto é, da eficiência, e não da ideologia, do pragmatismo, mas respeitador do meio ambiente e, sobretudo, dos direitos e prerrogativas dos seus trabalhadores -motores do progresso nacional.

Por fim, não deixo de lembrar que estamos em voga também porque o nosso Cristo Redentor está prestes a ingressar na famosa lista das sete maravilhas do mundo moderno. O concurso está sendo conduzido pela internet e se dá por voto popular, a ser inscrito no endereço eletrônico www.7nw.com até o próximo dia 7 de julho. Ainda faltam aproximadamente 5 milhões de votos para o Cristo chegar lá. É hora, pois, de lutarmos por outra vitória.

MARIO GARNERO, 69, advogado, é presidente do conselho do grupo Brasilinvest, do Fórum das Américas e da Associação das Nações Unidas-Brasil.

Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo. debates@uol.com.br

Territórios rurais do Mato Grosso investem em projetos de desenvolvimento sustentável – INCRA – 29/05/2007

A Delegacia Federal do Ministério do Desenvolvimento Agrário no Mato Grosso (MDA/MT) encerrou a série de reuniões nos territórios rurais da Baixada Cuiabana, do Baixo Araguaia e do Portal do Amazonas. Os encontros foram realizados em São Félix do Araguaia, entre os dias 8 e 10, em Cuiabá, entre 21 e 24, e em Colíder, entre 24 e 26 de maio.

Um dos principais objetivos foi planejar a implementação dos recursos do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (Pronat) para 2007 e 2008. De acordo com dados da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT/MDA), desde 2003 foram investidos mais de R\$ 12 milhões em 42 projetos voltados para a agricultura familiar em 44 municípios do estado.

De acordo com o delegado do MDA/MT, Dieter Metzner, as propostas discutidas são complementares às ações já consolidadas do Pronat em anos anteriores. “Por meio dos encontros, foi possível perceber um acúmulo e um bom debate entre os atores sociais. Além das necessidades, os territórios também perceberam a importância de avaliar a viabilidade dos projetos”, explica Metzner.

Portal do Amazonas

O exemplo dessa complementaridade pôde ser percebido por meio do projeto proposto pelo Território Portal do Amazonas. Durante a reunião em Colíder, os atores sociais optaram por investir os recursos do Pronat em um caminhão. A ação auxiliará na comercialização do adubo orgânico produzido pela cooperativa de trabalhadores rurais de Nova Santa Helena, município de menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do estado.

A cooperativa, com 96% de agricultores familiares entre os seus associados, utiliza as serragens e resíduos de madeira da região para produzir cerca de 20 toneladas de adubo orgânico por dia.

Conama aprova resoluções sobre vegetação da Mata Atlântica - Adriano Ceolin – MMA- 29/05/2007

O Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) aprovou, no primeiro dia da sua 50ª Reunião Extraordinária, as duas últimas propostas de resolução que definem as vegetações primária e secundária da Mata Atlântica na Paraíba e em Minas Gerais - nos estágios inicial, médio e avançado de regeneração. Com essa decisão, o Conama conclui um trabalho que teve início há 13 anos.

Nesse período, foram aprovadas as resoluções com a definição das vegetações primárias e secundárias dos outros 14 estados do bioma. Essas definições atendem a um dos dispositivos previsto na Lei da Mata Atlântica, em vigor desde 2006 e são importantes para orientar o licenciamento ambiental no bioma.

O diretor do Conama, Nilo Diniz, ressaltou a importância das decisões tomadas nesta terça-feira (29). As propostas de resolução foram aprovadas de forma unânime pelo colegiado. "Trata-se de um dever de casa importante que os estados conseguiram concluir", disse.

O Conama também apreciou 16 moções. Quatro foram aprovadas, oito retiradas de pauta, uma rejeitada e outra recebeu pedido de vistas. "Fizemos um excelente trabalho. Conseguimos limpar a pauta de moções", avaliou o diretor do Conama.

Nesta quarta-feira, o encontro tem continuidade com a realização do painel de debates Impactos, Vulnerabilidade e Adaptação às Mudanças Climáticas no Brasil, a partir das 8h. A maior parte dos palestrantes previstos integra o Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC).

O Instituto Chico Mendes e a biodiversidade - Paulo Nogueira-Neto – Estado de São Paulo – Espaço Aberto - 30/05/2007

Na Federação brasileira a efetiva proteção da biodiversidade começou tarde, nos anos 30 do século passado, com a criação de alguns parques nacionais e com a aprovação de um Código Florestal bem-intencionado, mas muito pouco aplicado.

Contudo, após a 2ª Guerra Mundial, os problemas ambientais começaram a se agravar. Algumas décadas depois, os principais países resolveram convocar a Conferência de Estocolmo, em 1972, para tratar do assunto. A Federação brasileira muito pouco se preocupava com o meio ambiente, a ponto de um jornal de certo Estado ter publicado um anúncio de meia página com o desenho de uma chaminé soltando fumaça e os dizeres: "Tragam para cá a sua poluição."

Não quero entrar em detalhes, mas aos poucos a opinião pública foi mudando, principalmente em conseqüência de graves problemas de degradação atmosférica nas cidades de São Paulo, Cubatão, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Contagem (MG), e da poluição aquática em vários rios e pontos da costa. Louvo a clarividência de pessoas como Henrique Brandão Cavalcante, autor do decreto que em 1973 criou a Secretaria Especial do Meio Ambiente. Fui parte desse processo, como primeiro-secretário da Secretaria Especial do Meio Ambiente, a qual inicialmente contava com três salas e cinco funcionários. Quero apenas dizer que sou um sobrevivente dessa época difícil.

A Secretaria Especial do Meio Ambiente (Sema) foi crescendo e ocupando vácuos de poder. Chegamos a estabelecer uma rede de 18 estações ecológicas, com 3,2 milhões de hectares, equivalentes à área de três Repúblicas do Líbano. Houve também nessa época a criação, com a ajuda de vários Estados, de alguns milhões de hectares de áreas de proteção ambiental (APAs). Era o início de um esforço continuado para salvaguardar grandes espaços necessários à proteção da biodiversidade.

Em certo ponto do processo de salvaguarda, foi criado o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), mediante a fusão da Sema, do Instituto Brasileiro do Desenvolvimento Florestal (IBDF) e de órgãos relacionados com a pesca e com a proteção a seringueiros. O Ibama nasceu com uma estrutura de miniministério. Mais adiante foi estabelecido o Ministério do Meio Ambiente, que de certo modo duplicou a estrutura do Ibama. Este fato trouxe uma série de problemas que perduram até hoje, quando vemos uma parte do Ibama agir como se fosse o órgão máximo ambiental do País.

O resultado prático dessa história *sui generis* foi um conjunto de acertos, mas também de dificuldades. O Ibama cresceu enormemente, passando a gerir cerca de 60 milhões de hectares de áreas protegidas, o que foi excelente no que se refere à sua extensão protetora. Permaneceram, contudo, problemas de administração. O Ibama tornou-se um gigante problemático, apesar dos esforços e da integridade do seu presidente, professor Marcus Barros, e dos seus colaboradores. Além das dificuldades administrativas, que prejudicavam as unidades de conservação, surgiram outras.

Diante desse quadro, que preocupava as ONGs ambientalistas e também a área central do Ministério do Meio Ambiente, a ministra Marina Silva, com a colaboração do secretário de Biodiversidade e Florestas, João Paulo Ribeiro Capobianco, e com o apoio de muitas ONGs e personalidades, com a devida autorização do presidente da República, optou por uma solução radical, mas necessária e inadiável. Foi finalmente dividido o Ibama.

O Ibama poderá dedicar-se mais a estudos ambientais, aos licenciamentos e à tomada de medidas necessárias ao desenvolvimento sustentável do País. Poderá expandir as suas atividades nos campos do controle do aquecimento climático, do controle federal da poluição nos rios federais e no oceano e em muitos outros setores. Haverá, assim, um aperfeiçoamento efetivo do Ibama, com a concentração de suas atividades.

Por outro lado, o novo Instituto Chico Mendes cuidará melhor das unidades de conservação, superando uma série de entraves e dificuldades burocráticas. Poderá receber e dirigir muito melhor e mais de perto a ajuda externa e interna que lhe for destinada, como é o caso das compensações ambientais federais. Somente isso já justificaria, de sobra, a criação do Instituto Chico Mendes. Poderá ter a sua responsabilidade reforçada com um corpo de consultores provenientes de universidades e de ONGs brasileiras. Terá, em resumo, a possibilidade de resolver questões fundamentais de biodiversidade, sem desviar suas atenções para outras assuntos.

Quando a ministra Marina Silva, em boa hora, anunciou durante uma reunião do Conselho Nacional do Meio ambiente (Conama) a criação do Instituto Chico Mendes de Proteção à Biodiversidade, gritei de onde estava um sonoro VIVA!

Nada de melhor para o meio ambiente poderia ter acontecido nestes tempos, em matéria de novos rumos ambientais a seguir, do que a decisão de criar essa nova instituição para proteger a biodiversidade.

A criação do Instituto Chico Mendes para a Proteção da Biodiversidade foi efetuada num momento muito oportuno para o Brasil, também no que se refere à possibilidade de receber apoio financeiro internacional para medidas que venham a manter florestas em larga escala. Isso evitaria que a sua derrubada e queima lancem imensas quantidades de compostos de carbono na atmosfera do planeta. Como se trata de um instituto oficial, nossa soberania estará plenamente assegurada e a proteção durará pelos séculos afora, movimentando o ecoturismo e outras atividades econômicas.

Paulo Nogueira-Neto, presidente honorário do WWF-Brasil, é membro do Conselho Nacional do Meio Ambiente

Questão ambiental é um dos grandes obstáculos – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 30/05/2007

Não faltam motivos para incertezas quanto à garantia de abastecimento de energia elétrica no País a partir de 2012. Um dos principais é a dificuldade que o governo tem enfrentado para conseguir o licenciamento ambiental de hidrelétricas, já que a maioria está localizada em áreas mais sensíveis do ponto de vista ambiental, como é o caso da Região Norte.

Um exemplo são as usinas do Rio Madeira (Jirau e Santo Antônio), que ainda não foram leiloadas por não terem a licença prévia autorizada pelo Ibama. O problema é que o complexo é a grande aposta do governo federal para garantir o abastecimento a partir de 2012. Para o País não ter restrições na oferta a partir dessa data, o licenciamento das usinas teria de sair até o fim desta semana. Por causa do período hidrológico do rio, se passar desse prazo, as obras das hidrelétricas atrasam em um ano, ou seja, só começariam em 2009.

Nesse caso, a expectativa é de suprir a demanda com energia produzida pelo gás, carvão, óleo combustível e diesel. 'O que vai na contramão da onda mundial para reduzir o efeito estufa', disse o vice-presidente da Abiape, Cristiano Abijaode Amaral.

Na geração térmica, o País também tem problemas, já que não há gás suficiente para atender a todos os mercados. A Petrobrás deverá comprar gás natural liquefeito (GNL) de outros países para abastecer as térmicas até que a Bacia de Santos comece a produzir.

Bovespa inaugura pregão voltado a projetos ambientais – Folha de São Paulo – Dinheiro – 30/05/2007

DA REPORTAGEM LOCAL

A Bovespa lançou ontem a sua Bolsa de Valores Sociais e Ambientais para captar recursos para ONGs voltadas ao ambiente. A Fundação Getulio Vargas selecionará os projetos. Em 2003, a Bovespa lançou a sua Bolsa Social para projetos educacionais. Desde então, levantou R\$ 5 milhões.

Para Raymundo Magliano, presidente da Bovespa, o mercado não poderia deixar de se preocupar com a questão. "Não podemos só pensar em curto prazo." A ministra Marina Silva (Meio Ambiente) disse que "a sustentabilidade econômica tem de vir acompanhada pela sustentabilidade ambiental".

Alimentos com selo para carbono no Reino Unido - The Economist (tradução de Sabino Ahumada) – Valor Econômico – Agronegócios - 29/05/2007

Você gostaria de ver rótulos de "carbono" em sua comida? Os rótulos já mostram o conteúdo de gordura, sal e açúcar, entre outras coisas. Agora, muitas empresas e varejistas alimentícias britânicas planejam adicionar rótulos mostrando a quantidade (em gramas) de emissões de dióxido de carbono (CO₂) associadas com a produção e transporte dos alimentos e outras mercadorias.

Os primeiros desses rótulos apareceram em abril passado nos pacotes de salgadinhos Walkers. A rede de farmácias britânica Boots colocará os rótulos de carbono em alguns de seus xampus de marca própria a partir de julho. Esses rótulos foram criados em conjunto com a consultoria ambiental Carbon Trust, financiada pelo governo britânico. A rede varejista Tesco, a maior do Reino Unido, também anunciou planos para aplicar os rótulos de carbono em sua linha de produtos e outras empresas planejam fazer o mesmo.

Caso a idéia funcione, os rótulos permitirão aos compradores escolher os produtos com o rastro de carbono, além de comparar os alimentos locais e importados, e os que são cultivados com ou sem aditivos sintéticos.

As afirmações de que alguns alimentos consomem mais energia em sua produção e preocupações sobre a distância de transporte terão um "quadro muito mais inclusivo e definido", diz Euan Murray, da Carbon Trust.

Calcular o carbono de um produto está longe de ser uma tarefa fácil. Ao contrário do conteúdo de gordura ou açúcar, ele não pode ser medido diretamente. As análises acadêmicas do ciclo entram em detalhes meticulosos, como, por exemplo, as emissões associadas à construção das fábricas nas quais o alimento é produzido. Fazer isso para milhares de produtos é uma tarefa descomunal. O segredo, afirma Murray, é encontrar o equilíbrio certo entre rigor e metodologia, que funcione em milhares de itens. A abordagem do Carbon Trust, por exemplo, buscará incluir o CO₂ emitido na produção, mas não a dos funcionários locomovendo-se ao local de trabalho.

Os rótulos pretendem mostrar as emissões de carbono associadas com a fabricação, empacotamento, transporte à loja e seu descarte. Como os pacotes de salgadinhos entregues a lojas mais distantes terão percorrido um maior trajeto a partir da fábrica, os auditores usam a distância média para calcular as emissões com transporte. Da mesma forma, serão calculadas as médias nacionais de reciclagem, incineração ou envio a aterros dos produtos descartados.

Os rótulos pretendem mostrar as emissões de CO₂ com a fabricação, empacotamento, transporte e descarte

Os rótulos não contam a energia para refrigeração, iluminação e aquecimento das lojas. Também não incluem emissões com o uso do produto. A emissão com o cozimento de batatas, por exemplo, não entra na conta. Colocar a tampa da panela ou não teria mais influência do que a forma como são cultivadas, ou ainda, do que o local em que são produzidas, localmente ou não. Da mesma forma, o xampu ficaria mais dependente do tempo em que se passa no chuveiro ou da temperatura da água e da qualidade do aquecedor. Fatores como esses não poderiam entrar no rótulo de carbono, então não são incluídos, segundo Murray.

Uma área difícil para se encontrar um modelo é o setor agrícola. Algumas fontes de emissões agrícolas, como o consumo de eletricidade em um galpão de gado leiteiro, podem ser diretamente calculadas. Outras, como as emissões de óxido-nitroso do solo e as emissões de metano dos animais, não. Para estes últimos, são usados modelos matemáticos, diz Adrian Williams, cientista agro-ambiental da Universidade de Cranfield, no Reino Unido. Esses modelos, contudo, contêm suposições com as quais nem todos concordam. Um recente estudo financiado pelo Defra, a agência ambiental britânica, descobriu que alguns alimentos orgânicos têm mais rastro de carbono do que os convencionais. O resultado foi criticado pela Soil Association, principal grupo de pressão dos chamados produtos orgânicos, que questionou os modelos usados nos cálculos.

Para complicar mais, as emissões de metano (CH₄) e óxido-nitroso (N₂O) das fazendas têm um potencial muito maior para provocar o superaquecimento do planeta do que as de CO₂. Esses gases são levados em conta com sua transformação em volume de "dióxido de carbono equivalente", por meio de fatores de conversão fornecidos pelo IPCC, o órgão da ONU para mudanças climáticas. A quantificação das emissões de óxido-nitroso, contudo, ainda não é bem compreendida, segundo Williams, portanto não está claro ainda qual modelo deve ser usado.

Um acordo sobre a melhor forma de se calcular o rastro de carbono dependerá de debates entre cientistas, varejistas, agricultores e lobistas, entre outros.

O Carbon Trust já iniciou uma consulta, que deverá levar um ano. Neste mês, houve um encontro no Environmental Change Institute, da Universidade de Oxford, que avalia a

rotulagem para a Tesco. Um acordo é vital porque os rótulos apenas serão úteis se houver um padrão comum. De outra forma, os consumidores não poderiam comparar nem maçãs com maçãs. **(Tradução de Sabino Ahumada)**

Gaúchos querem ser referência em florestas - Sérgio Bueno – Valor Econômico – Suplementos Micro e Pequenas Empresas - 29/05/2007

Estruturado desde 2004 pelo governo do Estado em conjunto com empresas e entidades privadas, o arranjo produtivo local (APL) de base florestal pretende transformar o Rio Grande do Sul em referência internacional para o plantio comercial de florestas de pinus e eucaliptos. Ancorado em um pacote de investimentos de quase US\$ 5 bilhões planejados pela Aracruz, Votorantin Celulose e Papel (VCP) e Stora Enso, o projeto quer ainda estimular o desenvolvimento de setores correlatos, como o de produção de chapas de madeira e o moveleiro.

"O Rio Grande do Sul quer se configurar como site mundial para a silvicultura", afirma Suzana Kakuta, presidente da Caixa RS, agência de fomento do governo estadual encarregada de coordenar o APL. O foco do trabalho está voltado para a metade sul do Estado, uma área marcada por baixos índices de crescimento e pela presença maciça de grandes propriedades rurais dedicadas à produção de arroz e pecuária, mas os efeitos podem multiplicar-se por toda a economia gaúcha, acredita a executiva.

Segundo o presidente da Associação Gaúcha de Empresas Florestais (Ageflor), Roque Justen, a área plantada de florestas no Estado deve crescer de 376 mil hectares em 2003 para 800 mil em 2013. Junto com as três fábricas de celulose projetadas pela Aracruz, VCP e Stora Enso, com capacidade para 3,3 milhões de toneladas por ano, mais os investimentos em setores que vão da produção de mudas e fertilizantes até logística e produção de chapas e móveis, o resultado pode ser a geração de 250 mil empregos em toda a cadeia, calcula o empresário.

Hoje já há 461 mil hectares plantados no Rio Grande do Sul em áreas de produtores individuais, florestadoras ou das próprias indústrias de celulose. Só a Caixa RS liberou R\$ 41 milhões em financiamentos para 486 pequenos produtores de 2004 a 2006.

A expectativa com os investimentos do setor florestal é tão grande que já detonou até uma crise envolvendo o licenciamento das plantações. A Fundação Estadual de Proteção Ambiental (Fepam) apresentou uma proposta de zoneamento para o cultivo considerada restritiva pelas empresas e entidades empresariais e agora as regras finais serão definidas após quatro audiências públicas em junho. Recém empossado no lugar de Vera Callegaro, que caiu em função da crise, o secretário do Meio Ambiente (pasta à qual a Fepam é subordinada), Carlos Otaviano Brenner de Moraes, promete agora "conciliar" investimentos e preservação ambiental.

"No Espírito Santo, desenvolvemos ou atraímos 60 fornecedores, alguns com mais de 1 mil empregados", afirma Nunes, da Aracruz. De acordo com ele, a construção de uma segunda fábrica de celulose, com capacidade para 1,3 milhão de toneladas por ano, ao lado da planta atual (de 450 mil toneladas por ano), levará para Guaíba empresas que poderão prestar serviços até para a unidade que a Botnia está construindo no Uruguai.

De acordo com a Secretaria do Desenvolvimento e Assuntos Internacionais (Sedai), o crescimento do setor florestal também está estimulando investimentos de indústrias de chapas de madeira destinadas principalmente às fabricantes de móveis. O grupo gaúcho Isdra anunciou recentemente a instalação de uma unidade da controlada Fibraplac em Rio

Grande, a segunda da empresa no Estado, com aporte de R\$ 250 milhões. A planta deve operar dentro de 24 meses, com capacidade de 580 mil metros cúbicos por ano.

A Sedai também está negociando a implantação de uma unidade da Masisa em Montenegro ou Triunfo, na região metropolitana de Porto Alegre, com capacidade para 400 mil metros cúbicos por ano. Com isso, o Estado se tornará auto-suficiente na produção de chapas de madeira para a indústria moveleira, explica a secretária. Hoje quase metade dos 520 mil metros cúbicos por ano consumidos no Rio Grande do Sul é trazida de outras regiões do país.

"Com o suprimento mais próximo de matérias-primas a competitividade do setor aumenta", afirma o presidente da Associação da Indústria de Móveis do Estado (Movergs), Luiz Attilio Troes. Conforme o secretário executivo, da entidade, Renato Hansen, ainda é difícil mensurar os ganhos com a expansão da base florestal do Rio Grande do Sul nos próximos anos. "Mas a sustentabilidade do setor será assegurada", afirma.

O Rio Grande do Sul é o segundo maior produtor e exportador de móveis do país. De 2000 até 2006, o faturamento do setor no Estado cresceu de R\$ 1,65 bilhão para R\$ 3,5 bilhões, enquanto os embarques ao exterior subiram de US\$ 160 milhões para US\$ 269 milhões. "De 1998 a 2007 o número de empresas exportadoras cresceu de menos de 50 para mais de 300", relata Hansen.

Conama padronizará normas de licenciamento para aquíicultura – Rubens Júnior - MMA - 31/05/2007

A ausência de uma padronização das normas de licenciamento ambiental para aquíicultura tem provocado divergências legais nos licenciamentos concedidos pelos estados. Muitas vezes, o que é aceito em um estado, é recusado em outro, provocando confusão e protestos de natureza econômica e social. Buscando equacionar esta situação, um Grupo de Trabalho (GT) da Câmara Técnica de Biodiversidade, Fauna e Recursos Pesqueiros do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama) se reúne nos dias 25 e 26 de junho, em Brasília, para nova rodada de discussão, iniciada em setembro de 2005. Do encontro, os conselheiros do GT, composto por membros do poder público, de entidades ambientais e do meio empresarial, sairão com uma proposta de padronização nacional das normas de licenciamento no setor.

Até ser aprovada, a proposta deverá ser submetida, posteriormente, à Câmara Técnica e à apreciação final da plenária do Conama, de onde - aprovada na forma de resolução - regulamentará a questão, orientando e balizando nacionalmente a concessão daqueles licenciamentos. "A resolução, que tem poder de regulamentação, contribuirá para minimizar conflitos jurídicos no setor e dinamizar a atividade socioeconômica, sem perder de vista o critério da sustentabilidade ambiental", acredita o assessor técnico do Conama, João Luís Ferreira.

A discussão de regras nacionais de licenciamento para a aquíicultura (criação de camarão), importante do setor da aquíicultura, será feita posteriormente, em matéria

exclusiva. A questão é delicada e contém conflitos jurídicos polêmicos. O Código Florestal, por exemplo, considera os manguezais (onde tradicionalmente se desenvolvem atividades de carcinicultura) Áreas de Proteção Permanente (APP), ou seja, intocáveis. Ocorre que, por causa de "brechas" legais, que aceitam criadouros em manguezais "com finalidade social", e provocam interpretações divergentes, atualmente a maior parte das atividades de carcinicultura vêm sendo desenvolvida dentro de regiões de manguezal, no ecossistema denominado Apicum.

O manguezal é composto por três ecossistemas: o Lavado, que tem contato com o mar. No meio, fica o mangue, um trecho que chamamos de bosque. Por fim, vem a zona Apicum, um pouco mais seca, onde aquícultores instalam tanques, abastecidos com água bombeada do mar. Além disso, o sistema de bombeamento perpassa todo o manguezal, burlando, na prática, o conceito de Área de Preservação Permanente do manguezal.

Por conta desse quadro, o Conama decidiu, antes de formular normas nacionais para este segmento, esperar a realização do Seminário sobre Carcinicultura e Manguezal, previsto para este ano. Do debate previsto para este evento, que reunirá empresários do setor, poder público e entidades ambientais, pretende-se elaborar democraticamente uma solução para o "conflito geográfico", definindo as áreas onde podem e não podem ser construídos tanques para exploração da atividade aquícola.

Ao formular parâmetros nacionais para o licenciamento na aquícultura, na forma de resolução, o Conama cumpre sua função de regular os setores na sua relação com o meio ambiente. A futura regulamentação do Artigo 23 de Constituição, que trata das competências federal e dos estados e municípios em relação ao meio ambiente, à qual o Conama terá de se adequar, poderá confirmar aqueles parâmetros.

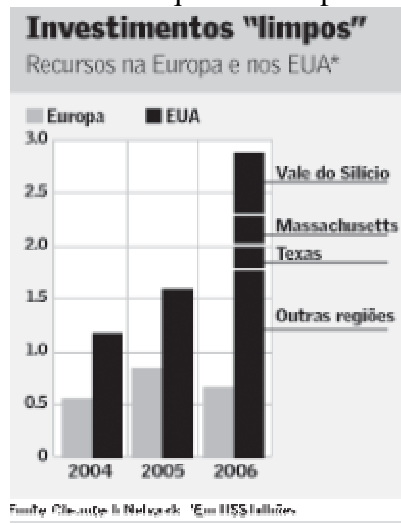
Segundo estimativas oficiais, o setor aquícola brasileiro possui 165 mil empreendimentos no Brasil, com uma produção anual de 258 mil toneladas, correspondente a uma receita de US\$ 916 milhões. Dados da Secretaria Especial de Aquícultura e Pesca (Seap) mostram que a taxa de crescimento do setor no Brasil, considerados os últimos vinte anos, está em 20%. Acredita-se que, após a regulamentação da aquícultura no País, o crescimento possa deslanchar. "A China, por exemplo, tem uma produção atual de cerca de 40 milhões de toneladas anuais", diz o coordenador-geral de Aquícultura da Seap, Marcelo Barbosa Sampaio.

ASCOM

Onde ficará o Vale do Silício da energia limpa? - The Economist – Valor econômico – Internacional - 31/05/2007

Deval Patrick, novo governador de Massachusetts, planeja criar "o centro mundial de energia renovável" em seu Estado. A idéia pode não ser muito bem vista pelo prefeito de Austin, Will Wynn, que quer fazer de sua cidade a "capital global da energia limpa". O governo de Iowa também marca posição. E, claro, há Arnold Schwarzenegger com o potencial da Califórnia. Assim como o planeta, a corrida pelo título da "capital da tecnologia limpa" dos EUA está esquentando.

As apostas são altas. Investimentos em negócios de risco (venture capital) em tecnologia limpa na América do Norte mais do que dobrou nos últimos dois anos, chegando a US\$ 2,9 bilhões, segundo a empresa de pesquisa Cleantech Network (veja gráfico). Isso faz com que o setor seja o terceiro maior receptor de investimentos, do tipo venture, perdendo apenas para biotecnologia e computação. Apesar da percepção européia de que os americanos não estão nem aí para questões ambientais, o investimento no país é atualmente quatro vezes maior que na Europa.



Não surpreende que o Vale do Silício seja o líder em tecnologia limpa, com US\$ 638 milhões investidos ao ano passado. Muitos empresários ficaram com a sensação de não ter investido tudo o que poderiam depois do fracasso das dotcom. Além disso, foram atingidos pelos blackouts na Califórnia. Então, quando Schwarzenegger anunciou incentivos, principalmente para energia solar, logo vieram as respostas. Vinod Khosla, um dos veteranos do Vale do Silício, agora está mergulhado em tecnologia limpa. Com a "onda verde", dois grandes fundos públicos de pensão do Estado se comprometem agora em investir US\$ 1,5 bilhão em empreendimentos que respeitem o meio ambiente.

Boston será provavelmente o próxima grande centro da tecnologia limpa. Mais de US\$ 250 milhões foram investidos em Massachusetts em 2006. Os preços da energia elétrica estão altos, especialmente porque nenhuma nova usina de carvão foi construída nos últimos anos em New England. E embora Massachusetts não costume ser associada à atividade manufatureira, a Evergreen Solar, uma empresa de painéis solares, acaba de anunciar uma nova fábrica de US\$ 150 milhões.

Austin (a "capital do Estado mais poluído no país mais poluído do mundo", como o prefeito gosta de dizer) também está no páreo. Cerca de US\$ 210 milhões em venture capital foram investidos em tecnologia limpa no Texas no ano passado. Assim como o Vale

do Silício e Boston, Austin já é um centro do setor de informática. É lá que estão as sedes da Dell e da Freescale. E em biocombustíveis, a cidade também tem força: junta o conhecimento do Texas em agricultura e petróleo.

Até Willie Nelson, o cantor de música country, entrou para o ramo abrindo uma empresa de biocombustíveis. Austin também tem uma incubadora de energia limpa na Universidade do Texas, um de seus muitos parceiros na área.

Outros poucos lugares - segundo especialistas, New Jersey (no Arizona) e Toledo (Ohio) - também estão tentando atrair empresas de tecnologia limpa. Mas o que mais chama a atenção são as cidades "verdes" que não fazem muito esforço. Em Seattle, por exemplo, há pouco em termos de tecnologia limpa além da Imperium Renewables, uma gigante em biocombustíveis fundada em 2004. Denver, apesar de ter nos seus arredores da sede do Laboratório Nacional de Energia Renovável (NREL, na sigla em inglês), também assistiu poucos empreendimentos no setor. Marty Murphy, do NREL, acredita que o novo governador do Colorado tentará mudar isso.

A maioria dos produtos fabricados nos EUA com tecnologia limpa é exportada. Europa e Japão mantêm uma demanda constante por tecnologias alternativas como energia solar. First Solar, empresa de painéis solares do Arizona, tem um punhado de empresas alemã entre seus principais clientes. Também ocorre o contrário: a energia eólica avança rapidamente ao redor do mundo e também nos EUA. O Texas lidera o movimento. A maioria das turbinas, no entanto, ainda é feita na Europa.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf e Lauro Mattei

Assistentes de Pesquisa
Karina Kato e Silvia Zimmermann

Secretária
Diva de Faria

oppa Observatório de Políticas
Públicas para a Agricultura

cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda

Apoio



actionaid



Ministério do
Desenvolvimento Agrário

